RELATÓRIO DE GESTÃO
2006-2011
sonhos e realizações

Benno Sander

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006-2011

sonhos e realizações

anpae

Associação Nacional de Política e Administração da Educação

BIBLIOTECA ANPAE – Série Cadernos ANPAE, n. 12, 2011
NITERÓI, RIO DE JANEIRO, ABRIL 2011

Copyright © 2011 ANPAE – Associação Nacional
de Política e Administração da Educação

Biblioteca ANPAE – Série Cadernos ANPAE, n. 12, 2011

Organização
Benno Sander

Diretoria de Publicações
Maria Beatriz Luce (UNIPAMPA)

Editoria da Biblioteca ANPAE
Sofia Lerche Vieira (UECE)

Capa
Luiz Gustavo Sardenberg de Souza

Projeto Gráfico
Samuel Tabosa de Castro

Todos os direitos reservados pela ANPAE. Qualquer parte desta obra
poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

ANPAE
Associação Nacional de Política e Administração da Educação
Rua Otávio Carneiro 100, Conjunto 807 – Icaraí
CEP 24230-190 Niterói – Rio de Janeiro – Brasil
www.anpae.org.br – anpae@anpae.org.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ANPAE – Relatório de Gestão 2006-2011: sonhos e realizações
ANPAE Relatório de Gestão 2006-2011: sonhos e realizações / organização Benno Sander – Niterói (RJ): Edições ANPAE, 2011 – (Coleção Biblioteca ANPAE, Série Cadernos: n. 12)
285 p.

Bibliografia.
ISSN 1677-3802

I. ANPAE – Relatório de Gestão 2006-2011/Benno Sander 2. Educação – Brasil 3. Política e gestão da Educação. 4. Associação Nacional de Política e Administração da Educação. I Título II. Coleção III. Série.

Índice para Catálogo Sistemático
1. Brasil: ANPAE

anpae

Associação Nacional de Política e Administração da Educação

PRESIDÊNCIA

Presidente
Benno Sander (UFF)
Vice-Presidente Nacional
Lourdes Marcelino Machado (UNESP/Marília)
Região Centro-Oeste
Marília Fonseca (UNB), Vice-Presidente
Virgínia Maria Pereira de Melo (UEG), Vice-Presidente Adjunta
Região Nordeste
Magna França (UFRN), Vice-Presidente
Luiz de Souza Junior (UFPB), Vice-Presidente Adjunto
Região Norte
Francinete Massulo Corrêa (UFAM), Vice-Presidente
Tânia Suely Azevedo Brasileiro (UFRO), Vice-Presidente Adjunta
Região Sudeste
Marcelo Soares Pereira da Silva (UFU), Vice-Presidente
Eliza Bartolozzi Ferreira (UFES), Vice-Presidente Adjunta
Região Sul
Flávia Obino Corrêa Werle (UNISINOS), Vice-Presidente
Antônio Elízio Pazeto (UDESC), Vice-Presidente Adjunto

DIRETORIA DA PRESIDÊNCIA

Diretor Executivo
Erasto Fortes Mendonça (UNB)
Diretor Secretário
Arthur Santa Rosa (UFF)
Diretor Financeiro
Valmir Machado Rodrigues (UNILASALLE-RJ)
Diretora de Publicações
Maria Beatriz Moreira Luce (UNIPAMPA)
Diretora de Pesquisa
Mariluce Bittar (UCDB)
Diretor de Intercâmbio Institucional
Afrânio Mendes Catani (USP)
Diretor de Cooperação Internacional
Célio da Cunha (UNB)
Diretor de Formação e Desenvolvimento
Antônio Lisboa Leitão de Souza (UFRN)

CONSELHO FISCAL

Alberto de Mello e Souza (UFRJ), Conselheiro – Presidente
Cleiton de Oliveira (UNIMEP), Conselheiro
Magali de Castro (PUCMG), Conselheira

DIREÇÕES E COORDENAÇÕES ESTADUAIS

Mark Clark Assen de Carvalho, Coordenador, Acre
Adriana Almeida Sales de Melo, Diretora, Alagoas
Maria Marly de Oliveira Coêlho, Diretora, Amazonas
Maria Couto Cunha, Diretora, Bahia
Maria Luiza Barbosa Chaves, Diretora, Ceará
Francisco das Chagas F. do Nascimento, Diretor, Distrito Federal
Fábio Luiz Alves de Amorim, Diretor, Espírito Santo
Miriam Fábia Alves, Diretora, Goiás
Raimundo Nonato Palhano Silva, Diretor, Maranhão
Rosemery Celeste Petter, Diretora, Mato Grosso
Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Diretora, Mato Grosso do Sul
Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos, Diretora, Minas Gerais
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, Diretora, Pará
Maria da Salete Barboza de Farias, Diretora, Paraíba
Ângela Maria Monteiro da Motta Pires, Diretora, Pernambuco
Antônio Ferreira de Sousa Sobrinho, Diretor, Piauí
Marilise Monteiro de Souza Zoccoli, Diretora, Paraná
Bertha de Borja Reis do Valle, Diretora, Rio de Janeiro
Maura Costa Bezerra, Diretora, Rio Grande do Norte
Walterlina Barboza Brasil, Diretora, Rondônia
Leila Soares de Souza Perussolo, Diretora, Roraima
Selina Maria Dal Moro, Diretora, Rio Grande do Sul
Jarbas José Cardoso, Diretor, Santa Catarina
Miguel Henrique Russo, Diretor, São Paulo
Juciley Silva Evangelista Freire, Coordenadora, Tocantins

CONSELHO EDITORIAL

Benno Sander, Universidade Federal Fluminense
Bernardete A. Gatti, Fundação Carlos Chagas
Cândido Alberto Gomes, Universidade Católica de Brasília
Carlos Alberto Torres, Universidade da Califórnia em Los Angeles
Carlos Roberto Jamil Cury, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Célio da Cunha, Universidade de Brasília
Edivaldo Machado Boaventura, Universidade Federal da Bahia

Fernando Reimers, Harvard University, Estados Unidos
Inés Aguerrondo, UNESCO/IIPE/Buenos Aires, Argentina
Janete Lins Azevedo, Universidade Federal de Pernambuco
João Barroso, Universidade de Lisboa, Portugal
João Gualberto de Carvalho Meneses, Universidade da Cidade de São Paulo
Juan Casassus, UMCE, Santiago, Chile
Lauro Carlos Wittmann, Universidade Regional de Blumenau
Licínio Carlos Lima, Universidade do Minho, Portugal
Lisete Regina Gomes Arelaro, Universidade de São Paulo
Luiz Fernandes Dourado, Universidade Federal de Goiás
Maria Beatriz Moreira Luce, Universidade Federal do Pampa
Regina Vinhaes Gracindo, Universidade de Brasília
Rinalva Cassiano Silva, Universidade Metodista de Piracicaba
Sofia Lerche Vieira, Universidade do Estado do Ceará
Steven J. Klees, University of Maryland, Estados Unidos
Walter Esteves Garcia, Instituto Paulo Freire

Diretoria de Publicações
Maria Beatriz Luce, UNIPAMPA, Diretora e Editora da RBPAE
Nalú Farenzena, UFRGS, Editora Associada da RBPAE
Sofia Lerche Vieira, UECE, Editora da Coleção Biblioteca Anpae
Eloisa Maia Vidal, UECE, Editora Adjunta da Coleção Biblioteca Anpae
Simone Caputo Gomes, USP, Editora do Informativo Anpae Notícias
Beatrice Boechat D´Elia, Jornalista Responsável do ANPAE Notícias
Alessandra de Oliveira Mendes, UFRGS, Secretária da Editoria da RBPAE (2009-2010)
Bianca Salazar Guizzo, UFRGS, Secretária da Editoria da RBPAE (2008 e 2011)

Secretaria Técnica e Administrativa da Presidência
Alexandre Alves Lírio, Bolsista, UniLaSalle/RJ, Assistente da Presidência
Luiz Gustavo Sardenberg de Souza, Bolsista, UniLaSalle/RJ, Desenvol. do Portal
Alexandre Mury Ferreira, Desenvolvimento do Banco de Dados

SUMÁRIO

Apresentação.....11

PRIMEIRA PARTE

Introdução 25

1. Programas e Atividades de 2006 e 2007: Dimensionando a Ação Associativa.....29
2. Programas e Atividades de 2008 e 2009: Luta pela Sustentabilidade Institucional 59
3. Programas e Atividades de 2010: Consolidando Novas Práticas e Conquistas 91
4. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação: 2006-2011.....109
5. Administração, Finanças e Contabilidade 131

SEGUNDA PARTE

6. Plano Estratégico da ANPAE 2006-2011: Pautas para a Ação Associativa 165
7. Estatuto Social da ANPAE: Fruto da Construção Coletiva.....197
8. Eleições para o Biênio 2011-2013: Ato Cívico Nacional.....225
9. Pronunciamentos e Declarações Político-Pedagógicas.....237
10. Introdução à História da ANPAE como Entidade Educacional da Sociedade Civil 271

APRESENTAÇÃO

Somos a memória que temos
e a responsabilidade que assumimos.
Sem memória não existimos,
sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.
(José Saramago)

Tenho a satisfação de apresentar o *Relatório de Gestão* que cobre os principais programas, projetos e atividades da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) no período de 2006 a 2011. Apresento-o aos colegas associados e associadas, como protagonistas dos atos e fatos aqui registrados. Em seu nome, submeto-o à comunidade educacional e, no âmbito interno da Associação, à consideração do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral.

O Relatório de Gestão pretende ser uma memória de alguns aspectos da vida da Associação destes cinco anos. Tomei a decisão de organizar o material para disponibilizá-lo por ocasião do XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, comemorativo do Jubileu de Ouro da ANPAE (1961-2011). Recordo-me que, ao assumir a Presidência em 2006, encontrei pouca informação reunida sobre a ação da ANPAE para poder preparar o Plano Estratégico para o mandato com fundamentação histórica. Eram limitadas as informações sistematizadas sobre nossos Simpósios Brasileiros e congressos internacionais e sobre nossos seminários regionais e estaduais. Foi difícil encontrar a coleção completa da nossa *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, que fundamos em 1983. Em boa hora esta lacuna se

preenche agora com o lançamento, por ocasião do Jubileu de Ouro da Associação, da edição digital da Revista, que disponibilizará toda a sua produção desde a fundação em 1983 até o presente. Mais difícil ainda é encontrar a coleção completa do nosso boletim editado sob diferentes denominações desde a fundação da ANPAE. Algum material sobre a ANPAE e sua trajetória histórica está hoje disponível graças à pesquisa realizada para preparar os textos do nosso atual portal, inaugurado em janeiro de 2010. Mas é pouco para uma avaliação mais exaustiva da nossa caminhada como entidade da sociedade civil organizada no campo da política e da gestão da educação no Brasil.

No entanto, o material hoje disponível, de forma dispersa, revela que temos boas experiências para celebrar e compartilhar nesta matéria. *Refiro-me às memórias* de algumas reuniões nacionais, regionais e **estaduais,** cujos trabalhos debatidos foram publicados em forma de livro ou CD-ROM. São exemplos bem sucedidos as publicações em forma de livro das conferências proferidas no XIX Simpósio Brasileiro, realizado em 1999, sob a presidência de Regina Vinhaes Gracindo (MACHADO & FERREIRA, 2002); a avaliação da gestão 1996-2000 de Regina Vinhaes Gracindo (Webber, 1996); a avaliação da gestão 2000-2004 da professora Rinalva Cassiano Silva (GATTI, 2003); e a publicação das conferências proferidas nos dois últimos Seminários Regionais da ANPAE no Nordeste (FRANÇA & BEZERRA, 2009; JUNIOR, FARIAS & FRANÇA, 2011). Em alguns casos, as conferências dos Simpósios foram publicadas na Revista da ANPAE, como ocorreu na gestão de Lauro Carlos Wittmann (1991-1995). Algumas Seções Estaduais publicaram anais e palestras de reuniões estaduais em forma de livro, como a do Ceará, na gestão de Maria Luíza Barbosa Chaves e a do Rio de Janeiro, na gestão de Rivo Gianini de Araújo. Finalmente, se destacam as pesquisas que se realizaram e publicaram sobre o papel da ANPAE e sua produção científica, incluindo a contribuição da *Revista Brasileira de Política e*

Administração da Educação (MAIA, 2008; MARTINS, 2010; OLIVEIRA & LOPES, 2010; PEREIRA & ANDRADE, 2005; SANDER, 2007; SOUZA, 2010; WITTMANN & GRACINDO, 2001).

A pesquisa para resgatar a memória dos primórdios da ANPAE revela a conduta exemplar de nossos mestres fundadores ao nos legarem as primeiras publicações da ANPAE. João Gualberto de Carvalho de Meneses é nossa fonte viva dos atos e fatos que levaram à fundação da ANPAE e seus desenvolvimentos ao longo das décadas. Em algumas de nossas bibliotecas universitárias, como a da USP, encontramos intacto o convite e o programa do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar e o seu Relatório (Universidade de São Paulo, 1961), preparados pela Comissão Organizadora integrada por José Querino Ribeiro, Carlos Corrêa Mascaro e Moysés Brejon, com a colaboração de Abigail Alvarenga, José Augusto Dias, Lady Lina Traldi, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Myrtes Alonso e Nelson Rosamilha. Os textos registram ainda como presidentes de honra do I Simpósio Brasileiro o Dr. Ulhôa Cintra, então reitor da USP, Paulo Sawaya, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e Anísio S. Teixeira, Diretor do INEP, que patrocinou o evento. Além dos membros da Comissão Organizadora e seus colaboradores já mencionados, lá estavam, entre outros conhecidos mestres fundadores, Antônio Pithon Pinto, da Bahia, nosso primeiro presidente; Paulo de Almeida Campos, de Niterói, nosso segundo presidente; Antônio Gomes Moreira Júnior, do Pará; Lirêda Facó, do Ceará; Maria Antonieta Bianchi, de Minas Gerais; Maria Aparecida Bortoletto, de São Paulo; Padre Theobaldo Franz, de São Leopoldo; Irmão Faustino João, de Porto Alegre; Lauro Esmanhoto, do Paraná; Merval Jurema, do Recife; Nicéia Moreira Bussinger, de Vitória; Maria Aparecida Bortoletto, Roberto Moreira e numerosos outros pioneiros, especialmente das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, tanto públicas como privadas, do Estado de São Paulo.

Nos primórdios da ANPAE merecem destaque os oito *Cadernos de Administração Escolar*, que alimentaram nossos primeiros estudos e pesquisas da área (TEIXEIRA, 1964; QUERINO, 1965; BREJON, 1966; MASCARO; 1968; TEIXEIRA, MASCARO, RIBEIRO & BREJON, 1968; DIAS, 1972; MELCHIOR, 1972). O ciclo dos *Cadernos de Administração Escolar* se encerra no início da década de 1980, com a publicação do caderno número oito – *Administração da Educação no Brasil: evolução do conhecimento* (SANDER, 1982), edição comemorativa do vigésimo aniversário de fundação da ANPAE. Em edição mais recente, destaca-se o trabalho de Catani e Gilioli (2004), que resgatou a história da contribuição da ANPAE em sua primeira década de vida.

Na sequência das publicações pioneiras das duas primeiras décadas, veio a *Revista Brasileira de Administração da Educação*, que fundamos em 1983, no final da minha primeira gestão. Foi sem dúvida um marco importante no campo editorial especializado da ANPAE. Em 1996, na gestão de Regina Vinhaes Gracindo, o periódico mudou seu nome para *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, à luz da própria mudança do nome da ANPAE para Associação Nacional de Política e Administração da Educação, por força da reforma estatutária daquele ano. No ano 2000, na gestão de Rinalva Cassiano Silva, a ANPAE inicia a coleção *Biblioteca ANPAE*, com a Série Livros e a Série Cadernos ANPAE, vigentes até hoje.

Desde 2006, os programas dos Simpósios Brasileiros e congressos internacionais e os trabalhos completos neles apresentados e debatidos estão disponibilizados no portal da ANPAE (SIMPÓSIO, 2007; SIMPÓSIO, 2009; SIMPÓSIO 2011; CONGRESSO, 2010). Graças aos investimentos realizados nos últimos anos, temos hoje a infra-estrutura tecnológica instalada no nosso portal para que possamos continuar a fazê-lo no futuro. Da mesma forma, é possível incluir facilmente no portal da ANPAE os programas e trabalhos completos dos Simpósios Brasileiros e congressos internacionais anteriores que tenham sido salvados em CD-ROM.

É à luz destas considerações que escrevemos este Relatório de Gestão 2006-2011, conscientes das potencialidades e limitações de trabalhos desta natureza, escrito por ocasião da intensa atividade preparatória ao Simpósio Brasileiro comemorativo do Jubileu de Ouro da ANPAE. O trabalho não pretende ser um estudo acadêmico. É um simples relato dos atos e fatos da vida da Associação nos últimos cinco anos. Confio que sua leitura possa oferecer subsídios para avaliar a ação da ANPAE e para facilitar futuros planos e projetos para nossas atividades associativas. Os trabalhos acadêmicos apresentados e debatidos nos Simpósios Brasileiros e congressos internacionais deste período já foram divulgados em CD-ROM e estão disponibilizados no portal da ANPAE.

O presente Relatório de Gestão está dividido em duas partes que se complementam mutuamente. A primeira parte apresenta o levantamento das atividades e eventos realizados durante a gestão que hoje termina, com base nos dados recolhidos ao longo dos anos. Para fazer este levantamento foi importante contar com a colaboração sempre presente e solícita de nossos colegas de Diretoria, vice-presidentes regionais e diretores das Seções Estaduais. Em função dos relatórios recebidos na Presidência, algumas referências e relatos são mais completos e detalhados, outros mais resumidos, mas todos foram escritos com o mesmo objetivo de compartilhar os atos e fatos da Associação e de facilitar o acesso à informação especializada na nossa área de atuação.

A segunda parte do Relatório de Gestão divulga documentos produzidos e desenvolvidos durante a gestão 2006-2011, que refletem a sua filosofia de ação e seus compromissos públicos com a gestão democrática da educação, o exercício da cidadania e a promoção humana. Os documentos registram atos e fatos que continuam a influenciar e regular a vida da Associação, como o Estatuto Social, as eleições gerais e as declarações político-pedagógicas.

Ao submeter o Relatório de Gestão, gostaria de registrar minha profunda gratidão aos associados e associadas pela confiança depositada nas eleições em 2006, reiterada em 2008 e depois em 2009 até o presente, para ser seu interlocutor no âmbito interno da Associação e seu representante e porta-voz no espaço público da educação brasileira. Congratulo-me especialmente com os colegas do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho Editorial e com os colaboradores da Presidência que, conscientes das possibilidades da democracia deliberativa para a promoção humana, se empenharam na mobilização coletiva dos colegas do quadro associativo, independentemente de sua orientação intelectual e de suas percepções e interpretações dos atos e fatos político-pedagógicos da educação brasileira. Destaco o trabalho de nossos vice-presidentes e diretores estaduais, nosso diretor executivo e diretores de programas, nossas editoras, editoras associadas e assistentes editoriais da Revista, da Coleção Biblioteca ANPAE e do informativo *ANPAE Notícias*, nossos incansáveis colaboradores nos comitês científicos dos simpósios e outros eventos da ANPAE, nossos assistentes técnicos e administrativos no gabinete da Presidência, no escritório da Diretoria Executiva e nas sedes das Seções Estaduais, assim como a todos e todas as colegas que se dedicaram à organização e realização de nossos projetos e eventos nacionais, regionais e estaduais.

O exercício da Presidência foi uma oportunidade única de aprendizagem sobre as potencialidades da gestão democrática e da promoção humana, sobre a capacidade de dar e receber, de aprender e ensinar, de viver e conviver em regime de cooperação e respeito mútuo no espaço público das entidades da sociedade civil organizada no campo da educação. A convivência associativa dos últimos anos me proporcionou uma feliz oportunidade para aprender com os colegas pelo país afora. Cada conversa ou email, cada referência elogiosa ou reclamação, cada contribuição ou crítica foi fator de aprendizagem e enriquecimento pessoal e social.

No contexto de todos estes desenvolvimentos, deixo constância que tive enorme prazer em trabalhar e lutar de braços dados com todos os associados e associadas e com cada colega em particular. A resposta a sua honrosa confiança foi minha disposição de servir, nos limites de minas possibilidades, durante estes cinco anos, como o foi nos mandatos das décadas de 1970 e 1980, pois considero que servir a seus pares por eleição ou delegação é sumamente gratificante. É igualmente gratificante poder compartilhar a superação de dificuldades ao longo da caminhada e celebrar as conquistas que juntos soubemos merecer, tornando-nos autores coletivos de pleno direito de mais um capítulo da história da ANPAE, que no dia de hoje comemora o seu Jubileu de Ouro.

Benno Sander
Presidente da Anpae
Niterói, RJ, 11 de fevereiro de 2011

REFERÊNCIAS

BREJON, Moysés. *Alguns aspectos da formação de administradores escolares*. Salvador: ANPAE, Caderno de Administração Escolar III, 1966, 26p.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Souza Porto. *Administração escolar: a trajetória da Anpae na década de 1960.* Rio de Janeiro: DP&A, Coleção Biblioteca Anpae, 2004, 116p.

CONGRESSO Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação (1: 2010: Elvas e Cáceres). **Espaço Público da Educação: emergência de políticas e práticas locais, regionais e nacionais:** programa e trabalhos completos do Brasil. Organizador Benno Sander. Niterói (RJ): ANPAE, 2010. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802.

DIAS, José Augusto. *Sistema escolar brasileiro*. Niterói: ANPAE, Caderno de Administração Escolar V, 1972, 132 p.

FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Orgs.). *Política educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Liber Livro, em co-edição com a Anpae – Coleção Biblioteca Anpae, 2009, 346p.

GATTI, Bernardete A. *Gestão e ação: avaliação externa da dinâmica da ANPAE no Quadriênio 2000-2004.* São Paulo: ANPAE, Coleção Biblioteca Anpae, 2004. 1 CD-ROMM. ISSN 1677-3802.

JUNIOR, Luiz de Sousa; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; FRANÇA, Magna. *Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino.* Brasília: Liber Livro, em co-edição com a Anpae – Coleção Biblioteca Anpae, 2011.

MACHADO, Lourdes Marcelino; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). *Política e gestão da educação: dois olhares.* Rio de Janeiro: DP&A, Coleção Biblioteca Anpae, 2002, 232p.

MAIA, Graziela Zambon Abdian. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2008. ISSN 1678-166X.

MARTINS, Ângela Maria. *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)*. Brasília, DF: Liber Livro Editora, Coleção Biblioteca ANPAE, 2011.

MASCARO, Carlos Corrêa. *A administração escolar na América Latina*. Salvador, Bahia: ANPAE, Caderno de Administração Escolar IV, 1968, 47p.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. *Financiamento da Educação no Brasil: Recursos financeiros públicos e privados*. São Paulo: ANPAE, Caderno de Administração Escolar VI, 1972, 184p.

OLIVEIRA, Cleiton de; LOPES, Valéria Virginia. In MARTINS, Ângela Maria (Org.). *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)*. Brasília, DF: Liber Livro Editora, Coleção Biblioteca ANPAE, p. 249-306, 2011.

PEREIRA, G. R. M.; ANDRADE, M. C. L. A construção da administração da educação na RBPAE (1983-1996). *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1393-141, set./dez. 2005. Com anuência da editora da revista *Educação e Sociedade* e dos autores, o artigo também foi publicado na *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 137-151, jan./abr. 2007.

RIBEIRO, José Querino. *Introdução à administração escolar.* Salvador: ANPAE, Caderno de Administração Escolar II, 1965, 30p.

SANDER, Benno. *Administração da educação no Brasil: evolução do conhecimento*. Fortaleza: Edições UFC; Brasília: ANPAE, 1982.

SANDER, Benno. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.* Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 421-447, set./dez. 2007.

SANDER, Benno. Genealogia do conhecimento da administração da educação e o papel da Anpae como entidade da sociedade civil. In: SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (23: 2007: Porto Alegre). *Por uma Escola de Qualidade para Todos*: programação e trabalhos completos. Niterói: ANPAE; Porto Alegre: UFRGS/FACED/PPGEDU, 2007. 1 CD-ROM. (Série Cadernos ANPAE, n. 4). Uma versão revisada deste artigo está disponibilizada no portal da ANPAE, sob o título Uma introdução à história da Anpae como sociedade civil no campo da educação. http://www.anpae.org.br/

SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (23: 2007: Porto Alegre). *Por uma escola de qualidade para todos: apresentação, programa, resumos*. Organizador Benno Sander. Niterói, RJ: ANPAE; Porto Alegre, RS: UFRGS/FACED/PPGEDU, Série Cadernos ANPAE, n. 3, 2007, 214p. ISSN 1677-3802.

SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (23: 2007: Porto Alegre). *Por uma escola de qualidade para todos: programação e trabalhos completos*. Organizador Benno Sander.

Niterói, RJ: ANPAE; Porto Alegre, RS: UFRGS/FACED/PPGEDU, Série Cadernos ANPAE, n. 4, 2007. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802.

SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (24: 2009: Vitória, ES). *Direitos Humanos e Cidadania – desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação: programa e resumos.* Organizadores: Benno Sander; Eliza Bartolozzi Ferreira. Niterói (RJ): ANPAE; Vitória (ES): UFES/CE/PPGE, Série Cadernos ANPAE, n. 7, 2009, 288p. ISSN 1677-3802.

SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (24: 2009: Vitória). *Direitos Humanos e Cidadania – desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação: programa e trabalhos completos.* Organizadores: Benno Sander; Eliza Bartolozzi Ferreira. Niterói (RJ): ANPAE; Vitória (ES): UFES/CE/PPGE, Série Cadernos ANPAE, n. 8, 2009. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802.

SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (25: 2011: São Paulo). *Políticas Públicas e Gestão da Educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas*: *programa e resumos de trabalhos.* Organizador: Benno Sander; Niterói (RJ): ANPAE, Série Cadernos ANPAE, n. 11, 2011. ISSN 1677-3802.

SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (25: 2011: São Paulo). *Políticas Públicas e Gestão da Educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas*: *Programa e trabalhos completos.* Organizador: Benno Sander; Niterói (RJ): ANPAE, Série Cadernos ANPAE, n. 11, 2011. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802.

SOUZA, Donaldo Bello de. Processos de gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados nos anais de eventos nacionais e internacionais da Anped e da Anpae (2000-2008). In MARTINS, Ângela Maria (Org.). *Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008)*. Brasília, DF: Liber Livro Editora, Coleção Biblioteca ANPAE, p. 249-306, 2011.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Natureza e função da administração escolar.* Salvador: ANPAE, Caderno de Administração Escolar I, 1964, 16p.

TEIXEIRA, Anísio S., MASCARO, Carlos C., RIBEIRO, J. Querino, BREJON, Moysés. *Administração Escolar*. Salvador: ANPAE, Edição Comemorativa do Simpósio Interamericano de Administração Escolar, 1968, 95p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar.* São Paulo: Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1961.

WITTMANN, Lauro Carlos & GRACINDO, Regina Vinhaes (Orgs.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil:* 1991 a 1997. Brasília: ANPAE; Campinas: Editora Autores Associados, 2001, 272p.

PRIMEIRA PARTE

Introdução

1 Programas e Atividades de 2006 e 2007: Dimensionando a Ação Associativa

2 Programas e Atividades de 2008 e 2009: a Luta pela Sustentabilidade Institucional

3 Programas e Atividades de 2010: Consolidando Novas Práticas e Conquistas

4 Revista Brasileira de Política e Administração da Educação: 2006-2011

5 Administração, Finanças e Contabilidade

INTRODUÇÃO

Desde a sua fundação, em 1961, a Associação Nacional de Administração da Escolar (ANPAE), hoje Associação Nacional de Política e Administração da Educação, organiza e desenvolve seus programas e atividades por biênio. Este fato guarda relação com o disposto no Estatuto da ANPAE de que a cada dois anos os membros do quadro associativo realizem eleições diretas para a escolha dos dirigentes da entidade. Esta saudável forma de escolha dos nossos dirigentes, que visa a garantir a alternância de poder na administração da Associação, se insere na própria filosofia de gestão democrática adotada pela ANPAE, como entidade da sociedade civil organizada no campo da educação, da formação cidadã e da promoção humana.

É no contexto da alternância de poder que marca a história da ANPAE que, no dia 17 de março de 2006, tomaram posse os membros da Presidência e do Conselho Fiscal da ANPAE para o biênio de 2006-2007, em ato realizado na Fundação Cesgranrio, na cidade do Rio de Janeiro, e presidido pelo associado José Raymundo Martins Romêo. Conforme consta em ata da reunião da Comissão Eleitoral, realizada um mês antes, sob a presidência do associado Walter Esteves Garcia, foram eleitos os seguintes dirigentes para o biênio 2006-2007: Benno Sander, para presidente; Lourdes Marcelino Machado, para vice-presidente nacional; Miriam Fábia Alves e Regina Cestari de Oliveira, para vice-presidente da Região Centro-Oeste e adjunta, respectivamente; Kátia Siqueira de Freitas e Magna França, para vice-presidente da Região Nordeste e adjunta, respectivamente; Orlando Nobre Bezerra de

Souza e Leila Soares de Souza Perussolo, para vice-presidente da Região Norte e adjunta, respectivamente; Marcelo Soares Pereira da Silva e Eliza Bartolozzi Ferreira, para vice-presidente da Região Sudeste e adjunta, respectivamente; e Alboni Marisa Vieira e Antônio Elízio Pazeto, para vice-presidente da Região Sul e adjunto, respectivamente. Os conselheiros titulares do Conselho Fiscal para o biênio 2006-2007, empossados na ocasião foram: Flávia Obino Correa Werle, Alberto de Mello e Souza e José Valdir Pereira. Para suplentes do Conselho Fiscal foram eleitos Lucia Helena G. Teixeira, Miriam Paura S. Zippin Grinspun e Mirza S. Toschi.

Na cerimônia de posse e transmissão de cargo, a professora Fátima Cunha Ferreira Pinto, presidente na gestão 2004-2005, referiu-se às atividades realizadas no seu mandato, agradeceu a colaboração de seus colegas de Diretoria e dos associados e, em seguida, transmitiu o cargo de presidente ao professor Benno Sander, desejando-lhe uma ação exitosa à frente da Associação. Em seguida, o professor Benno Sander deu posse aos demais membros eleitos para a Presidência e o Conselho Fiscal e traçou as diretrizes gerais para a ação da ANPAE no biênio 2006-2007. O professor Walter Esteves Garcia, em nome da Comissão Eleitoral e dos colegas anpaeanos presentes, destacou o trabalho realizado na gestão da professora Fátima Cunha Ferreira Pinto e desejou sucesso aos novos quadros dirigentes.

Os primeiros atos do novo presidente foram o aluguel de um espaço comercial na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro, para a instalação do gabinete da Presidência, e a nomeação de seus colaboradores imediatos: Erasto Fortes Mendonça, para diretor executivo; Arthur Santa Rosa, para diretor secretário; Maria Beatriz Luce, para diretora de publicações e editora da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*; Afrânio Mendes Catani, para diretor de cooperação institucional; e Simone Caputo Gomes e Beatrice Boechat D'Elia, respectivamente editora e jornalista responsável do boletim *ANPAE Notícias*. Com esta equipe inicial

e o crescente envolvimento dos dirigentes das Seções Estaduais e vice-presidentes regionais começaram as atividades associativas nacionais, regionais e estaduais da nova gestão.

No primeiro trimestre, a atividade principal da Presidência foi a preparação do **Plano Estratégico da ANPAE** para o mandato que se iniciava e que se estendeu, por força de reeleição e prorrogação, até o mês de abril de 2011. No âmbito da gestão 2006-2011 como um todo, O VI Plano Estratégico foi elaborado em três momentos subseqüentes. O planejamento inicial foi feito para o biênio 2006-2007, com ampla participação e posterior aprovação do Conselho Deliberativo. Com a re-eleição da Presidência para um novo mandato, o Plano Estratégico inicial foi estendido e aprovado pelo Conselho Deliberativo para o biênio 2008-2009, incorporando modificações e novas atividades sugeridas pela avaliação do primeiro mandato. Finalmente, com a extensão do mandato por um ano adicional, votada pela Assembleia Geral realizada em Vitoria, Espírito do Santo, no dia 12 de agosto de 2009, o VI Plano Estratégico foi atualizado e prorrogado até o primeiro quadrimestre de 2011, nele incluindo novas atividades em resposta às necessidades e renovadas aspirações do quadro associativo.

A elaboração do **VI Plano Estratégico da ANPAE**, com seus objetivos, projetos e procedimentos por linhas programáticas, tomou em conta a natureza e o perfil institucional da Associação e sua estrutura organizacional e administrativa. Suas atividades estão agrupadas em torno de seis **programas**: Programa de Mobilização Associativa, Programa de Publicações, Programa de Pesquisa Educacional, Programa de Intercâmbio Institucional, Programa de Cooperação Internacional e Programa de Formação e Desenvolvimento. Cada um dos programas é constituído por um leque de **projetos**. Em seu conjunto, os programas e seus projetos procuram responder aos principais compromissos do quadro associativo com a consecução dos objetivos prioritários da ANPAE, como entidade da sociedade civil organizada no campo

da educação. Neste sentido, a justificativa e os objetivos dos programas estão ancorados no artigo 3º do Estatuto da Associação e guardam relação com o compromisso de atender aos renovados interesses coletivos de caráter profissional, cultural e acadêmico dos associados. Do ponto de vista organizacional e administrativo, cada um dos **programas** está sob a responsabilidade de um **diretor**, nomeado pelo Presidente, ouvido o Conselho Deliberativo, e que integra o Gabinete da Presidência.

Com a equipe inicial nomeada, o escritório da Presidência montado e o Plano Estratégico da ANPAE aprovado, começaram as atividades associativas nacionais, regionais e estaduais da nova gestão, que deflagrou um renovado movimento de mobilização do quadro associativo pelo país afora, viabilizado pelo crescente envolvimento dos dirigentes das Seções Estaduais e vice-presidentes regionais. O resultado do movimento, tímido no princípio, mas exitoso no final, se registra neste Relatório de Gestão.

1
PROGRAMAS E ATIVIDADES DE 2006 e 2007
dimensionando a ação associativa

No biênio 2006-2007, os projetos e atividades principais da ANPAE se dividiram entre os diversos programas do Plano Estratégico, com atenção especial ao Programa de Mobilização Associativa; Programa de Publicações; e Programa de Formação e Desenvolvimento. Mereceram destaque prioritário a publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*; a promoção do IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, na Universidade de Lisboa, em regime de cooperação entre o Fórum Português de Administração Educacional e a ANPAE; e a realização do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, junto com o V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceira com o Fórum Português de Administração Educacional e o Fórum Europeu de Administração da Educação da Espanha.

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ASSOCIATIVA

Grande parte do ano de 2006 foi dedicada a dimensionar a prática associativa, baseada na capacidade de conviver e aprender com o confronto de diferentes orientações teóricas e práticas educacionais, visando a encaminhar construtivamente diferentes percepções e interpretações político-pedagógicas em benefício

do coletivo dos associados. Iniciou-se, naquele primeiro ano, um esforço para continuar a atualização dos dados cadastrais dos associados, como se vinha fazendo nas gestões anteriores, visando a facilitar a comunicação, o intercâmbio e a ação coletiva. Neste contexto, preparamos a infra-estrutura tecnológica para atualizar e manter o banco de dados dos associados online que passou a ser implantado a partir de 2007, iniciativa que teve duradouro impacto na vida da Associação.

A segunda preocupação, no início do mandato, foi a construção de uma base financeira sustentável, mediante a cobrança persistente das contribuições associativas e a busca de recursos externos para a execução dos programas prioritários, como os das publicações, dos simpósios, das reuniões estatutárias e a inserção da ANPAE no movimento político-pedagógico no âmbito das associações congêneres e outras entidades da sociedade civil organizada no campo da educação. O primeiro ano foi um ano difícil para as finanças da ANPAE. Pese aos esforços, terminamos o ano com débitos a regularizar e adiantamentos a reembolsar, conforme consta no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, aprovados pelo Conselho Fiscal, em 11 de novembro de 2007, e pela Assembléia Geral da ANPAE, realizada no dia 14 de novembro do mesmo ano, em Porto Alegre.

Entre as estratégias para preparar o caminho de uma renovada ação associativa e recuperação da base financeira a partir de 2007 priorizamos a mobilização interna do quadro associativo, a busca de apoios institucionais junto a órgãos públicos, como o MEC, CAPES, INEP, CNE, CNPq, UNESCO e OEI e a crescente inserção nacional e internacional da ANPAE. O primeiro grande resultado dessa estratégia de ação veio no segundo semestre de 2007, com a realização do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o decidido apoio de instituições

nacionais, organizações internacionais de educação, como se verá mais adiante neste Relatório.

A segunda estratégia da Presidência no início do biênio 2006-2007 foi estreitar nossas parcerias com as Presidências das principais entidades congêneres da sociedade civil organizada no campo da educação – ANPED, ANFOPE, CEDES, FORUMDIR – assim como a CNTE, o CONSED e a UNDIME. Essas parcerias se materializaram em ações conjuntas junto ao Ministério da Educação e outros órgãos governamentais em temas de formulação de políticas educacionais, com destaque para as políticas de formação e valorização dos profissionais da educação. Nesse contexto, a ANPAE participou de reuniões no Congresso Nacional e no Conselho Nacional de Educação, de audiências com o ministro da Educação e reuniões nas Secretarias e Diretorias do MEC e outros órgãos do governo federal. Foi assim que a ANPAE acentuou sua participação na rearticulação das associações científicas de educação em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, da reavaliação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dez anos após sua promulgação e da realização da Conferência Nacional de Educação Básica em 2008 e da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em 2010.

PROGRAMA DE PUBLICAÇÕES

Duas publicações periódicas mereceram a atenção inicial dos órgãos dirigentes da ANPAE no mandato 2006-2007: continuação e aperfeiçoamento da edição da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)* e do boletim informativo *ANPAE Notícias*. Com este propósito, uma das primeiras ações do presidente foi a nomeação de Maria Beatriz Luce como diretora do Programa de Publicações e editora da RBPAE, como já o fizera em 1983, por ocasião da fundação do periódico da ANPAE. Da mesma forma, nomeou a Simone Caputo Gomes (USP) para

editora do informativo *ANPAE Notícias*, e Beatrice Boechat D'Elia (UNISUL), como jornalista responsável.

Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)

Durante toda a gestão 2006-2011, a direção do Programa de Publicações da ANPAE e a Editoria da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educaçã*o *(RBPAE)* estiveram a cargo da professora Maria Beatriz Luce (UFRGS), editora da Revista. O número temático sobre financiamento da educação de 2006 contou com a colaboração de Nalú Farenzena (UFRGS) como editora associada; e o da formação dos profissionais da educação teve a Magali de Castro (PUC/MG) como editora associada.

No período de transição da gestão 2004-2005 para a gestão 2006-2007, cumpre destacar que a nova Editoria da Revista contou com a valiosa colaboração da ex-presidente Fátima Cunha Ferreira Pinto, assim como do então editor e editor associado, respectivamente Cândido Alberto Gomes (UCB) e Álvaro Chrispino (CEFET-RJ).

Para orientar a política editorial da Revista, o presidente da ANPAE constituiu o novo Conselho Editorial, integrado pelos seguintes educadores brasileiros e estrangeiros: Benno Sander, Universidade Federal Fluminense, presidente do Comitê; Bernardete A. Gatti, Fundação Carlos Chagas; Cândido Alberto Gomes, Universidade Católica de Brasília; Carlos Alberto Torres, Universidade da Califórnia em Los Angeles; Carlos Roberto Jamil Cury, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Célio da Cunha, Universidade de Brasília; Edivaldo Machado Boaventura, Universidade Federal da Bahia; Fernando Reimers, Harvard University, Estados Unidos; Inés Aguerrondo, UNESCO/IIPE/Buenos Aires, Argentina; Janete Lins Azevedo, Universidade Federal de Pernambuco; João Barroso, Universidade de Lisboa, Portugal;

João Gualberto de Carvalho Meneses, Universidade da Cidade de São Paulo; Jorge Ferreira da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Juan Casassus, UMCE, Santiago, Chile; Lauro Carlos Wittmann, Universidade Regional de Blumenau; Licínio Carlos Lima, Universidade do Minho, Portugal; Lisete Regina Gomes Arelaro, Universidade de São Paulo; Luiz Fernandes Dourado, Universidade Federal de Goiás; Maria Beatriz Moreira Luce, Universidade Federal do Pampa, editora da Revista; Regina Vinhaes Gracindo, Universidade de Brasília; Rinalva Cassiano Silva, Universidade Metodista de Piracicaba; Sofia Lerche Vieira, Universidade do Estado do Ceará; Steven J. Klees, University of Maryland, Estados Unidos; Walter Esteves Garcia, Instituto Paulo Freire.

A Editoria da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educaçã*o *(RBPAE)* coordenou as seguintes atividades no curso do biênio 2006-2007: concepção de novo projeto editorial e novo desenho gráfico da RBPAE, com a contribuição profissional da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em particular de Carla M. Luzzatto; preparação do projeto de política editorial e comercial da Revista; atualização de registro junto ao IBICT e identificação dos números de ISSN da Revista em suas distintas denominações e fases editoriais; abertura da conta bancária ANPAE-RBPAE no Banco do Brasil, Agência UFRGS, destinada à movimentação financeira relacionada com a produção, comercialização e distribuição da Revista; e programação de um número temático sobre financiamento da educação em 2006 e outro sobre a formação do educador em 2007.

Depois de 23 anos de periodicidade semestral, a partir de 2007 a RBPAE passou a ser editada quadrimestralmente. No QUALIS da CAPES a Revista mereceu excelente avaliação no campo da educação (B1). Ainda em 2007, a Revista começou a contar com o apoio financeiro da Representação da UNESCO no Brasil.

ANPAE Notícias

Desde a sua fundação, em 1961, a ANPAE vem publicando um boletim informativo, com distintas denominações, tiragens e periodicidades. Em 2006 o boletim, com a denominação de ***ANPAE Notícias***, modificou seu projeto editorial e desenho gráfico, acentuando sua orientação essencialmente informativa. O boletim vem sendo distribuído a todos os associados, com o objetivo de servir de veículo de informação e comunicação e de promoção do processo associativo no âmbito interno da Associação. A coordenação editorial do ANPAE Notícias durante toda a gestao esteve a cargo de Simone Caputo Gomes (USP), editora-chefe, secundada por Beatrice Boechat D'Elia (UNISUL), como jornalista responsável.

Em 2006 e 2007 foram editados três números do boletim por ano. Por determinação da Presidência, em 2008 foram distribuídos 2 números; e em 2009 e 2010, apenas uma edição anual, distribuída no mês de dezembro. A estratégia de reduzir gradativamente o número de edições anuais, até a publicação de um único número anual obedece à decisão de utilizar crescentemente o portal da ANPAE como instrumento de informação e divulgação. A estratégia também representa uma economia considerável de recursos de produção gráfica, trabalho administrativo e correio.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A formação e desenvolvimento profissional dos educadores dedicados à formulação de políticas públicas e à adoção de práticas de gestão de instituições escolares e universitárias e de sistemas de ensino é um objetivo histórico da ANPAE, sua própria razão de existir. As atividades de apoio à formação e desenvolvimento profissional – reunidas no Programa de Formação e Desenvolvimento – se realizam nos seus seminários, cursos e reuniões regionais e locais, programas de intercâmbio educacional e, especialmente,

em seus tradicionais Simpósios Brasileiros de Política e Administração da Educação. O Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e os congressos internacionais, assim como os seminários regionais e estaduais são os projetos prioritários deste Programa, destinado a propiciar a aprendizagem coletiva, através do ensino e intercâmbio de conhecimentos e experiências e de estudos e pesquisas em desenvolvimento.

No curso de 2006-2007, se destacaram as seguintes atividades e eventos em matéria de formação e desenvolvimento profissional.

X Seminário Estadual de Política e Administração da Educação de São Paulo

O X Seminário Estadual de São Paulo, que teve como tema central dos debates *a articulação estado/município na gestão da educação básica*, foi organizado pela ANPAE/São Paulo, com o apoio dos programas de pós-graduação da UMESP e da UNISANTOS, e realizado na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), em São Bernardo do Campo, de 28 a 30 de junho de 2006, sob a coordenação de Ângela Maria Martins (FCC e UNISANTOS) e Sandra Zákia (USP), respectivamente diretora e vice-diretora da ANPAE/São Paulo. A ANPAE/São Paulo, que elegeu nova direção estadual, protagonizada por Miguel Henrique Russo (UNINOVE) e Pedro Ganzeli (UNICAMP), preparou imediatamente um projeto, com ampla consulta aos dirigentes da Seção, para a sua próxima reunião estadual, programada para o mês de junho de 2008.

XVIII Simpósio Catarinense da AAESC e VI Seminário Estadual da ANPAE/SC

O XVII Simpósio Catarinense de Administração Escolar da AAESC e o VI Seminário Estadual de Política e Administração da Educação da ANPAE, que tiveram como tema central *Políticas*

educacionais e gestão da escola, realizaram-se nos dias 17 a 20 de setembro de 2006, no Hotel Marambaia, no Balneário de Camboriú, numa iniciativa da Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina (AAESC) em parceria com a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE/SC). Os eventos foram coordenados por Mariléia Silveira da Costa e Elói Zambon, respectivamente, presidente e vice-presidente da AAESC, e por Jarbas José Cardoso (UDESC), diretor da ANPAE/Santa Catarina. Os conferencistas convidados para o evento foram: Vitor Henrique Paro (USP), Benno Sander (UFF), Lauro Carlos Wittmann (FURB) e Jarbas José Cardoso (UDESC). Por ocasião do Simpósio, realizou-se reunião de avaliação e planejamento das atividades da ANPAE na Região Sul, em que participaram Benno Sander (presidente da ANPAE), Alboni Marisa Vieira (vice-presidente da Região Sul), Antônio Elízio Pazeto (vice-presidente adjunto da Região Sul), Jarbas José Cardoso (diretor da ANPAE/SC), Marilise Monteiro de Souza Zocolli (diretora da ANPAE/PR) e Lauro Carlos Wittmann, representando a professora Selina Maria Dal Moro (diretora da ANPAE/RS).

Reuniões em Caxambu, Minas Gerais

O presidente da ANPAE convocou os anpaeanos presentes em Caxambu por ocasião da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) para um encontro no dia 16 de outubro de 2006, com o objetivo de considerar temas de interesse da Associação. Foi ocasião propícia para o intercâmbio de informações e opiniões com membros presentes do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho Editorial da ANPAE.

Da mesma forma, por ocasião da 30ª Reunião Anual da ANPEd em Caxambu, de 7 a 10 de outubro de 2007, atendendo a convite da professora Márcia Ângela da Silva Aguiar (presiden-

te da ANPEd), a ANPAE participou das comemorações do 30º aniversário de fundação da ANPEd. Participou ainda de mesa redonda sobre a formação dos profissionais da educação e de ato público protagonizado pelas entidades científicas da sociedade civil no campo da educação, em comemoração do décimo aniversário de promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, ocasião em que o presidente da ANPAE fez pronunciamento sobre o engajamento histórico da Associação na formação do pensamento pedagógico brasileiro e sua participação nas lutas pelo direito à educação de qualidade para todos, pela defesa da escola pública e pela formação do educador e dos especialistas em política e gestão da educação no Brasil.

IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação da ANPAE no Nordeste

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através do seu Programa de Pós-Graduação em Educação, do Departamento de Educação e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas sediou, pela primeira vez, eventos da ANPAE, organizados pela Vice-Presidência Regional do Nordeste. O IV Seminário Regional, realizado conjuntamente com o V Encontro Estadual da ANPAE no Rio Grande do Norte, foi preparado sob a coordenação das professoras Kátia Siqueira Freitas (UCSAL/BA), vice-presidente regional, Magna França (UFRN), vice-presidente regional adjunta, e a Diretora da Seção Estadual/RN e Eurilene Santana Balbi (SEEC/RN), diretora da Seção Estadual/RN.

O **IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste** realizou-se no período de 8 a 10 de novembro de 2006, com 532 pessoas inscritas, sendo que destes, 158 eram gestores das escolas estaduais do RN e municipais de Natal/RN. Os demais participantes eram professores e alunos de graduação e pós-graduação de 17 universidades brasileiras e

da Universidade de Aveiro/Portugal. O evento teve como tema **Políticas de Formação e Gestão Educacional**, cuja conferencia de abertura esteve sob a responsabilidade do presidente da ANPAE, professor Benno Sander e como debatedor o professor Vicente de Paulo C. Madeira. Em função do tema aglutinaram-se cinco sub-temas que originaram as mesas redondas, com conferencistas de Programas de Pós-Graduação em Educação e outras instituições de educação superior: a) a formação do educador; b) políticas e gestão da educação básica; c) gestão de Sistema e avaliação; d) gestão do conhecimento escolar; e) gestão e financiamento: resultados de pesquisas.

Participaram como colaboradores 18 professores conferencistas das Instituições de Ensino Superior: UFRN, UFPE, UFAL, UFBA, UFPB, UECE; UCSAL/Bahia, UERN, IFRN, Universidade de Aveiro/Portugal, bem como de especialistas integrantes do INEP/MEC, Cesgranrio/RJ e Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte.

Os estudos contemplaram 261 trabalhos, dos quais 134 em comunicações orais e 127 em pôsteres, organizados em temas aglutinadores de estudos na Região e no Brasil, a saber: 1) história, cultura, políticas e gestão da educação; 2) práticas educativas, gestão escolar e formação docente; 3) comunicação, linguagens e gestão do conhecimento. A discussão suscitou reflexões sobre o processo de gestão do conhecimento e de gestão escolar por meio da divulgação e socialização de pesquisas científicas e experiências educacionais.

Por ocasião do IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação da ANPAE/Nordeste realizaram-se reuniões de avaliação e planejamento das atividades da ANPAE para a Região Nordeste, com a participação de Benno Sander, presidente da ANPAE, Kátia Siqueira de Freitas e Magna França e dos diretores de Seções Estaduais presentes.

Conjuntamente com o IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação da ANPAE no Nordeste, realizou-se Reunião Estadual da ANPAE do Estado do Rio Grande do Norte, sob a coordenação de Eurilene Santana Balbi, diretora da Seção da ANPAE/RN. O Seminário Regional e o Encontro Estadual prepararam uma programação acadêmica integrada dos dois eventos, visando a alcançar maior eficiência no aproveitamento dos recursos disponíveis.

VII Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Espírito Santo

O VII Encontro Estadual da ANPAE do Espírito Santo realizou-se nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2006, no Auditório do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), tendo como tema central *Educação e contemporaneidade: os desafios do pós-neoliberalismo*. A preparação, iniciada em 28 de agosto durante visita do presidente da ANPAE à Vitória, esteve sob a responsabilidade de uma Comissão Organizadora, presidida por Emilia Peixoto Vieira, diretora da ANPAE/Espírito Santo. O Encontro teve o apoio da UFES, em particular de seu programa de pós-graduação em educação e contou com a participação de Marcelo Soares Pereira da Silva (UFU) e Eliza Bartolozzi Ferreira (UFES), respectivamente, vice-presidente e vice-presidente adjunta da ANPAE da Região Sudeste.

VI Encontro Estadual de Política e Administração da Educação da Bahia

Nos dias 12 e 13 de dezembro de 2006, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação – Seção ANPAE/Bahia – promoveu o VI Encontro Estadual de Política e Administração da Educação, tendo como tema *Em tempos de reforma universitária*.

O Encontro se realizou sob a coordenação de Nelson Wanderley Ribeiro Meira, diretor da ANPAE/Bahia, na Faculdade Vasco da Gama, em Salvador. A conferência de abertura foi feita pela professora Kátia Siqueira de Freitas (UFBA), vice-presidente da ANPAE Nordeste, que representou a Presidência da ANPAE no evento. Para a realização do Encontro Estadual, a Seção da ANPAE/Bahia contou com a colaboração especial da Faculdade Vasco da Gama, a LDM, a Paulus e a Faculdade São Bento da Bahia. Por ocasião do Encontro Estadual de Política e Administração da Educação foi eleita nova Diretoria da Seção da ANPAE/Bahia, que ficou assim constituída: Maria da Conceição Sobral Gomes (diretora), Nelson Wanderley Ribeiro Meira (vice-diretor), Cleide Mira (secretária), Durval Carvalhal (tesoureiro), Jerônimo dos Santos (secretário suplente) e André Damaceno (tesoureiro suplente).

Lançamento do Cadastramento e Recadastramento pela Internet

Com circular de 8 de janeiro de 2007, a Presidência da ANPAE divulgou a agenda das principais ações da Associação programadas para aquele ano. Simultaneamente, deu início às atividades de recadastramento online dos associados e a cobrança das contribuições anuais de 2007 pela Internet. O recadastramento e o pagamento das anuidades online foi uma mudança de grandes proporções, com excelentes resultados em termos de facilidades para os colegas associados e re-início do processo de atualização dos dados cadastrais do quadro associativo.

As estatísticas em matéria de resultados são eloqüentes. Efetivamente, no final de 2006, somente 420 colegas da lista de 2.300 registros de entradas, herdada das administrações anteriores, eram associados no gozo de seus direitos associativos, ou seja, estavam quites com sua anuidade. Este número se multiplicou em 2007, resultante do cadastramento eletrônico online e de uma renovada

mobilização associativa, possibilitada pela participação ativa dos dirigentes regionais e diretores estaduais da ANPAE. No dia 31 de dezembro de 2007, o cadastro eletrônico da ANPAE revela que dos 1.292 educadores que se cadastraram online no curso do ano, 972 quitaram a respectiva anuidade. A conclusão mais importante desses dados é a confirmação de que um cadastro submetido e atualizado eletronicamente pelos próprios associados pelo portal da ANPAE paga elevados dividendos. Com o recadastramento online, a Secretaria da ANPAE passou a contar com os endereços eletrônicos e telefones atualizados de todos os associados que se cadastraram ou recadastraram, elemento fundamental para um efetivo processo de comunicação e gestão.

Encontro Regional e Reuniões Estaduais da ANPAE no Centro-Oeste

Organizado pela Vice-Presidência da ANPAE para a Região Centro-Oeste e pelas Seções Estaduais da ANPAE do Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso e a Coordenação da ANPAE de Tocantins, o evento se realizou na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, nos dias 2 e 3 de abril de 2007. O encontro teve como temática central *Políticas de financiamento e gestão da educação pública*. As atividades foram organizadas na forma de painéis e de quatro mesas, nas quais professores convidados discorreram sobre os seguintes temas: financiamento da educação pública; gestão escolar e trabalho docente; políticas públicas e gestão da educação; e avaliação institucional da educação superior. A coordenação do evento esteve a cargo de Miriam Fábia Alves, vice-presidente da ANPAE da Região Centro-Oeste, e Maria Abádia da Silva, diretora da ANPAE do Distrito Federal.

Por ocasião do Encontro Regional da ANPAE no Centro-Oeste, a Seção da ANPAE de Goiás, sob a direção de Nelson Abreu Júnior, se reuniu para tratar de temas específicos da Seção

Estadual, incluindo a preparação do processo eleitoral para o novo biênio. Da mesma forma, a Seção do Distrito Federal, sob a direção de Maria Abádia da Silva, aproveitou a oportunidade do Encontro Regional para realizar sua reunião anual, incluindo o encaminhamento do processo eleitoral para o próximo biênio.

ANPAE/Bahia Discute Políticas e Práticas de Formação de Gestores Escolares

No dia 26 de abril, a Seção da ANPAE/Bahia, em parceria com a Linha de Pesquisa de Política e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA, promoveu reunião de intercâmbio acadêmico, visando a oportunizar o debate sobre as atuais políticas educacionais e experiências desenvolvidas em matéria de formação de gestores da educação básica, além de promover o intercâmbio sobre os saberes produzidos acerca da temática pelas instituições de ensino superior e profissionais e estudantes da área. Na sessão, presidida por Maria da Conceição Sobral Gomes, diretora da ANPAE/Bahia, foram apresentadas duas experiências de formação de gestores desenvolvidas pela UFBA: Programa de Formação Continuada de Gestores de Educação Básica – coordenado por uma equipe do Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público, ISP – e o Curso de Especialização em Gestão Escolar a ser desenvolvido por professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essas duas experiências são representativas das atuais políticas educacionais de formação de gestores escolares na Bahia. A discussão dessas experiências contribuiu para a reflexão sobre a profissionalização dos gestores educacionais, além promover a socialização das atuais propostas de formação dos profissionais da educação.

Homenagem a José Querino Ribeiro na USP

No dia 27 de abril de 2007, a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) celebraram o centenário de nascimento de José Querino Ribeiro, pioneiro dos estudos sistemáticos de administração escolar no Brasil, a partir da publicação de seus livros *Fayolismo na administração das escolas públicas* e *Ensaio de uma teoria de administração escolar*. Na ocasião, a USP recordou a histórica contribuição de Querino Ribeiro à Universidade, em particular à Faculdade de Educação, da qual foi fundador e diretor. A ANPAE recordou a memorável semana de 5 a 11 de fevereiro de 1961 quando, na conclusão do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar realizado na USP, Querino Ribeiro – ao lado de Anísio Teixeira, Antônio Pithon Pinto, Paulo de Almeida Campos, Carlos Corrêa Mascaro e outros pensadores educacionais da época – liderou a fundação da Associação Nacional de Administração Escolar (ANPAE), hoje Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

A homenagem, preparada por João Gualberto de Carvalho Meneses, co-autor e assistente de José Querino Ribeiro na USP, e por Lisete Regina Gomes Arelaro, chefe do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da USP, foi presidida por Sônia Terezinha de Souza Penin, diretora da Faculdade de Educação, e Benno Sander, presidente da ANPAE. Eunice Ribeiro Duran representou a família de Querino Ribeiro e agradeceu, emocionada, a homenagem prestada a seu pai. Além disso, os seguintes conferencistas trataram de resgatar a obra de Querino: Vitor Henrique Paro, Lisete Regina Gomes Arelaro, João Gualberto de Carvalho Meneses, José Augusto Dias, Lourdes Marcelino Machado e Benno Sander. A cerimônia foi enriquecida com os depoimentos de alguns de seus primeiros discípulos e assistentes, entre eles, João Gualberto de Carvalho Meneses, Myrtes

Alonso, Anita Favaro Martelli, Maria Apparecida Bortoletto e Roberto Moreira.

ANPAE/Rio de Janeiro Inicia Nova Gestão

A Seção da ANPAE do Estado do Rio de Janeiro realizou suas eleições e os colegas eleitos tomaram posse no dia 26 de março de 2007, em reunião realizada no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A nova Diretoria eleita ficou assim constituída: Bertha de Borja Reis do Valle (UERJ), diretora; Álvaro Chrispino (CEFET), vice-diretor; Marly de Abreu Costa (UERJ), secretária; e Antônio Puhl (UFF), tesoureiro. A Diretoria realizou sua primeira reunião de trabalho no dia 30 de abril, com uma agenda dedicada ao planejamento de suas atividades e constituição de seus conselhos e grupos de trabalho. A partir de então, a Diretoria da Seção da ANPAE do Estado do Rio de Janeiro se vem reunindo regularmente na primeira segunda-feira de cada mês. A sede da Seção da ANPAE/Rio de Janeiro está na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Encontro Regional da ANPAE do Sudeste

Organizado pela Vice-Presidência da ANPAE para a Região Sudeste e Seções Estaduais da ANPAE de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, o evento se realizou na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, de 2 a 4 de maio de 2007, tendo como temática *Pesquisas e práticas em política e gestão da educação.* No intuito de constituir-se em espaço de reflexão e socialização de estudos e experiências no campo da política e gestão da educação, o evento teve como objetivos propiciar a interlocução entre profissionais e dirigentes dos sistemas de ensino, de gestores de escolas e universidades e de pesquisadores e

professores, visando a produzir novos conhecimentos, socializar estudos e experiências, repensar práticas educativas para o cotidiano das instituições de ensino e analisar reformas educacionais na contemporaneidade e suas implicações no campo educacional brasileiro, tanto no âmbito da organização e gestão da educação quanto no âmbito das políticas públicas na área. A coordenação do evento esteve sob a responsabilidade de Marcelo Soares Pereira da Silva, vice-presidente da ANPAE para a Região Sudeste. O presidente da ANPAE, Benno Sander, que proferiu a conferência inaugural, coordenou reunião dos diretores das Seções Estaduais da ANPAE Sudeste para avaliar a situação da Associação na região e revisar a programação do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, programado para o mês de novembro de 2007.

Por ocasião do Encontro da Região Sudeste, a Seção da ANPAE/Minas Gerais realizou reuniões para encaminhar as eleições para a nova diretoria da Seção Estadual, então sob a direção interina de Eunice Batista Gonçalves. Marcelo Soares Pereira da Silva, Eunice Batista Gonçalves e Dalila Andrade Oliveira conduziram as consultas preparatórias para as eleições que se realizaram em outubro de 2007, como se informará mais adiante.

Encontro Regional da ANPAE da Região Sul

Organizado pela Vice-Presidência da ANPAE para a Região Sul e as Seções Estaduais do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, o encontro regional se realizou na Universidade de Passo Fundo (UPF), RS, nos dias 9, 10 e 11 de maio de 2007. *Reinventando a gestão educacional: políticas públicas e conhecimento* foi o tema central dos debates e objeto da conferência inaugural do professor Benno Sander e da palestra de encerramento proferida pela professora Maria Beatriz Luce. A coordenação do evento coube a Alboni Marisa Vieira, vice-presidente da ANPAE para a

Região Sul, e a Selina Maria Dal Moro, diretora da ANPAE/RS. Por ocasião do Encontro da ANPAE da Região Sul, as anpaeanas e anpaeanos gaúchos fizeram reunião, convocada e presidida pela diretora Selina Maria Dal Moro, para iniciar a discussão sobre as eleições para a nova Diretoria da Seção Estadual. Houve também intensa promoção do programa do XXIII Simpósio Brasileiro, com realização programada para o mês de novembro de 2007, em Porto Alegre.

Audiências com o Ministro da Educação

No dia 15 de maio de 2007, o ministro Fernando Haddad recebeu em audiência os presidentes da ANPAE (Benno Sander), ANPEd (Márcia Ângela da Silva Aguiar), ANFOPE (Helena Costa L. Freitas), FORUMDIR (Marcelo Soares Pereira da Silva) e CEDES (Ivany Rodrigues Pino). A maior parte da agenda foi dedicada à discussão dos programas e projetos do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), das reformas em curso no Ministério da Educação e da participação das universidades e entidades da sociedade civil organizada na formulação e avaliação de políticas de formação e gestão da educação. Novas reuniões foram posteriormente realizadas com o ministro e Secretarias do MEC, dando continuidade ao diálogo entre o Ministério e as associações de educadores que se dedicam prioritariamente à reflexão e ao estudo das políticas e práticas de educação, gestão educacional e formação dos profissionais da educação.

XVIII Reunião Estadual da ANPAE do Ceará

A Seção da ANPAE do Ceará realizou sua Reunião Estadual de Política e Administração da Educação, em Fortaleza, nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2007, tendo como tema central *Por uma pedagogia da convivência*. Além do conteúdo acadêmico, a reunião

teve caráter festivo, pois a Seção celebrava seu vigésimo quinto aniversário de fundação e realizações. A Presidência da ANPAE esteve representada pela professora Lourdes Marcelino Machado, vice-presidente da Associação. A coordenação da organização e realização do evento coube a Maria Luiza Barbosa Chaves, diretora da ANPAE/Ceará.

ANPAE/São Paulo dá Posse à Nova Diretoria

No dia 25 de maio tomou posse a nova Diretoria da ANPAE de São Paulo, em cerimônia acadêmica realizada na Fundação Carlos Chagas, com a presença do professor Benno Sander, presidente da ANPAE, Bernardete Gatti, Superintendente de Educação e Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, e de numerosos dirigentes e educadores do Estado de São Paulo. Na ocasião, o professor Vitor Henrique Paro proferiu conferência sobre *A ANPAE e a teoria da administração escolar: a contribuição de José Querino Ribeiro*. A nova Diretoria de São Paulo é encabeçada por Miguel Henrique Russo (UNINOVE) como diretor, Pedro Ganzeli (UNICAMP) como vice-diretor e um Conselho integrado por representantes de universidades públicas e privadas e do sistema de ensino do Estado de São Paulo. A Seção da ANPAE de São Paulo passou a ter sede no Centro de Educação da UNINOVE.

V Simpósio de Gestão Educacional na UNICAMP

Organizado pelo Laboratório de Gestão da Educação (LAGE) da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP), o Simpósio de Gestão Educacional, que contou com o auspício da ANPAE, se realizou no dia 26 de maio de 2007, no Centro de Convenções de Campinas, com conferência inaugural do presidente da ANPAE sobre *Gestão da educação: realidades e compromissos*. A organização e realização do tradicional Simpósio

do LAGE esteve a cargo do professor Zacarias Pereira Borges (UNICAMP/FE/LAGE).

Conferência Estadual de Educação do Rio de Janeiro

No dia 11 de junho, no Teatro do SESC em Nova Friburgo, a Universidade Cândido Mendes (UCAM) fez o anúncio oficial da Conferência Estadual de Educação, programada para setembro de 2007, no Country Club de Nova Friburgo. O evento foi concebido em homenagem a Paulo Freire, 10 anos após sua morte, com a participação e apoio da ANPAE, ANFOPE e ANPEd. O lançamento, coordenado pelo professor Roosevelt Concy, diretor executivo da UCAM em Nova Friburgo, e pela professora Maria Teresa Avance de Oliveira, coordenadora do Curso de Pedagogia da UCAM no Rio de Janeiro, foi introduzido com conferências do deputado federal Carlos Abicalil e do professor Benno Sander, presidente da ANPAE. O Congresso se realizou no Country Clube de Nova Friburgo nos dias 13, 14 e 15 de setembro, ocasião em que a ANPAE foi representada com conferência da professora Bertha de Borja Reis do Valle (UERJ), diretora da ANPAE do Rio de Janeiro.

Encontro de Política e Administração da Educação de Tocantins

Nos dias 21 e 22 de junho de 2007, a Universidade Federal de Tocantins (UFT), campus de Iracema, foi sede do II Encontro de Política e Administração da Educação, realizado pela ANPAE – Coordenação de Tocantins – e pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Gestão da Educação de Tocantins (GEPEGO), com o objetivo de discutir as políticas de gestão educacional e de formação dos educadores no Estado de Tocantins, refletindo sobre as questões mais amplas que condicionam tais políticas. Foi um evento aberto, que reuniu pesquisadores, professores, técnicos

dos sistemas estadual e municipais de ensino, estudantes de graduação e pós-graduação.

Conjuntamente, foi realizado o III Seminário de Pesquisa em Educação do Estado de Tocantins, que se constituiu como espaço de socialização de pesquisas e debates, objetivando promover a reflexão sobre os estudos de gestão educacional e de formação dos profissionais em educação, em suas diversas áreas**.** O conteúdo do evento, presidido pela Professora Juciley Silva Evangelista Freire (UFT), Coordenadora da ANPAE em Tocantins, foi desenvolvido através de conferência do professor Erasto Fortes Mendonça (diretor executivo da ANPAE), mesas redondas, painéis com apresentação de pôsteres e grupos de trabalho (GT), organizados por eixos temáticos, com comunicações de trabalhos de pesquisa concluídos ou em andamento e relatos de experiências realizadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino.

Encontro Estadual da ANPAE do Paraná

A Seção da ANPAE do Estado do Paraná realizou seu Encontro Estadual de Política e Administração da Educação nos dias 24 e 25 de agosto de 2007 na Faculdade do Grupo Educacional OPET. O tema gerador dos debates foi *Políticas públicas, gestão e conhecimento: a educação básica em questão*, com três eixos para comunicações e pôsteres: políticas públicas e gestão da educação básica; processos de formação dos profissionais da educação e gestão escolar; e políticas públicas e processos de inclusão. A conferência de abertura do Encontro foi proferida pela professora Acácia Zeneida Kuenzer (UFPR). A preparação e coordenação do evento esteve a cargo de Marilise Monteiro de Souza Zoccoli, diretora da Seção da ANPAE/Paraná.

XIX Simpósio Catarinense da AAESC e
VII Seminário Estadual da ANPAE/SC

A Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina (AAESC) e a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) – Regional Sul e Seção Estadual de Santa Catarina – realizaram, em parceria, seu XIX Simpósio Catarinense de Administração Educacional e seu VII Seminário Estadual de Política e Administração da Educação, no período de 23 a 26 de setembro de 2007, com o objetivo de oportunizar aos profissionais de educação espaço de fundamentação e socialização de pesquisas e experiências em matéria de *gestão, currículo e infância*. A promoção da ANPAE e da AAESC contou com o decisivo apoio da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, da Gerência Regional de Educação de Blumenau, do Centro de Ciências da Educação (CCE) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), da Secretaria Municipal de Educação de Blumenau (SEMED) e do Centro de Ciências da Educação (FAED) da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). O evento foi inaugurado no dia 23 de setembro, com conferência do presidente da ANPAE.

IV Encontro Estadual da ANPAE/Paraíba

A Seção da ANPAE da Paraíba, com sede na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizou seu Encontro Estadual de Política e Administração da Educação nos dias 17, 18 e 19 de outubro de 2007. O tema central dos debates foi *Políticas de formação, gestão e financiamento da educação*. O Encontro foi inaugurado com conferência do professor Benno Sander, presidente da ANPAE e encerrada pelo Reitor da UFPB, professor Rômulo Soares Polari, em mesa integrada por Silke Weber (UFPE), Betânia Leite Ramalho (UFRN) e Swamy de Paula Lima Soares (UFPB). Também participa-

ram em mesas de debate os seguintes pesquisadores: Magna França (UFRN), Luiz de Sousa Junior (UFPB), Marizete Fernandes de Lim (UFPB), Márcia Gurgel (UFRN), Wilson Honorato Aragão (UFPB), Janine Marta Coelho Rodrigues (UFPB), Charlinton José Machado (UFPB), Antonio Lisboa Leitão de Souza (UFRN/ANPEd), Adelaide Alves Dias (PPGE/UFPB), Windyz Brazão Ferreira (UFPB), Maria da Salete Barboza de Farias (UFPB), Maria Lúcia da Silva Nunes (UFPB), Kátia Siqueira de Freitas (UFBA), Umbelino Freitas Neto (PRG/UFPB), Isac Almeida (PRPG/UFPB) e Maria Bernardete da Nóbrega (UFPB). A coordenação geral do evento coube a Luiz de Souza Junior (UFPB), diretor Seção da ANPAE/Paraíba. Por ocasião do Encontro se encaminhou a discussão do processo eleitoral para a escolha da diretoria da ANPAE/PB para o próximo biênio.

II Encontro Estadual da ANPAE/Pará

A Seção Estadual da ANPAE do Pará realizou seu II Encontro Estadual de Política e Administração da Educação nos dias 16 e 17 de outubro de 2007, sob a direção da Diretoria Estadual e a colaboração da Vice-Presidência da ANPAE para a Região Norte. Já no espírito do XXIII Simpósio Brasileiro, os organizadores escolheram como tema central *Por uma escola de qualidade para todos.* Participaram de mesas de debates: Ney Cristina de Oliveira (UFPA), Márcia Mariana Brito e Lopes (FAZ), Émina Márcia Nery dos Santos (UFPA), Adelino Ferranti (UFPA/UNDIME), Orlando Nobre Bezerra de Souza (UFPA), Dalva Valente Gutierres (UFPA), Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (UFPA), Josefa de Souza Távora (UEPA), Maria de Fátima Souza Lima (UFPA), José Pedro Garcia (UNAMA), Ana Cláudia Hage (UEPA) e Emanuel Ribeiro Cunha (UEPA). Na oportunidade, a Assembléia Geral encaminhou a discussão para as eleições para a nova Diretoria da ANPAE/Pará para o biênio 2008-2009. Com o término da gestão anterior, o presidente da ANPAE, nomeou a Professora Terezi-

nha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (UFPA) como diretora *pro tempore*, com a missão de organizar as eleições estaduais na forma do Estatuto.

Indicação da ANPAE para a Concessão da Medalha Carioca de Educação

A ANPAE teve a honra de indicar o nome da anpaeana Terezinha Saraiva para receber a Medalha Carioca de Educação, entregue anualmente pelo Conselho Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro a personalidades educacionais relevantes na educação carioca, no que foi acompanhada pela Academia Brasileira de Educação e pela Fundação Cesgranrio. Uma Comissão designada pelo Conselho analisou todas as indicações feitas e selecionou o nome de Terezinha Saraiva para receber o prêmio, pelo seu reconhecimento nacional e internacional no campo da educação, tendo sido a primeira Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro (1975-1979), além de membro do Conselho Estadual do Estado da Guanabara (do qual também foi Secretária de Educação) e do Conselho Federal de Educação, do MOBRAL, da FUNABEM, do SENAI, do SESI, da TV Educativa, tendo ministrado conferências e cursos em vários países. A Medalha Carioca de Educação foi entregue à professora Terezinha Saraiva no dia 16 de outubro de 2007, como parte das comemorações do Dia do Professor, em cerimônia realizada no Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro.

ANPAE/Minas Gerais Inicia Nova Gestão

A Seção da ANPAE do Estado de Minas Gerais realizou suas eleições em outubro de 2007. A chapa eleita, liderada pela Professora Lucíola Licinio de Castro Paixão Santos (UFMG), como diretora, iniciou sua gestão no mês de novembro, estabelecendo

sua sede na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. O Conselho da ANPAE/Minas Gerais ficou integrado por profissionais provenientes de instituições representativas de todo o Estado, como resultado de amplo processo de consulta e composição político-pedagógica.

ANPAE/Pernambuco Dá Posse à Nova Diretoria

Por iniciativa de José Amaro Barbosa da Silva, Sub-Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, a Seção Estadual realizou suas eleições para o próximo biênio e os colegas eleitos tomaram posse em 25 de outubro de 2007, na Faculdade de Educação de Universidade Federal de Pernambuco. A chapa eleita é integrada por Ângela Maria Monteiro (diretora) e José Amaro Barbosa da Silva (vice-diretor), que anunciaram uma renovada mobilização para dinamizar a Seção Estadual, contando com o decisivo apoio da UFPE, da Secretaria de Estado da Educação de Pernambuco e outras instituições educacionais do Estado. Neste sentido, os novos dirigentes iniciaram as consultas em torno da realização de sua reunião estadual no primeiro semestre de 2008.

IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação

A Universidade de Lisboa foi sede do IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, promovido pelo Fórum Português de Administração Educacional em parceria com Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), no período de 12 a 14 de abril de 2007. O Congresso teve por objetivo analisar as novas exigências que se colocam à direção das escolas, relacionadas com recentes mudanças nos modos de regulação da educação que põem em causa valores, princípios e práticas estabelecidas.

O tema dos debates girou em torno do *governo das escolas: os novos referenciais, as práticas e a formação*. O tema foi desenvolvido à luz de três eixos: (1) As atuais pressões externas sobre a escola; (2) os novos perfis profissionais na administração da educação; e (3) a formação para a gestão educacional. O conteúdo da programação foi desenvolvido e socializado por meio de quatro conferências, dois painéis, duas mesas redondas e 36 sessões de comunicações orais. O Brasil teve presença expressiva no Congresso. Foram ao todo 111 trabalhos de pesquisadores anpaeanos incluídos no Programa Oficial e um total de 128 brasileiros inscritos no Congresso.

Por ocasião do IV Congresso Luso-Brasileiro em Lisboa, se estabeleceram as bases de uma nova parceria internacional, desta vez com o Fórum Europeu de Administração Educacional (European Forum on Educational Administration – EFEA), que congrega especialistas dos países da União Européia. A ANPAE, o Fórum Português e o Fórum Europeu de Administração Educacional decidiram aprofundar o debate em torno da gestão da escola básica e da formação dos profissionais da educação, adotando-o como tema central do programa integrado do XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano, programado para o período de 11 a 14 de novembro de 2007, na UFRGS, em Porto Alegre.

O IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação foi presidido pela professora Maria Beatriz Bettencourt, presidenta do Fórum Português de Administração Educacional, e pelo professor Benno Sander, presidente da ANPAE. A publicação dos Anais do IV Congresso Luso-Brasileiro em Lisboa, em forma de CD-ROM, foi de responsabilidade do Fórum Português de Administração Educacional.

XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação

A primeira prioridade do segundo semestre de 2007 foi a realização da vigésima terceira edição do Simpósio Brasileiro de

Política e Administração da Educação da ANPAE, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, nos dias 11 a 14 de novembro de 2007. Simultaneamente, a ANPAE se uniu ao Fórum Português e ao Fórum Europeu de Administração Educacional para promover, com programação conjunta, o V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação.

A preparação do Simpósio foi um processo longo, desenvolvido em duas frentes – a Presidência da ANPAE, em Niterói, e a Comissão Executiva Local, na UFRGS em Porto Alegre – com a qual o Presidente de ANPAE realizou reuniões presenciais nos dias 17 e 18 de janeiro, 12 e 23 de maio, e 3 e 4 de outubro. A Comissão Executiva Local, coordenada por Maria Estela Dal Pai Franco (UFRGS) era integrada por Nalú Farenzena (UFRGS) como vice-coordenadora, Maria Beatriz Luce (UFRGS), Flávia Obino Correêa Werle (UNISINOS), Marta Luz Sisson de Castro (PUC/RS), Magda Vianna de Souza (PUCRS), Selina Maria Dal Moro (UPF), Sueli Meneses Pereira (UFSM), Glades Teresa Felix (UFSM), Maria Antonieta Dall'Igna (UFPel), Carlos Roberto da Silva Machado (FURG) e Maria de Fátima Cóssio (UERGS).

No dia 12 de junho de 2007, a Presidência da ANPAE lançou o Portal do XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, dando início ao processo de inscrição no evento e de submissão de trabalhos para serem considerados pelo Comitê Científico. A logomarca do Simpósio foi idealizada pela Central de Produções da Faculdade de Educação da UFRGS. O portal foi desenvolvido em Niterói, pela Internit, empresa que hospedava o portal da ANPAE.

A proposição central do encontro – *Por uma escola de qualidade para todos* – foi tratada e analisada à luz de três eixos temáticos: (1) políticas públicas, governo da educação e gestão escolar; (2) economia e financiamento da educação e suas implicações para

a escola; e (3) formação do educador, gestão da educação e o papel da universidade. O conteúdo do programa do Simpósio foi desenvolvido por meio de conferências, mesas redondas, painéis temáticos, comunicações orais, relatos de experiências e apresentação de pôsteres.

A presidência do evento coube a Benno Sander (ANPAE), acompanhado por Beatriz Bettencourt (Fórum Português) e Juan Salamé Sala (Fórum Europeu). Colaboraram na preparação internacional do evento: Pedro Navareño (Cáceres, Espanha), Célio da Cunha (Representação da UNESCO), Afrânio Mendes Catani (USP), Romualdo Portela de Oliveira (USP) e Dalila Andrade Oliveira (UFMG). O Comitê Científico foi integrado por Bernardete A. Gatti (Fundação Carlos Chagas e PUC/SP), como presidente, por Sandra Zákia (USP), Bertha Vale (UERJ), José Marcelino de Rezende Pinto (USP), Antônio Lisboa Leão de Souza (UFRN), Naura Syria Carapeto Ferreira (UFPR), Luiz Fernandes Dourado (UFG), Walter Esteves Garcia (IPF), Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS), Lauro Carlos Wittmann (FURB), Denise Balarine Cavalheiro Leite (UFRGS), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS) e Solange Maria Longhi (UPF).

A preparação e realização do evento só foram possíveis graças à efetiva colaboração de inúmeras instituições e pessoas, com destaque à parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sua Pró-Reitoria de Pesquisa, Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação. À UFRGS somou-se a contribuição da PUCRS, UNISINOS, UPF, UFSM, UFPel, FURG e UERGS. O evento teve o valioso apoio do MEC, SEB, INEP, CNPq e outros órgãos do Governo Federal, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Prefeitura de Porto Alegre, da UNESCO, OEI, SAECE, FAPESP, Fundação Carlos Chagas (FCC), Instituto Paulo Freire (IPF), ANPEd-GT05, UNDIME e CONSED. A ANPAE publicou os trabalhos completos apresentados no Simpósio, em forma de CD-ROM, também disponibilizado no Portal da ANPAE.

No Final do Biênio 2006-2007

Ao terminar o biênio 2006-2007, destacamos a continuidade da contribuição da Anpae à formação do pensamento pedagógico brasileiro no campo da política e da gestão da educação. O Relatório revela numerosos resultados do trabalho coletivo, dificuldades superadas e conquistas alcançadas. Acima de tudo, temos muitas conquistas a celebrar, incluindo a crescente qualificação associativa e credibilidade pública e a crescente participação da comunidade educacional nas atividades da ANPAE, incluindo professores e diretores de escola básica, dirigentes e técnicos dos sistemas de educação e docentes e estudantes de educação superior do país e do exterior.

2
PROGRAMAS E ATIVIDADES DE 2008 e 2009
a luta pela sustentabilidade institucional

No dia 1º de março de 2008, após a apuração dos votos da eleição nacional para a Presidência e o Conselho Fiscal da Associação na gestão 2008-2010 e a proclamação dos resultados, tomaram posse os colegas eleitos para a Presidência da ANPAE e o Conselho Fiscal para o biênio, em ato realizado na sede da Presidência da Associação, em Niterói, RJ, coordenado pela associada Sonia Martins de Almeida Nogueira (UENF), presidente da Comissão Eleitoral, e testemunhada pelos demais membros da Comissão – Marília Araújo Lima Pimentel (UERJ), Antônio Puhl (UFF), Rosa Maria Torte da Cunha (Cesgranrio) e Maria Lucia de Abrantes Fortuna (UERJ).

São os seguintes os membros eleitos e empossados da Presidência para o biênio 2008-2010, conforme consta em Ata da Comissão Eleitoral e Termo de Posse de 1º de março de 2008: Benno Sander, presidente; Lourdes Marcelino Machado, vice-presidente nacional; Marília Fonseca e Virginia Maria Pereira de Melo, vice-presidente para a Região Centro-Oeste e adjunta, respectivamente; Magna França e Luiz de Sousa Junior, vice-presidente para a Região Nordeste e adjunto, respectivamente; Francinete Massulo Corrêa e Tânia Suely Azevedo Brasileiro; vice-presidente para a Região Norte e adjunta, respectivamente; Marcelo Soares Pereira da Silva e Eliza Bartolozzi Ferreira, vice-presidente para a Região Sudeste e adjunta, respectivamente; Flávia Obino Corrêa Werle e Antônio Elízeo Pazeto, vice-presidente para a Região Sul e

adjunto, respectivamente. Para o Conselho Fiscal tomaram posse os seguintes membros titulares eleitos: Alberto de Mello e Souza (UFRJ), que foi escolhido pelos pares para presidir o Conselho, Cleiton de Oliveira (UNIMEP) e Magali de Castro (PUC-MG). Na mesma oportunidade, o Presidente nomeou e deu posse ao diretor executivo, Erasto Fortes Mendonça (UNB).

INICIANDO O MANDATO DE 2008-2009

No curso do mês de março de 2008, tomaram posse os diretores e colaboradores imediatos na Presidência: Arthur Santa Rosa, para diretor secretário; Valmir Machado Rodrigues, para diretor financeiro; Maria Beatriz Luce, para diretora de publicações; João Ferreira de Oliveira, para diretor de pesquisa; Afrânio Mendes Catani, para diretor de intercâmbio institucional; Dalila Andrade Oliveira, para diretora de cooperação internacional; e Antônio Lisboa Leitão de Souza, para diretor de formação e desenvolvimento. Foram reconduzidos também os membros do Conselho Editorial da ANPAE, nomeados em 2006 e das Editorias do Programa de Publicações. Para a Editoria da *RBPAE*, manteve Maria Beatriz Luce, como editora, e nomeou Nalú Farenzena, como editora associada. Para a Editoria da Coleção *Biblioteca ANPAE*, nomeou Sofia Lerche Vieira e Eloísa Maia Vidal, respectivamente editora e editora associada. Para a Editoria do boletim *ANPAE Notícias*, reconduziu a Simone Caputo Gomes e Beatrice Boechat D'Elia, respectivamente editora e jornalista responsável. As nomeações para diretor executivo e para os diretores da Presidência a cargo dos Programas do Plano Estratégico da ANPAE foram homologadas pelo Conselho Deliberativo em reunião presencial realizada no Hotel Radisson, em Vitória, Espírito Santo, no dia 11 de agosto de 2009.

No curso de 2008, as seguintes Seções Estaduais realizaram eleições para a escolha de seus dirigentes, cujos mandatos bianuais

haviam expirado: Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte. Apoiados em disposições do Estatuto da ANPAE, dirigentes de outras Seções Estaduais, cujos mandatos já haviam expirado ou iriam expirar proximamente, vinham fazendo consultas sobre a realização de suas eleições. As consultas sugeriram a necessidade de aperfeiçoar o processo eleitoral no contexto da reforma dos instrumentos constitutivos da ANPAE para dirimir indefinições nesta matéria. A Presidência acolheu as consultas e sugestões para encaminhamento à Comissão Especial de Reforma Estatutária e Regimental, nomeada com base em resolução adotada pela Assembléia Geral realizada em 14 de novembro de 2007 em Porto Alegre e reiterada pela Assembléia Geral realizada em Vitória, em 12 de agosto de 2009. A Reforma do Estatuto, que contempla modificações no processo eleitoral, se deu em 2010, como se verá mais adiante neste Relatório.

No contexto destes antecedentes, a Associação deu continuidade as suas atividades com o decidido engajamento dos membros do quadro social e com o apoio de universidades e outras instituições em todo o país. A Presidência manteve seu gabinete em sala alugada em Niterói. A Diretoria Executiva continuou sediada na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, no Distrito Federal, foro da entidade desde 1976, graças à valiosa contribuição da Universidade há mais de 30 anos. A Editoria da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* permaneceu no Núcleo de Política e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A Editoria da Coleção *Biblioteca ANPAE* estabeleceu sua sede na Universidade do Estado do Ceará. Os serviços de apoio técnico-administrativo da Presidência foram prestados por Alexandre Alves Lírio, bolsista-estagiário da UNILASALLE-RJ. Os serviços profissionais de contabilidade e auditoria continuaram a ser terceirizados à MABE Escritório Contábil, sediado em Niterói, RJ. Os serviços de hospedagem e manutenção do portal da ANPAE e do

sítio do Simpósio Brasileiro foram realizados pela INTERNIT, em Niterói, RJ, até 2009, quando a hospedagem passou a LOCAWEB, na cidade do Rio de Janeiro.

PROGRAMA DE INTERCÂMBIO INSTITUCIONAL ATOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Uma das prioridades do Plano Estratégico da ANPAE para a gestão 2006-2011 foi o Programa de Intercâmbio Institucional, concebido à luz do disposto no Artigo 3º do Estatuto e que se desenvolve em articulação político-pedagógica com entidades da sociedade civil organizada no campo da educação. No curso de 2008 e no primeiro semestre de 2009, a Presidência da ANPAE estreitou o intercâmbio e as parcerias político-pedagógicas com os dirigentes de associações congêneres da sociedade civil organizada no campo da educação – ANPED, ANFOPE, CEDES e FORUMDIR. Essas parcerias se materializaram na ação conjunta junto ao Congresso Nacional, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e outros órgãos governamentais em temas de formulação de políticas educacionais, com destaque para as políticas e práticas de formação dos profissionais da educação.

Nesse contexto, a ANPAE – através de seu presidente ou, por delegação, através de seu diretor executivo, vice-presidentes, diretores da Presidência e outros dirigentes da Associação – participou de inúmeras reuniões e audiências públicas no Conselho Nacional de Educação e no Congresso Nacional, de reuniões com o ministro da Educação e com dirigentes de Secretarias e Diretorias do MEC e, em nível regional e local, com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. A ANPAE participou da preparação e realização da Conferência Nacional de Educação Básica em abril 2008 e na programação da Conferência Nacional de Educação, programada para abril de 2010, precedida das Conferências Municipais, Inter-Municipais e Estaduais no curso de 2009. Nu-

merosos diretores e diretoras de Seções Estaduais e especialistas anpaeanos participaram das Comissões Organizadoras e como conferencistas das Conferências Municipais, Inter-Municipais e Estaduais pelo país afora.

Destacam-se em seguida alguns dos numerosos atos de representação da ANPAE, demonstrando seu compromisso histórico de contribuir para a avaliação e formulação de políticas públicas de educação.

- Em outubro de 2007, Benno Sander (UFF) e Luiz Fernandes Dourado (UFG) fizeram pronunciamento, em nome da ANPAE, em ato público das associações educacionais de âmbito nacional por ocasião da 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED) em Caxambu, sobre a rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e a reavaliação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dez anos após sua promulgação.
- Em outubro de 2008, o presidente da ANPAE participou de ato público comemorativo do sexagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, promovido pelas entidades da sociedade civil no campo da educação, convidadas pela presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Márcia Ângela Aguiar, por ocasião da 31ª Reunião Anual da ANPED, em Caxambu, MG.
- Na mesma Reunião, Benno Sander (UFF) participou como especialista convidado da ANPED para debatedor da conferência de Dermeval Saviani (UNICAMP) sobre *Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para a sua construção no Brasil*, em sessão especial do GT-5 – Estado e Políticas Educacionais, presidida por Antônio Lisboa Leitão de Souza (UFRN), coordenador do Grupo de Trabalho.

- Por sua vez, ainda nessa reunião nacional, Maria Beatriz Luce (UNIPAMPA) participou, em representação da ANPAE, da mesa de debates sobre Política Nacional de Formação de Professores, junto com os presidentes da ANPED, ANFOPE, CEDES, FORUMDIR e dirigentes da CAPES/MEC.
- Em novembro de 2008, João Ferreira de Oliveira (UFG), diretor do Programa de Pesquisas Educacionais da ANPAE, representou a Presidência da Associação na Reunião Anual da ANFOPE, realizada em Goiânia, GO.
- Dalila Andrade Oliveira (UFMG), diretora do Programa de Cooperação Internacional da ANPAE, representou a Presidência no II Seminário da Revista *Retratos da Escola* sobre formação de professores, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNE), em Brasília no dia 17 de dezembro de 2008. Como parte da programação do Seminário da CNTE, Dalila integrou o painel *Trabalho docente*, discorrendo sobre *O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização.*
- Por ocasião do Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em 2008 na PUCSP, o presidente da ANPAE coordenou os trabalhos da Mesa Plenária de Diálogos intitulada *Globalização e os desafios da educação libertadora*, integrado por Carlos Alberto Torres (Universidade da Califórnia e diretor do Instituto Paulo Freire dos Estados Unidos, em Los Ângeles), António Teodoro (Universidade Lusófona de Lisboa e Instituto Paulo Freire de Portugal), Ladislau Dowbor (PUC-SP), Mario Sérgio Cortella (PUC-SP) e Luiza Cortesão (Universidade do Porto e diretora do Instituto Paulo Freire de Portugal).
- Nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2009, em reunião das entidades científicas nacionais de educação no âmbito da preparação da Conferência Nacional de Educação, o

presidente da ANPAE representou a Associação, junto com João Ferreira de Oliveira (diretor do Programa de Pesquisa), Magna França (vice-presidente da ANPAE-Nordeste), Flávia Obino Corrêa Werle (vice-presidente ANPAE para a Região Sul), Dalila Andrade Oliveira (diretora do Programa de Cooperação Internacional), Eliza Bartolozzi Ferreira (vice-presidente adjunta da ANPAE-Sudeste) e Walter Esteves Garcia (conselheiro do Conselho Editorial da ANPAE) – e fez pronunciamento sobre a CONAE na dimensão dos direitos humanos e da construção de cidadania.

- No dia 24 de maio de 2009, o presidente da ANPAE participou do Fórum Nacional de Educação Superior, promovido pelo Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, em preparação para a Conferência Mundial de Educação Superior, programada para o período de 6 a 8 de julho de 2009, na UNESCO, em Paris.
- No dia 30 de novembro de 2009, o presidente da ANPAE participou da reunião das entidades da sociedade civil organizada no campo da educação que lutam pela rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Participou ainda como palestrante convidado da mesa sobre *Entidades Científicas no Campo da Educação: História, Crises e Ações Concertadas*, como parte da programação do II Seminário Brasileiro de Educação realizado pelo CEDES na Universidade de Campinas (UNICAMP) na primeira semana de dezembro de 2009. Participou ainda da reunião das entidades da sociedade civil organizada da educação, que lutam pela rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.
- Finalmente, cumpre destacar que o presidente da ANPAE, o diretor executivo e outros membros dos quadros dirigentes da Associação participaram de numerosas reuniões

na Presidência da República, no Ministério da Educação, no Conselho Nacional de Educação e no Congresso Nacional, contribuindo para a avaliação de políticas públicas de educação e de formação dos trabalhadores da educação.

PROGRAMA DE PUBLICAÇÕES

O Programa de Publicações da ANPAE, sob a direção de Maria Beatriz Luce, deu continuidade à atividade editorial, aperfeiçoando os projetos em execução e introduzindo novas iniciativas. Em 2008 foram publicados e distribuídos os dois números do boletim *ANPAE Notícias* e os três números do volume 24 da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, tal como está previsto no Plano Estratégico da ANPAE 2006-2010. Em 2009, a ANPAE publicou as três edições do volume 25 da Revista, comemorativas do seu 25º aniversário de fundação.

Tendo em vista as novas responsabilidades da editora Maria Beatriz Luce ao assumir a Reitoria da nova Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), o presidente da ANPAE nomeou e deu posse à professora Nalú Farenzena (UFRGS) no cargo de editora associada da Revista no dia 1º de março de 2008. Desde então, ela vem trabalhando ativamente na Editoria da Revista, incluindo a preparação de sua edição digital que lançaremos por ocasião do Jubileu de Ouro da ANPAE.

No início de 2008, a ANPAE renovou a construtiva parceria com a UNESCO estabelecida desde 2007 e consolidada em 2009 e 2010. O resultado mais importante dessa parceria é o valioso apoio da UNESCO para a publicação da Revista da ANPAE. Outro fato destacado da Revista é a assinatura de contrato com o FNDE, após longa negociação entre a Presidência da ANPAE e diferentes órgãos do MEC, em particular a Secretaria de Educação Básica (SEB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a distribuição da *Revista Brasileira de Política e Administração*

da Educação a todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação do país, elevando a tiragem da Revista a 4.000 exemplares desde o início da nossa gestão em 2006.

A consolidação do novo projeto editorial da Revista, inaugurado no início de 2006 com o decidido apoio da Editora da UFRGS, o aumento de sua periodicidade de semestral para quadrimestral em 2007 e a relevância e qualidade de sua contribuição intelectual no campo da educação tiveram como resultado a sua avaliação positiva no QUALIS da CAPES em 2008 (B1). O projeto prioritário da Editoria da Revista para 2009 e 2010 foi a preparação de sua edição digital, para lançamento no início de 2011, por ocasião do Jubileu de Ouro da ANPAE.

Em 2008 também retomamos as atividades editoriais da Coleção *Biblioteca ANPAE*, coletânea estabelecida na Gestão de Rinalva Cassiano Silva no início da década de 2000. O presidente da ANPAE nomeou a Sofia Lerche Vieira (UECE) e Eloísa Maia Vidal (UECE) para editora e editora associada respectivamente. A Série Livros da Coleção se enriqueceu com três publicações: o livro *Avaliação institucional: sinaes e práticas*, numa edição da Editora Xamã, organizado por João Ferreira de Oliveira (UFG) e Marília Fonseca (UNB); e o livro *Política educacional: gestão e qualidade do ensino*, edição da Liber Livro, organizada por Magna França (UFRN) e Maura Costa Bezerra (SEDUC-RN) e financiado com recursos oriundos do Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste.

PROGRAMA DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

A ANPAE tem uma experiência exitosa no campo da pesquisa educacional, associada à sua atividade editorial. Nesta experiência, destaca-se o programa de pesquisas desenvolvido na década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000. Naquela época, uma valiosa contribuição financeira da Fundação Ford viabilizou

a realização do programa, coordenado por Lauro Carlos Wittmann e Maria Estela Dal Pai Franco, e desenvolvido mediante uma ampla rede nacional de pesquisadores anpaeanos, distribuídos por numerosas universidades e outras instituições educacionais do país. A obra mais representativa dessa fase é o livro *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil,* organizado pelos nossos ex-presidentes Lauro Carlos Wittmann e Regina Vinhaes Gracindo e publicado, inicialmente, pelo INEP e, posteriormente, pela Editora Autores Associados (2001).

Os resultados do XXIII Simpósio Brasileiro de 2007 em Porto Alegre e o programa acadêmico do XXIV Simpósio Brasileiro de 2009, na cidade de Vitória, revelaram que um novo esforço no campo da pesquisa em matéria de política e gestão da educação e áreas correlatas no âmbito da ANPAE era possível. A possibilidade se revelou no fato, inédito na história da Anpae, de que em cada um dos dois eventos fossem apresentados e debatidos mais de 400 trabalhos de pesquisa educacional e relatos de experiências publicados em CD-ROM na Coleção Biblioteca ANPAE. No contexto desses antecedentes e de iniciativas de grupos de pesquisa na área, nasceu o atual Programa de Pesquisas que integra o Plano Estratégico 2006-2011 da ANPAE.

O Programa de Pesquisas Educacionais da ANPAE, que no biênio 2008-2009 teve como diretor o professor João Ferreira de Oliveira (UFG), visa a incentivar e promover estudos e investigações, bem como divulgar as produções científicas nas áreas de política, planejamento, gestão e avaliação da educação e de formação docente, contribuindo, assim, para a consecução do terceiro objetivo da Associação, enunciado no Artigo 3º do Estatuto. A primeira atividade deflagrada pelo diretor do programa foi o desenho de projetos, atividade protagonizada pelos próprios pesquisadores, que negociaram e mereceram valiosos financiamentos de agências brasileiras de fomento e desenvolvimento. O Programa, aberto à ampla participação dos associados e centros de pesquisa das

universidades, iniciou com cinco projetos de pesquisa em rede nacional, em diferentes estágios de desenvolvimento, conforme se enuncia em seguida.

Pesquisa nº 1. *Avaliação da educação superior no Brasil: desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico em questão*. Pesquisa coordenada por Marília Fonseca (UnB) e João Ferreira de Oliveira (UFG), contando com a participação de pesquisadores em rede da UnB, UFG, UEG e Unievangélica. A pesquisa tem o apoio financeiro do CNPq. O livro resultante da pesquisa integra a Coleção Biblioteca Anpae e foi distribuído aos associados no gozo de seus direitos sociais no ano de 2008.

Pesquisa nº 2. *Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas.* Pesquisa em rede nacional coordenada por Rubens Barbosa de Camargo (USP), com a participação de pesquisadores da USP, UFPR, UNISUL/SC, UFPB, UFPI, UFRN, UFMS, UEMT, UFAL, UFG, UEMG E UFPA (12 estados). A pesquisa conta com o apoio do CNPq e CAPES/INEP do Observatório da Educação.

Pesquisa nº 3. *A gestão e o gestor escolar no contexto atual: transformações recentes e impactos nas práticas de gestão e no papel do gestor.* Pesquisa coordenada por João Ferreira de Oliveira (UFG) e Luiz Fernandes Dourado (UFG), contando com a adesão de IFES dos 27 estados da federação. O projeto contará com o apoio das Universidades que integram o Programa Escola de Gestores. O projeto também será submetido às agências de financiamento.

Pesquisa nº 4. *Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*. Esta pesquisa em rede nacional é financiada pelo CNPq e coordenada por Theresa Maria de Freitas Adrião (UNESP/Rio

Claro) e Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS), com estudos realizados por equipes de pesquisadores das seguintes universidades: USP, UNESP-RC, UFRGS, UFMS, UCDB, UFU, UEPI, UNEMAT-CÁCERES, UNIOESTE, UFPA e UFRN.

Pesquisa nº 5. *Trabalho docente na educação básica no Brasil.* Trata-se de pesquisa nacional coordenada por Dalila Andrade Oliveira (UFMG) e desenvolvida pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), em rede nacional de pesquisa com GEPETO/UFSC, NEDESC/UFG, GETEPE/UFRN, GEDUC/UEM, NUPE/UFPR, NEPE/UFES e GESTRADO/UFPA. O projeto conta com o apoio do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB). A pesquisa prevê a realização de um *survey* nacional sobre o trabalho docente na Educação Básica, enfatizando as condições de vida, de trabalho e o perfil dos trabalhadores em escolas públicas municipais e estaduais, e instituições de educação infantil conveniadas com o poder público, em sete estados brasileiros, contemplando as cinco regiões. Os estados que compõem a amostra da pesquisa são os seguintes: Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais. O projeto realizou reuniões de coordenação nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 2009 em Vitória, por ocasião do XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação da ANPAE. O projeto conta com a assessoria especializada do professor Emilio Tenti Fanfani do IIPE/UNESCO/Buenos Aires.

Os temas dos projetos do Programa de Pesquisas Educacionais da ANPAE e os resultados dos estudos são socializados e debatidos pelos seus coordenadores e pesquisadores em várias sessões especiais do XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2009.

A ANPAE fortalece, assim, seu papel protagonista na construção e difusão de conhecimentos e práticas no campo da gestão educacional e das políticas públicas de educação e formação docente.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Ao longo das décadas, a ANPAE desenvolveu inúmeras parcerias com organizações internacionais e com associações e entidades estrangeiras da sociedade civil no campo da educação. Destacam-se as parcerias com a UNESCO, OEA e OEI para a realização de congressos internacionais, em particular os congressos interamericanos nos anos setenta e oitenta e os congressos luso-brasileiros na última década. Da mesma forma, a valiosa cooperação financeira da Fundação Ford entre 1995 e 2003 desempenhou um papel importante para alavancar as atividades de pesquisa educacional e apoiar a realização dos simpósios e seminários da ANPAE. Esses antecedentes e a crescente globalização da atividade científica e educacional incentivaram a ANPAE a expandir suas atividades de cooperação com organizações internacionais e associações estrangeiras da sociedade civil organizada no campo da educação, como prevê o Plano Estratégico da ANPAE para o período 2006-2011.

Dando continuidade aos congressos internacionais de 2007 – IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, na Universidade de Lisboa; V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação – na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – realizados em parceira com o Fórum Português e Fórum Europeu de Administração Educacional da Espanha, a ANPAE preparou, no curso do primeiro semestre de 2009, o III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, realizado de 12 a 14 de agosto, na Universidade Federal do Espírito Santo, para o qual contamos com o apoio da

UNESCO, OEI, REDESTRADO/CLACSO e da SAECE. No segundo semestre, a Presidência deu prioridade à negociação e preparação do VI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Congresso Ibero-Brasileiro em Portugal e na Espanha, no primeiro semestre de 2010.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EVENTOS REGIONAIS E ESTADUAIS

Projeto Diretor de Turma – ANPAE/Ceará

Gênese e desenvolvimento. O Projeto Professor Diretor de Turma teve sua origem, no Ceará, por ocasião do XVIII Encontro da ANPAE- Seção do Ceará, no ano de 2007, quando foi apresentada a experiência das escolas públicas portuguesas. Baseados nesta apresentação, três diretores de escola de municípios diferentes iniciaram um projeto piloto. No início de 2008, através da ANPAE- Seção Ceará, o projeto foi apresentado à Secretaria da Educação do Estado (SEDUC). Convencida da importância do projeto, a SEDUC inicia sua implantação no 2° semestre de 2008, nas 25 escolas estaduais de educação profissional que possuem uma jornada escolar de tempo integral. Em 2009, o Projeto continuou nas escolas profissionais que se ampliaram neste ano para 51 unidades. Considerando o acúmulo de conhecimentos e as vivências oportunizadas pela experiência piloto, em janeiro de 2010, a SEDUC promove a expansão do projeto. Nesta perspectiva, por processo de adesão, é garantida a oportunidade de implantação em todas as escolas de ensino regular da rede estadual, nas turmas de 1°ano do ensino médio e do 9° do ensino fundamental nas escolas que não possuem ensino médio. No 1° semestre de 2010, das 527 escolas de ensino médio regular do Estado, 444 aderiram ao projeto. Somando-se estas às 59 escolas estaduais de educação profissional de 2010, tem-se um total de 503 escolas que

já contam com o Projeto Diretor de Turma. Ressalte-se que, para a implantação do projeto na rede estadual de ensino, tem sido de grande importância a colaboração da ANPAE/Seção Ceará, que contou com a valiosa contribuição da consultora professora Haidé Eunice Gonçalves Ferreira Leite, com larga experiência de docência e conhecimento desta função específica de Diretor de Turma, em Portugal.

Objetivos. O Projeto Diretor de Turma visa a construção de uma escola que eduque a razão e a emoção. Uma escola que tem como premissa a desmassificação do ensino. Uma escola com plenos objetivos de acesso, permanência, sucesso e formação do cidadão. O Projeto desenvolve-se numa atmosfera educativa favorável, tendo por princípios básicos os quatro pilares da educação de Jacques Delors: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. É um projeto de execução simples, em que o professor que ministre qualquer disciplina, assume o compromisso de responsabilizar-se pelos alunos de uma única turma. A exigência imprescindível é que tenha perfil adequado para assumir a função. Dentre outras qualidades, precisa ser: bom líder, incentivador, ativo, responsável, sensível, prudente e apaixonado pela educação. Estes professores são denominados Diretores de Turma. A articulação que o Professor Diretor de Turma desenvolve permite-lhe chegar a um conhecimento pormenorizado de cada um dos alunos, fornecendo os elementos de que precisa para melhor orientá-lo em suas necessidades específicas. Possibilita-lhe, também, atuar como mediador entre os alunos, os demais professores da turma e todos os envolvidos no processo educativo, no intuito de minimizar conflitos e imprevistos comuns á dinâmica escolar. Os efeitos positivos desse modelo de trabalho podem ser percebidos na postura e aprendizagem dos alunos aonde o projeto vem sendo executado.

Funções do Professor Diretor de Turma. O Professor Diretor de Turma dedica ao projeto cinco horas de sua carga horária

semanal, tendo como principais funções: (1) lecionar em áreas não-curriculares: Formação Cidadã (1 hora) e Estudo Orientado (1 hora); (2) dedicar duas horas para a organização do dossiê que contém os portfólios dos alunos e 1 hora para atendimento aos pais ou responsáveis pelos educandos; (3) mediar o relacionamento entre os alunos de sua turma e os demais professores; (4) promover um ambiente facilitador do desenvolvimento pessoal,cognitivo e social dos alunos; e (5) organizar e presidir as reuniões do Conselho de Turma (intercalares e bimestrais) que fornecem aos educadores um diagnóstico pormenorizado da turma e tem um caráter avaliativo.

II Seminário Estadual da ANPAE do Rio de Janeiro

A Seção da ANPAE-Rio de Janeiro, sob a direção da professora Bertha de Borja Reis do Valle, promoveu seu II Seminário Estadual, que teve como tema central *Gestão da Educação Básica: formação docente, pesquisa e ação política*. O Seminário, que contou com o apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da FAETEC, se realizou nos dias 25 e 26 de agosto, na Faculdade de Educação da UERJ. O evento congregou professores e diretores de escola básica e profissional, pesquisadores e docentes de educação superior, dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino para um exercício de cooperação e aprendizagem sobre políticas e práticas de gestão e financiamento da educação básica e de formação do educador e do gestor escolar.

O Seminário foi aberto pelo presidente da ANPAE e pela professora Bertha de Borja Reis do Valle. A Conferência inaugural foi feita pela professora Cleuza Rodrigues Repulho, então diretora do Departamento de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional do Ministério da Educação. O painel de encerramento do evento teve como integrantes os professores Gaudêncio Frigotto (UERJ), Nicholas Davis (UFF) e Lia Faria (UERJ).

Para o desenvolvimento do programa, participaram os seguintes conferencistas e debatedores: Sônia Martins de Almeida Nogueira (UENF), Marly de Abreu Costa (UERJ), Beatriz Abicalil (Secretária Municipal de Educação de Nova Friburgo, RJ), Rivo Gianini de Araújo (UFF), Helena de Freitas (ANFOPE/UNICAMP/MEC-CAPES), Lucilia Augusta Lino de Paula (UFRRJ), Mirian Paura Sabroza Zippin Grinspun (UERJ), Jane Rangel (UEZO/UCB), Marcos Jardim Freire (UFRJ), Roberto Boclin (CEE-RJ), Zuleide Silveira (CEFET-RJ), Maria Cristina Lacerda Silva (FAETEC), Álvaro Chrispino (CEFET-RJ), Álvaro Passos (FAETEC), Sara Rozinda M. M. Sá dos Passos (FAETEC), Luiz Carlos Esteves (UERJ/UNIRIO), Almaisa Monteiro Souza (SEE-RJ), Luiza Dantas Vaz (SME-RJ), Alberto de Mello e Souza (Conselho Fiscal da ANPAE) e Rosa Maria Torte da Cunha (Fundação Cesgranrio). O evento contou também com a apresentação de pôsteres representativos de pesquisas desenvolvidas por professores da rede estadual e das redes municipais e por estudantes de cursos de graduação e pós-graduação.

V Seminário da ANPAE do Nordeste e VI Encontro da ANPAE/Rio Grande do Norte

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) sediou o **V Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste e o VI Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Rio Grande do Norte**, no ano em que a Instituição celebrava os 50 anos de sua fundação e os 30 anos de criação do Programa de Pós-Graduação em Educação. O evento se realizou nos dias 17, 18 e 19 de novembro de 2008 no Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o decidido apoio do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade, Secretarias Estaduais de Educação do Rio Grande do Norte e da Bahia, Secretarias Municipais e entidades da sociedade civil.

O Seminário contou com a participação de 545 pessoas inscritas, sendo que destes, 224 eram gestores das escolas estaduais do RN, municipais de Natal/RN e Parnamirim, bem como, especialistas da Secretaria Estadual de Educação da Bahia. Os demais participantes eram professores e alunos de graduação e pós-graduação de 16 universidades brasileiras e da Universidade de Aveiro/Portugal. O evento teve como tema **Política de Gestão e Qualidade do Ensino,** cuja conferência de abertura esteve sob a responsabilidade do presidente da ANPAE, professor Benno Sander e como debatedor o anpaeano professor Antônio Lisboa Leitão de Souza (UFRN). Em função do tema aglutinaram-se 6 subtemas que originaram as mesas redondas, com conferencistas de Programas de Pós-Graduação em Educação e outras instituições de ensino superior: a) gestão escolar e qualidade do ensino; b) gestão do conhecimento escolar; c) políticas educativas: formação docente e do gestor; d) gestão educacional: contextos e desafios; e) financiamento da educação básica: políticas e programas; f) ensino médio e educação profissional.

O Seminário, organizado sob a coordenação das professoras Magna França, vice-presidente da ANPAE para a Região Nordeste, e Maura Costa Bezerra, diretora da ANPAE-RN, contou com a colaboração de 19 professores conferencistas das Instituições de Ensino Superior: UFRN, UFPE, UFPB, UECE; UCSAL/Bahia, IFRN, Universidade de Aveiro/Portugal, bem como de especialistas integrantes da Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura do Natal/RN. Participaram do evento profissionais de 17 unidades federativas: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Distrito Federal e o país vizinho – Portugal através da Universidade de Aveiro.

Os estudos contemplaram 305 trabalhos apresentados, sendo 216 em comunicações orais e 89 em pôsteres, organizados em temas aglutinadores de estudos na Região e no Brasil, a saber: 1) história, cultura, políticas e gestão da educação; 2) práticas educativas, gestão escolar e formação docente; 3) comunicação, linguagens e gestão do conhecimento. A discussão suscitou reflexões sobre o processo de gestão do conhecimento e de gestão escolar por meio da divulgação e socialização de pesquisas científicas e experiências educacionais.

Obteve-se o apoio financeiro da CAPES/MEC e com os recursos oriundos das inscrições institucionais e das pessoas físicas, pode-se editar o livro FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Orgs.). *Política educacional: gestão e qualidade do ensino*. Brasília: Editora Liber Livro, em co-edição com a Anpae – Coleção Biblioteca Anpae, 2009, 346p.

XIX Encontro Estadual da ANPAE do Ceará

Cidadania e suas relações com a escola e a educação foi tema central do XIX Encontro Estadual da ANPAE no Ceará, realizado nos dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2008, em Fortaleza, sob a coordenação da professora Maria Luíza Barbosa Chaves, diretora da ANPAE-Ceará. A conferência de abertura de Liliane de Mattos Ribeiro e a de encerramento de Benno Sander e as palestras de Luis Roberto Andrade Ponte e de Mônica Tassigny lembraram que a Constituição de 1988 representa um marco estruturante para a sociedade brasileira e que a cidadania é um dos princípios básicos da vida, por meio da qual o indivíduo pode exercer seu papel na construção da democracia social. Cidadania, escola cidadã e formação para a cidadania são conceitos que permearam todas as palestras, mesas redondas e oficinas do programa da reunião. Além dos palestrantes já citados, participaram no desenvolvimento do programa acadêmico do evento o Padre Clairton A. de

Oliveira; Verônica C. Cavalcante; Horácio Dídimo P. B. Vieira; Mannoun Chimelli; Fernanda Scherídan M. Bezerra; Elanir Graça F. Cavalcante; Teodoro Soares e Marcondes Rosa de Souza; Haidé Eunice Gonçalves Ferreira Leite e professores e alunos de escolas dos municípios de Eusébio, Madalena e Canindé; Elizabeth Matos Rocha, Hermínio Borges e pesquisadores e professores da Escola Eunice Weaver, na cidade de Maranguape. Na sessão de encerramento, Alberto Filho Maciel Maia, da UFC, apresentou o relatório final do encontro e discutiu suas implicações para a política e o governo da educação.

XX Simpósio Catarinense de Administração da Educação e VIII Seminário Estadual de Política e Administração da Educação de Santa Catarina

O município catarinense de Joaçaba foi sede do já histórico evento dos administradores educacionais do Estado, promovido pela Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina (AAESC) em parceria com a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), Seção Estadual de Santa Catarina, de 9 a 12 de novembro de 2008. O evento teve os seguintes objetivos: (1) socializar estudos e experiências de gestão da educação básica na perspectiva da formação continuada do educador; (2) apresentar estudos e experiências de gestão da educação básica na condução do processo de avaliação institucional; (3) avaliar diretrizes e políticas de formação continuada do educador nas dimensões da profissionalização docente, ordenamento jurídico e avaliação do desempenho profissional; (4) apresentar estudos e experiências de gestão do currículo escolar e de atuação do educador da educação básica; e (5) discutir o processo de alfabetização e a educação da criança de seis anos.

O Simpósio, que contou com 216 participantes, foi organizado sob a coordenação de Elói Zambon (AAESC) e Jarbas Cardoso

(ANPAE) e seu programa foi desenvolvido através de conferências, apresentações de trabalhos e relatos de experiências. As conferências foram proferidas pelos professores Antônio Elízio Pazeto (UESC), Leda Scheibe (UFSC), Aristides Cimadom, Vanda Maria Domingues Santos e Maira Cripa. Tiveram destaque as apresentações culturais das escolas estaduais e municipais de Joaçaba e outros municípios da região.

VII Seminário da ANPAE do Sudeste e
VII Encontro Estadual da ANPAE/Espírito Santo

Política e Gestão Educacional – por um projeto pedagógico nacional foi o tema do VII Seminário ANPAE do Sudeste e o VII Encontro da ANPAE/Espírito Santo, que se realizou nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2008 no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O Seminário teve por objetivo congregar pesquisadores e professores que desenvolvem estudos e práticas no campo da política e gestão educacional, possibilitando o intercâmbio sócio-político e cultural entre os participantes. Especificamente, o evento proporcionou reflexões e debates sobre as políticas educacionais vigentes no país e suas implicações no contexto local dos entes federativos; possibilitou aos participantes um espaço para a problematização, a construção de novos conhecimentos e a troca de experiências sobre os desafios que se colocam para a escola e para a educação em geral.

O Seminário, organizado pela professora Eliza Bartolozzi Ferreira (UFES), vice-presidente adjunta da ANPAE para a Região Sudeste, e Fábio Luiz Alves Amorim, diretor da ANPAE/ES, foi inaugurado com conferência do professor Luiz Antônio Cunha (UFRJ), discorrendo sobre "A gestão da política educacional no governo Lula: recorrências, avanços e contradições." A conferência de encerramento foi feita pelo presidente Benno Sander, abordando o tema "Um projeto pedagógico para o país?"

Para o desenvolvimento do programa do Seminário participaram os seguintes conferencistas e debatedores: Berta de Borja Reis do Valle (ANPAE RJ), Regina Vinhaes Gracindo (UnB/CNE), Cleiton de Oliveira (UNIMEP), Juca Pirama Gil (USP), Maria do Carmo Paoliello (UFES), Lucíola Licinio de Castro Paixão Santos (ANPAE MG), Antonio Flavio Moreira (UERJ), Vania Carvalho de Araujo (UFES), Miguel Henrique Russo (ANPAE SP), Márcia Ângela da Silva Aguiar (UFPE e Presidente da ANPED), Eliza Bartolozzi Ferreira (UFES), Izabel Cristina Novaes (UFES), João Ferreira de Oliveira (UFG), Edna Castro de Oliveira (UFES), Mario Luiz Neves de Azevedo (UEM), Terezinha Maria Schuchter de Oliveira (UFES), Dalila Andrade Oliveira (UFMG), Marília Fonseca (UnB) e Fabio Luiz Alves Amorim (UFES). No final do evento, os participantes aprovaram a redação da Carta de Vitória, posteriormente divulgada no Portal da ANPAE.

III Encontro Estadual da ANPAE/Pará

O III Encontro Estadual da ANPAE-Pará, realizado no período de 27 a 29 de maio de 2009, na Universidade Federal do Pará, em Belém, teve como tema central *Políticas Públicas e o Direito a Educação***.** O evento se propôs a dar maior amplitude às discussões ligadas aos referidos campos de pesquisa e organização social, com vistas a consolidar os estudos desenvolvidos pelo Laboratório e Observatório de Gestão Escolar e divulgar as ações da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE/PA, objetivando alargar parcerias institucionais, intercambiar conhecimentos, socializar experiências e ampliar o debate das questões ligadas às políticas públicas e ao direito à educação de qualidade para todos.

O Encontro teve como objetivos específicos: congregar intelectuais da educação para consolidar a experiência de intercâmbio no âmbito das pesquisas científicas referentes à gestão educacio-

nal; compartilhar experiências acadêmicas de gestão desenvolvidas pelo LAGE/OBSERVE e pela ANPAE, incorporando como fio condutor a democratização da gestão na dimensão dos direitos humanos; possibilitar aos alunos de graduação, pós-graduação e profissionais da educação associados à Anpae o acesso a novos conhecimentos e práticas educacionais; e socializar com a comunidade os resultados revelados pelas pesquisas em política educacional, especialmente no campo da gestão democrática da educação. O evento contou com a inscrição de 55 trabalhos para comunicação oral, sendo 24 aprovados e apresentados nos seguintes GTs: (1) políticas e gestão em educação; (2) gestão escolar e prática educativa; e (3) gestão, direito à educação e financiamento.

O encontro foi aberto com a presença de Josenilda Maués, diretora do ICED/UFPA; Benno Sander, presidente da ANPAE; Terezinha Fátima A. Monteiro dos Santos, diretora estadual da ANPAE; Sônia Maia, diretora da Faculdade de Educação da UFPA; e Genylton Odilon Rocha, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação das UFPA. A conferência inaugural foi proferida pelo professor Benno Sander, discorrendo sobre *A ANPAE e o direito à educação*. No dia 28 de manhã realizou-se a primeira mesa-redonda sobre *O Direito à educação pública com qualidade social*, integrada por Cláudio Roberto Gurgel (UFF), Roberto Ferraz Barreto (presidente do CEE), Antonio Carlos Andrade Monteiro (Diretor Metropolitano da Defensoria Pública do Pará), tendo como coordenadora Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos e como debatedor Ronaldo Marcos de Lima Araújo (UFPA). No dia 29 de manhã realizou-se segunda mesa-redonda sobre *Políticas Públicas e o Direito à Educação*, que teve como expositores Maria Luiza Martins Alessio (diretora de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional da SEB/MEC) e representantes da SEDUC e da Escola de Gestores sob a coordenação de Francisco Williams Campos Lima (presidente do CME de Ananindeua-Pará) e como debatedora Telma Guerreiro Barroso.

A conferência de encerramento, presidida por Maria Auxiliadora Maués de L. Araujo, coube à Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, diretora da Seção Estadual da ANPAE e coordenadora do LAGE/OBSERVE**,** que falou sobre *A construção dos canais de participação para o controle social.* As tardes foram reservadas para a apresentação de comunicações orais e o lançamento de livros.

XI Seminário Estadual da ANPAE/São Paulo

A Seção Estadual da ANPAE-São Paulo realizou seu XI Seminário Estadual tendo como tema central *Políticas educacionais e relações federativas*. O evento contou com o apoio da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e se realizou nas instalações do Programa de Pós-Graduação em Educação daquela universidade, nos dias 22 e 23 de junho de 2009. O Seminário reuniu pesquisadores e docentes de educação superior, mestrandos e doutorandos de programas de universidades de vários estados, alunos de graduação e docentes da educação básica.

A abertura do Seminário contou com as presenças do presidente da ANPAE, Benno Sander, da diretora do PPGE da UNINOVE, Cleide Almeida e do diretor da ANPAE-SP, Miguel Henrique Russo. A programação do Seminário constou de uma Conferência de abertura feita por Romualdo Portela de Oliveira, da USP, de quatro mesas-redondas que tiveram como expositores Theresa Adrião (UNESP), Roselli Morila Baptista dos Santos (UNDIME), Paulo Edson Paiva (UNDIME), José Roberto Rus Perez (UNICAMP), Sandra Zakia Sousa (USP), José Marcelino de Rezende Pinto (USP-Ribeirão Preto), José Eustáquio Romão (UNINOVE), Severiano Garcia Neto (APASE), Maria Izabel Azevedo Noronha (APEOESP), Nora Krawczyk (UNICAMP), Vitor Henrique Paro (USP), Celso Carvalho (UNINOVE). As sessões de comunicação oral e pôsteres tiveram, respectivamente, 62 e 38 trabalhos aprova-

dos pelo Comitê Científico. Os trabalhos completos do Seminário foram publicados em CD-ROM, Coleção Biblioteca Nacional.

XX Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Ceará

A temática do XX Encontro Estadual do Ceará, realizado nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2009, sob a coordenação da professora Maria Luíza Barbosa Chaves, diretora da ANPAE-Ceará, se pautou na **Escola, Família e Educação Cidadã**. A escolha do tema foi feita a partir dos resultados da experiência recente contra **a massificação da escola** que impede o jovem a crescer, em toda a sua plenitude na escola e na família. Desse modo, o Encontro ofereceu, durante três dias, sete momentos-conferência, mesa-redonda, palestras e painéis em torno dos seguintes eixos: gestão da escola e da aprendizagem; educação para a cidadania: caminhos e desafios; políticas sociais, direitos humanos e educação para a paz; família e educação cidadã; família, juventude e escola; escola, gestão e educação cidadã e dignidade humana. O Encontro teve lugar no ambiente agradável do Passaré/Banco do Nordeste, com o objetivo de descobrir novos caminhos para o trabalho dos educadores e para as atividades da escola e das salas de aula, em convívio com os pais de alunos, à luz dos ensinamentos de Emile Durkheim sobre as organizações humanas e escolares e a formação do complexo ser humano.

Os debates foram enriquecidos com a participação de autoridades educacionais do Ceará e as contribuições dos palestrantes convidados, entre eles os seguintes professores: Antônio Elizio Pazeto (UFSC), Carmensita Matos Braga Passos (UFC), Kelma Socorro Lopes de Matos (UFC), Ieda Maria Maia Pires, Ieda Maria Nobre de Castro (UNIFOR), Haidé Eunice Gonçalves Ferreira Leite (Portugal), Sâmia Silva Gomes (UECE), Cristiane Carvalho Holana (SEDUC), Janaina Balbino Rocha (São Paulo),

Jussara Maria Rosin Delphino, Consultora Jurídica da Secretaria de Educação de São Paulo. Também participaram dos debates Diana Maria dos Santos Mota, João Leonardo de Sousa Leonel e Manuel Eugênio Filho, representantes dos pais em conselhos de classe, assim como Rodolfo Silva Monteiro e Maria Gildirlani Pereira dos Santos, representantes de alunos em conselhos de classe. Ao todo, participaram do evento 176 pessoas entre professores, diretores de turma, diretores de escola, superintendentes e coordenadores pedagógicos, alunos e pais de alunos de escolas de ensino médio profissionalizante, onde foi implantado o Projeto Diretor de Turma, sob a coordenação da ANPAE-Ceará e o auspício da Secretaria Estadual de Educação.

IV Encontro Estadual da ANPAE/Amazonas

A Seção Estadual da ANPAE do Amazonas, com sede na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM), realizou seu IV Encontro Estadual de Política e Administração da Educação nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2009. Os organizadores, considerando a atual direção que vem sendo dada para as políticas públicas em educação, definiram como objetivo, debater os desafios postos pelas Políticas de Formação dos Profissionais da Educação e Gestão da Educação, tema principal do evento.

A abertura foi realizada com a fala de todos os integrantes da mesa, cabendo ao professor Marcelo Soares Pereira da Silva, diretor de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e Tecnologias para Educação Básica do MEC, em representação do professor Benno Sander, presidente da ANPAE, dar boas vindas aos participantes e fazer a abertura do evento. O professor Marcelo fez a conferência inaugural sobre "Políticas Públicas, Formação Profissional e Gestão Democrática da Educação".

Os demais temas debatidos no evento foram: Políticas de formação dos profissionais da educação e gestão democrática da educação, sob a ótica sindical; parceria entre universidades, sistemas de ensino e escolas na formação inicial e continuada dos profissionais da educação; articulação Estado/Município na gestão da educação básica e superior. Os participantes dos referidos debates foram: Arminda Rachel B. Mourão, diretora da Faculdade de Educação (UFAM); Marilene Corrêa da Silva, reitora da Universidade Estadual do Amazonas (UEA); Luiz Carlos Cerquinho de Brito (UFAM); Alice Regis Menezes Costa (UFAM); Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro (UFAM); Vicente Paulo Queiroz Nogueira, Secretário Municipal de Educação; Francisco Jacob P. da Silva, representante da Associação dos Docentes (ADUA-UFAM); France Claire Moutinho da Silva Melo, Secretária de Educação do Município de Benjamin Constant e Conselheira Estadual da UNDIME; Francisco Torres da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Amazonas (SINTESAM); Carlos Augusto Almeida (SINTESAM); Ana Maria Falcão (SEDUC-AM); Osíris Alves Guimarães (SEMED); Frederico Arruda, pró-reitor de Extensão (UFAM); Antonia Lima (UFAM); Rosenir Lira (UFAM); e Maria Almerinda M. Lopes (UFAM). Houve uma sessão destinada à apresentação de resumos e pôsteres.

A coordenação geral do evento foi da professora Maria Marly Coelho, diretora da Seção da ANPAE/Amazonas com a colaboração da vice-presidente da ANPAE para a Região Norte, Francinete Massulo Corrêa. Também participaram na sua organização, alunos do curso de Pedagogia e, os seguintes profissionais: Elenir da Silva Nicácio, Francisco Chagas Parente de Araújo Junior, Maria Almerinda M. Lopes, Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro e Arminda Rachel Botelho Mourão. Houve uma sessão destinada à apresentação de resumos e pôsteres. Após o encerramento solene, feito pela direção estadual houve a Assembléia Geral com anpaeanos presentes, para encaminhar a discussão sobre o processo eleitoral

e escolha da diretoria. Nesse sentido, levou-se ao conhecimento dos participantes a decisão da Assembléia Geral de Vitória, que estendeu os mandatos dos dirigentes da ANPAE, incluindo os diretores e diretoras estaduais até o primeiro trimestre de 2011. Os participantes também foram informados que haverá eleições gerais por correspondência para todos os quadros dirigentes da ANPAE no segundo semestre de 2010. Finalmente, foram feitas as considerações finais sobre o evento, com destaque para a relevância do tema desenvolvido na Conferência de Abertura, que foi registrada pelo Canal de TV da UFAM.

VII Seminário Estadual da ANPAE/Goiás e VI Seminário Estadual da ANPAE/DF

Nos dias 5 e 6 de novembro de 2009, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, o VII Seminário Estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação da Anpae-Goiás e o VI Seminário Estadual da Associação Nacional de Política e Administração da Educação da ANPAE-DF. O evento foi realizado em conjunto com o Núcleo de Estudos e Documentação, Educação, Sociedade e Cultura – NEDESC, da FE/UFG. A partir do tema central – *Estado, Política e Financiamento* – foi desenvolvido um conjunto de eixos temáticos que atraíram o interesse geral de professores e estudantes da UFG e também de outras instituições acadêmicas, como a Universidade Estadual de Goiás e Universidade Católica de Goiás. Contou-se, também, com a presença de técnicos das Secretarias de Educação do Estado de Goiás e da Secretaria e Municipal de Educação de Goiânia.

Na solenidade de abertura, marcaram presença membros da Diretoria da Anpae, entre eles a professora Lourdes Marcelino Machado, vice-presidente nacional, a professora Marilia Fonseca, vice-presidente para a Região Centro-Oeste, o professor Francisco das Chagas Firmino do Nascimento, diretor da Anpae/Distrito

Federal, e a professora Miriam Fábia Alves, diretora da Anpae/Goiás. Nessa ocasião, a professora Lourdes Marcelino Machado fez um relato sobre os eventos realizados pela atual gestão da Anpae e ressaltou a programação prevista para o ano 2010. As mesas redondas privilegiaram temas voltados para a educação de jovens e adultos, a utilização de tecnologias na educação básica e o financiamento da educação básica e superior, oportunizando um profícuo debate sobre as novas ordenações políticas, econômicas e sociais que têm afetado a escola básica e a universidade. As palestras foram apresentadas por especialistas de reconhecida inserção nas áreas de conhecimento focalizadas no evento. A escolha dos temas mereceu a aprovação do público presente, observando que tais assuntos mereciam um debate continuado em face da sua relevância para o campo da política educacional.

XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação

A atividade prioritária da ANPAE em 2009 foi a preparação e realização do XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação que teve lugar nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2009 na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, ES. Três comissões trabalharam intensamente na preparação do evento: (1) Comissão Organizadora Nacional, constituída pelos vice-presidentes e diretores da Presidência da ANPAE sob a coordenação do presidente Benno Sander; (2) Comissão Executiva em Vitória, coordenada por Eliza Bartolozzi Ferreira e constituída por professores e estudantes do Centro de Educação e seu Programação de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo; e (3) Comitê Científico, integrado por 33 especialistas, sob a presidência de Bernardete A. Gatti, diretora Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. A preparação do evento começou no

princípio do ano, pela definição do tema e seus eixos estruturantes e pelo desenho do portal, instrumento fundamental de informação e divulgação, de organização e gestão, de submissão de trabalhos e de inscrição dos participantes do evento.

O XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de 2009 tiveram por objetivo congregar pesquisadores e docentes de educação superior, dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino e professores e diretores de instituições de educação básica e profissional, para um exercício de cooperação e aprendizagem coletiva sobre políticas e práticas de gestão democrática da educação na dimensão dos direitos humanos e da cidadania. As atividades se concentraram em divulgar trabalhos de pesquisa científica, socializar estudos e experiências inovadoras de gestão da educação e incentivar a cooperação nacional e internacional entre escolas, universidades e sistemas de ensino. Finalmente, teve por objeto fomentar a cooperação institucional entre governo, iniciativa privada e sociedade civil em matéria de políticas e práticas de formação de professores e dirigentes educacionais na perspectiva dos direitos humanos, do respeito à diversidade social e cultural e do exercício da cidadania.

A proposição central do encontro de Vitória – **Direitos Humanos e Cidadania: desafios para as políticas públicas e a gestão democrática da educação –** foi objeto de debate em torno de nove eixos temáticos: (1) políticas públicas e gestão democrática da educação básica; (2) políticas públicas e gestão democrática da educação profissional; (3) políticas públicas e gestão democrática da educação superior; (4) políticas públicas e gestão democrática na educação ambiental; (5) políticas públicas e gestão democrática na educação especial; (6) políticas públicas e gestão democrática na educação de jovens e adultos; (7) políticas públicas e gestão democrática na educação do campo e na educação escolar indígena; (8) políticas públicas e gestão democrática da educação na perspectiva da diversidade étnico-racial; e (9) políticas públicas e

gestão democrática da educação na perspectiva da diversidade de gênero e orientação sexual. O conteúdo foi desenvolvido através de conferências, mesas redondas, sessões especiais, comunicações de pesquisas científicas, relatos de experiências inovadoras e apresentação de pôsteres.

Foi um evento de grandes proporções, com 1.250 participantes inscritos, 12 especialistas fizeram conferências e palestras em sessão plenária no Teatro da Universidade Federal do Espírito Santo; 72 especialistas participaram como palestrantes em sessões especiais nos Auditórios da Universidade; 430 autores de comunicações orais e relatos de experiências em participaram de 59 colóquios, cobrindo os nove eixos temáticos do programa; e 30 especialistas apresentaram pôsteres acadêmicos. Essas metas quantitativas são complementadas pelas seguintes ações: exposição e lançamento de publicações acadêmicas, incluindo o livro *Direitos Humanos no Brasil* com a presença do ministro Paulo Vannuchi e lançamento de duas edições da *Revista Brasileira de Política e Administração,* comemorativas do 25º aniversário de fundação da Revista da ANPAE; reuniões de grupos e projetos de pesquisa científica da ANPAE, apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo Ministério da Educação (MEC) e outras entidades de fomento; publicação do programa oficial do Simpósio, inscrito no ISSN 1677-3802; publicação das conferências e trabalhos da programação oficial do evento em CD-ROM, com registro no ISSN 1677-3802; formação de bolsistas de iniciação científica e pós-graduação que participaram do evento e colaboraram na sua realização; e divulgação do evento e socialização de seus resultados no portal – http://anpae.org.br/anpae/simposio2009.

A ANPAE promoveu o XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano em parceria com o Centro de Educação e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que sediou o evento. A

Associação contou ainda com a colaboração e o apoio de organizações nacionais e internacionais e de entidades da sociedade civil organizada do campo da educação para divulgar o evento e propiciar a participação de educadores que atuam na área de política e gestão da educação na dimensão dos direitos humanos e da formação cidadã. Além da Universidade Federal do Espírito Santo, foram os seguintes os principais parceiros da ANPAE neste projeto: MEC/SEB/SECAD/SEA, CAPES, CNPQ, SEDH, UNESCO, OEI, REDESTRADO/CLACSO, FCC, FACITEC, ANPED, CEDES, SAECE, UNDIME, CONSED, Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo, Secretaria Municipal de Educação de Vitória, Secretaria Municipal de Educação de Cariacica e Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha.

3
PROGRAMAS E ATIVIDADES DE 2010
consolidando novas práticas e conquistas

Tem sido intensas as atividades regulares do cotidiano da Associação no curso de 2010. No campo da administração interna da ANPAE, aperfeiçoamos o portal da Associação, seu banco de dados e o sistema de consulta virtual ao Conselho Deliberativo para a tomada de decisões que afetam a vida dos associados. Seguindo orientação do Conselho Fiscal, numerosas contas de distintas unidades de custo pelo país afora foram encerradas, como se mostrará no Capítulo 4 sobre Administração, Finanças e Contabilidade. Houve um extraordinário aumento de associados e foram criadas duas novas Seções Estaduais: Alagoas e Mato Grosso do Sul. Quanto às Seções Estaduais da ANPAE, falta criar Seções da ANPAE nos Estados do Acre, Amapá, Sergipe e Tocantins.

Houve atividades em todos os Programas do Plano Estratégico 2006-2011. Desde o início do ano houve intenso intercâmbio político-pedagógico com as associações congêneres da sociedade civil organizada no campo da educação, em particular com a ANPED, ANFOPE, CEDES e FORUMDIR, assim como com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Essas parcerias se materializaram na ação conjunta junto ao Congresso Nacional, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e outros órgãos governamentais em temas de formulação de políticas educacionais, com destaque para as políticas e práticas de formação dos profissionais da educação.

No entanto, mereceram atenção prioritária as instruções específicas da Assembléia Geral realizada em 12 de agosto de 2009 em Vitória sobre a reforma do Estatuto da ANPAE, a realização das eleições gerais para todos os níveis da administração da Associação, o lançamento da edição digital da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* e a preparação do XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, comemorativo do Jubileu de Ouro (1961-2011).

Reforma do Estatuto da ANPAE

No dia 12 de agosto de 2009, a Assembleia Geral da ANPAE, realizada em Vitória, acolheu proposta do Conselho Deliberativo, encaminhada pelo associado Antônio Lisboa Leitão de Souza, para convocar uma Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de reformar o Estatuto da Associação. Visando a propiciar amplas possibilidades de participação, decidiu ainda que a Assembleia Geral Extraordinária deliberasse mediante consulta e votação eletrônica, conforme dispunha o Estatuto então vigente.

O presidente da ANPAE, professor Benno Sander, convocou a Assembleia Geral Extraordinária no dia 26 de outubro de 2009 e nomeou e presidiu a seguinte Comissão Especial de Reforma Estatutária, que preparou o texto preliminar e consolidou os debates do quadro associativo no texto final: Erasto Fortes Mendonça (Secretário da Comissão), Lourdes Marcelino Machado, João Gualberto de Carvalho Meneses, Regina Vinhaes Gracindo, Luiz Fernandes Dourado, Maria Beatriz Luce, Flávia Obino Corrêa Werle, Eliza Bartolozzi Ferreira, João Ferreira de Oliveira, Afrânio Mendes Catani, Antônio Lisboa Leitão de Souza, Márcia Ângela da Silva Aguiar, Marcelo Soares Pereira da Silva, Carlos Roberto Jamil Cury, Vicente de Paulo Carvalho Madeira, Dalila Andrade Oliveira, Bertha de Borja Reis do Valle, Cleiton de Oliveira, Célio da Cunha, Sofia Lerche Vieira, Walter Esteves Garcia.

A instalação da Assembleia Geral Extraordinária que debateu o texto do Estatuto e aprovou sua versão final se deu no dia 1º de fevereiro de 2010 e se estendeu até o dia 15 de junho do mesmo ano, por votação eletrônica pelo portal da ANPAE. A planilha eletrônica da votação, disponível à consulta pública, revela que trezentos e setenta e um (371) associados compareceram à Assembleia Geral Extraordinária virtual para apreciação e votação do novo Estatuto Social da ANPAE. Desse total de votantes, trezentos e quarenta e quatro associados (92,72%) votaram pela aprovação do Estatuto; quatro associados (1,08%) votaram contra a proposta; e vinte e três associados (6,20%) votaram em branco.

O texto aprovado do novo Estatuto Social da ANPAE se publica na segunda parte do presente Relatório e está disponibilizado no Portal da ANPAE.

Eleições Gerais da ANPAE para o Biênio 2011-2013

No dia 1º de setembro de 2010, a ANPAE iniciou o processo de escolha de seus dirigentes para o biênio 2011-2013, que se estendeu até 20 de dezembro de 2010, seguindo o calendário eleitoral unificado estabelecido pelo Conselho Deliberativo através da Portaria 048/2010 de 29 de setembro, modificada no dia 27 de outubro do mesmo ano. Também no mesmo dia 29 de setembro de 2010, o presidente da ANPAE, professor Benno Sander, no uso das suas atribuições estatutárias e ouvido o Conselho Deliberativo, nomeou, pela Portaria 049/2010, os associados Antonio Puhl (UFF), Valmir Machado Rodrigues (UNILASALLE-RJ), Maria Lucia de Abrantes Fortuna (UERJ), Arthur Santa Rosa (UFF) e Angelina Accetta Rojas (UNILASALLE-RJ) para, sob a presidência do primeiro, dirigir o processo eleitoral. Ainda na mesma data, a Comissão Eleitoral Nacional divulgou o Edital das Eleições, preparado à luz das disposições do Estatuto Social da ANPAE, das diretrizes da Assembleia Geral e da regulamentação do Conselho Deliberativo.

Com vistas a propiciar ampla participação democrática no processo eleitoral através da mobilização de toda a rede associativa nacional, as eleições gerais para a Presidência, o Conselho Fiscal e as Diretorias das Seções Estaduais se realizaram por correspondência eletrônica, à luz do disposto no Artigo 29 do Estatuto Social da ANPAE, obedecendo ao seguinte calendário unificado para todo o país, aprovado pelo Conselho Deliberativo: de 1º de outubro até 9 de novembro – registro e homologação das candidaturas; de 10 até 22 de novembro – preparação pela Comissão Eleitoral Nacional das cédulas eleitorais digitais para votação; de 23 de novembro a 20 de dezembro – votação eletrônica dos associados através do portal da ANPAE. Tal como previsto no calendário eleitoral, a relação das candidaturas registradas e homologadas pela Comissão Eleitoral Nacional e a cédula eleitoral virtual foram disponibilizados no Portal da ANPAE no dia 23 de novembro, data do início da votação eletrônica, que se encerrou às 23h59 do dia 20 de dezembro de 2010.

No dia 21 de dezembro de 2010, a Comissão Eleitoral se reuniu para a apuração e proclamação dos resultados das eleições gerais para a escolha dos dirigentes nacionais e estaduais da ANPAE para o biênio 2011-2013. Com acesso à planilha eletrônica online, a Comissão Eleitoral conferiu a transcrição dos votos depositados na urna eletrônica e homologou os resultados do pleito eleitoral que se registram no quadro geral da apuração disponibilizado no portal da ANPAE e transcrito no Capítulo 8 deste Relatório de Gestão. Para a **Presidência da ANPAE** foi eleita a chapa constituída por **Márcia Ângela da Silva Aguiar para presidente, Ângela Maria Martins para primeira vice-presidente** (Região Sudeste), **Maria da Salete Barboza de Farias para segunda vice-presidente** (Região Nordeste), **Miriam Fabia Alves para terceira vice-presidente** (Região Centro-Oeste), **Flávia Obino Corrêa Werle para quarta vice-presidente** (Região Sul) e **Maria de Fátima de Souza Lima para quinta vice-presidente** (Região

Norte), com a seguinte votação de um total de 475 votos válidos (100,0%): 446 votos em favor (93,9%); 12 votos contra (2,5%); 17 abstenções (3,6%).

A apuração eletrônica dos votos dados aos quatro candidatos inscritos para o **Conselho Fiscal**, observando-se o disposto no Edital e na cédula eleitoral de que cada eleitor podia votar em até três candidatos, revela um total de 1210 votos válidos (100,0%), assim distribuídos pela ordem decrescente de votos depositados: Magna França, com 343 votos (28,4%); Magali de Casto com 308 votos (25,4%); Cleiton de Oliveira, com 291 votos (24,0%); e Francisco José Soares Costa, com 243 votos (20,1%). De acordo com as normas eleitorais, os três candidatos com maior número de votos foram eleitos conselheiros titulares do Conselho Fiscal: **Magna França, Magali de Castro e Cleiton de Oliveira;** enquanto que **Francisco José Soares Costa** foi eleito suplente do Conselho Fiscal.

Também foram apurados os votos para os cargos de diretor e vice-diretor das **Seções Estaduais da ANPAE**, que se registram no quadro geral da apuração dos votos, disponibilizado no portal da ANPAE e que se apresenta no Capítulo 8 da presente publicação.

No final da apuração, a Comissão Eleitoral Nacional divulgou imediatamente o seguinte comunicado ao quadro associativo:

> *Colegas anpaeanos e anpaeanas:*
>
> No dia 21 de dezembro de 2010, a Comissão Eleitoral Nacional da ANPAE se reuniu na Secretaria da Presidência em Niterói, RJ, para a apuração e proclamação dos resultados das eleições gerais da Associação para o biênio 2011-2013. A Ata das Eleições para a Presidência, o Conselho Fiscal e as Diretorias Estaduais e a planilha detalhada dos resultados do pleito serão publicadas amanhã no Portal da ANPAE.
>
> Registramos com satisfação o elevado nível de participação cívica do quadro associativo na escolha de nossos dirigentes nacionais e locais, tal como instruiu a Assembleia Geral de 2009 em Vitória e conforme

disposto no Estatuto da Associação e regulamentado pelo Conselho Deliberativo.

Registramos e agradecemos a excelente colaboração da Secretaria da Presidência da ANPAE durante o período eleitoral iniciado em setembro de 2010 e que hoje se encerra. Agradecemos especialmente ao Presidente da ANPAE, Dr. Benno Sander, o apoio e as sábias orientações recebidas ao longo de todo o processo, dando segurança e tranqüilidade à Comissão.

Ao concluir a honrosa missão que nos confiou o nosso Presidente Benno Sander, a Comissão Eleitoral se congratula com todos os anpaeanos e anpaeanas que participaram das eleições como candidatos ou como eleitores e felicita a todas e todos os eleitos, na certeza de que hão de servir à ANPAE com dedicação e espírito associativo.

Niterói, RJ, 21 de dezembro de 2010
Antonio Puhl, Presidente da Comissão
Maria Lucia de Abrantes Fortuna
Valmir Machado Rodrigues
Angelina Accetta Rojas
Arthur Santa Rosa

Congresso Ibero-Luso-Brasileiro em Portugal e na Espanha

O Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação realizou-se no período de 29 de abril a 02 de maio de 2010 nas cidades de Elvas em Portugal e de Cáceres e Mérida na Espanha, com atividades preliminares em Lisboa, onde os brasileiros se reuniram antes do evento. O Congresso, que foi organizado e promovido conjuntamente pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), o Fórum Português de Administração Educacional (FPAE) e o Fórum Europeu de Administradores da Educação da Espanha (FEAE), integrou três eventos em uma única programação: I Congresso

Ibero-Brasileiro; VI Congresso Luso-Brasileiro; e IV Congresso do Fórum Português de Administração Educacional.

A Comissão Organizadora Internacional do Congresso foi integrada por **Benno Sander,** presidente da ANPAE; **Maria Beatriz Gomes Bettencourt,** presidente do Fórum Português de Administração Educacional; e por **Josep Serentill,** presidente do Fórum Europeu de Administradores Educacionais da Espanha.

O Congresso teve por objetivo reunir pesquisadores e docentes de educação superior, professores e diretores de instituições escolares e dirigentes e técnicos dos sistemas educacionais do Brasil, Portugal e Espanha para um exercício de análise e intercâmbio de estudos e experiências sobre o governo da educação e a constituição de seus espaços públicos de aprendizagem e de construção e socialização do conhecimento. Os organizadores partiram do pressuposto de que o contexto econômico, político e cultural é particularmente importante na construção e utilização de espaços públicos de educação. Consideraram que os países ibéricos e o Brasil têm formas comuns de configurar seus espaços públicos de educação, mas que têm também formas diversificadas de enfrentar seus problemas e desafios educacionais à luz de suas diferenças econômicas e opções políticas. O Congresso ofereceu, assim, um espaço privilegiado de educação comparada e de diálogo e articulação entre instituições e especialistas em políticas públicas e processos de regulação e gestão educacional inseridos em distintas realidades econômicas, políticas e culturais.

Os debates do Congresso – que teve como tema central ***Espaço Público da Educação: emergência de políticas e práticas de gestão local, regional e nacional*** **–** giraram em torno de quatro eixos temáticos: (1) espaço público da educação na dimensão dos direitos humanos e da construção de cidadania; (2) espaço público da educação na dimensão das políticas locais e da gestão escolar; (3) espaço público da educação na dimensão das políticas nacionais e regionais e do ensino superior; e (4) espaço público

da educação na dimensão das políticas de formação e trabalho docente.

O evento despertou particular interesse da comunidade anpaeana, bem como de educadores portugueses e espanhóis. Duzentos e catorze brasileiros se inscreveram no Congresso, todos anpaeanos no gozo de seus direitos associativos. Mais de 100 educadores portugueses e 40 espanhóis se associaram ao evento. Da programação acadêmica do Congresso constam 117 trabalhos de pesquisa científica de autores brasileiros que passaram pelo crivo do Comitê Científico e foram publicados no CD-ROM do evento.

O Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de 2010 foi uma experiência nova no âmbito da ANPAE, como também das associações ibéricas, que merece uma avaliação especial. O primeiro desafio foi o da organização do evento, por ter sido promovido conjuntamente por três associações de três países diferentes. O desafio se acentuou pelo fato de ter sido realizado em três sedes diferentes de dois países diferentes. Cada um dos três países teve sua própria Comissão Organizadora Nacional e seu Comitê Científico Nacional. Cada um dos três países se responsabilizou pela divulgação do evento, pelas inscrições e respectivas taxas de inscrição, pela submissão e seleção de trabalhos, conferencistas e coordenadores de sessões de debates. A coordenação geral dos eventos foi exercida pela Comissão Organizadora Internacional, constituída pelos presidentes das três associações promotoras do Congresso: ANPAE do Brasil, FPAE de Portugal e FEAE da Espanha.

Estas características exigiram um trabalho de cooperação internacional permanente por parte das três entidades. Exigiu também uma cuidadosa preparação da infra-estrutura de transporte entre as distintas sedes do evento e entre Portugal e Espanha, tarefa que coube ao FPAE de Portugal e ao FEAE da Espanha. O Livro do Congresso, com a programação do calendário unificado das conferências, mesas redondas, colóquios e apresentações dos trabalhos acadêmicos aprovados pelos Comitês Científicos dos três

países, coube ao Fórum Português de Administração Educacional. Coube também ao Fórum Português a preparação e entrega dos Certificados de Participação e Apresentação de Trabalhos.

As atividades se realizaram de acordo com a programação feita pelas três entidades. O objetivo central do evento foi aprofundar o debate e estreitar nossas relações de cooperação no campo da política e gestão da educação. Ao lado do intercâmbio educacional, um dos benefícios mais destacados da experiência foi a riqueza cultural que o evento propiciou aos participantes. O programa cultural consistiu em visitas aos lugares históricas das cidades-sede do evento: Elvas, Cáceres e Mérida. Foi um evento itinerante com características intervisitacionais. Os programas de intervisitação em educação têm já uma experiência consolidada entre os países da Comunidade Européia, da Comunidade Britânica de Nações e da América do Norte, que teve origem na década de 1960, com o denominado *Intervisitation Program in Educational Administration (IIP),* desenvolvido pelos países da América do Norte, da Comunidade Britânica e da Europa. Hoje o programa europeu está particularmente ativo, sob o auspício do Fórum Europeu de Administração Educacional, uma federação de associações com sede em Paris e seções nos distintos países da União Européia. Dessa rede de associações européias participam o Fórum Português e o Fórum Espanhol. Os programas de intervisitação costumam durar uma semana, dividida em sessões acadêmicas, visitas *in loco* a instituições educacionais e visitas a instituições e monumentos culturais na cidade ou país-sede do programa.

O Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de 2010 é um passo importante na trajetória internacional da ANPAE. Novos passos certamente hão de seguir. Nesse contexto, a ANPAE decidiu promover o II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação junto com o 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação de 2011, em São Paulo, comemorativo do Jubileu de Ouro da Associação.

Conferência Nacional de Educação (CONAE)

Brasília foi sede da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010. A CONAE foi concebida como espaço democrático aberto pelo Poder Público para que toda a sociedade possa participar dos debates em prol do desenvolvimento da educação no país. Ela se caracterizou como um amplo movimento de mobilização nacional, com a participação de profissionais da educação de todos os níveis e modalidades de ensino, estudantes, pais, gestores, agentes públicos e sociedade civil organizada em geral. Os debates da Conferência giraram em torno do tema Construindo um Sistema **Nacional Articulado de Educação e do Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação.** Para assegurar a mais ampla participação, a Conferência Nacional foi precedida de Conferências Municipais e de Conferências Estaduais e do Distrito Federal no curso de 2009.

A Comissão Organizadora Nacional, coordenada pelo secretário executivo adjunto do MEC, Francisco das Chagas Fernandes, esteve integrada por representantes das Secretarias do Ministério da Educação, da Câmara e do Senado Federal, do Conselho Nacional de Educação, dos dirigentes estaduais, municipais e federais de educação e das entidades que atuam direta ou indiretamente na área da educação. A ANPAE integra as associações de formação e pesquisa em educação que participaram da preparação e realização da CONAE em nível nacional, estadual e municipal. O presidente da ANPAE foi conferencista convidado da Comissão Organizadora Nacional, integrando a mesa sobre **Gestão democrática e qualidade social da educação**, tema central dos debates do Eixo II do Documento de Base da Conferência.

Desde o início da organização da CONAE, Márcia Ângela da Silva Aguiar, presidente da ANPEd, participou da Comissão Organizadora Nacional em representação das Associações Científicas

de Educação (ANPAE, ANPED, ANFOPE, CEDES e FORUNDIR). Iria Brzezinski, presidente da ANFOPE, foi representante suplente das entidades na Comissão Organizadora Nacional. Numerosos dirigentes e associados da ANPAE, como de entidades congêneres da sociedade civil, participaram das Comissões Organizadoras das Conferências Estaduais, Municipais e Inter-Municipais de Educação.

Anpaeanos se reúnem em Caxambu

A Presidência da ANPAE participou da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), realizada em Caxambu, Minas Gerais, no período de 17 a 20 de outubro de 2010. Atendendo a convite da professora Dalila Andrade Oliveira, presidente da ANPED, o professor Benno Sander integrou o Colóquio sobre Perspectivas para a Promoção da Educação como Direito de Todos.

O convite do presidente da ANPAE, os associados presentes na Reunião da ANPED em Caxambu promoveram uma sessão de trabalho para revisar as atividades em desenvolvimento em 2010, com destaque para a Reforma do Estatuto, o Congresso Ibero-Luso-Brasileiro realizado em Portugal e na Espanha e as eleições gerais para todos os níveis da administração da Associação. Parte considerável do tempo das conversas em Caxambu se dedicou a discutir os planos para a realização do XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, em São Paulo, comemorativo do Jubileu de Ouro da ANPAE (1961-2011).

Pesquisas educacionais

Três grandes projetos do Programa de Pesquisas Educacionais da ANPAE, que contam com o apoio de órgãos de pesquisa científica e fomento do governo federal, realizaram atividades

em 2010, em rede nacional de instituições e pesquisadores universitários.

1. *Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas.* Pesquisa em rede nacional coordenada por Rubens Barbosa de Camargo (USP), com a participação de pesquisadores da USP, UFPR, UNISUL/SC, UFPB, UFPI, UFRN, UFMS, UEMT, UFAL, UFG, UEMG E UFPA (12 estados). A pesquisa foi submetida ao CNPq, Edital 14/2008 e ao Edital CAPES/INEP do Observatório da Educação.
2. *Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*. Esta pesquisa é financiada pelo CNPq e coordenada por Theresa Maria de Freitas Adrião (UNESP/Rio Claro) e Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS), com estudos realizados por equipes de pesquisadores das seguintes universidades: USP, UNESP-RC, UFRGS, UFMS, UCDB, UFU, UEPI, UNEMAT-CÁCERES, UNIOESTE, UFPA e UFRN.
3. *Trabalho docente na educação básica no Brasil.* Trata-se de pesquisa nacional coordenada por Dalila Andrade Oliveira (UFMG) e desenvolvida pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), em rede nacional de pesquisa com NUPE/UFPR, NEPE/UFES GEPETO/UFSC, NEDESC/UFG, GETEPE/UFRN, GEDUC/UEM e GESTRADO/UFPA. O projeto conta com o apoio do Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB). A pesquisa prevê a realização de um *survey* nacional sobre o trabalho docente na educação básica, em sete estados brasileiros, contemplando as cinco regiões. Os estados que compõem a amostra da pesquisa são os seguintes: Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais.

Os temas dos projetos de pesquisa da ANPAE e os resultados dos estudos serão socializados e debatidos pelos seus coordenadores e pesquisadores em vários painéis do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, nos dias 27, 28 e 29 de abril de 3011, em São Paulo. A ANPAE fortalece, assim, seu papel protagonista na construção e difusão de conhecimentos e práticas no campo da gestão educacional e das políticas públicas de educação e formação docente.

Projeto Diretor de Turma – ANPAE/Ceará

Como consta no capítulo anterior, o projeto Professor Diretor de Turma do Ceará, iniciado no segundo semestre de 2008, continuou em 2009 e se consolidou em 2010. Considerando o acúmulo de conhecimentos e as vivências oportunizadas pela experiência, em janeiro de 2010 a Secretaria de Educação do Estado promoveu a expansão do projeto. Nesta perspectiva, por processo de adesão, foi garantida a oportunidade de implantação em todas as escolas de ensino regular da rede estadual, nas turmas de 1°ano do ensino médio e no 9° do ensino fundamental nas escolas que não possuem ensino médio. No 1° semestre de 2010, das 527 escolas de ensino médio regular do Estado, 444 aderiram ao projeto. Somando-se estas às 59 escolas estaduais de educação profissional de 2010, tem-se um total de 503 escolas que já contam com o Projeto Professor Diretor de Turma. Ressalte-se que, para a implantação do projeto na rede estadual de ensino, tem sido de grande importância a colaboração da ANPAE/Seção Ceará, que contou com a valiosa contribuição da consultora professora Haidé Eunice Gonçalves Ferreira Leite, com larga experiência de docência e conhecimento da função específica de Diretor de Turma, em Portugal.

Reunião Estadual da ANPAE no Piauí

A **Reunião Estadual da ANPAE-Piauí** realizou-se no período de 21 a 24 de setembro de 2010, na Universidade Federal do Piauí, conjuntamente com o **Seminário Nacional de Administração Educacional,** auspiciado pela Universidade Federal do Piauí e pela Universidade Estadual do Piauí, com o apoio da Secretaria Estadual do Piauí e a Secretaria Municipal de Educação, o CONSED e a UNDIME. O evento reuniu pesquisadores e educadores da área de política e gestão da educação para estudar a reforma do Estado e as políticas educacionais no Brasil: o público e o privado em questão.

ANPAE/Espírito Santo: Ciclo de Palestras

No período de 30 de setembro a 17 de novembro de 2010, o NEPE/PPGE/UFES e a ANPAE/ES, em parceria, realizaram um Ciclo de Palestras sobre temas relacionados a políticas educativas e questões sociais no Brasil. A coordenação do Ciclo esteve a cargo de Eliza Bartolozzi Ferreira, coordenadora do NEPE/PPGE/UFES e vice-presidente adjunta da ANPAE e de Fábio Luiz Alves de Amorim, diretor da ANPAE no Espírito Santo. Público envolvido: alunos da graduação e pós-graduação, professores de ensino superior e educação básica e técnicos das Secretarias de Educação. O ciclo contemplou as seguintes palestras:

1. **Educação, emprego e pobreza no Brasil contemporâneo,** tendo como conferencista Márcio Pochmann (IPEA/Unicamp), e como comentarista Roberta Traspadini e coordenadora a Eliza Bartolozzi Ferreira (UFES)**;**
2. **Federalismo e gestão educacional,** tendo como conferencistas Marília Fonseca (UNB) e Paulo de Sena Martins (Câmara Federal) e, como coordenadora, Terezinha Maria Schuchter de Oliveira (UFES);

3. **Profissão docente: identidades e memórias,** tendo como palestrantes convidados Livia Maria Fraga (UFMG) e Elizeu Clementino de Souza (UNEB) e, como coordenadora, Silvana Ventorim (UFES);
4. **Política educacional e trabalho docente.** Dalila Andrade Oliveira (UFMG) foi a conferencista convidada e Fábio Amorim (ANPAE/ES) foi o coordenador.

VI Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste e V Encontro Estadual da ANPAE-PB

Nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2010 se realizou na Universidade Federal da Paraíba, *Campus* I, na cidade de João Pessoa, PB, do VI Seminário Regional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação & do V Encontro Estadual de Política e Administração da Educação, em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Educação das Universidades Federais da Paraíba (PPGE), do Rio Grande do Norte (PPGEd) e de Pernambuco (PPGE), das Seções Estaduais da ANPAE e com o apoio da CAPES/MEC. Discutiu-se uma temática de suma importância para a educação do nosso país: Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino em construção.

O Seminário teve como público alvo pesquisadores, profissionais atuantes em instituições de ensino superior e educação básica, alunos de graduação, pós-graduação e comunidade em geral. Compareceram professores pesquisadores e gestores dos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Pará, Amazonas, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal, além dos colegas paraibanos, totalizando 483 participantes.

O Seminário teve por objetivo refletir sobre as políticas educacionais e de gestão da educação na perspectiva da construção

da qualidade do ensino, por meio do debate e da socialização de pesquisas científicas e experiências educacionais. A programação constou de uma conferência plenária, proferida pela professora Sofia Lerche Vieira (UECE), 12 mesas redondas, pôsteres e comunicações orais divididos em quatro grupos de trabalho: (1) políticas, gestão da educação e qualidade do ensino; (2) práticas educativas, gestão escolar e formação docente; (3) gestão da educação e direitos humanos; e (4) práticas educativas, gestão e diversidade cultural. As conferências e trabalhos das mesas redondas foram publicados no seguinte livro: JUNIOR, Luiz de Sousa; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; FRANÇA, Magna. *Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino.* Brasília: Editora Liber Livro, em co-edição com a Anpae – Coleção Biblioteca Anpae, 2011.

XXII Simpósio Catarinense de Administração da Educação e X Seminário Estadual de Política e Administração da Educação

O Simpósio Catarinense de Administração da Educação é uma promoção da Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina (AAESC) e da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED), Gerência Regional de Educação de Joinville, Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina e Secretarias Municipais de Educação da Região da Associação dos Municípios da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Região de Joinville (SDR). O evento, que se realizou em Joinville no período de 12 a 15 de setembro de 2010, teve como tema central **Ensino Fundamental de 09 Anos: gestão e currículo.**

Fruto de longa tradição de encontros, o evento teve como objetivo central discutir e aprofundar estudos e experiências relevantes no campo educacional, com vistas a divulgar a realidade do Estado de Santa Catarina. Da mesma forma, os Seminários Regionais e Estaduais de Política e Administração da Educação,

organizados pela ANPAE, têm como foco temático a divulgação, discussão e aplicação dos conhecimentos produzidos em Política e Gestão da Educação, em âmbito nacional.

Fórum Internacional de Políticas Públicas em Educação na América Latina

Este evento internacional, organizado pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, em parceria com a Representação da UNESCO no Brasil, o Instituto de Planejamento da UNESCO (IIPE/Buenos Aires) e a ANPAE, com o apoio do Ministério da Educação, se realizou em Brasília, no período de 23 a 25 de novembro de 2010, com a participação de reconhecidos especialistas internacionais: José Angel Pescador e Carlos Ornelas do México, Myriam Feldfeber, Emilio Tenti Fanfani e Alejandro Morduchowicz da Argentina, Victor Manuel Gómez da Colômbia, Ernesto Schiefelbein do Chile, Dermeval Saviani, Benno Sander, Regina Vinhaes Gracindo, Bernardete A. Gatti, Jacques da Rocha Veloso, Luiz Carlos de Freitas, Walter Garcia. Integraram a Comissão Organizadora do evento: Célio da Cunha, Maria Abádia da Silva, José Vieira de Sousa e Emilio Tenti Fanfani. A proposta do Fórum foi debater e aprofundar a reflexão sobre a questão federativa, o financiamento da educação e a questão docente na América Latina, de modo a oferecer aos formuladores e executores de políticas públicas subsídios e indicações relevantes para a governabilidade educacional dos próximos anos.

4
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO 2006-2011

Maria Beatriz Luce
Editora da RBPAE

Nalú Farenzena
Editora Associada da RBPAE

Este relatório da Editoria da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* (RBPAE) compreende o período que vai de 2006 à edição do v. 27 n. 1 da Revista, que corresponde a abril de 2011. Neste período, foram publicados 15 números da RBPAE, com um total de 135 artigos.

Para colocar o relatório em contexto, é importante tomar em conta a ementa que constou nos últimos 13 números do período, e que aqui se reproduz, pois sintetiza a linha editorial da RBPAE:

> A ***Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*** (**RBPAE**) é uma publicação quadrimestral da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) que visa difundir estudos e experiências educacionais e promover o debate e a reflexão sobre questões teóricas e práticas de política e administração da educação, particularmente sobre temas pertinentes às políticas públicas e institucionais de educação, planejamento e avaliação educacional, gestão de sistemas

de ensino, escolas, universidades e outras instituições de educação e formação cidadã. A RBPAE é publicada desde 1983, sendo distribuída aos sócios da ANPAE, a assinantes individuais e institucionais, a bibliotecas e ao público por meio de vendas avulsas.

O presente relatório da Editoria está estruturado em duas partes. Na primeira são descritos aspectos gerais de caracterização da Revista, destacando-se elementos da linha político-editorial, com base nos editoriais. Na segunda parte, há uma exposição de dados de caracterização da Revista no período de 2006 até abril de 2011, contendo: Conselho Editorial, indexadores, projetos e apoios; processo editorial; quadros que registram, ano a ano, o número de artigos recebidos para publicação, o número de artigos e outros textos publicados e identificação das seções especiais ou temáticas publicadas.

Cabe reiterar que, na primeira parte, aproveitamos os conteúdos dos editoriais do período de 2006 até abril de 2011, os quais, contudo, quando reproduzidos literalmente, não foram formatados como citação. Seguiremos uma exposição linear, desde o v. 22 n.1 (2006) até o volume 27 n. 1 (2011).

1. Panorama da RBPAE no período de 2006 até abril de 2011

No dia 11 de fevereiro de 1961 nasceu a ANPAE – **Associação Nacional de Professores da Administração Escolar** –, na Universidade de São Paulo, por decisão dos participantes do 1º Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. Ao longo de suas cinco décadas de vida, a ANPAE foi rebatizada cinco vezes até consolidar-se na sua atual denominação de **Associação Nacional de Política e Administração da Educação**.

A data de fundação da ANPAE tornou-se um divisor de águas na história da construção do conhecimento e da prática

profissional no campo da administração da educação no Brasil. Na realidade, a nova entidade educacional – a primeira do gênero na América Latina – que na época se propôs a congregar estudiosos e professores universitários de administração escolar e educação comparada, foi ponto de partida de uma renovada atuação da sociedade civil organizada no campo do governo da educação e da gestão escolar no Brasil.

Ao longo de cinco décadas, a ANPAE passou por sucessivas transformações político-pedagógicas e formas de atuação profissional, acompanhando a genealogia do conhecimento e das práticas sociais no campo das políticas públicas e da gestão da educação. Estas transformações e formas de atuação se refletem em suas consecutivas nominações, até consolidar-se como Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Neste contexto, a ANPAE ampliou seu escopo, congregando hoje, em igualdade de direitos e deveres, pesquisadores e docentes de educação superior; dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino; e professores e diretores de escola básica e de outros espaços de educação cidadã e promoção humana, interessados no estudo e na prática as políticas públicas, do governo da educação e da gestão escolar.

Com a fundação da ANPAE surgiram novas publicações de autoria dos mestres fundadores e seus primeiros discípulos, em que se destacam os *Cadernos de Administração Escolar*, primeira experiência editorial de natureza acadêmica da Associação. Os temas de reflexão e debate dos *Cadernos* refletem os interesses iniciais do quadro social da ANPAE e as preocupações nos meios acadêmicos da época por definir o campo de estudo da administração escolar. O objetivo principal dos oito *Cadernos de Administração Escolar,* publicados entre 1961 e 1982, era subsidiar as atividades acadêmicas e profissionais dos associados. Não havia um compromisso com a periodicidade das publicações, de tal forma que os lançamentos se sucediam em resposta a necessidades identificadas nos meios

acadêmicos e à disponibilidade de recursos. No entanto, dentro desses limites, suas temáticas foram fundamentais para estudar e interpretar os desenvolvimentos educacionais nas décadas de 1960 e 1970. Era o começo de uma longa construção intelectual em matéria de políticas públicas e administração da educação no Brasil, que se estende até hoje.

Um passo importante dessa construção foi a fundação da *Revista Brasileira de Administração da Educação*, cuja semente germinou no período de transição do final da década de 1970 para a década de 1980, como produto da ampliação do escopo da ANPAE, no contexto do movimento nacional e internacional de ciência social aplicada à educação e sua administração. À luz desta renovada efervescência intelectual no âmbito da ANPAE e de associações educacionais congêneres e da crescente produção acadêmica dos estudantes dos programas de pós-graduação em educação das universidades brasileiras, Benno Sander e Maria Beatriz Luce, então presidente e vice-presidente da ANPAE respectivamente, desenvolveram as idéias iniciais e formataram uma proposta preliminar de periódico acadêmico-científico especializado no campo da administração da educação para submetê-la aos órgãos deliberativos da Associação. A proposta de criação da Revista foi aprovada no primeiro semestre de 1981, pela Assembléia Geral Extraordinária da ANPAE, convocada pelo presidente Benno Sander e realizada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em comemoração ao vigésimo aniversário de fundação da Associação. Em 28 de outubro daquele ano, o Conselho Deliberativo, por delegação da Assembléia Geral, examinou e aprovou o projeto definitivo da Revista. Seu lançamento se deu no primeiro semestre de 1983 (RBPAE, 1983).

Em 1996 a *Revista Brasileira de Administração da Educação* ampliou seu escopo e sua denominação para *Revista Brasileira de **Política** e Administração da Educação*. Esta modificação resultou da própria mudança de denominação da ANPAE para **Associação**

Nacional de Política e Administração da Educação, por força da reforma estatutária aprovada em 29 de julho daquele ano pela Assembléia Geral Extraordinária, convocada e presidida pela professora Regina Vinhaes Gracindo, então presidente da Associação.

No conjunto dos periódicos do campo educacional brasileiro, a Revista da ANPAE se dedica, desde a sua criação até hoje, ao estudo da política e da administração da educação. É assim que ela tem contribuído e vem contribuindo para a construção do conhecimento e a formação do pensamento pedagógico brasileiro, como o revelam as pesquisas e experiências recolhidas e publicadas na Revista, que se consolidaria rapidamente como periódico nacional de referência no campo da política e da gestão da educação, dando vazão parcial ao crescente aumento da produção acadêmica da área, associada à consolidação dos programas de pós-graduação em educação nas universidades brasileiras. A sua liderança nacional se manifesta tanto pela expressão acadêmica dos autores como pela quantidade dos trabalhos especializados em matéria de política e gestão da educação que o periódico anpaeano vem socializando, em comparação com o número de artigos sobre a mesma problemática publicado em outras revistas científicas brasileiras, incluindo os periódicos classificados de padrão internacional.

Na apresentação da edição de lançamento da Revista (v. 1, n. 1, 1993), lê-se que a iniciativa de sua publicação "se insere na própria trajetória histórica da Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação", com o propósito de atender à necessidade de editar "um novo veículo de comunicação e intercâmbio visando o aperfeiçoamento profissional dos administradores educacionais". O editorial do v. 22, n. 1 (2006) afirma que a Revista continuava sendo, naquele ano, assim como nos idos de 1983, uma experiência em construção.

No período de 1983 a 2006, a RBPAE foi um periódico de edição semestral. Sucederam-se, como editores, Maria Beatriz Luce, Maria Clélia Botelho, Lauro Carlos Wittmann, Jorge Fer-

reira da Silva, Regina Vinhaes Gracindo, Rinalva Cassiano Silva, Cândido Alberto Gomes e Álvaro Chrispino. Maria Beatriz Luce, a primeira editora, quando da criação da Revista em 1983, voltou a ser editora em 2006, num ciclo que se estende desse ano até a publicação do n. 1 do v. 27 (2011). Em 2007, a Revista passou a ser de publicação quadrimestral, portanto, com três números anuais. A partir do primeiro número de 2008, a revista passou a contar com uma editora associada, Nalú Farenzena.

No *v. 22, n. 1* (2006), marcado pelo início de um novo projeto editorial e um novo desenho gráfico, o editorial – *História, compromisso e perspectivas* – resumiu o histórico de criação da RBPAE e sua vinculação ao projeto da Anpae, parte do qual foi reproduzido nos parágrafos anteriores. Esse número incluiu uma seção especial visando prestar uma homenagem a Stephen Stoer, professor catedrático da Universidade do Porto, que havia falecido naquele período. A seção contou com três textos: uma homenagem, que destaca sua obra e sua atuação; um artigo de Stephen Stoer; a resenha de uma obra de Stephen Stoer.

O *v. 2, n. 2* (2006), foi um número temático, concebido em parceria entre a editora da Revista, Maria Beatriz Luce, e Nalú Farenzena, editora associada deste número especial. Conforme consta no editorial, intitulado *Equidade e qualidade da educação básica e as relações intergovernamentais no financiamento e na gestão da educação*, a proposta foi amplamente divulgada no boletim *ANPAE Notícias*, no Portal da ANPAE e por correspondência eletrônica a pesquisadores identificados com a matéria. Abria-se, assim, o espaço da RBPAE para trabalhos que difundissem o conhecimento e estimulassem o debate sobre aspectos específicos do financiamento da educação brasileira contemporânea, seja em nível local, regional ou nacional. A proposta temática, que foi estabelecida com relativa amplitude porque era então difícil estimar a disponibilidade de textos inéditos sobre o que nos parecia relevante, oportuno e carente, cobria os seguintes aspectos: teorização sobre os custos

educacionais e as relações entre estes e a qualidade da educação; análises de determinados contextos de custo e custo-aluno-ano; e situações, condições e desafios do regime de colaboração entre as esferas de governo para o financiamento da educação, incluindo aspectos tais como a redistribuição de recursos entre esferas de governo (FUNDEF, FUNDEB, salário-educação e outros), a assistência técnica e financeira da União e dos estados, tensões e potencialidades nas relações de parceria para o financiamento de programas de manutenção e desenvolvimento do ensino ou programas suplementares.

O editorial do *v. 23, n. 1 – Produção e utilização do conhecimento em política e gestão da educação* – destacou a periodicidade semestral da RBPAE durante seus 22 anos de publicação. De acordo com a avaliação da Editoria, era hora de enfrentar um novo desafio, o da publicação quadrimestral, a partir do primeiro número de 2007. O desafio foi atribuído a vários fatores internos e externos. Um deles referia-se ao aumento crescente da demanda e da oferta de contribuições especializadas no campo da política e administração educacional, ligadas tanto à intensa produção sobre temas de política e gestão da educação, enfocando prioritariamente a gestão democrática da educação. Por outro lado, a qualidade dos trabalhos e a estatura dos autores e dos conselheiros e consultores editoriais sugeriam um novo patamar acadêmico-científico para a Revista. A relevância foi destacada como critério fundamental de avaliação dos trabalhos sobre políticas públicas e gestão da educação, objeto de debate e divulgação do periódico. Desenhava-se, assim, um novo desafio no projeto editorial da RBPAE.

O *v. 23, n. 2* (2007) foi preparado em 2006, a partir dos primeiros movimentos de análise e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Esse processo, marcante no cenário das políticas curriculares nacionais, ensejou o registro dessa parte da história educacional brasileira através da RBPAE, sendo esse número de caráter especial, totalmente de-

dicado à temática. No editorial, intitulado *Formação de professores para a educação básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia*, a editora Maria Beatriz Luce, bem como Magali de Castro, editora associada desse número, relataram o processo para a composição do número especial e destacaram o objetivo de contribuição à renovação qualificadora dos cursos de Pedagogia.

O *v. 23, n. 3* (2007), destaca, em seu editorial – *Perspectivas e comemorações na produção intelectual de política e administração da educação* – a produção ininterrupta da RBPAE ao longo de seus 23 anos e 23 volumes. Com o n. 3 do v. 23, o projeto de tornar o periódico quadrimestral estava concretizado. O projeto editorial lançado em 2006 havia conquistado amplo apoio de associados, autores e editores, alcançando, inclusive, reconhecimento externo. O editorial comemorou a boa classificação da RBPAE no Qualis periódicos da CAPAES. O número contou com artigos do fluxo contínuo do processo editorial e com uma seção especial organizada como parte das comemorações da ANPAE no centenário do nascimento de José Querino Ribeiro, um dos mestres fundadores da Associação.

No editorial do *v. 24, n. 1 – A difusão do conhecimento na RBPAE: trânsitos* –, é explicado que, com a instalação da Universidade Federal do Pampa, a editora da Revista assumiu novas responsabilidades, como dirigente da instituição, pelo qual foi julgado oportuno contar com uma editora associada, com vistas a somar esforços para a produção do periódico. Foi ponderado que as novas situações demandaram adaptações de diversas ordens para a publicação dos números de 2008. Mesmo assim, segue o editorial, com o empenho e incentivo inestimável dos colaboradores, o número publicado naquele momento dava continuidade à publicação da RBPAE, em consonância com o projeto editorial assumido em 2006. Assim mesmo, reforçavam-se os históricos compromissos da ANPAE com a disseminação do conhecimento sobre a administração e a política de educação, ou seja, com a

socialização de estudos, pesquisas e memórias que fomentam o debate e a reflexão sobre pensamentos e ações abrangidos por estes campos singulares da área da educação. É mencionado que permaneciam os desafios de implantação da publicação digital, para maior acessibilidade, e maior número de assinaturas por bibliotecas de universidades nacionais e estrangeiras. É referido que um incentivo de reconhecimento, muito importante, se devia è renovação do apoio da UNESCO para os serviços de produção gráfica da RBPAE, incentivo esse iniciado em 2007.

No editorial do *v. 24, n. 2* (2208), – *Por uma educação pública de qualidade para todos* –, há menção à *Carta de Porto Alegre por uma Educação Pública de Qualidade para Todo*s, aprovada no XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, realizados em Porto Alegre, em novembro de 2007. O editorial argumentou que a consigna da Carta de Porto Alegre – *Por uma Educação de Qualidade para Todos* – trazia implícitas algumas perplexidades e desafios; continha uma marca propositiva, que convocava à ação política contínua e astuta, capaz de contribuir para uma prática de afirmação de princípios e garantias tão duramente conquistados, para uma prática que consolidasse a escola como instituição de bem público, como lócus de aquisição e construção de saberes, para todos. A referência à Carta de Porto Alegre foi feita também pelo fato do número conter a *Seção Especial Constituinte/Constituição de 1988*, para marcar os 20 anos de promulgação da Constituição da República. A intenção foi a de registrar, através de uma sistematização de produção teórica e do testemunho de um ator influente na elaboração do texto constitucional, um deputado constituinte, marcas do pensamento e da atividade política que provocavam pesquisadores e profissionais da gestão e da política educacionais à compreensão, à decodificação ou à intervenção nos planos da teoria e da prática social.

O *v. 24, n. 3*, encerrou as publicações de 2008, significando, portanto, 24 anos de publicação ininterrupta da RBPAE. No editorial foi dado acento à gratificação constituída pela circulação da Revista na comunidade profissional interessada numa produção que denotava significativos esforços intelectuais de reflexão sobre uma base material e teórica diversa e em constante movimento. O editorial – *Percepções na produção do conhecimento em política e administração da educação* – sublinhou que, desde diferentes perspectivas e objetos, era possível dizer que a produção intelectual que vinha sendo difundida através da RBPAE estava sendo dedicada à denúncia ou à crítica do mundo como nos fazem crer e do mundo como é, assim como à prospecção do mundo como poderia ser.

O *v. 25, n. 1* (2009) da RBPAE foi portador de 25 anos de atividades de socialização do conhecimento e de intervenção especializada no campo da política e da gestão da educação no Brasil. No seu editorial – *RBPAE, 25 anos de caminhada: e a trilha continua* –, foi referido que o Presidente da ANPAE e as editoras queriam compartilhar os méritos intelectuais do projeto editorial com os fundadores da Revista nos idos de 1983, com os sucessivos editores e conselheiros editoriais, com autores e leitores e com todos os dirigentes e associados da ANPAE ao longo dos anos. Foi mencionado que os organizadores do XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano da ANPAE, agendados para o período de 12 a 14 de agosto de 2009, em Vitória, no Espírito Santo, haviam reservado um espaço para comemorar o vigésimo quinto aniversário da RBPAE, na convicção de que seria uma ocasião propícia para avaliar e celebrar a sua contribuição à construção do pensamento pedagógico brasileiro e para renovar o compromisso histórico com a produção e socialização do conhecimento no campo das políticas públicas e da gestão democrática da educação no Brasil. Menciona o editorial que os três números do volume 25 da RBPAE seriam dedicados à comemoração do aniversário de 25 anos da Revista. Os números um e três acolheriam artigos

regularmente submetidos à Editoria da Revista e aprovados pelos conselheiros editoriais e consultores especializados. O segundo número seria temático, acolhendo contribuições sobre políticas e programas para a educação básica brasileira nos anos 2000, de autoria de 11 especialistas convidados.

O *v. 25, n. 2* (2009), inserido entre as edições comemorativas do Jubileu de Prata da RBPAE, publicou um dossiê que versou sobre a análise de políticas governamentais destinadas à educação básica. Esse dossiê nasceu de uma avaliação de anpaeanos que se ressentiam da necessidade de uma análise acadêmica e pormenorizada das principais políticas, programas e ações que o Ministério da Educação (MEC) vinha desenvolvendo no âmbito da educação básica, com ênfase naquelas implementadas desde o início do governo de Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. Neste sentido, foram reunidos dez artigos agrupados em torno de quatro grandes temáticas que procuraram, de distintas perspectivas teórico-analíticas, focalizar a continuidade e as mudanças nos programas e projetos para a educação básica que tinham vigência na primeira década dos anos 2000. A Editoria contou com a colaboração de Janete Maria Lins de Azevedo e João Ferreira de Oliveira para a organização do dossiê. Os organizadores sublinharam, no editorial, intitulado *Políticas e programas para a educação básica brasileira nos anos 2000*, que o usufruto da educação básica de qualidade para todos, pela maioria da nossa população, seria ainda uma meta a ser alcançada. Isto significava dizer que havia inúmeros problemas e desafios a serem superados, mas que havia que reconhecer a existência de avanços nessa direção, fruto de respostas governamentais às reivindicações e demandas advindas, sobretudo, de setores organizados do campo educacional. Valia reconhecer nisto as possibilidades de organização e de expressão resultantes da democracia política vigente, que estão completava 25 anos seguidos, representando o maior período de sua vigência da era republicana.

No *v. 25, n. 3* (2009), último número das edições comemorativas dos 25 anos da RBPAE, o editorial, intitulado *Novos dispositivos e arenas na democratização da educação*, destacou: a continuidade do apoio da UNESCO para a produção da RBPAE, fato que, entre outros, expressava o reconhecimento da produção veiculada pela revista; a assinatura de um convênio com o FNDE, através do qual exemplares da RBPAE, dos números de 2006 a 2008, seriam distribuídos a todos os conselhos estaduais e municipais de educação do país cadastrados junto ao MEC; o posicionamento da RBPAE como B1 na escala de classificação do Qualis, da CAPES. Nessa mesma linha, de celebração, foram comentados, no editorial, acontecimentos de 2009 considerados como portadores de positivas possibilidades no sentido de efetivar políticas públicas voltadas à democratização do acesso, das condições de qualidade e da gestão da educação em nosso país: a aprovação da emenda 59 à Constituição da República, que teria como principal efeito a ampliação da escolaridade obrigatória, e as atividades preparatórias para a Conferência Nacional de Educação em 2010.

O *v. 26, n. 1* (2010) congregou artigos recebidos no fluxo contínuo do processo editorial. Seu editorial – *Bandeiras de política e gestão da educação em perspectiva* –tomou significados do termo *bandeira* para encaminhar comentários, de cunho acadêmico-político, sobre acontecimentos da arena de políticas educacionais, bem como para elaborar um panorama dos textos reunidos neste que foi o primeiro número de 2010. Quanto à *bandeira* no sentido figurativo de lema, plataforma ou objetivo que orienta um grupo, foram comentadas deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE). Foi reiterado o entendimento da Editoria de que a CONAE – cujo tema foi *Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação* – potencializava o espaço de deliberação democrática da formulação de políticas nacionais de educação e das referências para o futuro Plano Nacional de Educação.

No *v. 26, n. 2* (2010), a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação contemplou, além da publicação de artigos do fluxo contínuo do processo editorial, uma seção temática denominada *Panoramas de controles públicos e sociais no setor da educação*, composta de quatro artigos que exemplificaram ângulos relevantes da responsabilização (*accountability*) nas/das ações públicas. No editorial – *Responsabilização na educação: um novo componente na agenda de políticas públicas?* –, a organização da seção temática, feita por Nalú Farenzena, é justificada pelo contexto vivenciado de reproblematização da responsabilidade e da responsabilização no setor da educação escolar. No editorial, são comentados preceitos legais, propostas da CONAE e de projetos de lei em tramitação naquele momento no Congresso Nacional relativos à regulação, ou a uma nova regulação, no que diz respeito às exigências e sanções que incidiriam na responsabilização dos gestores quanto às ações públicas na educação brasileira de qualquer nível.

No editorial do *v. 26, n. 3* (2010), intitulado *Bons ventos*, foram comentadas características do momento vivido pela RBPAE. É referido que o *ANPAE Notícias* 2010 apontou a publicação da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação como projeto científico prioritário da ANPAE. As editoras registraram que essa prioridade foi constantemente concretizada no extenso e indispensável apoio que a Editoria recebe da Presidência da ANPAE. É informado que a periodicidade da Revista foi mantida no ano de 2010. É ressalvado que, diferentemente de anos anteriores, não foi organizado um número temático, e sim um número especial contendo uma seção temática organizada pela Editoria – a seção *Panoramas de controles públicos e sociais no setor da educação*, no v. 26, n.2. É apontado que seria relevante a realização de um levantamento das temáticas contempladas nos artigos publicados na RBPAE nos últimos anos, bem como nos artigos submetidos à Revista, para identificação de lacunas que

pudessem ser preenchidas mediante uma política de incentivo à apresentação de textos mediante chamadas específicas. É ressaltado, ainda, o estabelecimento da infra-estrutura básica para a edição digital da Revista a partir de 2011, projeto este prioritário para a divulgação mais ampla, bem como para a qualificação do trabalho de comunicação entre editores, autores e avaliadores. Foi informado que a RBPAE já contava com espaço no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) da UFRGS, prevendo-se que o acesso a todas as edições, desde 2006, seria disponibilizado por ocasião do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, em abril de 2011. Acrescenta-se que, em 2010, ainda, a Presidência da ANPAE renovou a construtiva parceria com a UNESCO, estabelecida desde 2007, envolvendo o apoio à produção da RBPAE. Outro destaque é que a Presidência da ANPAE iniciou a negociação com o MEC (SEB e FNDE) para a continuação do projeto de distribuição da Revista às secretarias e aos conselhos estaduais e municipais de educação do país, como nos anos anteriores. É anunciado que o número 1 do volume 27 seria especial, com a publicação de artigos que tinham como base exposições de pesquisadores brasileiros realizadas por ocasião do I Congresso Ibero-Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. É referido, por fim, que, nos editoriais dos dois números anteriores de 2010, foram comentados e expressados posicionamentos políticos sobre fatos, tendências e propostas da política educacional brasileira, como uma forma de oferecer aos leitores mais uma fonte de informações sobre conteúdos cuja atualidade não pode ser acompanhada pelos artigos publicados, dadas as características do processo editorial.

No editorial do *v. 27, n. 1* (2011), intitulado *Anpae, 50 anos de construção do conhecimento na gestão da educação*, é comentado que o número constitui uma edição especial da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, que se insere no espírito

congratulatório do Jubileu de Ouro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, em 2011. É explicado que para avaliar e celebrar a contribuição da ANPAE à formação do pensamento pedagógico brasileiro, seus associados decidiram vincular os atos comemorativos do seu cinqüentenário à realização do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, agendado para o período de 26 a 29 de abril de 2011, em São Paulo, cidade-berço da ANPAE. É justificado, nesse editorial, que os trabalhos publicados no número visam a compartilhar ensaios, pesquisas e reflexões em torno da escola, da universidade e da cidade como espaços públicos de educação. O número especial foi organizado por Benno Sander, em colaboração com as editoras. Reúne trabalhos de um grupo de estudiosos anpeanos sobre políticas públicas e gestão da educação, visando à formação cidadã, ao fortalecimento da democracia e à promoção humana na escola e na sociedade. As reflexões decorreram dos trabalhos apresentados pelos autores no Congresso Ibero-Brasileiro de Política e Administração da Educação, promovido pela ANPAE em parceira com o Fórum Português e o Fórum Europeu de Administradores Educacionais da Espanha sobre a emergência de políticas e práticas de gestão local, regional e nacional em nossas escolas e universidades, na dimensão dos direitos humanos e da justiça social. Cabe ainda referir que nesse editorial foi incluído um resumo da trajetória da ANPAE e da RBPAE, cujo conteúdo foi aproveitado na introdução desse item do relatório.

2. Características do processo editorial da RBPAE no período de 2006 até abril de 2011

Durante a gestão 2006-2011, a editora da Revista foi Maria Beatriz Luce, da UFRGS e UNIPAMPA. A partir do v. 25, n. 1, Nalú Farenzena, da UFRGS, assumiu como editora associada. Números temáticos especiais da RBPAE no período contaram

com colaboradores na organização, atuando como editores associados *ad hoc*: Nalú Farenzena, no v. 23, n. 2 (2006); Magali de Castro, da PUC-Minas, no v. 23, n. 2 (2007); Janete Maria Lins de Azevedo, da UFPE, e João Ferreira de Oliveira, da UFGO, no v. 25, n. 2 (2009); Benno Sander, presidente do Conselho Editorial, no v. 27, n. 1 (2011).

Na gestão 2006-2011 serviram como membros do Conselho Editorial da Revista por distintos períodos os seguintes pesquisadores: Benno Sander (UFF), Presidente do Conselho, Bernardete A. Gatti (FCC e PUC-SP), Cândido Alberto Gomes (UCB), Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG e PUC-MG), Célio da Cunha (UNB), Edivaldo Machado Boaventura (UFBA e UNIFACS), Fernando Reimers (Harvard University, EUA), Inés Aguerrondo (Universidad San Andrés, Argentina), Janete Lins Azevedo (UFPE), João Barroso (Universidade de Lisboa, Portugal), João Gualberto de Carvalho Menezes (UNICID), Jorge Ferreira da Silva (UFRJ), Juan Casassus (UMCE, Chile), Lauro Carlos Wittmann (Universidade de Blumenau), Licínio Carlos Lima (Universidade do Minho, Portugal), Lisete Regina Gomes Arelaro (USP), Luiz Fernandes Dourado (UFG), Regina Vinhaes Gracindo (UNB), Rinalva Cassiano Silva (UNIMEP), Sofia Lerche Vieira (UFCE e UECE), Steven J. Klees (University of Maryland, USA), Walter Esteves Garcia (Instituto Paulo Freire).

A RBPAE é indexada em: BBE – Bibliografia Brasileira de Educação (Brasília, MEC/INEP); CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (México, UNAM); CAPES/QUALIS – Classificação de Periódicos, Anais, Revistas e Jornais (Brasília, DF, CAPES).

No período, a RBPAE contou com o trabalho de secretaria de estudantes vinculadas a cursos da Faculdade de Educação da UFRGS: Janaína Siviero Ribeiro (do Curso de Pedagogia, no período de 2006-2007); Bianca Salazar Güizzo (do Curso de Doutorado em Educação, em 2008 e 2011); Alessandra de Oliveira Mendes,

(do Curso de Pedagogia, em 2009 e 2010). Em 2007, a editoria contou com a valiosa colaboração de Francéli Brizzola (à época, do Curso de Doutorado em Educação) em apoio a atividades administrativas e editoriais.

Durante todo o período contamos com o trabalho técnico dos seguintes profissionais: Carla M. Luzatto, planejamento gráfico e arte da capa; Fernando Piccinini Schmitt, editoração eletrônica; Carlos Batanoli Halberg, revisão. A impressão da RBPAE foi realizada pela Evangraf, Porto Alegre.

Cabe fazer um registro muito especial ao apoio do presidente da ANPAE, Benno Sander, em todo o período. Entre outros, destacamos seu apoio nos seguintes aspectos: participação nas definições para a formatação dos projetos gráficos e editorial da RBPAE, quando da sua reconfiguração em 2006; atuação intensa como colaborador nas definições relativas às publicações dos primeiros números do período; atuação na efetivação do apoio da UNESCO à RBPAE; colaborador permanente da Editoria na elaboração das versões finais, dos títulos e dos resumos dos artigos e sua tradução para o inglês e o espanhol; negociação com o MEC/SEB e o FNDE para a efetivação de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) para impressão das edições dos volumes 22, 23 e 24 (oito números) para distribuição aos conselhos estaduais e municipais de educação; organização do v. 27, n. 1; e, finalmente, incentivo e acompanhamento da publicação da Revista em meio digital, com lançamento programado para a Assembléia Geral do dia 27 de abril de 2011, por ocasião do XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, em São Paulo, comemorativo do Jubileu de Ouro da ANPAE.

Entre as ações desenvolvidas no período de 2006 até abril de 2011, cabe destacar as seguintes:

- a divulgação periódica da Revista através de meio eletrônico e outros meios, priorizando bibliotecas e setores

administrativos das faculdades ou centros de educação e de programas de pós-graduação em educação;

- a celebração de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) para impressão das edições dos volumes 22, 23 e 24 (oito números) para distribuição aos conselhos estaduais e municipais de educação do país: no âmbito deste projeto da RBPAE foram impressos 3.000 exemplares de cada número, totalizando 24.000 exemplares;
- o apoio da Representação da UNESCO no Brasil para a produção editorial da Revista;
- a publicação da Revista em meio digital: no período de dezembro de 2010 a abril de 2011, as 15 edições dos volumes 22 a 26 e o número 1 do v. 27 foram inseridas no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), da UFRGS, que pode ser acessado diretamente através do portal da ANPAE; além do acesso à Revista em meio digital, a inserção da RBPAE no SEER permitirá que o processo editorial ganhe agilidade, uma vez que a submissão de artigos e resenhas, bem como o processo de avaliação, poderão ser realizados por meio do SEER.

No Quadro 1, a seguir, foram registrados os quantitativos de textos publicados no período, por tipo, bem como são identificados seções temáticas e números especiais. No total, foram publicados 127 artigos, cinco resenhas, 10 documentos, duas entrevistas e quatro textos com indicações bibliográficas ou bibliografias temáticas anotadas. Sobressai o número baixo de resenhas e entrevistas, ficando como tarefa, para o próximo período editorial, o preenchimento desta lacuna. Os números especiais e temáticos, bem como seções especiais ou temáticas, foram segmentos propostos pela Editoria ou pelo Conselho Editorial da RBPAE. Podemos observar que nesta matéria houve uma distribuição razoável ao

longo das publicações, cobrindo temas diversificados e relevantes na área de política e administração da educação. A consideração das temáticas poderá ensejar uma avaliação sobre os temas a privilegiar nos próximos números da Revista. Indicamos, ainda, como uma estratégia de qualificação da Revista, a consideração da possibilidade do lançamento de editais para a proposição de seções ou números temáticos.

Quadro 1
NÚMERO DE TEXTOS PUBLICADOS, POR TIPO, E IDENTIFICAÇÃO DE NÚMEROS OU SESSÕES ESPECIAIS E TEMÁTICOS, POR VOLUME E NÚMERO RBPAE – DE 2006 A ABRIL DE 2011

Volume Ano	Nº	Tipo de Texto					Número/Seção Especial ou Temático/a
		Artigo	Resenha	Documento	Entrevista	Bibliografia	
22 2006	1	6	1	2	-	1	Seção Especial em homenagem a Stephen Stoer
	2	8	-	-	-	1	Número Temático: custos da educação; relações intergovernamentais e financiamento da educação
23 2007	1	7	-	2	-	-	
	2	7	-	2	-	1	Número Temático: Formação de professores para a educação básica e as diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia
	3	10	-	-	-	1	Seção Especial em homenagem a José Querino Ribeiro
24 2008	1	9	1	-	-	-	
	2	7	1	1	1	-	Seção Especial: Educação e Constituinte/Constituição de 1988
	3	8	-	1		-	
25 2009	1	7	-	1	1	-	
	2	10	-	1	-	-	Dossiê Políticas e programas para a educação básica brasileira nos anos 2000
	3	9	-	-	-	-	
26 2010	1	9	1	-	-	-	
	2	9	1	-	-	-	Seção temática: Panoramas de controles públicos e sociais no setor da educação
	3	11	-	-	-	-	
27 2011	1	10	-	-	-	-	Número Especial em homenagem ao jubileu de ouro da ANPAE

No período de 2006 a março de 2011, foram recebidos pela editoria 231 artigos para publicação na RBPAE; destes, 135 foram aprovados (Quadro 2), um índice de 58%. Quanto às resenhas, as cinco recebidas foram aprovadas e publicadas. O número de artigos submetidos à Revista foi crescente no período e pode ser considerado elevado, principalmente tendo em conta que se trata de um periódico especializado nas temáticas de política e administração da educação.

Quadro 2
ARTIGOS RECEBIDOS E ARTIGOS APROVADOS POR ANO
RBPAE – DE 2006 A MARÇO DE 2011

Ano	Artigos	
	Recebidos	Aprovados
2006	25	17
2007	40	30
2008	45	23
2009	47	30
2010	58	25
jan.-mar. 2011	16	10

Consta nas normas para publicação de artigos da RBPAE:

> A ***Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*** aceita para publicação trabalhos inéditos de autores nacionais e estrangeiros, em língua portuguesa ou espanhola. [...] Os originais devem versar sobre temas pertinentes à política e à administração da educação em geral, seja sobre políticas públicas e institucionais de educação, planejamento da educação, gestão de sistemas, instituições e processos educacionais, e avaliação de políticas educacionais ou de instituições educativas.
>
> [...] Enquadrando-se no escopo e padrões editoriais da Revista, [os artigos] serão encaminhados a consultores

> editoriais para avaliação. Estes manifestarão à Editora sua apreciação sobre a qualidade e pertinência da publicação, recomendações ou solicitações de atualização ou modificação dos artigos.

No processo editorial da RBPAE, os artigos são inicialmente avaliados pela Editoria, para verificação de sua adequação ao escopo da RBPAE. Caso positiva essa primeira avaliação, os artigos são encaminhados a pareceristas, membros do Conselho Editorial ou consultores *ad hoc*, com vistas a avaliações sobre o mérito do artigo. Na segunda fase, os artigos aprovados são publicados sem reformulações, ou, o que é mais comum, são modificados pelos autores com vistas a atender às recomendações ou sugestões de aperfeiçoamento dos textos, feitas pelos avaliadores e/ou pela Editoria. Para a tarefa de avaliação dos artigos, a Revista contou, no período de 2006 a março de 2010, com um grande número de colaboradores, mais de uma centena de pessoas, que realizaram avaliações uma ou mais vezes. O processo de avaliação, contudo, muitas vezes é moroso, pois depende da disponibilidade dos colaboradores convidados, num contexto em que os profissionais são demandados por várias outras revistas e por um volume considerável de trabalho de diversa ordem. Deste modo, nem sempre a resposta aos autores é feita no prazo desejável. Há que destacar, mesmo nesse contexto, a inestimável colaboração de nossos consultores editoriais, no sentido da qualificação da produção acadêmico-científica veiculada pela Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.

5
ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) se rege por uma organização administrativa complexa, que trata de combinar seu caráter de entidade nacional com atividades e eventos descentralizados. É assim que a estrutura organizacional é constituída de uma Presidência com um presidente e cinco vice-presidentes (um de cada região geográfica) e uma Direção Estadual em cada unidade federada, constituída de um diretor e um vice-diretor e seus conselhos consultivos. Os membros eleitos da Presidência, o diretor executivo e os membros titulares eleitos das Direções Estaduais constituem o Conselho Deliberativo da Associação. O conjunto de todos os associados no gozo de seus direitos associativos constitui a Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da entidade.

Outra complexidade é o tamanho e a diversidade do quadro associativo da ANPAE que tem hoje um total de 3.177 colegas cadastrados, dos quais 1.476 quitaram sua contribuição anual de 2010. O quadro social da ANPAE é constituído de: (I) pesquisadores, docentes e dirigentes de educação superior; (II) dirigentes e técnicos dos sistemas educacionais; (III) professores e diretores de escola básica e de instituições congêneres; (IV) estudantes de cursos de graduação e pós-graduação; e (V) profissionais de outras áreas do conhecimento e da atividade humana, interessados ou engajados no objeto de estudo e campo de atuação da Associação.

Uma terceira complexidade é a multiplicidade de orientações políticas e intelectuais e de interesses pessoais, que se manifestam nas percepções e interpretações diferenciadas dos atos e fatos sociais e educacionais. Longe de ser um problema, esta diversidade de orientações constitui um fator enriquecedor tanto do ponto de vista político como intelectual. Esta característica do quadro associativo implica na adoção de uma postura democrática por parte dos membros do quadro associativo e seus dirigentes, capaz de facilitar o debate aberto das questões nacionais e locais que afetam os destinos da educação no Brasil.

Coordenar a ação político-pedagógica de um quadro associativo com estas características à luz dos princípios da igualdade na diversidade constitui um dos grandes desafios que enfrentam os dirigentes da Associação, em todos os níveis da administração. Este conjunto de desafios requer uma infra-estrutura mínima para atender às necessidades da Associação em matéria de administração, finanças e contabilidade. Neste sentido se descrevem em seguida os serviços prestados durante o mandato em matéria de organização, secretaria, atenção aos órgãos dirigentes nacionais e estaduais e ao público, tesouraria e contabilidade, desenvolvimento de WEB e do banco de dados da Associação.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA

No curso da gestão 2006-2011, além da coordenação das atividades cotidianas da ANPAE, a Presidência tomou uma série de iniciativas em matéria de organização e administração, com derivações para a gestão financeira e contábil da Associação.

Principais ações e eventos realizados

1. **Simpósios Brasileiros e Congressos Internacionais**. Durante o mandato 2006-2011, a Presidência coordenou,

com a colaboração de um elevado número de parceiros, a preparação e realização dos seguintes Simpósios Brasileiros e Congressos Internacionais:

a. **IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade de Lisboa, no primeiro semestre de 2007, em parceria com o Fórum Português de Administração Educacional.
b. **XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, de 11 a 14 de novembro de 2007.
c. **V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, de 11 a 14 de novembro de 2007, em parceria com o Fórum Português de Administração Educacional
d. **I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, de 11 a 14 de novembro de 2007, em parceira com o Fórum Espanhol, Fórum Português e Fórum Europeu de Administração Educacional.
e. **XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, de 11 a 14 de agosto de 2009.
f. **III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação**, de 11 a 14 de agosto de 2009, junto com o XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação em parceria com organizações nacionais e internacionais de educação e desenvolvimento.
g. **VI Congresso Luso-Brasileiro e I Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação (Congresso Ibero-Luso-Brasileiro)**, em Elvas (Por-

tugal) e em Cáceres (Espanha), de 30 de abril a 02 de maio de 2010, em parceria com o Fórum Português, Fórum Espanhol e Fórum Europeu de Administração Educacional.

h. **XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo, de 26 a 29 de abril de 2011, comemorativo do Jubileu de Ouro da ANPAE (1961-2011).

i. **II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, no Brasil, de 26 a 29 de abril de 2011, junto com o XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, com o apoio da UNESCO, OEI, FPAE, FEAE, CLACSO, REDESTRADO, SAECE e outras entidades e agências internacionais.

2. **Seminários Regionais e Estaduais.** Conforme consta neste Relatório, houve um elevado número de Seminários Regionais promovidos por iniciativa dos vice-presidentes regionais, e de Reuniões Estaduais, organizadas pelos diretores das Seções Estaduais, que mereceram o acompanhamento e a participação da Presidência da Anpae.

3. **Revista da ANPAE – Edição digital**. Projeto prioritário desta gestão, a *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* foi objeto de um grande esforço de qualificação editorial e acadêmica, como o revela o relatório dos editores Maria Beatriz Luce e Nalú Farenzena, publicado no Capítulo 4 desta obra. No período de 2006 a abril de 2011 foram publicados 15 números da Revista, a um custo médio de R$12.000,00 por edição com tiragem de 1.000 exemplares. O último ato de natureza acadêmico-científica da gestão 2006-2011 é o lançamento da edição digital da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* da ANPAE. A edição digital está disponibilizada no SEER

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, podendo ser acessada pelo portal da ANPAE. Para viabilizar este importante projeto, aprovado pela Assembléia Geral de 2009, em Vitória, a Editoria da Revista, coordenada por Maria Beatriz Luce, contou com o esforço e a dedicação especial de Nalú Farenzena, editora associada desde 2008, e de suas assistentes, Alessandra de Oliveira Mendes e Bianca Salazar Guizzo.

4. **Reforma do Estatuto da ANPAE.** Seguindo instruções da Assembléia Geral de 2009, em Vitória, e a regulamentação do Conselho Deliberativo, foi realizada a reforma do Estatuto da ANPAE por consulta e votação eletrônica pela Assembléia Geral Extraordinária convocada em 26 de outubro de 2009, instalada em 1º de fevereiro de 2010 e encerrada em 15 de junho do mesmo ano. A aprovação do Estatuto foi realizada por votação eletrônica através do portal da ANPAE.
5. **Eleições gerais para o biênio 2011-2013.** Pela primeira vez na trajetória da ANPAE se realizaram eleições gerais, em data unificada, para todos os níveis da administração da entidade. O processo eleitoral, coordenado pela Comissão Eleitoral nomeada pelo presidente da ANPAE, ouvido o Conselho Deliberativo e realizado por votação eletrônica através do portal da ANPAE, iniciou no dia 1º de setembro de 2010 e concluiu no dia 20 de dezembro do mesmo ano.
6. **Inserção da Anpae no movimento associativo nacional e internacional.** No curso da gestão 2006-2011, a ANPAE trabalhou em estreita cooperação com associações nacionais e internacionais congêneres da sociedade civil organizada, em particular com as seguintes entidades: ANPED, ANFOPE, CEDES, FORUMDIR, CNTE, Fórum Português de Administração Educacional (FPAE), Fórum Espanhol de Administração Educacional (FEAE) European Forum

on Educational Administration (EFEA), Rede Latino-Americana sobre Trabalho Docente (REDESTRADO) vinvulado ao CLACSO e Sociedad Argentina de Estudios Comparados de Educación (SAECE).

7. **Negociação e obtenção de apoio para eventos nacionais.** A Presidência obteve substanciais recursos do CNPQ e da CAPES, em nome do presidente, como pesquisador, para cobrir gastos de custeio dos Simpósios Brasileiros de 2007, 2009 e 2011. A CAPES também apoiou os últimos Seminários Regionais do Nordeste, em nome dos dirigentes regionais e estaduais do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Obteve também substanciais recursos da FAPESP para os Simpósios de 2007 e 2009, em nome da vice-presidente Lourdes Marcelino Machado, como pesquisadora. Da mesma forma, a FAPESP apoiou o projeto submetido e coordenado pelo professor Pedro Ganzeli, para a realização do XXV Simpósio Brasileiro de 2011, em São Paulo. Ao longo de toda a gestão 2006-2011, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica, da SECAD e, especialmente, da Secretaria Executiva Adjunta apoiou decisivamente os eventos e as reuniões da ANPAE, com passagens, diárias e outras formas de apoio institucional.
8. **Contrato com o FNDE.** Em 2008, a Presidência da ANPAE negociou e assinou contrato com o FNDE no valor de R$155.520,00 para a produção e distribuição das edições de 2006, 2007 e 2008 da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* aos Conselhos e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação do país. Semelhante projeto está tramitando no MEC para as edições de 2009, 2010 e 2011.
9. **Apoio da UNESCO.** A ANPAE desenvolve com a UNESCO uma parceria de cooperação educacional, que apóia a produção editorial da *Revista Brasileira de Política e*

Administração da Educação e a realização de congressos internacionais e outros eventos acadêmicos, realizados no país.

10. **Portal da ANPAE.** No curso da gestão foi desenvolvido o novo portal da ANPAE, como veículo de informação e comunicação e instrumento de gestão. O portal tem novo desenho visual e seu conteúdo foi reestruturado para facilitar sua utilização. O site foi desenvolvido para que o associado possa realizar, sem custo e no conforto de sua casa ou escritório, suas atividades de cadastramento, recadastramento, inscrições e compensações bancárias, acesso às edições digitais da Revista da Associação e do *ANPAE Notícias* e outras gestões do cotidiano da vida associativa.
11. **Banco de dados**. Foi desenvolvido um novo banco de dados online para cadastramento, recadastramento, quitação das contribuições anuais dos associados, inscrição e quitação das taxas de inscrição nos eventos nacionais e internacionais, submissão de trabalhos para os eventos e para votações e eleições estatutárias. O banco de dados online inclui um sistema de administração e gerenciamento online que permite realizar todo o tipo de pesquisas e gestões administrativas a serviço dos órgãos dirigentes e do quadro associativo da ANPAE.
12. **Obtenção do CRC no SICAF**. Em 2008, a ANPAE obteve o Certificado de Registro Cadastral (CRC) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Certificado, que incorpora todas as certidões oficiais sobre a regularidade da vida institucional e financeira da Associação, é hoje uma exigência para a obtenção de recursos do Governo Federal.

13. **Registro da marca *ANPAE* no INPI**. A Presidência da ANPAE fez o registro da marca *ANPAE*, cunhada pelos mestres fundadores em 1961, perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), para evitar que outras entidades tentem registrar a marca. Ao tomarmos conhecimento dessa tentativa, apressamo-nos em efetuar o registro, visando a defender os interesses da Associação. Faltam ainda as últimas gestões para terminar o processo.
14. **Transferência das contas da ANPAE para o Banco do Brasil**. Com o objetivo de facilitar a gestão financeira online, através do Gerenciador Financeiro na sede da Presidência da ANPAE, todas as contas bancárias da ANPAE foram transferidas para o Banco do Brasil. No curso do mandato excetua-se apenas uma conta no Ceará, aberta no Bradesco por exigência do Governo do Estado, para movimentar recursos doados pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará para um projeto de cooperação executado pela Seção Estadual da ANPAE naquele Estado. Com a finalização do projeto, a conta foi encerrada no final de 2010.
15. **Encerramento de contas bancárias**. No curso da gestão 2006-2011, foram encerradas 31 (trinta e uma) contas bancárias da ANPAE. A medida conta com recomendação do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral. Geralmente as contas foram encerradas porque estavam inativas ou até "abandonadas" por falta de providências para a transferência por ocasião da transmissão de cargos de dirigentes regionais ou estaduais ao longo dos anos. Algumas contas foram encerradas porque os projetos que originaram sua abertura haviam terminado sua execução. Outras contas foram encerradas a pedido dos diretores das Seções Estaduais ou em consulta com eles para facilitar a administração

financeira e as correspondentes prestações de contas. Outras, enfim, foram encerradas por motivo de economia. Na realidade, cada conta bancária representa uma despesa anual de aproximadamente R$250,00 em taxas e serviços bancários. Portanto, o encerramento de 30 contas bancárias representa uma economia de R$7.500,00 por ano para os cofres da ANPAE. No dia 31 de dezembro de 2010, a ANPAE mantém apenas três contas bancárias ativas no Banco do Brasil: a conta central de operações da Presidência em Niterói; a conta da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* em Porto Alegre; e a conta da Seção da ANPAE no Ceará. Esta última se manteve porque estava vinculada a compromissos de apoio administrativo para a execução do Projeto da ANPAE com o Governo do Estado do Ceará, denominado Projeto Professor Diretor de Turma. As Tabelas 3 e 4, no final deste capítulo, apresentam o estado das gestões feitas com relação às contas da ANPAE no curso da gestão 2006-2011. É importante registrar que os recursos das Seções Estaduais, depositados na conta de operações da Presidência da ANPAE estão à disposição das respectivas Seções para a realização de suas atividades. Os desembolsos são efetuados pela Presidência da ANPAE, por solicitação do diretor da Seção, para cobrir custos com atividades locais aprovadas. A grande vantagem desse procedimento é que a prestação de contas mensal e anual dessas Seções é automática, pois todos os desembolsos são feitos pela Presidência, mediante recebimento de comprovantes de despesas que são automaticamente contabilizadas. A Tabela 5 apresenta os valores das Seções Estaduais à disposição dos dirigentes regionais e locais.

16. I**mpostos e encargos sociais**. Centralizamos no Escritório Contábil MABE, em Niterói, a preparação mensal dos

formulários de recolhimento de impostos e quitação dos encargos sociais em todas as unidades de custo, assim como o controle dos pagamentos, visando a garantir a regularidade das obrigações tributárias e financeiras da Associação.

17. **Levantamento e disposição do mobiliário e equipamento da ANPAE.** Iniciamos o levantamento junto aos diretores das Seções Estaduais dos bens móveis, utensílios e equipamentos de informática acumulados ao longo dos anos e cujos valores encontram-se hoje defasados, desvirtuando o atual valor patrimonial da Associação. Este levantamento não está completo, por isso passaremos as informações já recebidas das Seções Estaduais à nova administração que inicia o mandato em 2011.

Todas estas ações se inseriram no esforço da Associação para modernizar a sua gestão administrativa e financeira, qualificá-la institucionalmente e dar-lhe maior transparência. Havia consciência generalizada de que precisávamos avançar nesta matéria, recorrendo a serviços especializados e fazendo as necessárias atualizações nos próprios instrumentos constitutivos da ANPAE. Neste contexto, a ANPAE reformou seu Estatuto, realizou eleições gerais para todos os cargos da administração, concebeu um novo portal como veículo de informação e comunicação e desenvolveu o banco de dados online, como instrumento de gestão.

Secretaria Técnica e Administrativa

A ANPAE manteve, durante a atual gestão, uma Secretaria Técnica e Administrativa no gabinete da Presidência em Niterói, cidade de residência do presidente, encarregada dos serviços secretariais e técnico-administrativos, que se especificam em seguida. No desempenho de suas atividades, a Secretaria Técnica

e Administrativa vem mantendo relações permanentes com os associados, os diretores da Presidência e das Seções Estaduais, com a Editoria da Revista da ANPAE, o Banco do Brasil e a MABE Escritório Contábil.

De março de 2006 a abril de 2007, os serviços de secretaria e apoio técnico-administrativo à Presidência foram prestados por um profissional contratado pela ANPAE. A partir de junho de 2007, como resultado de parceria institucional celebrada entre a ANPAE e a UNILASALLE/RJ em Niterói, RJ, estes serviços vêm sendo prestados por um bolsista, fazendo estágio na ANPAE, de acordo com a legislação vigente sobre a matéria. A partir do segundo semestre de 2010, um segundo bolsista colabora na Secretaria, dedicando-se à manutenção e atualização do portal da Associação e dos eventos. Para apoiar as atividades da Diretoria Executiva em Brasília, a ANPAE conta esporadicamente com os serviços de um bolsista da UNB. Atualmente, os bolsistas que fazem estágio na Presidência da ANPAE são Alexandre Alves Lírio e Luiz Gustavo Sardenberg de Souza. Para o desenvolvimento do banco de dados online contamos os serviços profissionais de Alexandre Mury Ferreira.

Portal da ANPAE e banco de dados online

Um dos investimentos mais importantes na gestão 2006-2011 foi o desenvolvimento do novo portal da ANPAE – http://www.anpae.org.br – como instrumento de informação, comunicação, intercâmbio e gestão. Ao portal da ANPAE se vincula uma série de sites específicos para atender as necessidades de informação e gestão dos Simpósios Brasileiros e congressos internacionais e os correspondentes CD-ROM com sua programação e com os trabalhos completos apresentados nos eventos.

Já no final de 2006, o presidente da ANPAE nomeou as associadas Vani Moreira Kenski (USP) e Paula Ramos (UFRJ) para as

funções de coordenadora e coordenadora adjunta do Projeto de Tecnologia Digital do Plano Estratégico 2006-2007, com a tarefa de preparar um conjunto de recomendações para a construção de um novo portal, capaz de atender com eficiência as necessidades dos associados em matéria de informação e comunicação. Com base nestas recomendações, iniciamos a redação do conteúdo permanente do portal, que exigiu um considerável esforço de pesquisa, com vistas a sistematizar a informação dispersa sobre a trajetória da ANPAE, seus simpósios e congressos e suas publicações e atividades de intercâmbio institucional.

Com o material permanente coletado e seu conteúdo redigido, contratamos os serviços especializados de Luiz Gustavo Sardenberg de Souza para o desenvolvimento do portal com tecnologia de ponta para servir aos objetivos e necessidades da Associação. O portal foi desenvolvido no intuito de torná-lo compreensivo e de fácil utilização pelos internautas. Devido à vasta quantidade de informações, o conteúdo foi reestruturado e organizado de forma objetiva em grandes blocos de informação. Outra grande mudança ficou por conta do redesenho visual do site, o layout, que gerou também a necessidade de modernizar a própria logomarca da ANPAE.

Do ponto de vista técnico, o portal da ANPAE foi desenvolvido com o gerenciador de conteúdo CMS *(Content Management System)*, denominado JOOMLA. Ganhador de vários prêmios internacionais em sua categoria, o JOOMLA é um gerenciador poderoso e de fácil utilização. Além disto, é de código aberto (*Open Source*), ou seja, sua utilização não tem custo de licenciamento. Com a utilização do sistema CMS, o portal da ANPAE pode ser rapidamente modificado e administrado. Em outras palavras, seu custo de manutenção é baixo. O software de administração do site permite dar acesso a diferentes grupos de usuários, cada qual com seu nível de permissão estabelecido pelo Administrador do portal. O portal da ANPAE oferece, além da administração do conteúdo,

a possibilidade de mudanças estruturais no layout e inclusões de novos sites relacionados, como é o caso dos sites dos Simpósios Brasileiros e congressos internacionais.

Além do portal, investimos num sistema de administração e gerenciamento online dos dados cadastrais dos associados, desenvolvido por Alexandre Mury Ferreira. O atual banco de dados online da ANPAE inclui os cadastros completos dos associados, os cadastros das inscrições nos simpósios brasileiros e congressos internacionais, a informação sobre a compensação das contribuições anuais e das inscrições nos eventos, os trabalhos submetidos aos comitês científicos dos simpósios e congressos e a programação dos processos de votação e eleições estatutárias realizadas online.

O banco de dados dos associados reflete literalmente as informações fornecidas e atualizadas pelos próprios associados através do portal. Atualmente, o sistema de administração e gerenciamento online permite realizar, de forma dinâmica e imediata, todo tipo de pesquisas sobre os associados, suas inscrições em eventos, submissão de trabalhos, compensações bancárias, resultados de votações e eleições e outras informações cadastrais incluídas no banco de dados. O sistema de gerenciamento do banco permite ainda realizar todo tipo de gestões administrativas a serviço dos órgãos dirigentes e do quadro associativo da ANPAE.

O resultado da mobilização associativa e da expansão e qualificação das atividades da Associação e do próprio site foi um aumento exponencial do tráfego no portal da ANPAE. Por exemplo, de acordo com o Relatório de Tráfego no portal da ANPAE, coletado no dia 20 de março de 2011 por nosso Provedor LOCAWEB, no Rio de Janeiro, houve naquela semana, uma média diária de 951 visitas ao portal, com 20.167 hits diários (o hit é contabilizado cada vez que um arquivo é exibido) e uma transferência média de 267 MB por dia.

FINANÇAS E CONTABILIDADE

Pelo seu caráter especializado e pelas próprias responsabilidades fiduciárias envolvidas, os serviços profissionais de contabilidade foram terceirizados, desde o início da gestão em 2006 até o presente, a um escritório especializado de contabilidade e auditoria – MABE Escritório Contábil, Ltda., em Niterói, RJ, onde os serviços são prestados pelos contadores Mário Reis e Elizabeth Gabriel. O Escritório Contábil faz a contabilidade de toda a atividade financeira da Associação, em coordenação com o diretor financeiro da Presidência, associado Valmir Machado Rodrigues. A MABE Escritório Contábil mantém os livros de funcionários e da contabilidade, em especial o Livro Diário, os balanços patrimoniais anuais e as demonstrações dos resultados anuais da gestão financeira da Associação, que são submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral. A MABE também assiste, quando requerido, às reuniões do Conselho Fiscal e presta assessoria financeira e contábil aos órgãos dirigentes da ANPAE. Além dessas atividades, mantém atualizado o Registro Cadastral (CRC) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que incorpora todas as certidões oficiais sobre a regularidade da vida institucional e financeira da entidade, hoje uma exigência para a obtenção de recursos do Governo Federal por conta de contratos de prestação de serviços.

O exame do fluxo financeiro da ANPAE ao longo dos anos revela a dificuldade que a Associação enfrenta para manter suas operações correntes com os recursos provenientes exclusivamente das contribuições anuais dos associados. As anuidades representam um ingresso importante, mas longe de ser suficiente. Por outro lado, as agências de fomento não financiam atividades de manutenção da máquina administrativa das associações civis. Apóiam, sim, programas e projetos substantivos submetidos e aprovados de acordo com editais específicos.

As dificuldades financeiras se acentuam nos anos em que a ANPAE não realiza o seu Simpósio Brasileiro ou evento internacional de vulto, como foi o caso, na atual gestão, em 2006 e em 2008. Embora não tenhamos tido Simpósio Brasileiro em 2010, tivemos o maior movimento financeiro da gestão 2006-2011, graças à realização do Congresso Ibero-Brasileiro em Portugal e na Espanha, ao interesse despertado pelo anúncio do XXV Simpósio Brasileiro em São Paulo, comemorativo do Jubileu de Ouro da ANPAE e ao significativo aumento do quadro associativo, que hoje registra um total de 3.177 associados.

As distintas origens e circunstâncias das receitas em diferentes anos fiscais dificultam a realização de comparações lineares de um ano para outro sobre resultados anuais específicos da gestão financeira. Como relatado antes, as receitas aumentam significativamente nos anos em que há Simpósio Brasileiro em comparação com os anos em que o evento não se realiza. Diante deste fato, nesta gestão adotamos a prática de fazer um esforço redobrado para economizar recursos provenientes das receitas adicionais dos anos em que há Simpósio Brasileiro, para que assim possamos manter sempre o mesmo nível de atuação da Anpae ao longo dos anos. Outro "desequilíbrio" entre anos fiscais pode ocorrer, e tem ocorrido, quando a ANPAE recebe recursos por conta de projetos em determinado ano fiscal e que somente são utilizados no ano seguinte ao da receita.

Demonstração do resultado financeiro

No início da gestão 2006-2011, recorremos a adiantamentos voluntários, sem custo financeiro para a ANPAE, para cobrir os custos das primeiras obrigações indispensáveis para o funcionamento da Associação, como a contratação de um funcionário para as atividades secretariais e administrativas e de atenção aos associados e ao público; a compra de um servidor para a Secretaria

da Presidência; a produção e distribuição das primeiras edições do informativo *ANPAE Notícias;* e a produção das primeiras edições da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Como a posse da Presidência ocorreu na segunda quinzena de março de 2006, a primeira cobrança das anuidades dos associados foi feita no segundo trimestre. Os primeiros recursos somente começaram a chegar no segundo semestre.

É fácil deduzir desses fatos que o primeiro ano da gestão foi um ano difícil. Pese aos esforços, terminamos o primeiro ano com débitos a regularizar no valor de R$8.927,48, conforme consta do Razão do balanço anual por conta de valores a regularizar, e com adiantamentos a reembolsar no valor de R$23.791,62, conforme descrição do Razão por conta de créditos diversos do balanço patrimonial e a correspondente demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, que informaram a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal e pela Assembléia Geral da ANPAE, realizada no dia 14 de novembro de 2007, em Porto Alegre.

No primeiro semestre de 2007 continuaram as dificuldades e necessário recurso a adiantamentos voluntários. A partir do segundo semestre de 2007, a situação financeira da ANPAE mudaria radicalmente para melhor, como o mostram o balanço patrimonial, em especial os numerários da conta bancária de operações da Presidência e a demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro daquele ano. A mudança da situação financeira guarda relação com a mobilização associativa em torno das atividades da ANPAE, especialmente do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sua Faculdade de Educação e seu Programa de Pós-Graduação em Educação, com a colaboração de um consórcio de universidades gaúchas. O resultado do movimento financeiro de 2007 permitiu à ANPAE reembolsar, sem custo, os adiantamentos recebidos ao

longo do biênio 2006-2007. Foram quitados, igualmente, os débitos a regularizar, sem ônus financeiro para a ANPAE, conforme consta da documentação então submetida ao Conselho Fiscal. No encerramento do ano fiscal em 31 de dezembro de 2007, a conta corrente e a conta de aplicações financeiras da Presidência da ANPAE, registraram um superávit de R$44.272,81, contrastando com o déficit do ano anterior. Na mesma data, o superávit no total das contas bancárias e aplicações financeiras da ANPAE – incluindo a conta da Presidência, as contas das Seções Estaduais e a da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – era de R$136.128,68 (Tabelas 1 e 2).

Finalmente, no contexto da atividade financeira da Associação em 2007, é preciso destacar a importância da contribuição das instituições de fomento, para viabilizar o funcionamento da Associação e a realização de seus programas e eventos nacionais. Destacamos, em particular, o apoio da UNESCO para a publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* e os auxílios recebidos do Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica, do CNPq e da FAPESP para a realização do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, em novembro de 2007, junto com o V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. Os recursos do CNPq foram concedidos ao presidente da ANPAE, como pesquisador. A prestação de contas foi aprovada por aquele órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia. Da mesma forma, os recursos da FAPESP foram concedidos à vice-presidente Lourdes Marcelino Machado, como pesquisadora, que prestou contas à FAPESP depois do Simpósio. Cópias das prestações de contas submetidas ao CNPQ e à FAPESP foram submetidas ao Conselho Fiscal para seu conhecimento e fins. O grande destaque do primeiro biênio da gestão vai para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sua Faculdade de Educação e seu Programa de Pós-Graduação em Educação, pela valiosa contribuição em

serviços e instalações para a realização do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, viabilizado pela Comissão Organizadora local, integrada por representantes das universidades gaúchas, sob a coordenação de Maria Estela Dal Pai Franco e Nalú Farenzena, da Faculdade de Educação da UFRGS.

O aumento da receita proveniente da quitação das anuidades de 2007 e das inscrições no XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, realizado com sucesso em Porto Alegre, representou um alívio financeiro para as contas da ANPAE, que permitiu fazer uma gestão tranqüila em 2008. Além disto, permitiu iniciar o processo de reforma administrativa da ANPAE, com uma série de investimentos duradouros, como o novo portal da ANPAE e a continuação da programação do banco de dados online, além das atividades regulares. Naquele ano baixaram as receitas, mas graças às economias do ano anterior, foi possível manter as despesas praticamente no mesmo nível. A conta de operações da Presidência em 2008 registra um superávit de R$14.556,02, enquanto que as contas da ANPAE em seu conjunto revelam um déficit líquido no final do exercício de R$13.215,57, mas um balanço positivo de R$132.125,94 nas nossas contas bancárias (Tabela 2).

A avaliação da execução financeira de 2009, como foi a de 2007, revela novamente um resultado favorável, que se deve, em grande parte, às condições estabelecidas pelas normas do XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação, em Vitória, que requeriam o pagamento prévio das anuidades de todos aqueles que desejavam submeter trabalhos para o programa do evento, em forma de comunicações orais, relatos de experiências e apresentação de pôsteres. A receita de 2009 subiu para R$453.980,83 contra uma despesa geral de R$448.995,13, resultando num superávit líquido no final do exercício de R$4.985,70, e um balanço positivo de R$134.998,23 (Tabelas 1 e 2). O grande destaque de 2009 vai para a Universidade Federal do Espírito Santo, seu Centro de Educação

e seu Programa de Pós-Graduação em Educação e ao esforço e dedicação da professora Eliza Bartolozzi Ferreira e seus colegas da UFES, na coordenação da Comissão Organizadora local do XXIV Simpósio Brasileiro.

As contas de 2010 revelam uma receita de 466.141,41 contra uma despesa de 505.458,30 (Tabela 1). A magnitude desta operação guarda relação com as receitas e as despesas com o Congresso Ibero-Brasileiro em Portugal e na Espanha; os recursos recebidos e executados do FNDE para a produção da Revista da ANPAE para os conselhos municipais e estaduais de educação; e os recursos recebidos e executados no Projeto Professor Diretor de Escola no Ceará. Finalmente, é preciso destacar o investimento feito no portal da ANPAE, portal do Congresso Ibero-Brasileiro e seu CD-ROM, portal do XXV Simpósio Brasileiro e Jubileu de Ouro, banco de dados dos associados da ANPAE, programação da votação eletrônica do Estatuto, programação do banco de dados para as eleições gerais da ANPAE pela Internet e programação do banco de dados para a submissão de trabalhos para o XXV Simpósio Brasileiro de 2011. Todos estes investimentos tecnológicos resultaram em criação e transferência de tecnologia. Vale dizer que dispomos hoje de softwares de última geração para a realização dessas atividades anpaeanas. Em 31 de dezembro de 2010, o numerário na conta da Presidência ascendia a R$88.077,25. No seu conjunto, as operações financeiras da ANPAE em 2010 registram um déficit líquido de R$39.316,89, mas um balanço positivo de R$102.146,36 (Tabela 2).

O balanço e a demonstração do resultado da gestão financeira no final de cada exercício foram preparados com base nos estratos bancários de todas as contas da ANPAE e nos documentos comprobatórios de todas as despesas efetuadas na Presidência, nas Seções Estaduais e outras unidades de custo, como a Editoria da Revista da ANPAE. A colaboração dos diretores estaduais e da Editoria da RBPAE para submeter suas prestações de contas em tempo hábil foi fundamental para a preparação dos balanços

anuais no curso dos cinco anos de gestão. Cada receita e cada despesa individual, em cada unidade de custo de cada ano da gestão, por menor que tenha sido, foi escriturada no Livro Diário, com base na documentação comprobatória submetida e devidamente contabilizada pelo Escritório Contábil MABE, de conformidade com a Instrução Normativa 65 de 31/07/1997 do DNRC, que foi submetida ao Conselho Fiscal e se encontra à disposição do quadro associativo. Além dos formulários de execução financeira diária da ANPAE, o Livro Diário de cada ano contém o balancete analítico, a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de cada ano fiscal. Atendendo à legislação, os Livros Diário da gestão 2006-2011 foram registrados no Cartório Marcelo Ribas de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília, cidade sede e foro da ANPAE.

Tabela 1
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ANUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DOS ANOS 2006 A 2010

ANO	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO
2006	79.754,65	99.618,88	(19.864,23)
2007	382.049,64	219.550,68	162.498,96
2008	187.618,69	200.834,26	(13.215,57)
2009	453.980,83	448.995,13	4.985,70
2010	466.141,41	505.458,30	(39.316,89)

Tabela 2
NUMERÁRIO NAS CONTAS BANCÁRIAS EM 31 DE DEZEMBRO DOS ANOS 2006 A 2010

ANO	CONTA CENTRAL	OUTRAS CONTAS	TODAS AS CONTAS
2006	1.490,04	108.048,49	109.538,53
2007	44.272,81	91.855,87	136.128,68
2008	14.556,02	117.569,92	132.125,94
2009	61.014,18	73.984,05	134.998,23
2010	88.077,25	14.069,11	102.146,36

Tabela 3
INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTAS BANCÁRIAS DA ANPAE ATIVAS EM 31/12/2010

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Banco/ Agência	Observações sobre a Operação da Conta
1. Presid. Nacional/ Conta central	Benno Sander Cheque Ouro Empresa OuroCard Empresarial	BB 2907-6 Conta nº 33440-5	**ANPAE NACIONAL. Conta aberta. OK.** Aberta em março de 2006, ao iniciar a gestão 2006-2007, com o valor de R$354,92, recebido da gestão anterior. Mantém conta corrente e de investimentos (CDB). Em 31/12/2010, a conta de investimentos tem um saldo de R$79.051,52. Contabilidade em dia.
2. Presid. Nacional/ RBPAE	Benno Sander Maria B. Luce e Nalú Farenzena	BB 1899-6 Conta nº 30500-6	**ANPAE/RBPAE. Conta aberta. OK.** Conta aberta em 16.08.2006 e renovação de curatela em 2008 e 2010. Prestações de contas submetidas regularmente. Em 31/12/2010 a conta de investimentos tem um saldo de R$ 682,77. Contabilidade em dia.
Ceará	Maria Luiza B. Chaves	BB 3647-1 Conta nº 6009-7	**ANPAE/CE. Conta aberta. OK.** A Seção mantém regularmente sua conta corrente e conta de investimentos e submete mensalmente suas prestações de contas. A conta de investimentos tem um saldo de R$9.663,75. Contabilidade em dia.

Tabela 4
INFORMAÇÕES SBRE AS CONTAS BANCÁRIAS DA ANPAE ENCERRADAS ENTRE 2007 E 2010

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
3. Presid. Simpósio POA 2007	Maria Estela Dal Pai Franco	BB 1899-6 Conta \ nº 33.370-0	**ANPAE-XXIII SIMP. Encerrada. OK.** Conta aberta em 04.10.2007 e encerrada em 31.12.2007, com a devida prestação de contas submetida por Maria Estela Dal Pai Franco e aprovada. Esta conta serviu especificamente para a administração de recursos do XXIII Simpósio Brasileiro.
4. Presid. Anpae/ Facitec Simpósio 2009	Benno Sander Executora do Projeto: Eliza B. Ferreira	BB 2907-6 Conta nº 44.626-2	**ANPAE/FACITEC. Encerrada. OK.** Conta aberta em 08.08.2009 para receber recursos da Facitec para o XXIV Simpósio. Foi encerrada após a prestação de contas submetida à Facitec por Eliza Bartolozzi Ferreira.
Vice-Pres.	Maria Luiza Barbosa Chaves	BB 3647 Conta nº 11714-5	**ANPAE. Conta encerrada. OK.** A conta foi encerrada em 2006 por iniciativa da Presidência.
Vice-Pres Sudeste	Lourdes Marcelino Machado	BANESPA Conta nº 04174	**ANPAE/SUDESTE. Encerrada. OK.** Lourdes Marcelino Machado encaminhou prestação de contas e a conta foi encerrada
Vice-Pres Centro-Oeste	Mirza Toschi	BB 3607-2 Conta nº 18638-4	**ANPAE/CENTRO-OESTE. Encerrada. OK.** A conta foi encerrada em 2007 por Mirza Toschi e Miriam Fábia com a prestação de contas submetida.
Vice-Pres Norte		BB 1197-5 Conta nº 17508-0	**ANPAE/NORTE. Encerrada. OK.** Conta aberta em 2002. Inativa desde então. Encerrada em 11.01.2008 por iniciativa da Presidência.
Vice-Pres Nordeste		CEF Conta nº 03401897-4	**ANPAE/NORDESTE. Encerrada. OK.** Conta inativa e sem saldo, encerrada em 2008, com base em informações recebidas da CEF. A única informação disponível é o registro da conta nos livros das gestões anteriores.

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
Amazonas	De Francinete M. Corrêa para Marly Coelho	BB1862-7 Conta nº 155737-8	**ANPA/AM. Conta encerrada. OK.** Com a aposentadoria da diretora anterior, a conta estava inativa. Ao nomear a Francinete M. Corrêa como interina, a Presidências lhe deu procuração em 06.06.2007 para movimentar a conta. Com a eleição de Francinete para Vice-Presidente Regional, assumiu Marly Coelho, como Diretora Interina. Não houve movimentação na conta em 2008 e 2009. A conta foi encerrada em 23/07/2010. O saldo de R$3.388,16 foi transferido à conta central da Anpae, onde está à disposição da Seção.
Bahia	De NelsonMeira para Conceição Sobral Gomes	BB 3457-6 Conta nº 19408-5	**ANPAE/BA. Conta encerrada. OK.** A conta estava inativa e sem saldo por anos. Foi encerrada por iniciativa da Presidência.
Ceará	Maria Luiza B. Chaves e Elizabeth Matos Rocha	Bradesco 0682-3 Conta \ nº 5.580-8	**ANPAE. Conta encerrada. OK.** Conta corrente aberta em 10.08.2008 para movimentar recursos da Secretaria Estadual de Educação do Ceará, Convênio ANPAE/SEDUC no valor de R$155.755,00. Todas as prestações de conta foram submetidas, com cópias dos comprovantes. Os comprovantes originais foram submetidos à SEDUC por ocasião da prestação de contas ao Governo do Ceará no final do projeto. Conta encerrada no término do projeto no final de 2010, conforme comunicação recebida do Banco.
Distrito Federal	De Maria Abádia da Silva para Francisco das Chagas F. do Nascimento	BB 3603-X Conta nº 10618-6	**ANPAE/DF. Conta encerrada. OK** A conta estava sem movimentação desde 2007, corroendo o saldo com tarifas bancárias. Foi encerrada por iniciativa da Presidência em consulta com a Diretoria Estadual, em 27.02.2009, transferindo o saldo de R$786,27 para a conta da ANPAE Nacional, onde está à disposição da ANPAE-DF para apoiar suas atividades.

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
Espírito Santo	De Emilia P. Vieira para Fábio Luiz A. de Amorim	BB 3790-7 Conta nº 6199-9	**ANPAE/ES. Conta encerrada. OK.** No dia 08.08.2008 passei procuração a Fábio Luiz Amorim, novo diretor da Seção, para movimentar a conta. As prestações de conta foram submetidas regularmente. Conta encerrada em 23/07/2010. O saldo de R$8.509,45 foi transferido à conta central da Anpae, permanecendo à disposição da Seção. No final de 2010, o saldo da conta é de 4.042,09.
Goiás	De João F. Oliveira para Nelson Abreu Junior para Miriam Fábia	BB 3486-X Conta nº 6936-1	**ANPAE/GO. Conta encerrada. OK.** A conta, sem movimentação por muitos anos, foi encerrada em 10.02.2009, por João Ferreira de Oliveira, ex-diretor da ANPAE-Goiás, com a submissão dos respectivos estratos bancários do período, em que não houve movimentação, para a prestação de contas e o balanço anual da ANPAE de 2008. Por decisão da nova diretora da Seção-Goiás, Miriam Fabia Alves, eleita em 22.09.2008, o saldo de R$1.630,71**,** existente no encerramento da conta, foi transferido para a conta de operações da ANPAE Nacional, após consulta com a Presidência. Estes recursos estão à disposição da Seção da ANPAE-Goiás, para financiar suas reuniões e atividades.
Minas Gerais	De Marcelo Soares Pereira da Silva para Lucíola de Castro Paixão Santos	BB 2918-1 Conta nº 21343-8	**ANPAE/MG. Conta encerrada. OK.** Por decisão acordada entre a Vice-Presidência da ANPAE-Sudeste (Marcelo), a Direção da Anpae-MG (Lucíola) e a Presidência, a conta foi encerrada em 28.07.2008. O saldo de R$3.689,34 foi transferido à conta da ANPAE Nacional, estando à disposição da Seção-MG. Atendendo solicitação da Vice-Presidência da ANPAE-Sudeste, a Diretoria da Seção-MG destinou a quantia para apoiar o Encontro da ANPAE-Sudeste na UFES em setembro 2008, custeando passagens de conferencistas mineiros.

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
Mato Grosso	Rosemery C. Peter		**ANPAE/MG. Conta Encerrada. OK.** A conta esteve sem movimentação por vários anos e foi encerrada em 4 de janeiro de 2008 por iniciativa da diretora Rosemery Peter em consulta com a Presidência da ANPAE. O valor de R$281,20 existente ao encerrar a conta foi transferido para a conta de operações da ANPAE Nacional. A documentação sobre o encerramento foi enviada à contabilidade da Presidência no mês de janeiro de 2008, para informar o balanço daquele ano. Não houve movimentação da conta nos anos 2007 e 2008.
Pará	Maria Augusta Neves	BB 0237 Conta nº 7004874	**ANPAE/PA. Conta Encerrada. OK.** Não existia informação sobre esta conta, desde a aposentadoria da diretora na gestão anterior. Em 08.07.2008 a Presidência pediu informações ao BB sobre o que havia acontecido com a conta. O Banco informou que a conta foi encerrada por inatividade e inexistência de saldo. Informou ainda que não existia outra conta da ANPAE no Pará.
Paraíba	De Luiz de Sousa Junior para Maria da Salete Barboza de Farias	BB 1619-5 Conta nº 10858-8	**ANPAE/PB. Conta encerrada. OK.** A conta estava sob a responsabilidade de Luiz de Sousa Junior até a eleição de Maria da Salete B. de Farias para diretora, em 08.09.2008, quando dei procuração a ela para movimentar a conta. Não houve movimentação na conta em 2008, fato confirmado pelos estratos bancários. A conta foi encerrada em janeiro de 2010 de comum acordo entre a Presidência e a Diretoria da ANPAE-PB. A conta não tinha saldo.
Pernambuco	De José Amaro para Angela Maria M. da Motta Pires	BB 3613-7 Conta nº 8323-2	**ANPAE/PE. Conta encerrada. OK.** A conta estava sob a responsabilidade de José Amaro, ex-diretor da Seção. Com a eleição de Angela Maria Pires em 25.07.2007, a Presidência deu procuração

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
Pernambuco	De José Amaro para Angela Maria M. da Motta Pires	BB 3613-7 Conta nº 8323-2	a Angela Maria (diretora) e José Amaro (vice-diretor) para movimentar a conta. As prestações de 2008 e 2009 submetidas regularmente. A conta foi encerrada em 26/07/2010. O saldo de R$3.438,66 foi transferido para a conta central da Anpae.
Piauí	De Gustavo Neto Dias	BB 3285-9 Conta nº 6998-1	**ANPAE/PI. Conta encerrada. OK.** Conta inativa desde 2005, em nome de Gustavo Neto Dias, então diretor da Seção Estadual. Foi encerrada no dia 21/01/2008, por iniciativa da Presidência, considerando que o ex-diretor se transferiu para São Paulo e não deixou substituto. Para encerrar a conta a Presidência pagou R$44.99 de tarifas.
Paraná	Marilise M. Zoccoli	BB 1534-2 Conta nº 9688-1	**ANPAE/PR. Conta encerrada. OK.** Inicialmente a conta estava na Agência Bacacheri, depois passou para a Agência Batel, segundo dados confirmados ao Presidente da Anpae em 22.04.2008 pela gerência do BB. Não houve movimentação em 2008, segundo email da Diretora da Seção Marilise Monteiro em 09.02.2009, fato confirmado pelos estratos bancários. A conta, sem movimentação há anos, foi encerrada em 05.03.2009, após consulta com a diretora da ANPAE-PR, transferindo o saldo de R$1.578,47 para a conta da ANPAE Nacional, onde está à disposição da Seção.
Rio de Janeiro	Bertha Valle e Antônio Puhl Diretora e Tesoureiro	BB 2907-6 Conta nº 42530-3	**ANPAE/RJ. Conta encerrada. OK.** Conta aberta em março de 2008, a cargo de Bertha Valle e Antônio Puhl. Prestações de contas de 2008 e 2009 submetidas e aprovadas. Conta encerrada em 28.05.2010 em consulta com a Diretoria da ANPAE-RJ, transferindo o saldo de R$383,44 para a conta central da ANPAE, onde está à disposição da Seção para suas atividades.

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
Rio Grande do Norte ***Biênio 2006/2007***	Eurilene Santana Balbi	BB 1845-7 Conta nº 32204-0	**ANPAE/RN. Conta encerrada.** Trata-se de conta aberta em 26.10.2006 pela Presidência, que delegou a responsabilidade para movimentá-la a Eurilene Santana Balbi, então diretora da Seção. Foi encerrada pela Presidência em consulta com a Diretoria no dia 30.01.2008, após sanar pendências no valor de R$662,50. Na ocasião, a Presidência recebeu de Eurilene Santana Balbi uma relação dos gastos efetuados no seu mandato.
Biênio 2008/2010	Maura Costa Rangel		**ANPAE/RN. Conta encerrada. OK** A gestão 2008-2010 da ANPAE-RN, sob a direção de Maura Costa Bezerra, eleita em 02.04.2008, contando com a colaboração da Vice-Presidente Regional, Magna França, resolveu não manter conta estadual da ANPAE, preferindo trabalhar utilizando a conta central da ANPAE Nacional, em consulta com a Presidência e assim o vem fazendo desde então. No dia 30.12.2008 a ANPAE-RN tinha R$10.296,00 na conta da ANPAE Nacional. No dia 12.03.2009 passou a R$13.596,00. Como resultado dos desembolsos feitos pela Tesouraria da Presidência por solicitação da Direção da ANPAE-RN no curso do primeiro semestre de 2009, o saldo em conta da Seção em 30/06/2009 passou a R$7.046,00. No dia 31/12/2010, o saldo em conta é R$1.046,00. No caso do RN, a prestação de contas tem sido automática, tomando por base o estrato bancário da conta da Presidência da ANPAE e os documentos comprobatórios dos desembolsos efetuados.
Rio Grande do Sul	Sueli M. Pereira	BB 1484-2 Conta nº 5571-9	**ANPAE/RS. Conta encerrada. OK.** Conta corrente e de investimento encerrada no mês de novembro de 2007, com prestação de contas submetida e aprovada, transferindo R$2.703,80 para a nova conta, em Passo Fundo, sede da nova diretoria, conforme especificado na célula seguinte.

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
Rio Grande do Sul	Selina Maria Dal Moro	BB 0092-2 Conta nº 23.221-1	**ANPAE/RS. Conta encerrada. OK.** Conta aberta em 2007, por solicitação enviada ao BB em 03.09.2007. De acordo com comunicação da Diretora da ANPAE-RS, Selina Dal Moro, do dia 14.02.2009, não houve movimentação na conta da ANPAE-RS em 2007-2008, fato confirmado pelos estratos bancários. Após consulta com a Diretora da Seção ANPAE-RS, a conta foi encerrada em 27.03.2009, com a transferência do valor de R$2.523,75 à conta de operações da ANPAE Nacional, onde está à disposição da Seção da ANPAE do Rio Grande do Sul para as suas atividades.
Roraima	Leila Soares Perussolo	BB 2617-4 Conta nº 16957-9	**ANPAE/RR. Conta Encerrada. OK.** A conta tem estado inativa desde 2006, corroendo o saldo com tarifas bancárias. Leila Soares Perussolo foi eleita em 31.07.2003. Seu mandato de Diretora expirou em 30.07.2005 e desde então não houve comunicação nem atividades da Seção. Como a conta estava inativa há anos, de acordo com os estratos bancários obtidos juntos ao BB, a Presidência tomou a iniciativa de encerrá-la em 09.02.2009 e transferir o saldo de R$1.840,52 à conta da ANPAE Nacional, onde está à disposição da Seção de RR quando se regularizarem suas operações.
São Paulo	Ângela Maria Martins	Banco Itaú Conta nº 53206-2	**ANPAE/SP. Conta encerrada. OK.** Conta encerrada no início de 2007, transferindo o saldo para nova conta no BB, conforme especificações na célula seguinte. Prestação de contas feita regularmente pela Diretora Ângela Maria Martins e aprovada.

Unidade de Gasto	Responsável pela Operação	Agência e nº de conta	Observações sobre a Operação da Conta
São Paulo	Miguel Henrique Russo	BB 4078-9 Conta nº 7491-8	**ANPAE/SP. Conta encerrada. OK.** Conta nova aberta por solicitação da Presidência junto ao Banco do Brasil em 20.07.2007, utilizando o saldo existente no encerramento da conta anterior no Banco Itaú. Segundo informação do Diretor Miguel Russo, a atual conta no BB não teve movimentação em 2008, fato confirmado pelos estratos bancários. Conta encerrada em consulta com o diretor da Seção Estadual em 8 de setembro de 2010, transferindo o valor de R$239,12 para a conta central da ANPAE Nacional, onde está à disposição da Seção.
Santa Catarina	Elisa Maria Quartiero	BESC 007.184-5, transferido para Agência 055	**ANPAE/SC. Conta encerrada.** Depois de esclarecer pendências por cheques furtados e erros cometidos pelo Banco (BESC) e por ele reconhecidos, a conta no BESC foi encerrada em 2007, sem custo para a Anpae, transferindo-se o saldo para a nova conta no BB, conforme especificações na célula seguinte.
Santa Catarina	Jarbas Cardoso	BB 3544-0 Conta nº 13.191-1	**ANPAE/SC. Conta encerrada.** Conta aberta no BB em 15.06.2007, com procuração para Jarbas José Cardoso, Diretor da Seção Estadual de Santa Catarina. Segundo informação de Jarbas José Cardoso, enviada em fevereiro de 2009, não houve movimentação durante o ano de 2008, fato confirmado pelos estratos do Banco. A conta também esteve sem movimentação em 2009. A conta foi encerrada em 25.10.2010, transferindo o saldo de R$19,99 para a conta da Anpae Nacional, onde se encontra à disposição da Seção Estadual.

Tabela 5
CRÉDITOS E DÉBITOS DAS SEÇÕES ESTADUAIS NA CONTA CENTRAL DA ANPAE NACIONAL

SEÇÃO	DATA E DESCRIÇÃO	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
MT	04.01.08 – Conta inativa encerrada por iniciativa da Seção ANPAE-MT	281,20		**+ 281,20**
MG	28.07.08 – Conta inativa encerrada em consulta com a ANPAE-MG 30.08.08 – Passagens BH/Vitória/BH emitidas em consulta com a ANPAE-MG	3.689,34	3.689,34	**0,00**
RN	30.09.08 – SEDUC Bahia 30.10.08 – SME Parnamirim 22.12.08 – SEDUC RN 12.03.09 – SEDUC NATAL 23.06.09 – Livro Seminário Nordeste – Livro Seminário Nordeste	1.596,00 3.000,00 5.700,00 3.300,00	 550,00 12.000,00	**+ 1.046,00**
RR	09.02.09 – Conta inativa encerrada por iniciativa da Presidência	1.840,52		**+ 1.840,52**
PR	09.02.09 – Conta encerrada em consulta com a ANPAE-PR	1.578,47		**+ 1.578,47**
DF	10.02.09 – Conta encerrada por iniciativa da Presidência	786,27		**+ 786,27**
GO	11.02.09 – Conta encerrada por iniciativa da Seção ANPAE-GO	1.630,71		**+ 1.630,71**
RS	27.03.09 – Conta encerrada em consulta com Seção ANPAE-RS	2.523,75		**+ 2.523,75**
PB	20.01.10 – Conta encerrada em consulta com ANPAE-PB 24.02.11 – Prefeitura de João Pessoa – Livro Seminário Nordeste	0.00 2.337,50	 2.330.00	**+ 7,50**
RJ	28.05.10 – Conta encerrada por recomendação do BB e orientação do Conselho Fiscal	383.44		**+ 383.44**

SEÇÃO	DATA E DESCRIÇÃO	CRÉDITO	DÉBITO	SALDO
PE	16.07.2010 – Conta encerrada por recomendação do BB e de comum acordo com a Seção Estadual	3.438,66		**+ 3.438,66**
SC	25.10.2010 – Conta inativa encerrada por recomendação do BB	19,99		**+ 19,99**
SP	08.09.2010 – Conta encerrada de acordo com a Seção Estadual	239,12		**+ 239,12**
AM	23.07.10 – Conta encerrada de acordo com orientação do Conselho Fiscal	3.388,16		**+ 3.388,16**
ES	23.07.10 – Conta encerrada de comum acordo com a Seção Estadual Ciclo Conferências ANPAE/NEPE/UFES Passagem aérea para conferencista	8.509,45	3.809,32 658,04	**+ 4.042,09**

Em todos os casos, se seguiu a orientação do Escritório de Contabilidade e Auditoria da Anpae, a recomendação do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral.

SEGUNDA PARTE

6 Plano Estratégico da ANPAE 2006-2011: Pautas para a Ação Associativa

7 Estatuto Social da ANPAE: Fruto de uma Construção Coletiva

8 Eleições para o Biênio 2011-2013: Ato Cívico Nacional

9 Pronunciamentos e Declarações Político-Pedagógicas

10 Introdução à História da ANPAE como Entidade Educacional da Sociedade Civil

6
PLANO ESTRATÉGICO DA ANPAE
2006-2011

INTRODUÇÃO

O **planejamento estratégico** é instrumento fundamental para o desenvolvimento institucional das organizações humanas e a definição de sua missão e suas políticas e práticas de gestão e avaliação. Sua finalidade é monitorar o desempenho das organizações no espaço e no tempo, visando à crescente qualificação institucional para a consecução de seus objetivos e a execução de seus projetos e atividades.

As associações profissionais, sociedades científicas e organizações da sociedade civil não são exceções à regra. Por esta razão, em boa hora, a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) passou a requerer de sua Presidência a elaboração de um **plano de ação estratégica** para o período de seu mandato, que inclua os programas e ações institucionais prioritários para o cumprimento da finalidade e a consecução dos objetivos da entidade. O propósito dessa iniciativa, que se vem implantando desde 1996, é conferir maior efetividade à ação político-pedagógica da Associação e promover sua permanente qualificação institucional a serviço do quadro associativo e da educação nacional.

O VI Plano Estratégico foi concebido à luz do disposto no Artigo 3º do Estatuto Social da ANPAE, da experiência acumulada

nas gestões anteriores e da avaliação das atuais circunstâncias e limites institucionais da Associação. A elaboração do VI Plano Estratégico da ANPAE, com seus objetivos, projetos e procedimentos por linhas programáticas, também tomou em conta a natureza e o perfil institucional da Associação e sua estrutura organizacional e administrativa.

NATUREZA E PERFIL INSTITUCIONAL

Finalidade e Objetivos

A **finalidade** da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), enunciada no artigo 2º de seu Estatuto, é contribuir para a universalização do acesso à educação de qualidade, através de sua participação na formulação de políticas públicas de educação e na concepção e adoção de práticas de gestão educacional comprometidas com os ideais e valores da democracia, da solidariedade cidadã e da liberdade e equidade nas instituições de ensino e na sociedade.

Para o cumprimento de sua finalidade, a ANPAE estabeleceu os seguintes **objetivos**, sancionados no artigo 3º do Estatuto e nos artigos 2º, 3º e 4º do Regulamento Geral: (1) promover a prática associativa; (2) atender os interesses profissionais dos associados em matéria de política, planejamento, gestão e avaliação da educação; (3) incentivar e divulgar estudos e pesquisas em matéria de política e gestão da educação e suas áreas afins; e (4) estimular e promover a cooperação e o intercâmbio com associações congêneres, com organizações públicas e privadas, tanto nacionais como estrangeiras e internacionais, dedicadas à educação e ao desenvolvimento humano.

Portanto, tomado em seu conjunto, o Plano Estratégico para o período 2006-2011 foi concebido com o propósito de contribuir

para o cumprimento da missão da ANPAE e a consecução de seus objetivos, tomando em conta os antecedentes históricos e o contexto nacional e internacional que se resumem em seguida.

Um Pouco de História

A história da educação da segunda metade do século XX registra um crescente movimento de organização de instituições e associações educacionais, científicas e culturais em todo o mundo, acompanhando o estabelecimento das organizações internacionais, em particular a Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas, como a UNESCO e a UNICEF; a Organização dos Estados Americanos e suas agências, como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Interamericano da Criança; e a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Registra também uma crescente cooperação interinstitucional, tanto nacional como internacional, entre organismos governamentais e intergovernamentais de cooperação, centros de pesquisa e desenvolvimento, universidades públicas e privadas, academias de educação, fundações, associações profissionais e outras organizações da sociedade civil que atuam em distintas especialidades educacionais. Uma destas especialidades é a gestão da educação, com suas áreas correlatas, como política, planejamento e avaliação.

No Brasil, um ponto de partida importante da atuação da sociedade civil no campo da gestão da educação foi o I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado no período de 5 a 11 de fevereiro de 1961, na Universidade de São Paulo (USP). O principal resultado deste Simpósio foi a fundação da Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE), sob a liderança de Anísio A. Teixeira, José Querino Ribeiro, Antônio Pithon Pinto, Paulo de Almeida Campos e Carlos Corrêa Mascaro, com o objetivo de congregar os professores universitários

de administração escolar e educação comparada das universidades brasileiras.

Em 1971, no VI Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, RJ,, sob a presidência do professor Paulo de Almeida Campos, a ANPAE ampliou o escopo de seus objetivos, transformando-se em Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar, com a finalidade de incluir no seu quadro social, além de professores universitários de administração escolar, os dirigentes de instituições e sistemas de ensino. Até então, no entanto, a ANPAE enfocava fundamentalmente a dimensão escolar da administração.

Ao longo dos anos 1970 e na transição para a década de 1980, o espectro de atuação da ANPAE ampliou-se do complexo escolar para o educacional, enunciado no VIII Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado na Universidade de Brasília em 1976 e cuja Assembleia Geral decidiu rebatizar a entidade como Associação Nacional de Profissionais de Administração Educacional. À luz do movimento nacional e internacional de ciência social aplicada à educação, esta orientação se aprofundou no IX Simpósio Brasileiro de Administração Educacional, realizado em julho de 1978, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, cujos debates giraram em torno do tema *A administração da educação no contexto das ciências sociais*, sob a presidência do professor Benno Sander. Esses debates reformistas pavimentaram o caminho para a consolidação do novo escopo de atuação da entidade e da própria denominação da ANPAE em Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação, efetivada pela Assembléia Geral convocada pelo professor Benno Sander em 1980, por ocasião do X Simpósio Brasileiro de Administração da Educação, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Finalmente, como resultado de sua inserção histórica nos debates nacionais sobre políticas públicas em matéria de educação e desenvolvimento social e de sua participação, sob a liderança

dos presidentes Maria Beatriz Luce e Lauro Carlos Wittmann nas décadas de 1980 e 1990, nos movimentos de mobilização da comunidade acadêmica em torno da Constituinte, da defesa da escola pública e do processo legisferante da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996, a ANPAE assumiu, na Assembléia Geral de 1996, presidida pela professora Regina Vinhaes Gracindo, sua atual designação de Associação Nacional de Política e Administração da Educação. No entanto, em que pese a esses renovados exercícios de construção e reconstrução institucional ao longo dos anos, a Associação manteve-se fiel à sua identidade social, conservando a sigla ANPAE, cunhada pelos mestres fundadores por ocasião do nascimento da entidade, em 1961.

Ao longo de quase cinco décadas de construção institucional, a ANPAE foi testemunha e agente do processo de desenvolvimento da educação nacional, participando ativamente da mobilização da sociedade civil organizada e da comunidade acadêmica e científica do país. Neste cenário, destacam-se suas relações com organizações congêneres, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional de Formação de Professores (ANFOPE), Fórum Nacional de Diretores das Faculdades de Educação (FORUMDIR), Centro de Educação e Sociedade (CEDES), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) e outras instituições educacionais da sociedade civil. A mais recente parceira é a Associação Nacional de Avaliação Educacional (ANBAVE), cuja fundação se deu por ocasião do XXI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação da ANPAE, realizado em 2003, em Recife.

No decurso das décadas de oitenta e noventa merece registro a inserção da ANPAE nos movimentos sociais pela abertura política e a redemocratização do país, particularmente a partir da Constituinte, que em 1988 dotou o Brasil de uma nova Cons-

tituição; na mobilização pela reconstrução da educação brasileira por ocasião da preparação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e do Plano Nacional de Educação sancionado em 2001; e na luta pela defesa da escola pública, valorização do magistério e a profissionalização dos educadores.

Ao longo dessa trajetória, a ANPAE manteve, desde o ato de fundação, uma parceria intelectual com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), que hoje traz o nome de Anísio A. Teixeira, um dos mestres fundadores da Associação. Esta parceria histórica se reflete especialmente no incentivo à pesquisa educacional e no apoio à publicação de obras no campo da política e da gestão da educação, com destaque para a publicação, desde 1983, da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE).* No contexto dessa parceria editorial, o INEP apoiou a pesquisa e publicou seus resultados em 2001 no livro *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil,* organizada pelos ex-presidentes Lauro Carlos Wittmann e Regina Vinhaes Gracindo. Destaca-se ainda a celebração, a cada dois anos desde 1961, do Simpósio Brasileiro e, posteriormente, a realização de Seminários Regionais e Estaduais de Política e Administração da Educação, que se tornaram mecanismos efetivos de mobilização do processo associativo e instrumentos de progressiva integração entre o local, o regional e o nacional no âmbito da ANPAE.

Finalmente, a história da ANPAE de 1995 a 2003 registra o apoio financeiro da Fundação Ford, que propiciou o progresso da pesquisa científica no âmbito da Associação, a disseminação de sua produção intelectual em diversas publicações e a implantação dos primeiros Planos Estratégicos da ANPAE, a partir de 1996.

Estrutura Organizacional

Para viabilizar o cumprimento de sua missão político-pedagógica e a consecução de seus objetivos em todo o território

nacional, a ANPAE conta com uma estrutura organizacional e administrativa construída ao longo dos anos, que hoje contempla como partes constitutivas, órgãos deliberativos e executivos de alcance nacional e local. Nesse contexto, a elaboração do Plano Estratégico para o período 2006-2011 tomou em conta a organização estrutural e funcional da Associação para definir responsabilidades e competências na operacionalização e execução dos programas e projetos que integram o Plano.

São os seguintes os órgãos deliberativos e executivos da ANPAE: **Assembléia Geral**, órgão nacional máximo de deliberação político-pedagógica; **Presidência**, órgão superior da administração nacional da Associação, constituída de um **Presidente** e cinco **Vice-Presidentes –** um procedente da cada região geopolítica do país – um **diretor-executivo**, um **diretor financeiro** e **diretores de programas**; **Conselho Deliberativo**, órgão colegiado de representação e deliberação superior; **Conselho Fiscal**, órgão técnico de acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro; e **Seções e Coordenações Estaduais**, órgãos de coordenação e mobilização do processo associativo no âmbito das unidades federadas.

Esta estrutura organizacional e administrativa revela que a Associação adota o **regime presidencialista**, com **órgãos de caráter representativo**. Os cargos para os órgãos da administração da ANPAE são preenchidos em eleições nacionais e locais. São cargos eletivos, eleitos pelo voto universal da Assembléia Geral, os de Presidente e Vice-Presidentes da ANPAE e os de Diretores das Seções Estaduais, eleitos pelos associados das respectivas unidades federadas. O **Conselho Deliberativo**, como órgão colegiado de representação e deliberação superior, é integrado pelo Presidente e Vice-Presidentes, pelo Diretor Executivo, pelo Presidente da Associação na gestão anterior e pelos Diretores Titulares das Seções Estaduais.

PROGRAMAS E PROJETOS

As atividades da sexta edição do **Plano Estratégico da ANPAE** para o período 2006-2011 estão agrupadas em torno de seis **programas**, cada um deles constituído por um leque de **projetos**. Em seu conjunto, os programas e seus projetos procuram responder aos principais compromissos do quadro social com a consecução dos objetivos prioritários da ANPAE. Neste sentido, a justificativa e os objetivos dos programas estão ancorados no artigo 3º do Estatuto da Associação e guardam relação com o compromisso de atender aos sempre novos interesses coletivos de caráter profissional, cultural e acadêmico dos associados. Do ponto de vista organizacional e administrativo, cada um dos **programas** está sob a responsabilidade de um **Diretor**, nomeado pelo Presidente, ouvido o Conselho Deliberativo, e que integra o Gabinete da Presidência.

1. Programa de Mobilização Associativa

Justificativa. A ANPAE é fruto da necessidade histórica de congregar professores e gestores de instituições universitárias e escolares e especialistas dos sistemas de ensino do país. Atentos a esta necessidade, os mestres fundadores iniciaram, em 1961, um processo associativo que, graças a sua relevância e ao esforço coletivo de milhares de educadoras e educadores brasileiros, se transformou, ao longo dos anos, em uma das mais destacadas entidades da sociedade civil organizada da educação brasileira, reconhecida pela importância e abrangência de seu objeto de estudo e campo de atuação profissional e pela diversidade e representatividade profissional de seu quadro associativo. É neste cenário que hoje se reúnem ao redor da mesma mesa pesquisadores e professores universitários; formuladores de políticas públicas e especialistas e dirigentes dos sistemas de ensino; e docentes e administradores

de instituições educacionais de todos os níveis e modalidades de ensino. A experiência político-pedagógica acumulada pela Associação ao longo de quase meio século de vida revela que uma sadia prática associativa é uma conquista permanente do quadro associativo, que implica no respeito mútuo, baseado em direitos e deveres estabelecidos coletivamente, e na capacidade de conviver e aprender com o confronto de diferentes orientações teóricas e práticas educacionais, visando a encaminhar construtivamente diferentes percepções e interpretações políticas e pedagógicas para benefício do conjunto dos associados e da cidadania.

Objetivo. O primeiro programa do VI Plano Estratégico da ANPAE visa a "propiciar e promover a prática associativa de todos os associados," contribuindo, assim, para a consecução do primeiro objetivo da Associação, consagrado no artigo 3º, inciso I do Estatuto.

Projetos. Para a revitalização da prática associativa, este programa compreende quatro projetos para o período 2006-2011:

- **Mobilização e Ação Coletiva**. A proposta deste projeto é promover uma ampla mobilização das colegas e companheiros do quadro social para manter e atualizar permanentemente o banco de dados cadastrais dos associados, visando a facilitar a comunicação, o intercâmbio e a ação humana coletiva.
- **Eleições**. O projeto visa manter em dia o processo eleitoral em todos os níveis da administração da ANPAE, zelando para que os pleitos eleitorais se realizem com ampla participação dos associados, nas datas previstas regimentalmente, cabendo aos dirigentes nacionais e estaduais a respectiva responsabilidade pela iniciativa.
- **Instrumentos Constitutivos**. Este projeto visa promover a avaliação permanente e eventual revisão e atualização do Estatuto e do Regulamento Geral da ANPAE.

- **Investimento Sustentável**. A proposta do projeto é alcançar uma base financeira sustentável, mediante a efetiva contribuição dos associados, para que a entidade possa contar com os recursos indispensáveis para propiciar e aprofundar a prática associativa. O projeto também buscará recursos externos para a execução dos programas prioritários, como os de publicações, pesquisas, simpósios, congressos e reuniões.

Procedimentos. A execução do Programa de Mobilização Associativa implica a ação efetiva de todos os órgãos da administração da ANPAE e a participação ativa dos associados. Aos órgãos de direção da ANPAE cabe, sem dúvida, um papel fundamental na execução do programa. No entanto, o protagonista por excelência do processo associativo é o próprio associado. De ser assim, a participação solidária de todos os integrantes da entidade surge como fator determinante do sucesso do programa com o conseqüente fortalecimento da Associação e a qualificação de sua atuação.

2. PROGRAMA DE PUBLICAÇÕES

Justificativa. A ANPAE tem uma reconhecida experiência editorial acumulada, tanto impressa como eletrônica, em que se destaca a publicação dos *Cadernos de Administração Escolar* nas primeiras décadas de vida da Associação; o boletim informativo da ANPAE, sob diferentes denominações e formatos, desde a fundação da entidade até o presente, quando passa a ser denominado *ANPAE Notícias*; a *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, desde o seu lançamento em 1983 até o presente; e os títulos da *Biblioteca ANPAE*, além de anais de reuniões estaduais e regionais, simpósios nacionais e congressos internacionais. Na década de 1990, a ANPAE lançou o seu portal eletrônico, que

se vem impondo crescentemente como instrumento fundamental de comunicação e informação e de intercâmbio e aprendizagem horizontal. Esses projetos continuam na agenda da ANPAE no período 2006-2011, com o compromisso de aperfeiçoá-los.

Objetivo. O segundo programa do VI Plano Estratégico visa a incentivar e desenvolver a "divulgação e comunicação científicas" da Associação nos campos da política e da gestão da educação, contribuindo, assim, para a consecução do terceiro objetivo da Associação, enunciado no artigo 3º, inciso III do Estatuto.

Projetos. Para o período 2006-2011, a ANPAE se propõe a desenvolver quatro projetos em matéria de divulgação do conhecimento sobre política e administração da educação e suas áreas afins:

- **Revista da ANPAE**. O objetivo do projeto é manter e aperfeiçoar a publicação e distribuição da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)*, investindo num novo projeto editorial a partir de 2006 e na periodicidade da publicação que, em 2007, passa a ser quadrimestral (abril, agosto, dezembro), em vez de semestral (junho, dezembro), como vinha sendo desde o lançamento do periódico em 1983. O projeto prevê ainda, até o final do mandato, o lançamento da edição digital da Revista.
- **Biblioteca ANPAE**. O projeto visa a promover a publicação de obras de interesse do quadro social e outros profissionais no campo da política e da gestão educacional e escolar. Além das duas séries tradicionais – *Livros e Cadernos ANPAE* – o projeto visa a desenvolver estudos para o lançamento de novas linhas editoriais no âmbito da coleção Biblioteca ANPAE, com atenção especial aos desafios relativos ao cotidiano da gestão educacional e à formação continuada dos educadores que atuam no chão da escola. Nesta linha, são temas de interesse prioritário:

idéias e concepções de administração educacional e gestão escolar; gestão pedagógica da escola; gestão escolar, aprendizagem e avaliação; e gestão financeira e patrimonial no âmbito das instituições escolares.

- **Boletim ANPAE Notícias**. O projeto tem por objetivo publicar e distribuir periodicamente o boletim *ANPAE Notícias.* Ao longo dos anos, o boletim cederá crescente espaço ao noticiário divulgado no portal da ANPAE.
- **Portal da ANPAE.** O propósito do projeto é promover a atualização e aperfeiçoamento do portal eletrônico da Associação, como instrumento de gestão, de informação e comunicação social e de intercâmbio político-pedagógica.

Procedimentos. A edição, impressão e distribuição das publicações da ANPAE requerem substanciais recursos, que superam as possibilidades do orçamento regular da Associação, cabendo à Presidência e às Editorias das distintas publicações a responsabilidade de buscar apoios institucionais e recursos junto a fontes externas, tanto públicas como privadas. Em qualquer circunstância, a primeira prioridade da ANPAE é a publicação regular da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.* Retomará também a edição da coletânea Biblioteca ANPAE, que inclui a preparação da série *Cadernos de Gestão*. Da mesma forma, a Presidência tomará medidas operacionais para investir na potencialidade da Internet e do portal eletrônico da ANPAE, como instrumentos estratégicos de comunicação, intercâmbio e divulgação de informações e conhecimentos. Nesse contexto, a proposta é reduzir crescentemente a periodicidade da publicação do *ANPAE Notícias,* aumentando, em seu lugar, a utilização da Internet. O programa prevê a seguinte periodicidade para o *ANPAE Notícias*: quatro números em 2006 e três números em 2007, diminuindo gradativamente suas edições com a crescente publicação de notícias no portal da ANPAE a partir de 2008.

3. PROGRAMA DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Justificativa. A ANPAE tem uma experiência exitosa no campo da pesquisa educacional, associada à sua atividade editorial. Destaca-se o programa de pesquisas desenvolvido na segunda metade da década de 1990 e nos primeiros anos da década de 2000. Uma valiosa contribuição financeira da Fundação Ford viabilizou a realização do programa, baseado numa ampla articulação nacional de pesquisadores anpaeanos, distribuídos por numerosas universidades e outras instituições educacionais do país. Os resultados das pesquisas foram socializados através de uma série de relatórios especializados sobre a situação da administração escolar no Brasil. A obra mais importante foi organizada por Lauro Carlos Wittmann e Regina Vinhaes Gracindo, sob o título *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil*, publicada em 2001, com o apoio do INEP. Os resultados do XXIII Simpósio Brasileiro, realizado em conjunto com o V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, em Porto Alegre, em que foram apresentados e debatidos mais de 400 trabalhos de pesquisa educacional, publicados em CD-ROM que integra a Coleção Biblioteca ANPAE, mostraram que um novo esforço no campo da pesquisa em matéria de política e gestão da educação no âmbito da ANPAE é possível. Existe um renovado interesse em matéria de pesquisa educacional no âmbito da ANPAE. Nasceu assim o atual programa que integra o Plano Estratégico 2006-2011 da ANPAE.

Objetivo. O terceiro programa do VI Plano Estratégico da ANPAE visa a incentivar e promover estudos e pesquisas, bem como divulgar e comunicar as produções científicas nas áreas de política, planejamento, gestão e avaliação da educação, contribuindo, assim, para a consecução do terceiro objetivo da Associação, enunciado no artigo 3º, inciso III do Estatuto.

Projetos de Pesquisa. A primeira atividade do programa é conceber projetos, com a participação dos próprios pesquisadores. O programa, que está aberto à ampla participação dos associados, enuncia os cinco primeiros projetos de pesquisa, desenvolvidos em rede nacional de pesquisadores das universidades brasileiras, com financiamento do CNPQ, MEC, CAPES, INEP e outras agências e fundações de fomento de pesquisa e desenvolvimento.

- **Pesquisa 1**

  ***Título**:* Avaliação da educação superior no Brasil: desenvolvimento institucional e qualidade do trabalho acadêmico em questão

  ***Descrição**:* A pesquisa analisa o impacto do Sinaes no desenvolvimento institucional e na produção do trabalho acadêmico das IFES, por meio do exame dos projetos e relatórios de auto-avaliação, bem como legislação das IES da amostra. Analisa ainda a vinculação entre avaliação, gestão e financiamento.

  Coordenação e envolvimento institucional: A pesquisa integrada é coordenada pelos professores Marília Fonseca (UnB) e João Ferreira de Oliveira (UFG), contando com a participação de pesquisadores da UnB, UFG, UEG e Unievangélica.

  Financiamento: A pesquisa tem o apoio financeiro do CNPq. O livro resultante da pesquisa integra a Coleção Biblioteca Anpae e já foi distribuído aos associados no gozo de seus direitos sociais.

- **Pesquisa 2**

  ***Título**:* Remuneração de professores de escolas públicas da Educação Básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas

  ***Descrição**:* A pesquisa examina o impacto decorrente do Fundeb sobre os salários e os planos de carreira dos

professores das redes públicas estaduais e municipais de educação básica. A investigação pretende articular dados quantitativos e qualitativos referentes aos salários e aos planos de carreira dos professores e às condições de trabalho nas redes públicas de ensino. A pesquisa compreenderá o período entre 2005 e 2010. Serão incluídos dados relativos aos dois últimos anos do Fundef (2005 e 2006) e os primeiros anos de vigência do Fundeb e de implantação do PSN (2007 a 2010), o que permitirá uma análise comparativa dessas duas políticas de financiamento da educação. A pesquisa abrangerá amostras de 10 estados brasileiros.

Coordenação: Rubens Barbosa de Camargo (USP).

Instituições Envolvidas: USP, UFPR, UNISUL/SC, UFPB, UFPI, UFRN, UFMS, UEMT, UFAL, UFG, UEMG E UFPA (12 estados).

***Financiamento*:** A pesquisa foi submetida ao Edital 14/2008 do CNPq e ao Edital CAPES/INEP do Observatório da Educação.

- **Pesquisa 3**

  Título: A gestão e o gestor escolar no contexto atual: transformações recentes e impactos nas práticas de gestão e no papel do gestor

  Descrição: A pesquisa objetiva investigar as transformações recentes na gestão escolar, tendo em vista examinar os impactos nas práticas de gestão e no papel do gestor. Nas duas últimas décadas, em que pese o paradigma da gestão democrática, a gestão escolar vem sendo influenciada pelas práticas de administração próprias das empresas privadas. Assim, a organização escolar e o perfil do gestor vêm sofrendo alterações substantivas, tendo por base a lógica e os mecanismos de controle próprios da gerência.

A pesquisa será desenvolvida utilizando-se o ambiente do Programa Escola de Gestores, mediante adesão das IFES dos 27 estados da federação. Em cada estado há cerca de 400 diretores de escolas realizando curso de especialização em gestão escolar. A soma desse universo constituirá a amostra da pesquisa. Em cada estado haverá um (a) coordenador (a) da pesquisa, que a desenvolverá por meio de subprojeto específico.

Coordenação: João Ferreira de Oliveira (UFG) e Luiz Fernandes Dourado (UFG).

***Financiamento*:** O projeto contará com o apoio das IFES que integram o Programa Escola de Gestores. O projeto também será submetido às agências de financiamento.

- **Pesquisa 4**

  ***Título*:** Análise das conseqüências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional

  ***Descrição*:** Este projeto busca analisar as conseqüências para a oferta e a gestão da educação pública dos Programas Gestão Nota 10 e Escola Campeã, as quais resultaram de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e o Instituto Ayrton Senna. Para tanto, selecionamos intencionalmente um conjunto de municípios brasileiros distribuídos em cada uma das cinco regiões que implementaram tais projetos, nos quais serão desenvolvidos *os estudos sobre os casos* (Rockell e Ezpeleta, 1986; Lüdke e André, 1986; André, 1995; Paro, 1995). Os dados, cujo detalhamento segue abaixo, serão coletados em todos os municípios, na esfera da gestão do sistema de ensino e em uma escola da rede municipal, e nas sedes das Instituições privadas diretamente envolvidas no Programa, constituindo, assim, três dimensões para a investigação. As fontes primárias para

a coleta dos dados referem-se a documentos expedidos pela administração municipal, o Instituto Ayrton Senna e demais instituições privadas envolvidas na implantação, gerenciamento e avaliação do programas, Além disso, recorreremos às entrevistas semi-estruturadas (Triviños, 1987) com representantes das administrações municipais, das instituições privadas envolvidas e das escolas selecionadas. Objetiva-se ainda proceder à identificação e análise de regularidades e especificidades evidenciadas por meio de estudo comparativo dos casos. Os estudos de caso resultarão das atividades desenvolvidas por equipes de pesquisadores sediadas em sete diferentes Universidades, a saber: USP, UNESP-RC, UFRGS, UFMS, UCDB, UFU, UEPI, UNEMAT-CÁCERES, UNIOESTE, UFPA e UFRN.
Coordenação*:* Theresa Maria de Freitas Adrião – UNESP/ Rio Claro (Pesquisadora Responsável) e Vera Maria Vidal Peroni – UFRGS.
Pesquisadores Participantes e suas Instituições. RS*:* Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS); ***SP****:* Teise de Oliveira Guaranha Garcia (USP-RP), Theresa Adrião (UNESP-RC), Lisete Regina Gomes Arelaro (FEUSP); ***MS****:* Regina Tereza Cestari de Oliveira (UCDB), Margarita Victória Rodriguez (UCDB), Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS); ***PA***: Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (UFPA), Dalva Valente Guimarães Gutierres (UFPA), Irlanda do Socorro de Oliveira Miléo (UFPA), Maria Rosana de Oliveira Castro UFPA); ***MT****:* Marilda de Oliveira Costa (UFMT- Cáceres); ***MG****:* Maria Vieira Silva (UFU); ***PR****:* Silvana Aparecida de Souza (UNIOESTE); ***PI****:* Liliene Xavier Luz (UEPI), Antonio Glauber Alves de Oliveira – (UEPI); ***RN****:* Antonio Lisboa Leitão (UFRN).
Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

- **Pesquisa 5**
  ***Título*:** Trabalho docente na educação básica no Brasil.
  ***Descrição*:** A pesquisa prevê a realização de um *survey* nacional sobre o trabalho docente na educação básica, enfatizando as condições de vida, de trabalho e o perfil dos trabalhadores em escolas públicas municipais e estaduais e em instituições de educação infantil conveniadas com o poder público, em sete estados brasileiros, contemplando as cinco regiões. Os estados que compõem a amostra da pesquisa são os seguintes: Pará, Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais.
  ***Coordenação**:* Dalila Andrade Oliveira – UFMG
  Pesquisadores Participantes e suas Instituições. A pesquisa e desenvolvida pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), em rede de pesquisa com GEPETO/UFSC, NEDESC/UFG, GETEPE/UFRN, GEDUC/UEM, NUPE/UFPR, NEPE/UFES e GESTRADO/UFPA.
  Financiamento: Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB).

Procedimentos. As atividades de pesquisa educacional são o resultado de um processo de construção coletiva, coordenado pela direção do programa. Um esforço será feito para vincular as pesquisas ao programa de publicações com o objetivo de viabilizar a socialização dos resultados das pesquisas. Cumpre à Presidência colocar seu peso institucional à disposição dos pesquisadores da ANPAE, visando a apoiar seus esforços para captar recursos externos, tanto públicos como privados, que viabilizem a realização dos estudos e pesquisas em rede nacional.

4. PROGRAMA DE INTERCÂMBIO INSTITUCIONAL

Justificativa. Ao longo dos anos, a ANPAE desenvolveu inúmeras parcerias interinstitucionais. Em diferentes momentos de sua caminhada histórica, a ANPAE participou, junto com outras organizações e sociedades profissionais, do movimento político-pedagógico da sociedade civil organizada no Brasil. Entre as finalidades da ANPAE, estabelecidas no artigo 2º do Estatuto, destaca-se "a luta pela universalização do efetivo exercício do direito à educação e a construção de políticas, do planejamento, da gestão e da avaliação, comprometida com os ideais e valores da democracia e da pluralidade, da eqüidade e da justiça, da solidariedade e da qualidade na educação". Associações educacionais congêneres e outras entidades da sociedade civil organizada lutam pelos mesmos ideais. A parceria interinstitucional das associações e organizações da sociedade civil torna-se, portanto, um imperativo estratégico fundamental para o êxito na formulação de políticas públicas de educação e desenvolvimento humano.

Objetivo. O quarto programa do VI Plano Estratégico da ANPAE visa a "estimular e promover a colaboração, a cooperação e o intercâmbio de estudos e experiências nas suas áreas com outras associações, instituições e organizações, constituindo-se como fonte de consulta e troca de informações", de modo a contribuir para a consecução do quarto objetivo da Associação, sancionado no artigo 3º, inciso IV do Estatuto.

Projetos. Para o período 2006-2011, a ANPAE se propõe a desenvolver três projetos de intercâmbio e colaboração interinstitucional no país:

- **Políticas Públicas e Gestão da Educação**. O projeto compreende as atividades de participação da ANPAE nas instâncias de formulação de políticas públicas em educação e desenvolvimento humano conduzidas pelos órgãos oficiais, especialmente pelo Ministério e Secretarias

de Educação, Conselho Nacional e Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, por entidades públicas e privadas da comunidade científica e cultural do país.

- **Parcerias com Instituições e Associações Nacionais**. O projeto visa a promover o estabelecimento de entendimentos, vínculos e acordos de cooperação e intercâmbio de estudos e experiências com associações nacionais congêneres; com escolas, universidades e sistemas de ensino; com movimentos sociais e sindicatos de educadores; e com fundações de fomento e apoio à pesquisa e à formação dos educadores.
- **Visitas de Intercâmbio Educacional**. O projeto visa a promover a participação em jornadas e visitas de intercâmbio educacional, científico e cultural, tanto nacionais como internacionais, desenvolvidas por iniciativa e sob a responsabilidade programática e financeira de seus organizadores.

Procedimentos. A ANPAE manterá contatos permanentes com os Ministérios e suas Secretarias, Conselhos e Fundações; com as Comissões de Educação e Cultura do Congresso Nacional; com associações universitárias e sociedades científicas e educacionais nacionais; e com entidades da sociedade civil organizada, mobilizadas em torno da formulação de políticas públicas de educação e desenvolvimento humano sustentável. Nesse sentido, a ANPAE acompanhará e, quando for o caso, se fará representar, ou então, participará dos trabalhos e reuniões do Conselho Nacional de Educação, INEP, CAPES, CNPQ, UNDIME, CONSED, SBPC, ANPED, CEDES, FORUMDIR, ANFOPE, CNTE, ANDIFES, ANDES, CRUB, AEC e outras organizações congêneres.

5. PROGRAMA DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Justificativa. A formação e o desenvolvimento profissional dos educadores dedicados à formulação de políticas públicas e à adoção de práticas democráticas de gestão de instituições escolares e universitárias e de sistemas de ensino é um objetivo histórico da ANPAE, sua própria razão de existir. Trata-se de um objetivo ambicioso e um programa desafiador, considerando os limites das possibilidades reais da Associação diante da multiplicidade das aspirações e interesses dos associados e da própria magnitude das dimensões e necessidades do país. As atividades de formação e desenvolvimento profissional no âmbito da ANPAE se realizam principalmente nos seus seminários, cursos e reuniões regionais e locais, programas de intercâmbio educacional e cultural e, especialmente, em seus tradicionais Simpósios Brasileiros de Política e Administração da Educação. Os simpósios, seminários, reuniões, cursos, jornadas e visitas de intercâmbio, patrocinados pela ANPAE são, na realidade, ricas oportunidades de aprendizagem, cooperação intelectual e desenvolvimento profissional. O Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, os congressos internacionais e os seminários regionais e estaduais são os projetos prioritários deste programa, destinado a propiciar a aprendizagem coletiva, através do intercâmbio de conhecimentos e experiências e de estudos e pesquisas em desenvolvimento.

Objetivo. O quinto programa do VI Plano Estratégico da ANPAE visa a "contribuir para o atendimento dos interesses coletivos de caráter profissional, sócio-cultural e acadêmico-científico dos associados, no que diz respeito às áreas de política, planejamento, gestão e avaliação da educação", apoiando, desta forma, a consecução do segundo objetivo da Associação, estabelecido no artigo 3º, inciso II do Estatuto.

Projetos. No período 2006-2011, a ação da ANPAE em matéria de formação e desenvolvimento profissional concentra-se em sete projetos prioritários:

- **XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, no segundo semestre de 2007.
- **XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, no segundo semestre de 2009.
- **XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em São Paulo, no primeiro semestre de 2011.
- **Celebração do Jubileu de Ouro da ANPAE**, na Universidade de São Paulo (USP), berço da Associação, no primeiro semestre de 2011, por ocasião do XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação.
- **Seminários Regionais**. O projeto visa incentivar a realização de seminários regionais sobre política e gestão da educação nas regiões geopolíticas, por iniciativa e sob a responsabilidade programática e financeira do/a respectivo/a Vice-Presidente Regional.
- **Reuniões Estaduais**. O projeto visa estimular a realização de seminários ou reuniões estaduais sobre política e gestão da educação nas unidades federadas, por iniciativa e sob a responsabilidade programática e financeira das respectivas Seções ou Coordenações Estaduais.
- **Consultoria e Serviços Educacionais**. O projeto se destina à prestação de serviços profissionais e realização de projetos de formação e atualização de educadores/gestores, em parceria com prefeituras, estados e sistemas de ensino, escolas e universidades, sindicatos e outras instituições públicas e organizações privadas interessadas em apoiar a educação e a formação cidadã.

Procedimentos. A realização deste programa só é possível mediante a cooperação e o empenho dos distintos órgãos executivos da ANPAE: a Presidência, as Vice-Presidências Regionais e as Seções Estaduais. Os quatro projetos do programa hão de ser auto-financiados, ou seja, os custos correrão por conta das inscrições dos participantes, de apoios de organizações públicas e privadas e de subvenções e convênios negociados pelos organizadores na respectiva instância administrativa da ANPAE.

6. PROGRAMA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Justificativa. Ao longo das décadas, a ANPAE desenvolveu inúmeras parcerias com organizações internacionais e com associações e entidades estrangeiras da sociedade civil no campo da educação. Destacam-se as parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e outras organizações internacionais de educação e desenvolvimento para a realização de congressos internacionais, em particular os congressos interamericanos nos anos 1980 e 1990 e os congressos luso-brasileiros na última década. Da mesma forma, a valiosa cooperação financeira da Fundação Ford entre 1995 e 2003 desempenhou um papel importante para alavancar as atividades de pesquisa educacional e apoiar a realização dos simpósios e seminários da ANPAE. Esses antecedentes e a crescente globalização da atividade científica e educacional incentivam a ANPAE a expandir suas atividades de cooperação com organizações internacionais e associações estrangeiras da sociedade civil organizada no campo da educação.

Objetivo. O sexto programa do Plano Estratégico da ANPAE visa a estimular e promover a cooperação e o intercâmbio de estudos e experiências com outras associações, instituições e organizações internacionais e estrangeiras, de modo a contribuir

para a consecução do quarto objetivo da Associação, sancionado no artigo 3º, inciso IV do Estatuto.

Projetos. Para o período 2006-2011, a ANPAE se propõe a organizar e co-patrocinar seis projetos de cooperação internacional:

- **IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade de Lisboa, no primeiro semestre de 2007, em parceria com o Fórum Português de Administração Educacional.
- **V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, no segundo semestre de 2007, em parceria com o Fórum Português de Administração Educacional.

- **Colóquio**
- **Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, no segundo semestre de 2007, em parceira com o Fórum Espanhol, Fórum Português e Fórum Europeu de Administração Educacional.
- **III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação**, no segundo semestre de 2009, junto com o XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação em parceria com organizações nacionais e internacionais de educação e desenvolvimento.
- **VI Congresso Luso-Brasileiro e I Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação (Congresso Ibero-Luso-Brasileiro)**, em Portugal e na Espanha, no primeiro semestre de 2010, em parceria com o Fórum Português, Fórum Espanhol e Fórum Europeu de Administração Educacional.
- **II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação**, no Brasil, no primeiro semestre de

2011, junto com o XXV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, comemorativo do Jubileu do Ouro da ANPAE, com o apoio da UNESCO, OEI, FPAE, FEAE, CLACSO, REDESTRADO, SAECE e outras entidades e agências internacionais.

Procedimentos. A ANPAE estreitará os laços de cooperação e intercâmbio com organizações internacionais e entidades estrangeiras da sociedade civil organizada no campo da educação. Especificamente, a ANPAE construirá parcerias de cooperação com a UNESCO, o IIPE, a OEA, a OEI, CLACSO-Redestrado, FLACSO, Fórum Português de Administração Educacional, Fórum Espanhol de Administração Educacional, Fórum Europeu de Administração Educacional do Estado Espanhol, University Council for Educacional Administration (UCEA) dos Estados Unidos, Harvard University Center for Latin American Studies e outras organizações e associações profissionais no campo da política e da gestão da educação.

ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A gestão econômico-financeira adotada pela ANPAE no Plano Estratégico para o período 2006-2011 fundamenta-se nos critérios administrativos de eficiência econômica e efetividade política, visando a orientar o planejamento e o controle da receita e da despesa à luz das necessidades correntes de funcionamento da Associação, das prioridades programáticas estabelecidas para o conjunto do quadro associativo e do compromisso de participar do movimento político-pedagógico nacional, protagonizado pelas organizações governamentais e pelas entidades da sociedade civil organizada no campo da educação.

Da Receita e sua Vinculação

A receita da ANPAE é constituída por duas fontes: (1) **recursos próprios,** provenientes das contribuições anuais dos associados, inscrições em simpósios e outros eventos, venda de publicações da Associação e de campanhas e aplicações financeiras; e (2) **recursos externos**, provenientes de doações, subsídios e subvenções, receitas de convênios para financiar programas e projetos e promoção de eventos.

A inexistência de **recursos próprios** no início do mandato em 2006 impõe a necessidade de estabelecer com pragmatismo as prioridades financeiras para viabilizar o funcionamento da ANPAE como associação nacional e a publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* e do *Boletim ANPAE Notícias*. Esses são compromissos inadiáveis para manter a Associação viva e academicamente qualificada. Por este mesmo pragmatismo, o repasse de recursos às Seções Estaduais e o financiamento de outros programas dependerá da magnitude dos recursos provenientes das contribuições dos associados no curso do mandato.

Especificamente, é imperativo destinar os recursos do orçamento regular proveniente das contribuições anuais para cobrir os custos operacionais de funcionamento da ANPAE como entidade nacional capaz de atender aos associados pelo país afora, incluindo as despesas correntes do escritório da Presidência, sua secretaria e contabilidade, compra e manutenção de equipamento indispensável, comunicações (telefone, fax, Internet, correio), publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* e da *Coleção Biblioteca ANPAE*, impressos e informativos, e passagens aéreas e gastos de alojamento em viagens oficiais para participar de eventos e reuniões político-pedagógicas em representação da ANPAE. Trata-se de uma operação dispendiosa, em face do elevado número de associados espalhados pelo país afora e devido aos compromissos relacionados com a participação da Presidência

nos eventos regionais e estaduais e nas instâncias oficiais de formulação de políticas públicas em educação e desenvolvimento, à luz do disposto no artigo 2º e no inciso IV do artigo 3º do Estatuto da Associação.

Os **recursos próprios** são comprovadamente insuficientes para cobrir os custos operacionais da ANPAE, suas publicações, programas e atividades regionais e estaduais. Esta realidade impõe aos órgãos da administração da ANPAE um esforço de enormes proporções para captar **recursos externos,** visando a cobrir os custos da execução dos programas e projetos prioritários da Associação.

Os programas e projetos do Plano Estratégico para o período 2006-2011, como pesquisas, seminários, simpósios, congressos, jornadas, visitas de intercâmbio educacional, reuniões e outras atividades hão de ser auto-financiados através de inscrições e/ou patrocinados com **recursos externos**, provenientes de subsídios, doações, subvenções e convênios a serem negociados pelos órgãos da administração central da ANPAE e, em nível descentralizado, pelos organizadores das atividades regionais e estaduais.

Previsão Orçamentária

O orçamento estimado para manter a Associação funcionando é de R$150.000.00 por ano. Esta quantia se destina à manutenção das atividades permanentes da Presidência da ANPAE, incluindo os custos de pessoal e encargos sociais, serviços de contabilidade, manutenção de equipamento, aluguel e material de escritório, comunicações (telefone, fax, internet, correio), impressos e viagens oficias para as atividades da Associação como entidade da sociedade civil organizada no campo da educação. O orçamento também prevê recursos para a edição e distribuição da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)* e das obras que integram a *Biblioteca ANPAE*, para a publicação e distribuição do

boletim *ANPAE Notícias e* a manutenção do portal da Associação e para cobrir os custos de preparação do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e outros eventos nacionais e internacionais, incluindo apoios justificados aprovados para os eventos das Seções Estaduais.

O custeio das reuniões presenciais do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Conselho Editorial da ANPAE é um elemento particularmente oneroso. Portanto, a realização de reuniões presenciais dos Conselhos Superiores, pese a sua importância, precisa guardar relação com "as possibilidades de financiamento ou custeio da Associação", conforme dispõem o artigo 24 e o artigo 29, inciso III, parágrafo 1º do Regulamento Geral. Na impossibilidade de realizar reuniões presenciais, o Conselho Deliberativo será convidado a desincumbir-se de suas competências por correspondência postal ou eletrônica, nos termos previstos no artigo 25 do Regulamento Geral, o qual dispõe que, "em caso de necessidade, o Conselho Deliberativo pode desincumbir-se de suas competências, a pedido do Presidente, por correspondência postal ou eletrônica, assegurados o acompanhamento e o controle dos votantes sobre os resultados." Pese a esses limites, a Presidência há de trabalhar estreitamente com os Conselhos Superiores, procurando zelar pela "compatibilização de suas reuniões com outros eventos nacionais e regionais", que contam com financiamento, conforme dispõem o artigo 24, parágrafo 1º e o artigo 29, inciso III, parágrafo 2º do Regulamento Geral.

Adequação da Execução Orçamentária

As incertezas sobre a receita proveniente das contribuições dos associados em comparação com os dados sobre a previsão das necessidades financeiras da ANPAE no período 2006-2011 destacam a importância de conceber o orçamento como um **instrumento orientador** da gestão financeira da Associação. O compromisso

dos órgãos da ANPAE com a autorização e realização de despesas está sujeito à efetiva disponibilidade de recursos. Ou seja, as receitas captadas ditarão os limites para a realização de despesas da Presidência, Seções Estaduais e outras unidades de custo. Por esta razão, o nível de execução da proposta orçamentária está sujeito a um permanente exercício de avaliação. Os primeiros anos do período serão particularmente difíceis. A previsão é que as realizações do primeiro biênio, em particular os recursos captados com a realização o Simpósio Brasileiro de 2007, oferecerão uma base financeira mais tranqüila para os anos seguintes.

De qualquer maneira, o fato é que os recursos provenientes das anuidades são comprovadamente insuficientes para cobrir as despesas correntes de administração da Associação, os custos de produção e distribuição das publicações, a participação da Presidência da ANPAE em reuniões de natureza político-pedagógica com os dirigentes de associações congêneres e a execução de outros programas prioritários da ANPAE. Esses fatos, agravados pela escassez de apoios institucionais tanto públicos como privados, revelam que a ANPAE está diante de um desafio de enormes proporções, que precisa ser oportunamente enfrentado pelo Conselho Deliberativo e pela Assembléia Geral, visando a preservar a viabilidade e promover o fortalecimento institucional da Associação.

De acordo com o disposto no artigo 8º do Estatuto e no artigo 27 do Regulamento Geral, o desempenho financeiro dos órgãos da ANPAE é objeto de acompanhamento, verificação e avaliação do Conselho Fiscal, cujos relatórios são oportunamente submetidos à consideração do Conselho Deliberativo e à aprovação da Assembléia Geral. Nesse contexto, os recursos administrados pelas Seções Estaduais e outras unidades de custo estão sujeitos a prestações de contas submetidas à Presidência, para posterior exame do Conselho Fiscal e aprovação da Assembléia Geral. A Presidência manterá uma relação transparente com o Conselho

Fiscal, submetendo-lhe os balancetes e respectivos documentos comprobatórios de receitas e despesas. Ao final de cada ano fiscal, a Presidência submeterá ao Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Assembléia Geral o respectivo Balanço Patrimonial e o correspondente Balancete Analítico e Demonstração do Resultado do Exercício, reunidos no Livro Diário, devidamente escriturado, contabilizado e registrado em Cartório.

À GUISA DE CONCLUSÃO: FILOSOFIA DE GESTÃO DA ANPAE

Para o cumprimento de sua missão político-pedagógica e, nesse contexto, para a operacionalização e execução dos programas e projetos do Plano Estratégico de 2006-2011, a ANPAE reassume seu compromisso histórico com a promoção "dos ideais e valores da democracia e da pluralidade, da eqüidade e da justiça, da solidariedade e da qualidade na educação" (Estatuto, artigo 2º, inciso II). À luz deste compromisso, os colegas que ocupam cargos eletivos nos órgãos da ANPAE hão de pautar sua ação por estes princípios e valores, que sustentam a própria missão da Associação e que, por sua vez, sublinham os desenvolvimentos teóricos e praxiológicos que os associados protagonizam no estudo e no exercício da gestão da educação.

Esta filosofia de gestão significa zelar pela formulação de conceitos e adoção de práticas de gestão democrática, para que as deliberações e atos administrativos dos órgãos da ANPAE possam efetivamente responder às aspirações e interesses coletivos de caráter profissional, sócio-cultural e acadêmico-científico dos associados. A adoção de uma perspectiva democrática de gestão implica em processos e práticas de construção coletiva. A gestão democrática há de ser, portanto, uma conquista permanente de todo o quadro social. À luz do regime representativo que caracteriza os processos de deliberação da Associação, uma das estraté-

gias de participação dos associados na administração superior da ANPAE se dá através dos colegas eleitos para integrar o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal.

Os associados também têm amplos direitos e deveres de participação direta nas atividades político-pedagógicas da ANPAE, atuando nas distintas instâncias organizacionais da entidade, realizando estudos e trabalhos acadêmicos para publicação nos órgão de divulgação da Associação e participando de reuniões, seminários e atividades de formação e desenvolvimento profissional e dos demais projetos que integram o Plano Estratégico para o período 2006-2011. Finalmente, assume importância central a utilização intensiva da comunicação eletrônica como instrumento de intercâmbio de conhecimentos e experiências e de socialização de dados e informações em tempo real; como facilitadora da inclusão e da participação; e como promotora da democracia e da transparência na vida da Associação Nacional de Política e Administração da Educação.

O VI Plano Estratégico da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) para o período 2006-2011 foi elaborado em dois momentos subseqüentes da gestão presidida pelo professor Benno Sander, eleito no início de 2006 e re-eleito no início de 2008. O planejamento inicial foi feito para o biênio 2006-2008. Com a re-eleição da Presidência para o biênio 2008-2010 e a extensão de seu mandato por um ano adicional, votada pela Assembleia Geral realizada em Vitoria, Espírito do Santo, no dia 12 de agosto de 2009, o Plano inicial foi estendido até o início de 2011, incorporando modificações e novas atividades decorrentes da avaliação do primeiro mandato e do exame das novas necessidades da Associação e das renovadas aspirações de seu quadro associativo.

7

anpae

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

TÍTULO I
DA NATUREZA, DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Capítulo I
Da Natureza

Art. 1º A Associação Nacional de Política e Administração da Educação, daqui por diante denominada **ANPAE**, é uma associação civil de caráter educativo, científico e cultural, sem fins lucrativos e econômicos e sem vinculação confessional e/ou político-partidária, com duração ilimitada, que tem como objeto de estudo e campo de atuação as políticas públicas e o governo da educação, a gestão escolar e universitária e seus processos de planejamento e avaliação.

§ 1º A ANPAE tem foro e sede nacional em Brasília, Distrito Federal, e mantém o gabinete da Presidência na cidade de domicílio de seu presidente.

§ 2º O registro da ANPAE consta do Livro "A", nº 1 do Cartório do 1º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Justiça do Distrito Federal, lavrado sob o número 137 (cento e trinta e sete), no dia 15 de setembro de 1976.

§ 3º A ANPAE está inscrita no cadastro de pessoas jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o número 00.475.921/0001-00

e possui Certificado de Registro Cadastral (CRC) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4º A ANPAE está isenta de retenção na fonte dos valores correspondentes ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre os pagamentos que lhe são efetuados e de outros tributos previstos na Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997 e tratados na Instrução Normativa SRF nº 480 de 15 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro do mesmo ano.

§ 5º A ANPAE conserva a mesma identidade social desde a sua fundação, em 1961, em São Paulo, ocasião em que foi intitulada Associação Nacional de *Professores de Administração Escolar*; sendo subseqüentemente denominada, em Assembléias Gerais de reforma e atualização histórica: Associação Nacional de *Profissionais de Administração Escolar*, em 1971, em Niterói; Associação Nacional de *Profissionais de Administração Educacional,* em 1976, em Brasília; Associação Nacional de *Profissionais de Administração da Educação,* em 1980, no Rio de Janeiro; e, finalmente, Associação Nacional de *Política e Administração da Educação,* em 1996, em Brasília, denominação vigente até hoje.

Capítulo II
Da Finalidade e dos Objetivos

Art. 2º A **finalidade** da ANPAE é lutar pelo efetivo exercício do direito à educação de qualidade para todos ao longo de toda vida, por meio de sua participação na construção, execução e avaliação de políticas e práticas de gestão democrática, alicerçadas nos valores éticos da liberdade e da igualdade, da solidariedade e da justiça social, visando à promoção da qualidade de vida humana sustentável na educação e na sociedade.

Art. 3º Para o cumprimento de sua finalidade, a ANPAE tem os seguintes **objetivos**:

I – propiciar a convivência humana e promover a prática associativa no campo da educação, atendendo aos interesses coletivos de caráter educativo, científico e cultural;

II – contribuir para a formação continuada dos profissionais da educação, com destaque para os temas relativos às políticas públicas e à gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação;

III – incentivar a realização de estudos e pesquisas e a difusão de conhecimentos e experiências no campo das políticas públicas, do governo da educação e da gestão escolar e universitária, assim como dos processos de planejamento e avaliação educacional;

IV – estimular e promover a cooperação e o intercâmbio de conhecimentos e experiências educacionais com associações congêneres e instituições e organizações públicas e privadas, tanto nacionais como estrangeiras e internacionais;

V – fomentar e participar da ação político-pedagógica no âmbito da sociedade civil organizada, visando a promover amplo acesso aos espaços públicos de educação e ao conhecimento acumulado e construído coletivamente nos distintos níveis e modalidades de ensino e aprendizagem.

Art. 4º Para o alcance de seus objetivos, a ANPAE desenvolve as seguintes **atividades**:

I – organização e realização de reuniões, conferências, encontros, seminários, simpósios e congressos;

II – promoção e realização de cursos e programas de formação continuada de professores e gestores educacionais;

III – realização de estudos e pesquisas educacionais, tanto nacionais como internacionais, e publicação e distribuição, em forma impressa e/ou eletrônica, de livros, revistas, cadernos, periódicos e boletins para difundir planos e programas, socializar resultados de pesquisas e experiências educacionais e divulgar documentos e relatórios de interesse coletivo;

IV – realização de eventos e projetos de cooperação técnica e intercâmbio científico e cultural mediante convênios, entendimentos, acordos e parcerias com associações congêneres e instituições públicas e privadas do país e com organizações estrangeiras e internacionais, especialmente com entidades latino-americanas, ibero-americanas e interamericanas de política e gestão da educação.

V – organização e participação de atos públicos, manifestos, declarações e pronunciamentos político-pedagógicos no âmbito da sociedade civil organizada na defesa dos interesses dos profissionais e instituições de educação e na promoção dos ideais políticos e valores éticos que devem inspirar os processos de formulação, execução e avaliação de políticas nacionais e internacionais de educação e desenvolvimento humano sustentável.

Parágrafo único. Na programação e execução de suas atividades, a ANPAE dará prioridade à organização do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, realizado a cada dois anos; à promoção de eventos e atividades de cooperação com outros países da comunidade das nações; e à publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*.

TÍTULO II
DO QUADRO ASSOCIATIVO

Art. 5º O **quadro associativo** da ANPAE, definido como o conjunto dos associados cadastrados em dia com suas obrigações estatutárias e no gozo de seus direitos sociais, é integrado pelos seguintes grupos de referência:

I – pesquisadores, docentes e dirigentes de educação superior;

II – dirigentes e técnicos dos sistemas educacionais;

III – professores e diretores de educação básica e de instituições congêneres;

IV – estudantes de cursos de graduação e pós-graduação;

V – profissionais de outras áreas do conhecimento e da atividade humana, interessados ou engajados no objeto de estudo e campo de atuação da Associação.

Capítulo I
Dos Associados

Art. 6º O quadro associativo da ANPAE é constituído por:

I – associados titulares: educadores que fundaram a Associação ou que a ela se associaram posteriormente, mediante submissão de seu cadastro anual à Presidência e a correspondente quitação de sua contribuição anual;

II – associados estudantes: estudantes de cursos de graduação ou pós-graduação que se associaram mediante submissão de seu cadastro anual à Presidência e a correspondente quitação de sua contribuição anual;

III – associados internacionais: educadores de outros países da comunidade das nações que se associaram mediante submissão de seu cadastro anual à Presidência e a correspondente quitação de sua contribuição anual;

IV – associados honorários: indivíduos a quem a Associação, por iniciativa da Presidência ou do Conselho Deliberativo e aprovação da Assembleia Geral, entendeu prestar pleito de reconhecimento pela relevância de sua contribuição à educação ou pela sua meritória atuação no processo associativo da ANPAE.

§ 1º O ingresso na ANPAE e sua permanência como associado titular, associado estudante e associado internacional e o gozo de seus direitos associativos estão sujeitos à quitação prévia da contribuição anual nos correspondentes exercícios fiscais.

§ 2º O título de associado honorário pode ser outorgado também a quem já tenha a condição de associado titular da ANPAE.

§ 3º O associado poderá desligar-se do quadro associativo, a qualquer momento, mediante solicitação, por escrito, encaminhada à Presidência.

Capítulo II
Dos Direitos e Deveres dos Associados

Art. 7º São **direitos** dos associados:

I – participar, com direito de palavra e de voto, nas Assembléias Gerais e nas reuniões, atividades e eventos organizados pela ANPAE;

II – apresentar trabalhos nos eventos científicos e técnicos organizados ou patrocinados pela ANPAE, obedecida a regulamentação própria de cada evento;

III – divulgar estudos e trabalhos acadêmico-científicos nas publicações da ANPAE, observada a regulamentação própria de cada publicação;

IV – receber, sem ônus, a *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* e aquelas publicações, produzidas especificamente para distribuição gratuita aos associados;

V – requerer a convocação de Assembleia Geral Extraordinária, mediante adesão protocolada junto à Presidência de pelo menos 1/4 (um quarto) dos membros do quadro associativo;

VI – interpor recurso junto ao Conselho Deliberativo e à Assembléia Geral;

VII – representar junto à Assembleia Geral, mediante adesão protocolada junto à Presidência de pelo menos 1/4 (um quarto) dos membros do quadro associativo, contra atos do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Presidência e Diretorias das Seções Estaduais;

VIII – votar e ser votado para cargos eletivos da ANPAE.

§ 1º O exercício desses direitos está sujeito ao cumprimento de todos os deveres especificados no artigo 8º do Estatuto.

§ 2º Para exercer o direito de candidatar-se e de ser votado para cargos eletivos em todos os níveis da administração da ANPAE, o associado, além de estar sujeito ao cumprimento dos deveres especificados no artigo 8º, deverá pertencer ao quadro associativo desde o ano civil anterior ao da eleição e estar quite com suas contribuições associativas referentes ao ano anterior e ao ano em curso.

§ 3º Para exercer o direito de votar nas eleições para o preenchimento dos cargos eletivos e nas deliberações dos órgãos colegiados da Associação, assim como para desempenhar-se de qualquer função, eletiva ou não, no âmbito da ANPAE, o associado, além de estar sujeito ao cumprimento dos deveres especificados no artigo 8º, deverá estar previamente quite com sua contribuição anual referente ao correspondente exercício fiscal;

§ 4º Os associados estudantes, associados internacionais e associados honorários têm os mesmos direitos que gozam os associados titulares, excetuando-se o de serem votados para cargos eletivos da ANPAE, salvo nos casos em que o associado titular seja também detentor do título de associado honorário.

Art. 8º. São **deveres** dos associados:

I – cumprir o Estatuto Social e os regulamentos, regimentos, resoluções e normas baixadas pelos órgãos da administração da ANPAE;

II – exercer os cargos para os quais forem eleitos e participar das diretorias, coordenações, conselhos, comissões e grupos de trabalho para os quais forem designados;

III – prestigiar as iniciativas da ANPAE e participar de suas atividades;

IV – pagar a contribuição anual e outras contribuições aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

§ 1º Os associados honorários têm os mesmos deveres dos associados titulares, associados estudantes e associados

internacionais, excetuando-se a obrigação prevista no caput do inciso IV deste artigo.

§ 2º Para permanecer no quadro associativo da ANPAE e ter direito a seus benefícios o associado deverá recadastrar-se anualmente e manter-se quite com a contribuição associativa prevista no caput do inciso IV deste artigo.

§ 3º O associado inadimplente, por descumprimento do disposto no caput do inciso IV deste artigo, poderá voltar ao pleno exercício de seus direitos associativos previstos no artigo 7º mediante recadastramento e pagamento da contribuição anual do corrente exercício fiscal.

§ 4º O associado que descumprir o presente Estatuto Social ou praticar qualquer ato contrário a ele poderá ser excluído da Associação mediante ato fundamentado da Presidência aprovado pelo Conselho Deliberativo, assegurado pleno direito de defesa.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 9º A ANPAE pautará sua **organização estrutural** e seu **funcionamento institucional** segundo os princípios e valores que definem sua missão político-pedagógica estabelecida no artigo 2º deste Estatuto, ensejando garantir a mais ampla participação e representatividade dos associados nos órgãos constitutivos da Associação.

Art. 10. A **estrutura organizacional** da ANPAE é constituída pelos seguintes órgãos de deliberação e execução:

I – Assembleia Geral;

II – Conselho Deliberativo;

III – Conselho Fiscal;

IV – Presidência;

V – Seções Estaduais.

§ 1º As eleições para os cargos dos órgãos de deliberação da ANPAE serão realizadas de conformidade com o processo eleitoral disposto no Título IV deste Estatuto Social.

§ 2º Nenhum cargo ou função nos órgãos de deliberação da ANPAE será remunerado.

§ 3º É vedada a acumulação de cargos eletivos nos órgãos de deliberação da ANPAE, qualquer que seja sua natureza ou nível de atuação.

§ 4º É vedada a acumulação de funções eletivas com funções não eletivas da Presidência da ANPAE, ressalvados os interesses da Associação, a critério do Conselho Deliberativo.

§ 5º Os membros eleitos para os órgãos de deliberação da ANPAE somente poderão fazer uso da denominação do cargo ou função em benefício da Associação.

Capítulo I
Da Assembleia Geral

Art. 11. A **Assembleia Geral**, presidida pelo presidente da ANPAE e constituída pela totalidade dos associados no exercício de seus direitos associativos, é o órgão máximo de deliberação da Associação, desenvolvendo sua ação coletiva em reuniões ordinárias e extraordinárias, presenciais ou virtuais, definidas nos seguintes termos:

I – a Assembleia Geral Ordinária reúne-se presencialmente a cada dois anos, convocada por correspondência eletrônica do presidente, com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência;

II – a Assembleia Geral Extraordinária é convocada, por correspondência eletrônica do presidente, com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, por iniciativa do próprio presidente; ou por solicitação fundamentada dirigida ao presidente de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Deliberativo no gozo de seus direitos associativos; ou, ainda, por solicitação de

pelo menos 1/4 (um quarto) dos associados no exercício de seus direitos associativos.

§ 1º As Assembleias Gerais presenciais, tanto ordinárias como extraordinárias, reúnem-se, em primeira convocação, com um mínimo de 51% dos associados no gozo de seus direitos associativos ou, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número e delibera com metade mais um dos associados presentes.

§ 2º A Presidência da ANPAE envidará esforços para promover a mais ampla participação dos associados nas Assembleias Gerais, procurando compatibilizar sua realização presencial com outros eventos nacionais, como o Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, ou deliberando e disseminando suas deliberações por correspondência eletrônica.

§3º A Assembleia Geral poderá suspender seus trabalhos temporariamente, determinando a sua duração e processo de encaminhamento e encerramento das consultas e deliberações por votação presencial, ou por correspondência eletrônica, quando for realizada de forma virtual**.**

Art. 12. São funções da Assembleia Geral:

I – aprovar e reformar o Estatuto Social da ANPAE;

II – aprovar o Plano Estratégico da Presidência no inicio de seu mandato;

III – aprovar o relatório de gestão da Presidência no final do mandato;

IV – aprovar os pareceres do Conselho Fiscal sobre as prestações de contas da Presidência;

V – aprovar a concessão de títulos de associado honorário;

VI – aprovar as diretrizes gerais para todos os órgãos da administração da ANPAE;

VII – aprovar diretrizes para as eleições da ANPAE, homologar seu resultado e dar posse aos associados eleitos;

VIII – destituir membros da Presidência, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretorias Estaduais pelo não cumprimento de suas obrigações estatutárias;

IX – tomar decisões em grau de recurso;

X – deliberar sobre a extinção da ANPAE e o destino a ser dado ao seu patrimônio.

§ 1º Para possibilitar a mais ampla participação do quadro associativo nas Assembléias Gerais, particularmente nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias que afetam a organização, o funcionamento e o destino da Associação, o presidente poderá instaurar processo de consulta e votação por correspondência eletrônica.

§ 2º A eventual extinção da ANPAE será objeto de deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim, a ser realizada de forma presencial, em local e data especificados no edital de convocação, requerendo a participação de, no mínimo, 51% dos associados e o voto favorável de dois terços (2/3) dos associados presentes na referida Assembleia.

Capítulo II
Do Conselho Deliberativo

Art. 13. O **Conselho Deliberativo** é o órgão colegiado de representação e deliberação nacional, integrado pelo presidente da ANPAE, que o preside, pelos vice-presidentes, pelo diretor-executivo, pelos diretores titulares das Seções Estaduais; e pelo presidente da ANPAE na gestão anterior, inclusive em dois mandatos, em caso de reeleição consecutiva do presidente para um segundo mandato.

§ 1º O Conselho Deliberativo se reporta à Assembleia Geral e a ela está subordinado.

§ 2º A função de secretário do Conselho Deliberativo é exercida pelo diretor-executivo da Presidência da ANPAE ou,

no impedimento deste, por conselheiro designado *ad hoc* pelo presidente e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º Os mandatos dos membros eleitos do Conselho Deliberativo têm a mesma vigência dos mandatos dos cargos eletivos para os quais foram escolhidos, admitindo-se sua recondução nos limites estabelecidos no artigo 30 do Estatuto para um único mandato consecutivo.

Art. 14. Ao Conselho Deliberativo compete:

I – regulamentar a aplicação de disposições do Estatuto Social da ANPAE, quando requerido, e decidir sobre casos omissos ou controversos;

II – aprovar resoluções ou regimentos submetidos pela Presidência;

III – zelar pelo cumprimento do Estatuto Social e dos regimentos e resoluções dos órgãos da administração da ANPAE;

IV – aprovar programas e projetos de eventos e atividades submetidos pela Presidência, de acordo com as diretrizes da Assembleia Geral;

V – apreciar os relatórios da Presidência e fazer recomendações e sugestões visando à melhoria do funcionamento da ANPAE;

VI – homologar os atos do presidente praticados ad referendum do Conselho;

VII – reconhecer Seções Estaduais da ANPAE por proposta da Presidência;

VIII – fixar, a cada ano, os valores da contribuição anual dos associados;

IX – regulamentar o processo eleitoral da ANPAE, a luz do disposto no presente Estatuto e das diretrizes da Assembleia Geral.

Art. 15. O Conselho Deliberativo desincumbe-se de suas competências em reuniões presenciais e/ou por correspondência eletrônica.

§ 1º O Conselho Deliberativo reúne-se presencialmente por convocação do presidente, mediante correspondência eletrônica expedida com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, por ocasião da realização do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação.

§ 2º Outras reuniões presenciais do Conselho Deliberativo se subordinam às possibilidades financeiras da Associação, devendo o presidente da ANPAE envidar esforços para compatibilizar as reuniões presenciais do colegiado com eventos nacionais, visando a facilitar a presença dos conselheiros.

§ 3º O Conselho Deliberativo delibera, tanto nas reuniões presenciais como nas votações por correspondência eletrônica, com o quórum de 51% de seus membros, por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de desempate.

§ 4º As atas das reuniões presenciais e votações por correspondência eletrônica do Conselho Deliberativo deverão ser transcritas no correspondente Livro de Atas, assinado pelo presidente e pelo diretor-executivo.

Capítulo III
Do Conselho Fiscal

Art. 16. O **Conselho Fiscal** é o órgão técnico nacional de acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro e contábil da ANPAE, constituído de três conselheiros, eleitos pelo voto direto dos membros do quadro associativo, que também elege três suplentes de conselheiro.

§ 1º Nas eleições para o Conselho Fiscal são empossados como conselheiros os três candidatos mais votados, observando-se a ordem de classificação dos demais candidatos votados

para efeito de precedência na convocação de suplentes de conselheiro;

§ 2º O presidente do Conselho Fiscal e os relatores de pareceres técnicos, quando houver, são escolhidos de comum acordo entre os membros do Conselho;

§ 3º Os mandatos dos conselheiros do Conselho Fiscal e dos suplentes de conselheiro são de dois anos, podendo ser reconduzidos, por um único mandato consecutivo, de conformidade com o disposto no artigo 30 deste Estatuto Social.

§ 4º O Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador, goza de autonomia e independência em relação às demais instâncias da Associação, devendo submeter seus pareceres e relatórios à Presidência da ANPAE para posterior encaminhamento ao Conselho Deliberativo e à Assembleia Geral como subsídios técnicos para as suas deliberações políticas.

Art. 17. Compete ao Conselho Fiscal:

I – acompanhar o desempenho financeiro e contábil da ANPAE, recebendo do presidente e do diretor financeiro os elementos necessários para sua apreciação e julgamento;

II – emitir, em caráter de assessoramento, pareceres sobre o uso e emprego dos bens e recursos da ANPAE e sobre seu registro contábil, visando à melhoria da gestão financeira;

III – elaborar parecer conclusivo sobre as contas da ANPAE no final de cada exercício fiscal, submetendo-o à apreciação do Conselho Deliberativo e à deliberação da Assembleia Geral.

§ 1º O Conselho Fiscal reúne-se presencialmente por convocação do presidente da ANPAE, feita mediante correspondência eletrônica com um mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência, preferencialmente uma vez por semestre, subordinado às possibilidades financeiras da Associação;

§ 2º Considerando o elevado custo das reuniões presenciais dos órgãos da administração da ANPAE, o presidente da

Associação e o presidente do Conselho Fiscal envidarão esforços para compatibilizar as reuniões presenciais do Conselho com outros eventos, como o Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação ou outras reuniões da Associação ou entidades congêneres.

Capítulo IV
Da Presidência

Art. 18. A **Presidência** é o órgão executivo superior da administração da ANPAE, respondendo por ela e representando-a oficialmente, constituído de um presidente, cinco vice-presidentes – sendo um procedente de cada região geopolítica do país – um diretor-executivo, um diretor financeiro e diretores de programas, estes em número variável e compatível com os programas do Plano Estratégico de cada gestão.

§ 1º O presidente e os vice-presidentes são eleitos para um mandato de dois anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva para o mesmo cargo na forma estabelecida no Título IV deste Estatuto Social, entre os associados titulares da ANPAE reconhecidos pela sua competência e estatura intelectual nas áreas do objeto de estudo e campo de atuação da Associação.

§ 2º A ordem de precedência dos vice-presidentes, para efeitos de substituição do presidente em seus impedimentos, é estabelecida por ocasião do registro conjunto das candidaturas junto à Comissão Eleitoral Nacional pelo candidato à presidente, com quem os vice-presidentes e o diretor-executivo formam o colegiado executivo superior da administração da Associação.

§ 3º O diretor-executivo, diretor financeiro e os diretores de programas são nomeados pelo presidente, ouvido o Conselho Deliberativo, sendo demissíveis *ad nutum*.

§ 4º O gabinete da Presidência tem sede na cidade de domicílio do presidente, assegurados os serviços permanentes de

um escritório na sede nacional da ANPAE em Brasília, Distrito Federal.

Art. 19. Compete ao **presidente**:

I – exercer o poder executivo da ANPAE, responsabilizando-se pela administração superior, auxiliado pelos vice-presidentes e diretores da Presidência;

II – acompanhar a agenda de debates e decisões dos órgãos legislativos, judiciários e executivos nacionais, no que diz respeito ao objeto de estudo e campo de atuação da ANPAE;

III – representar oficialmente a ANPAE junto aos órgãos do Estado e da sociedade civil, visando a garantir a participação da Associação nos acontecimentos relacionados com o objeto de estudo e campo de atuação da Associação;

IV – representar administrativamente a ANPAE e seus órgãos, judicial e extra-judicialmente;

V – cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e os regimentos e resoluções dos órgãos deliberativos da ANPAE;

VI – convocar e presidir as Assembleias Gerais, as sessões do Conselho Deliberativo e outras reuniões da Associação;

VII – responsabilizar-se pela elaboração e execução do Plano Estratégico da ANPAE, submetido ao Conselho Deliberativo e à Assembleia Geral no início de sua gestão;

VIII – responder por um programa editorial e pela publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, podendo delegar competência a editores especializados;

IX – convocar e presidir o Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação e os congressos internacionais organizados ou patrocinados pela ANPAE;

X – constituir direções, coordenações, comissões, comitês, equipes e grupos de trabalho relacionados com o objeto de estudo e campo de atuação da Associação;

XI – nomear e demitir diretores da Presidência, diretores pro tempore de Seções Estaduais e coordenadores estaduais, assim como diretores de programas, editores de publicações periódicas e coordenadores de projetos;

XII – admitir e dispensar funcionários, bolsistas e estagiários;

XIII – assinar contratos, convênios, acordos, diplomas e outros documentos que envolvam responsabilidade para a ANPAE e impliquem em sua representação oficial;

XIV – responsabilizar-se pela administração dos bens e do patrimônio da Associação, bem como pela sua gestão financeira;

XV – abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em nome da ANPAE e delegar competência a diretores de Seções Estaduais, diretores de programas, editores de publicações periódicas e coordenadores de projetos para a movimentação de contas bancárias da Associação;

XVI – receber e administrar, em nome da ANPAE, subsídios, doações, financiamentos, bolsas e outras contribuições de órgãos públicos e privados de fomento;

XVII – delegar competência aos vice-presidentes e diretores das Seções Estaduais, assim como ao diretor-executivo, diretor financeiro e aos dirigentes de programas e/ou projetos, editores de publicações e outros membros do quadro associativo, de acordo com os interesses da ANPAE e segundo as normas estatutárias e a legislação em vigor;

XVIII – desincumbir-se de qualquer outra função de interesse da Associação, obedecidas as disposições deste Estatuto Social.

Art. 20. Compete aos **vice-presidentes**:

I – integrar o núcleo executivo da Presidência da ANPAE, sob a direção do presidente, colaborando com ele na coordenação nacional dos programas e atividades da Associação;

II – representar a ANPAE, por delegação do presidente, em atos e cerimônias oficiais;

III – substituir o presidente em seus impedimentos ou ausências e completar o seu mandato em caso de vacância, assumindo suas atribuições e deveres, seguindo a ordem de precedência estabelecida pelo presidente no registro das candidaturas para as eleições gerais.

Art. 21. Compete ao **diretor-executivo**:

I – colaborar com o presidente na coordenação das atividades da Presidência e nas relações com os demais órgãos da administração da Anpae;

II – colaborar com o presidente na programação e execução dos programas, projetos, reuniões e outros eventos da Associação;

III – secretariar as reuniões da Assembléia Geral e do Conselho Deliberativo da Associação;

IV – representar a ANPAE, por delegação do presidente, em atos e cerimônias oficiais;

V -- desempenhar qualquer outra atividade técnica ou administrativa que lhe for solicitada pelo presidente.

Art. 22. Compete **ao diretor financeiro**:

I – colaborar com o presidente no desenvolvimento das atividades financeiras, contábeis e patrimoniais da Associação e nas relações com os demais órgãos da Associação;

II – assessorar o presidente e dirigentes dos órgãos da administração da ANPAE em matéria financeira e contábil e apoiar as atividades do Conselho Fiscal;

III – desempenhar qualquer outra atividade na área de sua competência que lhe for solicitada pelo presidente.

Art. 23. Compete aos **diretores de programas:**

I – dirigir os programas e/ou projetos do Plano Estratégico da ANPAE para os quais forem designados pelo presidente;

II – escolher seus colaboradores e constituir grupos de trabalho, em consulta com o presidente, visando ao alcance dos objetivos dos programas e das metas dos projetos estabelecidos no Plano Estratégico da ANPAE;

III – presidir as reuniões de trabalho dos participantes dos programas e coordenadores de projetos e submeter relatórios periódicos ao presidente sobre seus desenvolvimentos.

Capítulo V
Das Seções Estaduais

Art. 24. As **Seções Estaduais** são órgãos descentralizados da ANPAE que congregam os associados domiciliados nos respectivos Estados e Distrito Federal, com os seguintes objetivos:

I – constituir-se em instâncias de mobilização do processo associativo local e de coordenação das atividades promovidas pela ANPAE no respectivo Estado ou Distrito Federal;

II – atender às características e necessidades locais dos associados;

III – contribuir para a participação efetiva dos associados no processo associativo nacional.

Parágrafo único. A constituição de Seção Estadual requer que o respectivo Estado ou Distrito Federal tenha, pelo menos, 15 (quinze) associados residentes no gozo de seus diretos associativos.

Art. 25. As Seções Estaduais são regidas pelo Estatuto Social da ANPAE e pelas diretrizes e resoluções emanadas da Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e da Presidência da Associação.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no caput deste artigo e observada a natureza da ANPAE como entidade acadêmica nacional da sociedade civil organizada no campo da educação, as Seções Estaduais poderão elaborar regimento próprio,

resguardando as suas necessidades e peculiaridades locais, aprovado pelos associados domiciliados no respectivo Estado ou Distrito Federal e homologado pela Presidência da ANPAE.

Artigo 26. Cada Direção Estadual é dirigida por uma Diretoria constituída de um diretor e um vice-diretor, com as seguintes funções:

I – coordenar as ações da ANPAE no seu Estado ou Distrito Federal, por delegação da Presidência, e dirigir as atividades realizadas por iniciativa da própria Seção Estadual;

II – representar a Presidência da ANPAE, quando solicitado, em atos oficiais no seu Estado ou Distrito Federal;

III – divulgar os eventos, programas, publicações e atividades nacionais da ANPAE no Estado ou Distrito Federal;

IV – orientar os educadores interessados sobre os procedimentos para associar-se à ANPAE, quitar suas contribuições associativas e para participar de seus programas, projetos e atividades;

V – colaborar com a Presidência da ANPAE nas campanhas de mobilização do processo associativo nacional;

VI – organizar e presidir os Seminários Estaduais de Política e Administração da Educação que se realizarem no seu Estado ou Distrito Federal.

§ 1º Os diretores e vice-diretores das Seções Estaduais, cujas candidaturas tenham sido registradas conjuntamente pelo candidato a diretor junto à Comissão Eleitoral Nacional, são eleitos, por maioria simples de votos dos associados habilitados e domiciliados no respectivo Estado, emitidos por correspondência eletrônica, para um mandato de dois anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva de dois anos no mesmo cargo, na forma estabelecida no Título IV deste Estatuto Social.

§ 2º As Seções Estaduais podem ampliar suas Diretorias, com coordenadores e/ou conselheiros consultivos, de acordo com suas necessidades e de conformidade com procedimentos adotados

localmente, desde que os cargos eventualmente criados se subordinem aos cargos eletivos preenchidos nas eleições gerais que se realizam a cada dois anos, de conformidade com o disposto no Título IV do presente Estatuto Social.

§ 3º Naqueles Estados em que não existir a Seção Estadual, o presidente deverá estabelecer, ouvido o Conselho Deliberativo, uma Coordenação Estadual e nomear um coordenador, com a função de representar a Presidência e organizar as ações de mobilização local para a criação da correspondente Seção Estadual.

Art. 27. Para a realização de suas atividades, as Seções Estaduais e as Coordenações Estaduais contarão com o apoio da Presidência da ANPAE para o financiamento de eventos específicos dentro dos limites das disponibilidades da Associação.

Parágrafo único. O diretor da Seção Estadual é responsável pela administração dos bens e recursos repassados pela Presidência ou recebidos de organizações de financiamento, públicas ou privadas, devendo prestar contas à Presidência da execução dos recursos, qualquer que seja sua origem e/ou finalidade.

TÍTULO IV
DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 28. O **processo eleitoral** da ANPAE compreende o conjunto das ações e procedimentos adotados pela Assembleia Geral, pelo Conselho Deliberativo e pela Presidência para o preenchimento dos cargos eletivos em todos os níveis da administração da Associação, segundo os seguintes princípios e diretrizes:

I – todos os cargos eletivos da ANPAE são preenchidos, mediante sufrágio universal, por maioria simples de votos dos associados habilitados a votar nos distintos níveis da administração da Associação, não computados os votos em branco e os nulos;

II – o direito de votar e de ser votado é assegurado ao associado em dia com suas obrigações estatutárias e nos limites estabelecidos nos parágrafos do inciso VIII do artigo 7º do presente Estatuto, sendo-lhe vedado concorrer a dois cargos simultaneamente, à luz do princípio da não-acumulação de funções eletivas;

III – compete aos membros da Assembleia Geral em dia com suas obrigações estatutárias e no gozo de seus direitos associativos a eleição para os cargos da Presidência e do Conselho Fiscal;

IV – compete aos associados de cada Estado e Distrito Federal em dia com suas obrigações estatutárias e no gozo de seus direitos associativos a eleição para os cargos da Diretoria de sua respectiva Seção Estadual.

Art. 29. À luz dos princípios e diretrizes enunciados no artigo anterior, as eleições para todos os cargos eletivos nos distintos níveis da administração da ANPAE se realizarão a cada dois anos, em calendário eleitoral unificado para todo o país, mediante votação por correspondência eletrônica, com vistas a propiciar ampla participação democrática através da mobilização de toda a rede associativa nacional para a escolha e posse de seus dirigentes.

Art. 30. Todos os cargos eletivos em todos os níveis da administração da ANPAE têm a duração de dois anos, admitindo-se a reeleição consecutiva para um único mandato de igual duração no mesmo cargo, realizada pela Comissão Eleitoral Nacional em data e calendário unificados e aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Art. 31. Os cargos objeto do processo eleitoral unificado da ANPAE e cujas candidaturas devem constar nos registros junto à Comissão Eleitoral Nacional e nas cédulas eleitorais são os seguintes:

I – um presidente e cinco vice-presidentes para a Presidência da ANPAE, cujas candidaturas devem ser registradas conjunta-

mente e em ordem de precedência pelo candidato a presidente junto à Comissão Eleitoral Nacional;

II – três conselheiros para o Conselho Fiscal, cujas candidaturas devem ser registradas individualmente junto à Comissão Eleitoral Nacional;

III – um diretor e um vice-diretor para cada Seção Estadual, cujas candidaturas, por Seção, devem ser registradas conjuntamente junto à Comissão Eleitoral Nacional, pelo candidato a diretor da respectiva Seção Estadual.

Art. 32. Ao Conselho Deliberativo compete regulamentar o processo eleitoral por uma resolução específica com o propósito de operacionalizar os princípios e diretrizes adotados nos artigos 28, 29, 30 e 31 deste Estatuto Social, fixando o calendário eleitoral e dispondo sobre a execução técnica dos procedimentos eleitorais pela Comissão Eleitoral Nacional.

Art. 33. Compete à Comissão Eleitoral Nacional, nomeada pelo presidente da ANPAE, ouvido o Conselho Deliberativo, conduzir a execução técnica dos seguintes procedimentos seqüenciais, especificados no calendário eleitoral:

I – preparação do edital eleitoral, de acordo com a regulamentação do Conselho Deliberativo prevista no artigo 32 deste Estatuto;

II – divulgação, por correio eletrônico, do edital eleitoral a todo o quadro associativo, com instruções e formulários oficiais preparados pela Comissão Eleitoral Nacional para o registro de candidaturas à Presidência, Conselho Fiscal e Diretorias Estaduais;

III – registro e homologação das candidaturas inscritas no pleito eleitoral com base no Estatuto e regimento eleitoral;

IV – preparação e envio das cédulas eleitorais por correio eletrônico aos associados habilitados a votar de acordo com os princípios estabelecidos no artigo 28 deste Estatuto;

V – recepção e contabilização das cédulas eleitorais digitais devolvidas pelos votantes por arquivo eletrônico;

VI – apuração pública dos votos e proclamação dos resultados, com seu correspondente lançamento na Ata de Eleição, assinada pelos membros da Comissão Eleitoral Nacional e encaminhada à Presidência da ANPAE para registro no correspondente Cartório de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas.

Parágrafo único. A Secretaria da Presidência da ANPAE dará apoio administrativo à Comissão Eleitoral Nacional na execução técnica dos procedimentos eleitorais.

Art. 34. A posse dos associados eleitos na forma deste Estatuto Social se dará na Assembléia Geral realizada por ocasião do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação que se realiza após a apuração dos votos e a proclamação do resultado do pleito eleitoral.

§ 1º Caso o Simpósio Brasileiro a que se refere o caput deste artigo não se realize no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da proclamação dos resultados do pleito eleitoral, a posse se dará em data fixada e presidida pelo presidente da Comissão Eleitoral Nacional.

§ 2º A transmissão de cargos efetuar-se-á por ocasião da posse dos associados eleitos ou no prazo máximo de 30 (trinta) dias da cerimônia de posse.

Art. 35. No caso de alguma Seção Estadual não participar do processo eleitoral unificado, o presidente empossado declarará sua Diretoria vacante por término de mandato e nomeará um diretor estadual pro tempore, com a função de mobilizar o quadro associativo no Estado ou Distrito Federal em preparação às próximas eleições gerais, convocadas à luz das disposições deste Estatuto Social e das resoluções da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo.

TÍTULO V
DO PATRIMÔNIO E SUA ADMINISTRAÇÃO

Art. 36. O patrimônio da ANPAE é o conjunto de bens, direitos, posses e valores suscetíveis de apreciação econômica, recebidos e adquiridos pela Associação e devidamente registrados em seu nome.

§ 1º Em caso de extinção da ANPAE, a Assembleia Geral deliberará sobre a doação de seu patrimônio à entidade congênere, sem fins lucrativos e econômicos, ou à entidade filantrópica escolhida, nesta ordem, por idêntica maioria.

§ 2º Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individual, solidária ou subsidiariamente por obrigações ou compromissos assumidos pela ANPAE.

Art. 37. A receita da ANPAE é constituída de:

I – recursos financeiros regulares provenientes de contribuições estatutárias dos associados;

II – recursos financeiros externos provenientes de contribuições de acordos, convênios, financiamentos, contratos, entendimentos e outros instrumentos jurídicos, assinados com instituições públicas e privadas, tanto nacionais como estrangeiras e internacionais, para a obtenção de suporte institucional ou apoio à execução de programas e projetos do Plano Estratégico e de outras atividades e eventos organizados ou patrocinados pela ANPAE;

III – donativos, legados e subvenções de qualquer espécie;

IV – investimentos e operações de crédito;

V – rendas eventuais.

Art. 38. A receita arrecadada será aplicada, exclusivamente, na manutenção e funcionamento da ANPAE e na execução de seus programas, projetos e atividades, visando a garantir o cumprimento de sua missão e o alcance de seus objetivos.

§ 1º Cabe ao Conselho Deliberativo baixar normas sobre a utilização dos recursos, evitando sua pulverização e dando prioridade aos programas e projetos que atendam equitativamente à totalidade do quadro associativo ou ao maior número possível de associados, como a publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)* e a realização do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, assim como a participação ativa da ANPAE no movimento político-pedagógico das associações científicas e entidades da sociedade civil organizada no campo da educação, engajadas na formulação e avaliação de políticas públicas de educação e na defesa do direito à educação de qualidade para todos e dos interesses coletivos dos profissionais da educação.

§ 2º Cabe ao Conselho Fiscal acompanhar e fiscalizar a administração do patrimônio da ANPAE e a gestão financeira da Presidência e seus programas e das Seções Estaduais.

§ 3º O exercício da gestão econômico-financeira da ANPAE coincide com o ano civil.

Art. 39. O presidente da ANPAE tem a responsabilidade da administração do patrimônio da Associação e de sua gestão financeira, conforme disposto no artigo 19 do presente Estatuto Social, podendo exercê-la só ou solidariamente com outros dirigentes e associados.

§ 1º Os associados que recebem e/ou administram bens e recursos financeiros, qualquer que seja sua fonte como dirigentes de Seções Estaduais, diretores de programas e publicações da ANPAE são financeiramente corresponsáveis pela sua administração e deverão prestar contas de seu desempenho à Presidência da ANPAE, de acordo com a periodicidade por ela estabelecida.

§ 2º A assinatura de convênios, acordos, contratos de pessoal e outros instrumentos contratuais, assim como o recebimento de subvenções, subsídios, doações, financiamentos e outras doações

e contribuições de órgãos públicos e privados deverão ser previamente autorizados, por escrito, pelo presidente da ANPAE e estão sujeitos à prestação de contas aos correspondentes órgãos de fomento e à Presidência da Associação para posterior submissão ao Conselho Fiscal.

TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. O Estatuto Social é o instrumento juridicamente reconhecido pelo qual se institui e constitui a ANPAE e se estabelecem os princípios e as diretrizes gerais que norteiam a sua organização e funcionamento, cabendo ao Conselho Deliberativo, por proposição da Presidência ou por sua própria iniciativa, regulamentar matérias específicas e resolver casos omissos e/ou controversos sobre o funcionamento normal da Associação, podendo o seu presidente decidir *ad referendum* do colegiado.

Art. 41. O presente Estatuto Social somente poderá ser modificado por deliberação soberana de Assembleia Geral Extraordinária, presencial ou virtual, especialmente convocada para esse fim através de edital do presidente publicado no portal da ANPAE e no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

§ 1º Para a aprovação de modificações ao Estatuto Social da ANPAE, a Assembleia Geral Extraordinária presencial, convocada especialmente para esse fim, reúne-se em primeira convocação com um mínimo de 51% dos associados no gozo de seus direitos associativos ou, em segunda convocação 30 minutos após, com qualquer número e delibera com o voto de 2/3 dos associados presentes.

§ 2º Para possibilitar a mais ampla participação do quadro associativo nas decisões que afetam os destinos da ANPAE, o

presidente da Assembleia Geral Extraordinária a que se refere o caput deste artigo poderá convocar e instaurar processo de consulta e votação das modificações estatutárias por correspondência eletrônica, para que a totalidade dos associados no gozo de seus direitos associativos tenha oportunidade de participar.

Art. 42. Aos atuais ocupantes eleitos de cargos eletivos ou mandatos eletivos aplicam-se igualmente as exigências do artigo 30; do § 3º do artigo 13; do § 3º do artigo 16; do § 1º do artigo 18; e do § 1º do artigo 26, assegurando-se ainda que os atuais dirigentes eleitos que já tenham cumprido dois mandatos consecutivos ou um total de quatro anos consecutivos no mesmo cargo eletivo, independentemente do número de mandatos ou extensões de mandatos, não poderão candidatar-se para uma nova reeleição consecutiva no mesmo cargo.

Art. 43. Este Estatuto Social, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim no dia 26 de outubro de 2009 e que deliberou em sessão virtual permanente no período de 1º de fevereiro até 15 de junho de 2010, entra em vigor, após seu registro no competente Cartório de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal, com submissão às demais medidas que se fizerem necessárias para que produza todos os efeitos legais, revogados os instrumentos constitutivos e normativos anteriores e as disposições em contrário.

Texto do Estatuto Social da Anpae aprovado em votação eletrônica pela Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim pelo professor Benno Sander, presidente da ANPAE, e por ele presidida e encerrada aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dez. No dia 28 de setembro de 2010, foi registrado no Cartório Marcelo Ribas do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, onde se encontra arquivado sob o número 00000137 do Livro n. A-01 em 15/12/1976. A Ata de aprovação do Estatuto está protocolada e micro-filmada sob o n.00096883.

8
ELEIÇÕES GERAIS DA ANPAE

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ELEITORAL NACIONAL PARA APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES GERAIS PARA O BIÊNIO 2011-2013

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às dezenove horas, a Comissão Eleitoral Nacional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), realizou sua reunião final, em Niterói no Estado do Rio de Janeiro, para a apuração e proclamação dos resultados das eleições gerais para a escolha dos dirigentes nacionais e estaduais da ANPAE para o biênio 2011-2013. Estiveram presentes na sessão pública os cinco membros da Comissão Eleitoral – Antonio Puhl (UFF), Valmir Machado Rodrigues (UniLaSalle-RJ), Maria Lucia de Abrantes Fortuna (UERJ), Arthur Santa Rosa (UFF) e Angelina Accetta Rojas (UniLaSalle-RJ). O professor Antônio Puhl, presidente da Comissão Eleitoral Nacional, abriu os trabalhos, referindo-se às reuniões e atividades da Comissão e ao processo eleitoral, que se realizou nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de dois mil e dez, seguindo o calendário eleitoral unificado estabelecido pelo Conselho Deliberativo através da Portaria 048/2010 de vinte e nove de setembro, modificada no dia vinte e sete de outubro. Também no mesmo dia vinte e nove de setembro de dois mil e dez, o Presidente da ANPAE, professor Benno Sander, no uso das suas atribuições estatutárias e ouvido o Conselho Deliberativo, nomeou a Comissão Eleitoral Nacional

pela Portaria 049/2010. Ainda na mesma data, a Comissão Eleitoral Nacional divulgou o Edital das Eleições, preparado à luz das disposições do Estatuto Social da ANPAE, das diretrizes da Assembleia Geral e da regulamentação do Conselho Deliberativo. Com vistas a propiciar ampla participação democrática no processo eleitoral através da mobilização de toda a rede associativa nacional, as eleições gerais para a Presidência, o Conselho Fiscal e as Diretorias das Seções Estaduais se realizaram por correspondência eletrônica, à luz do disposto no Artigo 29 do Estatuto Social da ANPAE, obedecendo ao seguinte calendário unificado para todo o país, aprovado pelo Conselho Deliberativo: de primeiro de outubro a nove de novembro – registro e homologação das candidaturas; de dez a vinte e dois de novembro – preparação pela Comissão Eleitoral Nacional das cédulas eleitorais digitais para votação; de vinte e três de novembro a vinte de dezembro – votação eletrônica dos associados através do portal da ANPAE. Tal como previsto no calendário eleitoral, a relação das candidaturas registradas e homologadas pela Comissão Eleitoral Nacional e a cédula eleitoral virtual foram disponibilizados no Portal da ANPAE no dia vinte e três de novembro, data do início da votação eletrônica, que se encerrou às vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e dez. Com acesso à planilha eletrônica online, a Comissão Eleitoral conferiu a transcrição dos votos depositados na urna eletrônica e homologou os resultados do pleito eleitoral que se registram em seguida. Para a **PRESIDÊNCIA DA ANPAE** foi eleita a chapa constituída por **Márcia Ângela da Silva Aguiar para Presidente, Ângela Maria Martins para primeira Vice-Presidente** (Região Sudeste), **Maria da Salete Barboza de Farias para segunda Vice-Presidente** (Região Nordeste), **Miriam Fabia Alves para terceira Vice-Presidente** (Região Centro-Oeste), **Flávia Obino Corrêa Werle para quarta Vice-Presidente** (Região Sul) e **Maria de Fátima de Souza Lima para quinta Vice-Presidente** (Região Norte), com a

seguinte votação de um total de 475 votos válidos (100,0%): 446 votos em favor (93,9%); 12 votos contra (2,5%); 17 abstenções (3,6%). A apuração eletrônica dos votos dados aos quatro candidatos inscritos para o **CONSELHO FISCAL**, observando-se o disposto no Edital e na cédula eleitoral de que cada eleitor podia votar em até três candidatos, revela um total de 1210 votos válidos (100,0%), assim distribuídos pela ordem decrescente de votos depositados: Magna França, com 343 votos (28,4%); Magali de Casto com 308 votos (25,4%); Cleiton de Oliveira, com 291 votos (24,0%); e Francisco José Soares Costa, com 243 votos (20,1%). De acordo com as normas eleitorais, os três candidatos com maior número de votos são eleitos Conselheiros Titulares do Conselho Fiscal: **Magna França, Magali de Castro e Cleiton de Oliveira;** enquanto que **Francisco José Soares Costa** foi eleito suplente do Conselho Fiscal. Dando seguimento, a Comissão Eleitoral passou a validar a apuração eletrônica dos votos para as **DIRETORIAS ESTADUAIS,** seguindo a ordem alfabética dos estados que tiveram candidaturas inscritas. Para a Diretoria da Seção Estadual de **ALAGOAS** foi eleita a chapa integrada por **Edna Cristina do Prado** para Diretora e **Elione Maria Nogueira Diógenes** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 31 votos válidos: 29 votos em favor; um voto contra; e uma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **AMAZONAS** foi eleita a chapa integrada por **Arminda Rachel Botelho Mourão** para Diretora e **Francisco Chagas Parente de Araújo Junior** para Vice-Diretor, com a seguinte votação de um total de 15 votos válidos: 15 votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual da **BAHIA** foi eleita a chapa integrada por **Maria Couto Cunha** para Diretora e **Jean Mário Araújo Costa** para Vice-Diretor, com a seguinte votação de um total de 22 votos válidos: 22 votos em favor; nenhum voto contra; nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **CEARÁ** foi eleita a chapa integrada por **Ana Maria Nogueira Moreira** para

Diretora e **Maria Luiza Barbosa Chaves** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de nove votos válidos: nove votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **DISTRITO FEDERAL** foi eleita a chapa integrada por **Catarina de Almeida Santos** para Diretora e **Olgamir Amância Ferreira de Paiva** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 15 votos válidos: 14 votos em favor; um voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **ESPÍRITO SANTO** se inscreveram duas chapas: uma integrada por Fábio Luiz Alves Amorim para Diretor e Silvana Ventorim para Vice-Diretora; e outra integrada por Eduardo Augusto Moscon Oliveira para Diretor e Caroline Falco Reis Fernandes para Vice-Diretora. Foi eleita a chapa integrada por **Fábio Luiz Alves Amorim** para Diretor e **Silvana Ventorim** para Vice-Diretora, que, de um total de 40 votos válidos, obteve 23 votos; enquanto que a chapa integrada por Eduardo Augusto Moscon Oliveira para Diretor e Caroline Falco Reis Fernandes para Vice-Diretora obteve 17 votos. Para a Diretoria da Seção Estadual de **GOIÁS** foi eleita a chapa integrada por **Lúcia Maria de Assis** para Diretora e **Virgínia Maria Pereira de Melo** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 14 votos válidos: 13 votos em favor; um voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **MARANHÃO** foi eleita a chapa integrada por **Maria José Pires Barros Cardozo** para Diretora e **Maria Alice Melo** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 16 votos válidos: 16 votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual de **MATO GROSSO DO SUL** foi eleita a chapa integrada por **Regina Tereza Cestari de Oliveira** para Diretora e **Elisângela Alves da Silva Scaff** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 15 votos válidos: 14 votos em favor; nenhum voto contra; e uma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual de **MINAS GERAIS** foi eleita a chapa integrada por **Rosimar de**

Fátima Oliveira para Diretora e **Dolores Maria Borges de Amorim** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 27 votos válidos: 26 votos em favor; nenhum voto contra; e uma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **PARÁ** foi eleita a chapa integrada por **Maria Lília Imbiriba Sousa Colares** para Diretora e **Terezinha Fátima Andrade Monteiro Santos** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 12 votos válidos: 12 votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual da **PARAÍBA** foi eleita a chapa integrada por **Ana Paula Furtado Soares Pontes** para Diretora e **Eder da Silva Dantas** para Vice-Diretor, com a seguinte votação de um total de 10 votos válidos: 10 votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **PARANÁ** foi eleita a chapa integrada por **Ângelo Ricardo de Souza** para Diretor e **Isabelle Fiorelli Silva** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 15 votos válidos: 15 votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual de **PERNAMBUCO** foi eleita a chapa integrada por **Luciana Rosa Marques** para Diretora e **Cantaluce Mércia Ferreira Paiva** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 20 votos válidos: 20 votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **PIAUÍ** foi eleita a chapa integrada por **Luís Carlos Sales** para Diretor e **Neide Cavalcante Guedes** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de quatro votos válidos: quatro votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **RIO DE JANEIRO** foi eleita a chapa integrada por **Álvaro Chrispino** para Diretor e **Maria Celi Chaves Vasconcelos** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 37 votos válidos: 34 votos em favor; um voto contra; e duas abstenções. Para a Diretoria da Seção Estadual do **RIO GRANDE DO NORTE** foi eleita a chapa integrada por **Maria José de Araújo Gadelha** para Diretora **Iza**

Maria Pereira de Oliveira para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 36 votos válidos: 34 votos em favor; um voto contra; e uma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual do **RIO GRANDE DO SUL** foi eleita a chapa integrada por **Maria de Fátima Cóssio** para Diretora e **Liliana Soares Ferreira** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 33 votos válidos: 33 votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual de **RONDÔNIA** foi eleita a chapa integrada por **Tânia Suely Azevedo Brasileiro** para Diretora e **Rosangela de Fatima Cavalcante França** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de cinco votos válidos: cinco votos em favor; nenhum voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual de **SANTA CATARINA** foi eleita a chapa integrada por **Roselane Fátima Campos** para Diretora e **Zenilde Durli** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de sete votos válidos: seis votos em favor; um voto contra; e nenhuma abstenção. Para a Diretoria da Seção Estadual de **SÃO PAULO** foi eleita a chapa integrada por **Pedro Ganzeli** para Diretor e **Teise de Oliveira Guaranha G.** para Vice-Diretora, com a seguinte votação de um total de 84 votos válidos: 78 votos em favor; dois votos contra; e quatro abstenções. A Comissão Eleitoral registra que, por disposição estatutária, naqueles Estados com Seções Estaduais constituídas, mas que não registraram candidaturas para as Diretorias Estaduais no biênio 2011-2013, cabe ao Presidente empossado nomear Diretores Estaduais pro tempore até as próximas eleições gerais (Estatuto Social da Anpae, Artigo 35). Da mesma forma, naqueles Estados em que ainda não existirem Seções Estaduais, cabe ao Presidente da ANPAE nomear Coordenadores Estaduais com a missão de organizar as ações de mobilização local para a criação das correspondentes Seções Estaduais (Estatuto Social da Anpae, Artigo 26, inciso VI, parágrafo 3º). Terminada a apuração e transcrição da votação eletrônica, o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, professor

Antônio Puhl, proclamou o resultado das eleições gerais da ANPAE para o biênio 2011-2013, declarando ser expressão da verdade, e determinou que fossem tomadas as providências para sua imediata divulgação aos membros do quadro associativo. O Presidente da Comissão Eleitoral Nacional agradeceu a colaboração dos colegas da Comissão e da Secretaria da Presidência da ANPAE e determinou que fossem tomadas as providências para a posse dos associados eleitos por ocasião do 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação na última semana do mês de abril do ano de dois mil e onze, em São Paulo. Finalmente, solicitou à Presidência da ANPAE que autorizasse medidas para o registro da presente Ata de Eleição no Cartório do primeiro Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Brasília, Distrito Federal, para que produza todos os efeitos legais. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e aprovada a presente Ata que vai assinada por todos os membros da Comissão Eleitoral Nacional.

Maria Lucia de Abrantes Fortuna
Membro da Comissão Eleitoral

Angelina Accetta Rojas
Membro da Comissão Eleitoral

Antonio Puhl
Presidente da Comissão Eleitoral

Valmir Machado Rodrigues
Membro da Comissão Eleitoral

Arthur Santa Rosa
Membro da Comissão Eleitoral

Segue o quadro geral da apuração da votação eletrônica.

ELEIÇÕES GERAIS DA ANPAE PARA O BIÊNIO 2011-2013
QUADRO DA APURAÇÃO DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA

Em reunião realizada em 21.12.2010, a Comissão Eleitoral Nacional apurou e proclamou os resultados das eleições gerais dos dirigentes da Anpae para o biênio 2011-2013, que se disponibiliza neste quadro, incluído na Ata da Comissão Eleitoral. Nos Estados que não constam neste quadro não houve candidaturas estaduais ou não há Seções Estaduais constituídas.

ÓRGÃOS	CHAPAS, CARGOS E CANDIDATURAS	VOTAÇÃO	# DE VOTOS	% DE VOTOS
Presidência	Presidente da Anpae: Márcia Ângela da Silva Aguiar 1ª Vice-Presidente: Ângela Maria Martins (Sudeste) 2ª Vice-Presidente: Maria da Salete Barboza de Farias (Nordeste) 3ª Vice-Presidente: Miriam Fábia Alves (Centro-Oeste) 4ª Vice-Presidente: Flávia Obino Corrêa Werle (Sul) 5ª Vice-Presidente: Maria de Fátima Sousa Lima (Norte)	 Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total nacional	 446 12 17 475	 93,9 2,5 3,6 100,0
Conselho Fiscal	Conselheiro: Cleiton de Oliveira Conselheiro: Francisco José Soares Costa Conselheiro: Magali de Castro Conselheiro: Magna França	Em favor Em favor Em favor Em favor	291 243 308 343	24,0 20,1 25,4 28,4
	Os três candidatos mais votados são empossados como Conselheiros. O quarto candidato em número de votos é eleito Suplente de Conselheiro	Abstenções Total Nacional	25 1210	2,1 100,0
Diretoria de Alagoas	Diretora: Edna Cristina do Prado Vice-Diretora: Elione Maria Nogueira Diógenes	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	29 1 1 31	93,6 3,2 3,2 100,0

Diretoria do Amazonas	Diretora: Arminda Rachel Botelho Mourão Vice-Diretor: Francisco Chagas Parente de Araújo Junior	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	15 0 0 15	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria da Bahia	Diretora: Maria Couto Cunha Vice-Diretor: Jean Mário Araújo Costa	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	22 0 0 22	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria do Ceará	Diretora: Ana Maria Nogueira Moreira Vice-Diretora: Maria Luiza Barbosa Chaves	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	9 0 0 9	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria do Distrito Federal	Diretora: Catarina de Almeida Santos Vice-Diretora: Olgamir Amância Ferreira de Paiva	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	14 1 0 15	93,3 6,7 0,0 100,0
Diretoria do Espírito Santo	CHAPA 1 – Diretor: Fábio Luiz Alves de Amorim Vice-Diretora: Silvana Ventorim CHAPA 2 – Diretor: Eduardo Augusto Moscon Oliveira Vice-Diretora: Caroline Falco Reis Fernandes	Em favor da chapa 1 Em favor da chapa 2 Abstenções Total estadual	23 17 0 40	57,5 42,5 0,0 100,0

Diretoria de Goiás	Diretora: Lúcia Maria de Assis Vice-Diretora: Virgínia Maria Pereira de Melo	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	13 1 0 14	92,9 7,1 0,0 100,0
Diretoria do Maranhão	Diretora: Maria José Pires Barros Cardozo Vice-Diretora: Maria Alice Melo	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	16 0 0 16	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria de Mato Grosso do Sul	Diretora: Regina Tereza Cestari de Oliveira Vice-Diretora: Elisângela Alves da Silva Scaff	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	14 0 1 15	93,3 0,0 6,7 100,0
Diretoria de Minas Gerais	Diretora: Rosimar de Fátima Oliveira Vice-Diretora: Dolores Maria Borges de Amorim	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	26 0 1 27	93,3 0,0 6,7 100,0
Diretoria do Pará	Diretora: Maria Lília Imbiriba Sousa Colares Vice-Diretora: Terezinha Fátima Andrade Monteiro Santos	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	12 0 0 12	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria da Paraíba	Diretora: Ana Paula Furtado Soares Pontes Vice-Diretor: Eder da Silva Dantas	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	10 0 0 10	100,0 0,0 0,0 100,0

Diretoria do Paraná	Diretor: Ângelo Ricardo de Souza Vice-Diretora: Isabelle Fiorelli Silva	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	15 0 0 15	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria de Pernambuco	Diretora: Luciana Rosa Marques Vice-Diretora: Cantaluce Mércia Ferreira Paiva	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	20 0 0 20	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria do Piauí	Diretor: Luis Carlos Sales Vice-Diretora: Neide Cavalcante Guedes	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	4 0 0 4	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria do Rio de Janeiro	Diretor: Álvaro Chrispino Vice-Diretora: Maria Celi Chaves Vasconcelos	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	34 1 2 37	91,4 2,7 5,4 100,0
Diretoria do Rio Grande do Norte	Diretora: Maria José de Araújo Gadelha Vice-Diretora: Iza Maria Pereira de Oliveira	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	34 1 1 36	94,4 2,8 2,8 100,0
Diretoria do Rio Grande do Sul	Diretora: Maria de Fátima Cóssio Vice-Diretora: Liliana Soares Ferreira	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	33 0 0 33	100,0 0,0 0,0 100,0

Diretoria de Rondônia	Diretora: Tania Suely Azevedo Brasileiro Vice-Diretora: Rosangela de Fatima Cavalcante França	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	5 0 0 5	100,0 0,0 0,0 100,0
Diretoria de Santa Catarina	Diretora: Roselane Fátima Campos Vice-Diretora: Zenilde Durli	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	6 1 0 7	85,7 14,3 0,0 100,0
Diretoria de São Paulo	Diretor: Pedro Ganzeli Vice-Diretora: Teise de Oliveira Guaranha Garcia	Em favor da chapa Contra a chapa Abstenções Total estadual	78 2 4 84	92,8 2,4 4,8 100,0

Os membros da Comissão Eleitoral Nacional certificam a veracidade dos dados
Niterói, RJ, 21 de dezembro de 2010

Maria Lucia de Abrantes Fortuna
Membro da Comissão Eleitoral

Angelina Accetta Rojas
Membro da Comissão Eleitoral

Antonio Puhl
Presidente da Comissão Eleitoral

Valmir Machado Rodrigues
Membro da Comissão Eleitoral

Arthur Santa Rosa
Membro da Comissão Eleitoral

9
PRONUNCIAMENTOS E DECLARAÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

A CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

BENNO SANDER

Na abertura da reunião dos representantes das associações acadêmicas nacionais – ANFOPE, ANPAE, ANPED, CEDES e FORUMDIR – no âmbito da organização da **Conferência Nacional de Educação** (CONAE/2010), gostaria de unir-me, em representação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), aos dirigentes das nossas entidades irmãs e a todos e todas as colegas presentes para expressar minha satisfação pela oportunidade histórica de trabalharmos juntos na preparação e realização da CONAE.

Ao dar início a minha fala, gostaria de congratular-me com os dirigentes do Ministério da Educação, aqui representados pelo seu secretário executivo adjunto, Francisco das Chagas Fernandes, por tornarem este encontro possível, à luz dos objetivos maiores da Conferência Nacional de Educação. Gostaria de congratular-me, igualmente, com os dirigentes das nossas cinco entidades acadêmicas nacionais da sociedade civil organizada no campo da educação pelas iniciativas e pelos esforços para que aqui pudéssemos estar hoje num renovado exercício de articulação político-pedagógica.

Não é a primeira vez, e certamente não será a última, que nos articulamos na defesa do direito à educação de qualidade para todos; na concepção de um sistema nacional de educação; na formulação de políticas de democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar; e na concepção de práticas de gestão democrática da educação, de políticas e práticas relevantes de formação e valorização dos educadores e de financiamento sustentável da educação.

Na realidade, estes têm sido nossos temas recorrentes nas últimas décadas, como o testemunham nossa inserção nos movimentos sociais e debates nacionais em torno da **Constituinte** na década de 1980, da **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** de 1996 e do **Plano Nacional de Educação** aprovado pelo Congresso Nacional em 2001, aliada à nossa participação no **Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública** e nas lutas pela valorização e formação dos profissionais da educação.

Sem dúvida, a contribuição de nossas entidades à formação do pensamento pedagógico brasileiro ao longo dos anos é indicativa da crescente responsabilidade coletiva da sociedade civil no campo da educação. Efetivamente, recentes estudos, como o de Luiz Fernandes Dourado publicado em 2006, mostram como o papel protagonista das entidades da sociedade civil na luta pela educação evoluiu e se consolidou nas últimas décadas, em particular no **Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública** e outros recentes espaços de luta política pelo direito universal a uma educação de qualidade e pela formação e valorização dos profissionais da educação.

Foi nesses movimentos que reivindicamos a retomada do papel coordenador do Estado, exercido em parceria com a sociedade civil, no tocante à garantia de educação de qualidade para todos na dimensão dos direitos humanos e da formação cidadã. Por tudo isso, congratulamo-nos com as iniciativas do Ministério da Educação no que se refere às Conferências Nacionais temáti-

cas já realizadas nos últimos anos e, especialmente, no tocante à próxima Conferência Nacional de Educação agendada para 2010, objeto das nossas deliberações de hoje e de amanhã.

Nesse contexto, destaco a importância dos **direitos humanos**, como fio condutor que perpassa os eixos temáticos da Conferência. Desde o primeiro eixo sobre a construção do **Sistema Nacional de Educação** aparece o **direito à educação** e o **papel do Estado** para garanti-lo, como variável estruturante das discussões em torno dos demais eixos, passando pela **gestão democrática e avaliação emancipatória**, pela **democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar**, pela **formação do educador** e pelo **financiamento da educação**, para terminar no eixo conclusivo que destaca as **políticas de inclusão, diversidade, igualdade e justiça social**, esta definida como a primeira virtude do Estado de Direito, como Estado dos cidadãos, na expressão de Norberto Bobbio.

Foi precisamente com esse espírito que nossas entidades se uniram na 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), em Caxambu em outubro do ano passado, para juntos celebrarmos o 60º aniversário da **Declaração Universal dos Direitos Humanos** das Nações Unidas. Ao recordar este ato público, é oportuno mencionar aqui que no encerramento das celebrações internacionais do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos em New York, no dia 10 de dezembro próximo passado, a Assembléia Geral das Nações Unidas, consciente da relevância do tema, proclamou o ano de 2009 o **Ano Internacional da Aprendizagem sobre Direitos Humanos**. Ao proclamá-lo, fez um chamamento para que os países da comunidade internacional dediquem este ano a um renovado esforço para promover a melhoria da qualidade da educação, da aprendizagem e do diálogo sobre direitos humanos em toda a atividade humana ao redor do planeta.

O chamamento das Nações Unidas e de seus órgãos especializados, como a UNESCO, a UNICEF, a OIT e o Alto Comissionado

para os Direitos Humanos, se dirige especialmente aos ministérios, secretarias, universidades, escolas, academias e entidades educacionais da sociedade civil pelo mundo afora, para que renovem seu compromisso social visando a assegurar às novas gerações as promessas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com destaque para o direito à educação de qualidade para todos ao longo da vida. No Brasil esses compromissos estão consagrados na Constituição Cidadã de 1988 e se refletem nas políticas e estratégias de ação do **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no **Plano Nacional de Educação (PNE)** de 2001, em projetos do **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**, nas decisões de recentes conferências nacionais de educação e nas propostas enunciadas no documento de referência da **Conferência Nacional de Educação** de 2010.

À luz desse chamamento nacional e internacional estamos aqui reunidos para participarmos da preparação e realização da **Conferência Nacional de Educação** (CONAE), como espaço democrático de reflexão crítica e intercâmbio de conhecimentos e práticas em matéria de política e gestão da educação, na perspectiva estruturante dos direitos humanos e da cidadania. Em sintonia com os objetivos da CONAE, tenho a satisfação de participar-lhes que a ANPAE resolveu celebrar o Ano Internacional da Aprendizagem sobre Direitos Humanos no seu **XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação**, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2009, em Vitória, no Espírito Santo. O Simpósio Brasileiro de Vitória, organizado pela ANPAE, em parceria com o Centro de Educação e seu Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o apoio de organizações nacionais e internacionais de educação e desenvolvimento humano, tem por objetivo constituir-se em espaço de reflexão crítica, aprendizagem mútua e socialização de estudos e práticas de política e gestão democrática

na perspectiva das diversidades e inclusões sociais trabalhadas no âmbito da educação.

Esta iniciativa será nossa maneira de participarmos das celebrações do Ano Internacional da Aprendizagem sobre Direitos Humanos, na convicção de que suas lições guardam relação com as necessidades sociais e aspirações educacionais da sociedade brasileira.

Pronunciamento feito em Brasília, no dia 4 de fevereiro de 2009, em seminário do Fórum das Associações de Pesquisa e Educação, realizado no âmbito da preparação da Conferência Nacional de Educação, realizada em abril de 2010.

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

ENTIDADES SE REARTICULAM DEZ ANOS APÓS SUA PROMULGAÇÃO

BENNO SANDER
LUIZ FERNANDES DOURADO

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), como entidade da sociedade civil organizada no campo da política e da gestão da educação, vem participando ativamente, desde a sua fundação em 1961, da construção do pensamento pedagógico brasileiro. Na sua trajetória político-pedagógica e associativa das últimas décadas, trabalhou em estreita articulação com as demais associações científicas, culturais, sindicais e espaços de gestão governamental e não-governamental, enfatizando o direito e a defesa de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada. Dessa forma, a Associação ampliou a sua atuação e se reestruturou, na década de 1990, como Associação Nacional de Política e Administração da Educação, cuja dinâmica política se consolidou por uma renovada atuação acadêmica e pela inserção qualificada e comprometida no debate e na socialização do conhecimento na área de educação. Esta atuação se aprofunda no momento em que as entidades da sociedade civil organizada no campo da educação se reúnem em torno da rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e da reavaliação da LDBEN dez anos após sua promulgação.

A Anpae, desse modo, vem desenvolvendo estudos e pesquisas e promovendo ações e gestões no sentido de consolidar o seu papel no que concerne à formulação, execução e avaliação das políticas e programas educacionais no país. A década de 1990 foi emblemática, nesse cenário, na medida em que a Anpae ocupou papel político importante na discussão e avaliação crítica do processo de reforma do Estado, implementada no país, cuja tônica teve como implicação uma minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas. Na área educacional ocorreu o redirecionamento do panorama da educação básica e superior por meio da intensificação de ações políticas e reformas em sintonia com a orientação de organismos financeiros multilaterais, cuja tradução mais efetiva é expressa pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96).

A nova LDB foi aprovada, após um longo período de disputas e embates entre setores que advogavam a defesa do ideário da flexibilização, desregulamentação, privatização e, de outro lado, por meio da atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública cuja atuação política reivindicava a retomada do papel do Estado no tocante à garantia de educação de qualidade para todos em todos os níveis e modalidades.

A LDB, a despeito de ratificar princípios garantidos na Constituição Federal, tais como a garantia do acesso ao ensino obrigatório e gratuito, a gestão democrática do ensino público, a vinculação constitucional de recursos para a educação, uma concepção ampla de educação, a estruturação da educação nacional em dois níveis, entre outros, foi, na prática, consubstanciada por uma sucessão de decretos que a antecederam, redirecionando o paradigma da educação e da escola no Brasil por meio da ênfase numa concepção fortemente assentada no paradigma da produtividade, da eficiência e da qualidade total.

Este cenário revelou intenções, projetos e discursos que retratavam concepções distintas no tocante à relação Sociedade,

Estado e Educação e que realçaram paradoxos e ambigüidades nas ações, programas e políticas educacionais efetivados, colocando como desafio, aos diferentes atores, a necessidade de compreensão dos limites e possibilidades dessas políticas e, especialmente, de seus desdobramentos no que se refere à garantia de educação de qualidade para todos.

A Anpae, nesse contexto, participou e promoveu inúmeras conferências nacionais e internacionais, seminários regionais e estaduais, audiências públicas, articulação com os sistemas de ensino, produção de pesquisas e estudos de estado do conhecimento, publicação da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* e de livros da coleção *Biblioteca Anpae* e, sobretudo, teve papel importante no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e nas ações implementadas por este Fórum.

Dez anos após a promulgação da LDB, a Anpae renova e afirma o seu compromisso com os princípios direcionados à melhoria da qualidade da educação por meio de políticas públicas orgânicas que se traduzam, a partir da democratização do acesso, permanência e gestão da educação nacional, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Sem negligenciar os limites interpostos pela LDB e por outros instrumentos legais, entre eles o Plano Nacional da Educação, a Anpae entende que o debate, a avaliação e a proposição de políticas educacionais não podem prescindir do aprofundamento de questões fundamentais no tocante à melhoria da qualidade da educação nacional destacando, particularmente, a necessária ampliação dos percentuais destinados a educação, a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, a busca de maior organicidade entre as ações, programas e políticas educacionais e a efetivação do Sistema Nacional de Educação, bem como, a realização de conferências de educação, que se concretizem a partir da efetiva participação das sociedades civil e política, objetivando avançar na construção de um novo projeto

de Estado para a educação nacional. Nesse processo entende que a rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública se coloca como um passo importante para consubstanciar o papel político dos diferentes atores que historicamente vem defendendo uma educação para todos, pública, popular e democrática.

É nessa direção que a Anpae renova sua atuação, ousando debater, pesquisar, propor e avaliar criticamente as políticas e a gestão da educação. Desse modo, marca a sua presença no cenário educacional brasileiro, por meio do desvelamento de seu histórico compromisso político-pedagógico com a construção do bem público e da educação cidadã.

Pronunciamento feito em Caxambu, MG, no dia 08 de outubro de 2007 em ato público realizado por ocasião da 30ª Reunião Anual da Anped.

DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

Pronunciamento por ocasião do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU

BENNO SANDER

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), entidade acadêmica da sociedade civil no campo da política e da gestão da educação, se une às associações educacionais do país, neste ato público comemorativo dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, oportunamente ratificada pelo Brasil, para renovar o seu compromisso histórico com a defesa dos direitos humanos, o respeito à diversidade, o exercício da cidadania e a construção da democracia na educação e na sociedade. Em particular, a ANPAE renova e afirma seu compromisso com os princípios direcionados à melhoria da qualidade da educação para todos, assegurada ao longo da vida, na dimensão da justiça social, primeira virtude das instituições sociais e da doutrina do Estado de Direito.

Com esta afirmação, a ANPAE alinha-se com as disposições da Constituição Brasileira sobre a educação como primeiro direito social; sobre o ensino básico como condição de direito público subjetivo; sobre a gestão democrática e gratuidade como práticas obrigatórias para o ensino público brasileiro; e sobre o reconhecimento do direito à diversidade social e cultural na escola e na sociedade. Nessa linha, reitera sua missão de lutar pela universalização da educação de qualidade, através de sua participação

na formulação de políticas públicas socialmente relevantes e na adoção de práticas de gestão democrática, alicerçadas nos princípios de liberdade e igualdade de direitos e deveres educacionais e sociais. Da mesma forma, sinaliza a importância da concepção e adoção de soluções político-pedagógicas eticamente sustentáveis, em face da complexidade das nossas desigualdades econômicas, sociais e culturais, das nossas disparidades locais e regionais e da multiplicidade de discriminações em matéria de etnia, gênero, idade, necessidades especiais, credo e outras manifestações exclusivistas que ofendem a própria dignidade da pessoa humana.

No entanto, estamos conscientes de que não basta a afirmação do direito à educação como direito humano inalienável, tal como o dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, a Convenção Americana sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização dos Estados Americanos; a Convenção contra as Discriminações na Esfera do Ensino; e a Constituição Brasileira de 1988; é preciso garantir e efetivar esse direito na escola e na sociedade. Surge, assim, a importância fundamental da Educação em Direitos Humanos e a formação de professores e dirigentes educacionais comprometidos com a promoção dos direitos humanos, o respeito à diversidade social e cultural, a democracia e a formação cidadã.

É nesse sentido que a ANPAE se une às entidades da sociedade civil no campo da educação e aos órgãos públicos em diferentes esferas governamentais para reiterar o seu compromisso com a Educação em Direitos Humanos, mediante sua participação na implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) da Presidência da República e do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH/2005), com vistas a contribuir para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos, a promoção da dignidade e do desenvolvimento humano, o estímulo à participação das pessoas em uma sociedade livre e justa, a construção de uma cultura de paz e a promoção da con-

vivência construtiva entre as nações. Nessa linha de ação, o XXIV Simpósio Brasileiro e III Congresso Interamericano de Política e Administração da Educação do próximo ano têm como tema central Direitos Humanos e Cidadania: desafios para a política e a gestão democrática da educação.

Pronunciamento feito em Caxambu, MG, no dia 20 de outubro de 2008 em ato público realizado por ocasião da 31ª Reunião Anual da Anped.

CARTA DE PORTO ALEGRE

POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS

Os(as) profissionais da educação reunidos no XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, organizados pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), pelo Fórum Português de Administração Educacional (FPAE) e pelo European Forum on Educational Administration (EFEA), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, no período de 11 a 14 de novembro de 2007, concebendo a educação como política de Estado e, considerando a importância de ações, programas e políticas direcionadas à universalização da educação com qualidade socialmente referenciada, ratificam a necessidade de mobilização dos governos nacionais e locais, escolas e universidades e dos distintos segmentos da sociedade civil, dos movimentos sociais e das associações de educadores, para o estabelecimento de um renovado e continuado esforço político-pedagógico em prol de **uma escola pública de qualidade para todos**.

Para tanto, entendem ser de fundamental importância:

- resgatar o papel da escola como instituição de bem público, como espaço social por excelência que acolhe os

cidadãos – crianças, jovens e adultos – para o exercício pleno de seus direitos educacionais e culturais, incluindo a aquisição do saber historicamente acumulado e a construção e utilização de novos conhecimentos;

- constituir espaços interinstitucionais, nacionais e internacionais, de reflexão e socialização de estudos, pesquisas e práticas de política e gestão da educação, direcionados à avaliação e proposição de políticas e programas educacionais por meio da divulgação de trabalhos de pesquisa científica, da socialização de estudos e experiências inovadoras de educação, do debate sobre a educação contemporânea no contexto internacional e do aprofundamento da reflexão sobre os desafios que atualmente enfrentam os sistemas educacionais envolvendo as políticas e práticas de formação dos profissionais da educação e de gestão de instituições escolares e universitárias;
- retomar o papel do Estado no tocante à garantia de educação de qualidade para todos em todos os níveis e modalidades em contraposição ao ideário da flexibilização, da desregulamentação, da privatização em curso;
- Construir novas políticas e práticas de avaliação educacional de modo a consolidar os espaços, processos e dinâmicas de avaliação que valorizem e fortaleçam os saberes docentes, o trabalho coletivo e a gestão democrática da educação e da escola;
- Lutar pela ampliação dos percentuais destinados à educação, por maior organicidade entre as ações, programas e políticas educacionais direcionados à democratização do acesso, permanência e da gestão com qualidade social para todos os níveis e modalidades da educação.

No tocante a educação brasileira, os educadores e educadoras participantes deste encontro internacional reafirmam o papel da

ANPAE no aprofundamento de questões fundamentais no tocante à melhoria da qualidade da educação nacional.

Nesse sentido, reafirmam a necessidade de:

- assegurar a implementação de políticas que conduzam sempre ao fortalecimento da escola pública;
- garantir a implementação de mecanismos e práticas de gestão democrática da educação, de modo a fortalecer cada vez mais o trabalho coletivo e ação colegiada na escola;
- romper com modelos de organização do trabalho escolar que conduzam à hierarquização, burocratização e fragmentação das relações e práticas nas instituições educativas;
- garantir a ampliação dos percentuais de recursos financeiros destinados a educação nacional;
- regulamentar o regime de colaboração entre os entes federados, na perspectiva de uma ação compartilhada entre as diferentes instâncias de poder e que conduza à efetivação do Sistema Nacional de Educação;
- garantir a realização de conferências de educação, que se concretizem a partir da efetiva participação das sociedades civil e política, objetivando avançar na construção de um novo projeto de Estado e de educação para a sociedade brasileira;
- implementar políticas de valorização dos profissionais da educação por meio da definição de um piso salarial nacional e da construção de planos de carreira que assegurem remuneração justa e digna, trajetórias profissionais sólidas, práticas educativas coletivas e solidárias;
- assegurar a formação dos profissionais da educação pela pesquisa como princípio formativo e pela compreensão da educação e da escola enquanto realidades complexas, de modo a prepará-los para o desenvolvimento da docência,

da produção do conhecimento e da gestão democrática da educação.

Os participantes entendem, ainda, que a rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública no Brasil se coloca como um passo importante para consubstanciar o papel político dos diferentes atores que, historicamente, vêm defendendo uma educação pública, popular e democrática. Nessa direção, ressaltam a importância do papel da Associação Nacional de Política e Administração da Educação no debate e na disseminação do conhecimento na área de educação por meio da consolidação de sua atuação acadêmica e inserção qualificada e comprometida com os novos marcos para a organização e gestão democrática da educação nacional.

Finalmente, os participantes do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação ratificam a importância fundamental de estreitar as relações e ampliar os intercâmbios e parcerias acadêmicas entre a Associação Nacional de Política e Administração da Educação do Brasil, o Fórum Português de Administração Educacional, o Fórum Espanhol de Administração Educacional, o European Forum on Edudcational Administration e outras associações nacionais e internacionais de educação.

Carta promulgada no encerramento do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 14 de novembro de 2007.

CARTA DE BRASÍLIA

EM DEFESA DE POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS DE FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Os educadores, pesquisadores, estudantes e professores da Região Centro-Oeste, reunidos em Brasília, DF, nos dias 2 e 3 de abril de 2007, durante o V Encontro ANPAE da Região Centro-Oeste, VI Seminário Estadual da ANPAE Goiás e IV Seminário Estadual da ANPAE Distrito Federal, discutiram as Políticas de Financiamento e Gestão da Educação no intuito de aprofundar o debate sobre o financiamento da educação bem como debater sobre a gestão da educação, da escola e a formação de professores, ampliando a compreensão sobre aspectos nodais das políticas educacionais.

Tal como o FUNDEF, o FUNDEB aprovado em 2007, por si só, não garantirá a melhoria da educação básica, uma vez que mesmo ampliando os recursos, não se atinge nem dez por cento do que seria minimamente necessário para uma educação de qualidade, visto que abriga mais alunos, como os de educação infantil e ensino médio. Há de garantir ainda que a questão do financiamento da educação inclua o custo/aluno/ano como referência de cálculo financeiro. O Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, em que pese o aumento de mais verbas para a educação, não pode deixar de contribuir para o alcance das metas expressas no Plano Nacional da Educação.

Os crônicos problemas da educação brasileira aguardam ações políticas mais efetivas dos gestores públicos, como o au-

mento do percentual mínimo a ser destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino, como ampliando o percentual do PIB, para o mínimo de 7% para a área de educação.

Os profissionais da educação, por sua vez, esgotados na sua capacidade de trabalho, desvalorizados pelos baixos salários e precárias condições das instituições, vivem, em todos os níveis, uma brutal e desumana exploração devido ao acúmulo de atividades e à precarização da docência, o que os avilta como pessoa e os levam ao stress físico e emocional.

Os movimentos da sociedade civil, os sindicatos e as associações científicas, como a ANPAE, permanecem na luta e reafirmam que a educação pública é direito social e seu financiamento é dever do Estado, para todos os níveis. Urge uma tomada de posições políticas mais firmes e arrojadas quanto ao financiamento da educação, sob pena de o país colocar em risco seu desenvolvimento científico e tecnológico estratégicos para manutenção da sua soberania.

Os debates desenvolvidos durante as exposições de pesquisas e reflexões de renomados pesquisadores brasileiros da área de política e administração da educação, durante este evento, evidenciam que o país necessita urgentemente de rever políticas e programas educacionais, como também olhar com mais sensatez para os graves problemas e distorções de financiamento da educação pública, como da formação de professores de forma a valorizar a profissão, evitando assim, a falta de professores para a educação básica. É preciso que a gestão da educação e dos sistemas de ensino assegure a gestão democrática nas escolas e nos sistemas, princípio constitucional ainda não cumprido.

Os educadores participantes do evento da ANPAE Centro-Oeste repudiam veementemente que os problemas educacionais fiquem na responsabilização quase que exclusiva do seu professorado e reiteram a responsabilidade do poder público na garantia de melhoria da educação pública.

Os educadores participantes conclamam ainda a necessidade de revitalizar o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como espaço de discussão e aglutinação das entidades em defesa da escola pública de qualidade.

Brasília, 3 de abril de 2007
Documento lido e aprovado na Plenária Final do evento

CARTA DE VITÓRIA

POR UM PROJETO PEDAGÓGICO NACIONAL

Os participantes do VII Seminário ANPAE Região Sudeste e VII Encontro Estadual do Espírito Santo, realizado em Vitória de 17 a 19 de setembro de 2008, reunindo 313 inscritos, estudiosos e profissionais da educação básica, manifestam, publicamente, o compromisso com a democratização da gestão educacional e com a defesa da escola pública, gratuita e laica como direito humano que deve ser garantido com qualidade social pelo Estado brasileiro.

A partir do tema *Política e gestão educacional: por um projeto pedagógico nacional*, os participantes do VII Seminário ANPAE Sudeste e VII Encontro Estadual do Espírito Santo, discutiram a natureza e a prática das políticas educacionais implantadas pelo governo atual em um contexto marcado por profundas e significativas mudanças, como as que deram início na década de 1990 e que alteraram a relação entre educação e Estado.

Como conseqüência dessas mudanças, novas regulações passaram a orientar as reformas educacionais, as quais introduziram formas específicas de controle social capazes de submeter à educação, em sua vertente escolar, a assumir tarefas vinculadas à resolução de problemas sociais de toda ordem, destacando-se o ideal de controle e de prevenção dos distúrbios sociais próprios de uma realidade alimentada por profundas desigualdades sociais.

É nesse contexto que se retoma o debate sobre o sistema nacional de educação. A trajetória desse debate apresenta limites e, ao mesmo tempo, possibilidades de avanço na área. Nessa direção,

os participantes do VII Seminário ANPAE Sudeste e VII Encontro Estadual do Espírito Santo refletiram e debateram a possibilidade ou não de um projeto pedagógico nacional de educação em uma conjuntura onde a ação do Estado nacional é fortemente limitada por uma estrutura de poder global, em que a organização da educação se insere no contexto de políticas e práticas concebidas em termos mundiais, em consonância com os interesses do capitalismo transnacional.

Os estudiosos e profissionais da educação básica e superior estiveram reunidos em torno da discussão sobre a necessidade de construção e implantação de um projeto pedagógico nacional e soberano de educação, pois entendem que as políticas e práticas de gestão educacional, no contexto atual, precisam avançar de modo a construir uma unidade político-pedagógica no quadro da diversidade imanente à natureza social e econômica do contexto brasileiro.

Na conferência de encerramento, o professor Benno Sander, destacou que a construção do sistema nacional de educação continua sendo o grande desafio. Existe um renovado consenso sobre a necessidade de reinventar o nosso sistema nacional de educação, com vistas à incorporação compreensiva das redes de instituições educacionais e outros ambientes físicos e virtuais de aprendizagem e formação cidadã. A inclusão seria a variável determinante de um projeto pedagógico dessa natureza, comprometido com a construção e socialização de conhecimentos relevantes e válidos para toda a população.

Nesse sentido, os participantes do Seminário ANPAE Sudeste e VII Encontro Estadual do Espírito Santo convocam a comunidade acadêmica para enfrentar o desafio da construção de um sistema educacional para o Brasil de hoje, com uma visão e um sentido que sejam capazes de dar maior integração e solidariedade a uma sociedade constituída de pessoas e regiões desiguais do ponto de vista econômico, social e cultural.

Nessa linha de ação, os participantes do Seminário propõem enfrentar o desafio da formulação de políticas públicas e a adoção de práticas de administração do Estado e da Educação na dimensão estruturante dos direitos humanos e da qualidade de vida, alicerçada nos princípios éticos de liberdade e igualdade.

Carta promulgada no encerramento do VII Seminário da Anpae da Região Sudeste, no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e oito.

CARTA DE NATAL

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Educadores, pesquisadores, administradores e estudantes universitários dos sistemas de ensino público em nível municipal, estadual e federal bem como da rede privada de Estados do Nordeste e do Norte do Brasil, reunidos em Natal, no período de 8 a 10 de novembro de 2006, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte no **IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste e no V Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Rio Grande do Norte,** a partir da abordagem de temas referentes à realidade da educação brasileira constatam, por meio de dados oficiais, a persistência de problemas históricos não superados pelas políticas públicas dessa área social.

Diante do exercício da indissociabilidade entre as reflexões efetivadas nestes FÓRUNS e da necessidade de se fazer proposições ao Estado brasileiro, em seus poderes constitutivos (executivo, legislativo e judiciário), defendemos que a política educacional se consolide como política de Estado e que no âmbito das prioridades do Estado e das diversas esferas de governo (União, Estados e Municípios) seja prerrogativa básica para a sustentabilidade do desenvolvimento brasileiro; de melhoria das condições sociais de vida da qual não se separa a urgência de políticas efetivas de distribuição de riqueza e renda; de geração e garantia de emprego, uma vez que o Brasil, apesar de ser uma economia emergente, inclui-se entre os países de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, do mundo. E, mesmo o governo brasileiro tendo

aprovado o Programa Bolsa Família como mecanismo de distribuição de renda e de garantia das crianças pobres brasileiras na escola, os reflexos dessa política são insuficientes para diminuir o fosso das desigualdades sociais e dos problemas evidenciados na área da educação em nosso país.

1. No ensino fundamental a reprovação e a conseqüente repetência escolar apresentam-se em torno de 20,6% sendo a maior taxa dos países do Continente Latino-Americano e uma das maiores do mundo.
2. A distorção idade/série ainda é de 49%.
3. 13% dos brasileiros acima de 15 anos são analfabetos absolutos além daqueles considerados funcionais, aproximadamente 30 milhões.
4. A evasão escolar faz com que apenas 88% das crianças que ingressam no ensino fundamental cheguem ao quarto ano, 57% à oitava ao oitavo ano e somente 37% concluam o ensino médio.
5. Apenas 68% das crianças entre 04 e 06 anos de idade são atendidas pelos sistemas formais de ensino.
6. Nesse sentido a perspectiva de universalização da educação básica – infantil, ensino fundamental e médio – a despeito dos esforços empreendidos pelos dirigentes da educação pública e gratuita, está comprometida.
7. Na prática, a formação inicial de professores em nível superior tem sido negligenciada. O relatório Educação para Todos da Organização das Nações Unidas /ONU/ sobre a educação, lançado em 23/04/06, revela que a maioria dos professores concluem apenas o magistério em nível médio.
8. O Brasil gasta apenas 4,4% do Produto Interno Bruto – PIB em educação, colocando-se no 77º lugar no *rank* entre 133 países analisados. Porém os dados aqui apresentados – muito aquém da média internacional entre os países que

realmente priorizam a educação em seu orçamento – denunciam que são insuficientes para promover a qualidade requerida política e socialmente.

Diante do exposto os signatários desta CARTA DE NATAL comprometidos com a defesa de uma educação pública e gratuita com qualidade social referenciada, entendem que estamos diante de dilemas e desafios para superar estes problemas históricos reconhecendo a corresponsabilidade da sociedade civil, das instituições de ensino, enfim das instâncias do Estado brasileiro sendo todos formuladores e executores de políticas sociais em nível nacional, das unidades federadas e locais. Alguns desafios requerem medidas políticas urgentes e apresentadas nas seguintes proposições:

1. Entender que a **universalização da educação** com a qualidade pedagógica e administrativa solicitada pela sociedade informacional e global "requer elevados e duradouros investimentos em matéria de recursos humanos, com destaque à formação de professores e administradores do ensino, e em matéria de recursos financeiros e materiais, com destaque a recursos tecnológicos de ponta", ou seja, "infra-estrutura de comunicação e informação educacional" (Palestra de Abertura do Presidente Nacional da ANPAE, Prof. Benno Sander, proferida nos eventos da ANPAE Regional e Estadual, realizada em Natal/RN.
2. Tornar a educação uma prioridade política no orçamento público da União o que implica investir, no mínimo 8% do PIB a receita para educação, cuja possibilidade é revelada em estudos e pesquisas recentes sobre o tema.
3. Elevação do investimento per capta aluno/ano nos diversos níveis de ensino, visto que a posição brasileira é desvantajosa comparando-se a países que priorizam esse componente social como estratégia política.

4. Implementar políticas consistentes de valorização do magistério e do trabalho docente mediante: elaboração e implementação de planos de cargos e salários, (incluindo-se no âmbito das carreiras de profissionais estratégicas no âmbito do Estado brasileiro); remuneração correspondente aos demais profissionais com idêntica qualificação; ambiente físico, pedagógico e administrativo favorável ao trabalho docente; incentivo à formação inicial e continuada de modo que os profissionais da educação possam dedicar-se ao exercício da docência com a responsabilidade, formação e a tranqüilidade requeridas por esta função; proposta curricular e material didático-pedagógico que correspondam à heterogeneidade de situações locais articuladas com o global.
5. Implementar políticas de gestão educacional envolvendo educadores e gestores de políticas em diversos níveis da administração pública e que compreenda a gestão administrativa, pedagógica e financeira de forma democrática, articulada com setores representativos da sociedade, em diferentes níveis.

Com esta proposta nos posicionamos como partícipes, corresponsáveis pela proposição e execução das políticas de educação articuladas com outros setores da vida pública e privada da sociedade brasileira.

Natal, RN, 10 de novembro de 2006

PRONUNCIAMENTO CONJUNTO DAS ENTIDADES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

A homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, expressa nos Pareceres CNE/CP N° 5/2005 e 3/2006 e na Resolução CNE/CP n° 1/2006, representa um avanço histórico no campo da formação dos profissionais da educação, em especial na formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na formação de profissionais para as funções de planejamento, administração, supervisão, inspeção e orientação educacional.

Este avanço histórico se confirma na medida em que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia:

a) Definem de maneira inequívoca que o curso de Pedagogia, enquanto uma licenciaturas, constitui-se no *locus* privilegiado, ainda que não exclusivo, para a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
b) Definem que essa formação para o exercício do magistério deve articular-se à formação para a produção do conhecimento em educação e para a gestão educacional, na perspectiva da gestão democrática. Rompe-se, dessa forma, com aqueles modelos fragmentados e aligeirados de formação dos profissionais da educação, fragilizados

em torno de habilitações específicas e que dicotomizam a formação do bacharel e do licenciado.

c) Reconhecem e consolidam a produção teórica dos últimos vinte anos no campo da formação de professores, que afirma a urgência e aponta caminhos para o desenvolvimento de processos formativos que assegurem uma sólida formação teórica, interdisciplinar e que se sustente no trabalho coletivo.

d) Consolidam a experiência histórica construída, principalmente ao longo dos últimos vinte anos, nos Cursos de Pedagogia das Instituições Públicas de Ensino Superior, que em sua maioria desenvolvem processos formativos que articulam, na formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a compreensão da educação e da escola em sua multidimensionalidade, na medida em que envolvem o estudo da escola e dos sistemas de ensino, sua organização, estrutura e funcionamento e a formação básica inicial para a pesquisa em educação.

Ao lado desses avanços, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia trazem outras importantes contribuições para a melhoria da educação brasileira, ao articular de maneira consistente a formação a ser desenvolvida nesse curso com o que estabelece a Lei 9.394/1996. Essa articulação se evidencia em aspectos como:

a) Vincula a formação para a gestão educacional à perspectiva da gestão democrática da educação, como estabelece o princípio expresso no inciso VIII do art. 3° dessa lei.

b) Exige que a formação a ser desenvolvida no Curso de Pedagogia assegure a preparação do professor para o desempenho das atribuições definidas nos artigos 13 e

14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as quais envolvem o desenvolvimento de aptidões que possibilitem aos docentes desempenhar, de maneira sólida e consistente, as funções concernentes à aprendizagem e recuperação dos alunos, às tarefas relativas à elaboração da proposta pedagógica da escola, à participação no planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional, à articulação da escola com as famílias e a comunidade e à participação nos conselhos escolares.

c) Nos termos do artigo 64 da LDB reafirma que a formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental ocorrerá no Curso de Pedagogia, ao mesmo tempo em que mantém, ainda que de forma inadequada, a possibilidade dessa formação se desenvolver no Curso Normal Superior.

Diante dessas considerações, as entidades signatárias do presente pronunciamento propõem:

a) Duração mínima de quatro anos para os Cursos de Pedagogia, observada a carga horária mínima de 3.200 horas definida nas Diretrizes em análise.

b) Constituição de um Comitê Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, composto pelas entidades signatárias e representantes do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, no intuito de acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e propor políticas no campo da formação dos profissionais da educação.

c) Realização de um Seminário Nacional sobre a Formação de Profissionais da Educação nos Cursos de Pedagogia e Normal Superior, convocado pelo Ministério da Educação

e sob a organização e coordenação das entidades aqui signatárias.

Brasília, 1º de dezembro de 2006

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade
FORUMDIR – Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras

10
INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ANPAE COMO ENTIDADE EDUCACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL*

BENNO SANDER

INTRODUÇÃO

O ano de 1961 foi um divisor de águas na história da construção do conhecimento e da prática profissional no campo da política e da gestão da educação no Brasil. É o ano do nascimento da mais antiga associação de administradores educacionais da América Latina e primeira associação brasileira de pesquisadores e professores universitários de educação depois da Associação Brasileira de Educação (ABE) fundada no âmbito do movimento renovador dos Pioneiros da Educação no início da década de 1930. Foi precisamente no dia 11 de fevereiro de 1961 que pesquisadores e professores de administração escolar e educação comparada das universidades brasileiras, reunidos no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) e organizado pela sua Cátedra de Administração Escolar e Educação Comparada, decidiram fundar a **ANPAE – Associação Nacional de Professores de Administração Escolar**, hoje **Associação Nacional de Política e Administração da Educação**.

A ANPAE foi concebida com a missão de lutar pelo exercício do direito à educação de qualidade para todos, através de sua

participação na formulação de políticas públicas de educação e na concepção e adoção de práticas de gestão democrática, alicerçadas nos princípios e valores da solidariedade e justiça social e da liberdade e igualdade de direitos e deveres na educação e na sociedade. Nesse contexto, a nova entidade educacional, que na época se propôs a congregar estudiosos e professores universitários de administração escolar, foi ponto de partida para uma renovada atuação da sociedade civil organizada no campo específico da política e do governo da educação no Brasil e seus processos de planejamento e avaliação.

O exame da contribuição da ANPAE à formação do pensamento pedagógico brasileiro ao longo dos anos é indicativo do papel que a sociedade civil organizada vem desempenhando no campo da educação. Efetivamente, recentes estudos mostram como a ação protagonista das entidades educacionais da sociedade civil evoluiu e se consolidou nas últimas décadas, em particular pela sua atuação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e em outros espaços de luta política pelo direito universal a uma educação de qualidade socialmente referenciada e pela formação e valorização dos profissionais da educação (Dourado, 2006).

CINCO NOMINAÇÕES EM CINCO DÉCADAS

A presente introdução à história da ANPAE tem por objetivo mostrar como a trajetória político-pedagógica da Associação se correlaciona com a própria trajetória da gestão da educação como campo de pesquisa e intervenção no cotidiano dos sistemas e instituições de ensino, refletindo os principais momentos e movimentos da história da construção do pensamento pedagógico e administrativo adotado na educação brasileira nos últimos 50 anos. Efetivamente, em menos de cinco décadas, a ANPAE foi batizada e rebatizada cinco vezes para refletir outros tantos momentos do processo de construção do conhecimento no campo da política e

da gestão da educação no Brasil. Este fato revela que a ANPAE marcou presença na genealogia do conhecimento no campo da gestão da educação brasileira e participou de sua construção, ao lado de outras entidades que congregam pesquisadores e professores de educação e ciências sociais, em particular a ANPED e seu Grupo de Trabalho sobre Estado e Políticas Educacionais. Revela, acima de tudo, que a ANPAE foi agente decisivo de promoção e socialização do conhecimento produzido nos meios acadêmicos, pois ela tem sido e vem sendo lugar de encontro dos especialistas da área; tem sido e vem sendo a arena onde se realizaram e vem realizando seus debates, simultaneamente políticos e pedagógicos, teóricos e práticos; e tem sido e vem sendo mantenedora da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, como veículo por excelência de divulgação dos resultados de pesquisas e ensaios especializados e de experiências inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seu processos de planejamento e avaliação.

Nesse contexto, é elucidativo examinar os ritos de passagem que se materializaram nas cinco nominações historicamente protagonizadas pelo quadro associativo da ANPAE, para correlacioná-las com os momentos que marcaram a genealogia do conhecimento no campo da política e da gestão da educação brasileira nas últimas cinco décadas. Ou seja, os nomes da ANPAE e seus significados e significantes constituem o fio condutor desta leitura histórica.

O estudo do nome envolve diversos setores do saber, desde a ilustração antropológica de Lévi-Strauss (1908-2008) à literatura psicanalítica de Freud (1856-1939) e de Lacan (1901-1989). Aplicando princípios da semiótica moderna, a tese desta leitura é que os vários nomes da ANPAE são signos simbólicos que suscitam representações, deslocamentos de valores e adesão coletiva a princípios e regras. É assim que cada nome da ANPAE reflete distintos saberes, costumes, epistemologias, compromissos políticos e práticas sociais em matéria de políticas públicas e gestão da educação.

Em outras palavras, os distintos batismos da ANPAE encontram sua explicação na organização social. Barthes (1972, p. 133-134) nos ensina que "há uma propedêutica dos nomes, que conduz por caminhos longos, variados, enviesados, à essência das coisas." É nesse sentido que é possível avaliar a essência da ANPAE e seu peso ontológico à luz de sua própria história de lutas políticas e pedagógicas, como uma síntese simbólica de sua contribuição ao estudo e à prática da política e do governo da educação.

A ANPAE dos *professores* de administração escolar

A semente de uma associação de especialistas brasileiros em gestão escolar foi lançada em 1955 por Antônio Pithon Pinto, então professor titular da Universidade Federal da Bahia, em carta endereçada aos professores titulares de administração escolar e educação comparada das universidades brasileiras, sugerindo a convocação de uma reunião para estudar os problemas da área (Catani & Gilioli, 2004). A reunião não se realizou naquela oportunidade, mas a semente caiu em terra fértil e, depois de seis anos de fecundação, no dia 11 de fevereiro de 1961, nasceu a **Associação Nacional de *Professores* de Administração Escolar** (ANPAE), por ocasião do encerramento do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado na Universidade de São Paulo, por convocação de José Querino Ribeiro, então professor catedrático de administração escolar e educação comparada da USP, e com o patrocínio de Anísio S. Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), que hoje leva seu nome.

Os mestres fundadores da ANPAE foram nossos primeiros professores contemporâneos de pesquisa, ensino e exercício de administração educacional. Lá estiveram Anísio S. Teixeira e Paulo de Almeida Campos, do Rio de Janeiro; Antonio Pithon Pinto, da Bahia; José Querino Ribeiro, Carlos Corrêa Mascaro e Moysés Brejón, de São Paulo; Lauro Esmanhoto, do Paraná; Lirêda Facó,

do Ceará; Antonieta Bianchi, de Minas Gerais; Merval Jurema, de Pernambuco; Antônio Gomes Moreira Junior, do Pará; e José Gomes de Campos, Padre Theobaldo Frantz, Irmão Faustino João e Francisco Schuch, do Rio Grande do Sul. Nas décadas de 1940 e 1950, estes e outros precursores da administração educacional nas distintas regiões do país, como Lourenço Filho (2007) e Antônio Carneiro Leão (1939), tomaram consciência da necessidade de sistematizar conhecimentos e práticas de administração do ensino, de defender e valorizar os pesquisadores e docentes de gestão escolar nos meios acadêmicos e de conceber estratégias políticas e organizacionais para um novo sistema nacional de educação, comprometido com a educação popular e a preparação dos trabalhadores para o desenvolvimento industrial que então se consolidava no país. Essa consciência histórica se insere na efervescência política e intelectual que marcou os debates que tiveram como resultado a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961.

À luz dessa necessidade historicamente identificada, os primeiros anos de vida da ANPAE foram marcados pela afirmação da administração escolar como campo de pesquisa e prática educacional e como disciplina fundamental do processo de formação pedagógica dos educadores e dirigentes do ensino, como se pode deduzir dos programas de seus quatro primeiros Simpósios Brasileiros de Administração Escolar, realizados na década de 1960. Os relatórios, ensaios e pesquisas apresentados e debatidos nos grupos de trabalho do primeiro Simpósio Brasileiro, realizado em São Paulo em 1961, enfocaram prioritariamente a definição da administração escolar, sua terminologia, as condições de estudo e as diretrizes para o ensino nos meios acadêmicos. O segundo Simpósio, realizado em Porto Alegre em 1963, teve como tema central o ensino da administração escolar e a formação dos administradores escolares. O terceiro Simpósio, realizado em Salvador em 1966, deu continuidade ao estudo da terminologia

especializada da administração escolar e sua vinculação com as tarefas de planejamento, supervisão e avaliação do ensino. Finalmente, o quarto Simpósio Brasileiro, realizado em Manaus em 1969, concentrou seus debates sobre o papel das faculdades de educação na nova estrutura da universidade brasileira, aprovada na Reforma Universitária de 1968, e sobre seus programas de ensino de administração escolar.

No seu conjunto, os debates dos Simpósios Brasileiros da ANPAE da década de 1960 revelam que a grande preocupação inicial da comunidade universitária era a de conquistar um espaço próprio para o estudo e o ensino da administração escolar nos meios acadêmicos e a formação dos dirigentes educacionais. Daí a importância que os mestres fundadores da ANPAE atribuíram à administração escolar como campo de pesquisa e intervenção educacional, ao estudo de sua terminologia especializada e ao seu ensino nas universidades e centros de formação dos profissionais da educação.

A ANPAE dos *profissionais* de administração escolar

Na década de 1970, os pesquisadores e professores universitários de administração escolar iniciaram um novo debate sobre o escopo da administração no campo da pesquisa e do ensino, que refletia as preocupações dos meios acadêmicos do país diante da crescente complexidade do sistema educacional brasileiro. O argumento era que o estudo e a direção dos destinos da educação e das próprias escolas não se limitavam ao âmbito restrito dos administradores escolares, mas que requeriam o concurso de profissionais de outras áreas para abarcar a problemática da educação e a crescente complexidade da gestão das instituições de ensino e dos sistemas educacionais como um todo.

Esse desenvolvimento nos meios acadêmicos ocupou a agenda do V Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, re-

alizado no período de 18 a 24 de julho de 1971, em Niterói, RJ, sob a presidência de Paulo de Almeida Campos, da Universidade Federal Fluminense, quando a ANPAE foi rebatizada com o nome de **Associação Nacional de *Profissionais* de Administração Escolar**. Foi a partir de então que a Associação deixava de ser uma entidade exclusiva de professores universitários de administração escolar e educação comparada, incorporando outros especialistas e profissionais da educação, como dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino, pesquisadores educacionais e diretores de escolas e unidades universitárias.

No entanto, em que pese essa abertura, grande parte dos pesquisadores e professores universitários e do próprio quadro associativo da entidade continuava prioritariamente preocupada com a *dimensão escolar* da pesquisa e da prática da administração no campo do ensino, com reduzida atenção aos aspectos políticos e sociológicos mais amplos da gestão da educação. Ou seja, a administração da escola como unidade de ensino se mantinha como foco central dos estudiosos. No campo da formação, a preocupação central continuava sendo a preparação dos administradores escolares.

A ANPAE dos profissionais de administração *educacional*

Foi somente no período de transição da segunda metade da década de 1970 para a década de 1980 que o estudo da administração no campo do ensino se ampliou efetivamente para a *dimensão educacional*, à luz do aprofundamento do debate e da luta em prol da democracia e da cidadania e do movimento de ciência social aplicada ao estudo e à prática da educação e sua administração.

A percepção histórica desse desenvolvimento alimentou o programa do VIII Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado no período de 12 a 16 de julho de 1976 na Universidade de Brasília, no âmbito da Reunião Anual da Sociedade Brasileira

para o Progresso da Ciência (SBPC). Foi nesse Simpósio Brasileiro, preparado por Carlos Corrêa Mascaro com o concurso dos associados do Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, que seus participantes priorizaram a *dimensão educacional* da administração, que se materializou na terceira denominação da ANPAE como **Associação Nacional de Profissionais de Administração *Educacional***.

Nessa ocasião, os mestres fundadores lideraram o movimento para transferir a direção da Associação a uma nova geração de educadores formados nos cursos de pós-graduação que se instalaram no Brasil a partir do final da década de 1960 ou aperfeiçoados em cursos de doutorado em administração educacional no exterior. Foi no contexto dessa transição que os participantes da Assembléia Geral Extraordinária de 1976, presidida por Carlos Corrêa Mascaro e secretariada por João Gualberto de Carvalho Meneses, elegeram, em disputado pleito eleitoral, um grupo de dirigentes, entre os quais me incluo, que não consta na ata de fundação da ANPAE, mas que abraçaram com entusiasmo os ideais dos mestres fundadores da Associação, e cujos valores se inseriam no movimento político em prol da redemocratização do país e da formação cidadã, num momento particularmente difícil da história do país. Foi no ambiente político da década de 1970 que a ANPAE, para assegurar a livre circulação de idéias e a discussão de propostas de vanguarda, passou a realizar seus Simpósios Brasileiros no âmbito das Reuniões Anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como o fizeram também outras entidades acadêmicas da sociedade civil.

A ANPAE dos profissionais de administração *da educação*

Foi também nesse ambiente político e intelectual que se realizou o IX Simpósio Brasileiro da ANPAE, no período de 5 a 8 de julho de 1978 na Universidade Federal do Paraná, e cujos estudos

e debates giraram em torno da *administração da educação no contexto das ciências sociais* (Sander, 1978). Ao adotar o enfoque de ciência social aplicada no estudo e na prática da administração educacional, o IX Simpósio Brasileiro tornou-se um novo divisor de águas na história da contribuição da ANPAE ao estudo da política e da gestão da educação no Brasil. O enfoque sociopolítico dos debates, que se aprofundaria ao longo da década de 1980, tratou de superar o anglicismo *educacional* e pavimentou o caminho para o quarto batismo da ANPAE, modificando seu nome para **Associação Nacional de Profissionais de Administração *da Educação***, que se concretizou na Assembléia Geral Extraordinária, presidida por Benno Sander, por ocasião do X Simpósio Brasileiro, no período de 12 a 14 de outubro de 1980, na cidade do Rio de Janeiro.

Esse ambiente renovador propiciou o nascimento da ***Revista Brasileira de Administração da Educação,*** hoje ***Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE),*** periódico de debate científico da ANPAE e veículo de opinião e divulgação de pesquisas e experiências no campo da política e da gestão da educação. O projeto de lançamento da Revista, preparado por Benno Sander e Maria Beatriz Luce, respectivamente presidente e vice-presidente da ANPAE, foi aprovado em fevereiro de 1981 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pela Assembléia Geral Extraordinária comemorativa do vigésimo aniversário de fundação da Associação. No primeiro semestre de 1983 foi distribuído o primeiro número da Revista, sob a direção editorial de Maria Beatriz Luce (UFRGS). Desde o seu nascimento, a Revista tornou-se o projeto prioritário da ANPAE, como veículo especializado de socialização do conhecimento e de práticas inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação.

A Revista da ANPAE, assim como seus Simpósios Brasileiros e suas Assembléias Gerais sempre foram espaços plurais abertos ao debate político-pedagógico a partir das mais variadas orien-

tações intelectuais. Nesse contexto, é importante registrar que, durante o regime militar de meados da década de 1960 a meados da década de 1980, a ANPAE foi um dos espaços abertos para a atuação dos pensadores de vanguarda no campo da educação, como o revelam os programas dos Simpósios Brasileiros e seus conferencistas convidados, assim como os trabalhos divulgados na Revista da Associação desde o seu primeiro número em 1983, que publica cinco textos que "podem ser mencionados como responsáveis pelo deslocamento de toda a discussão teórica para o âmbito conceitual sócio-histórico, seguramente de inspiração marxista" (Pereira & Andrade, 2007, p. 146). Instala-se, assim, o debate entre os defensores da tradicional orientação positivista e funcionalista na teoria organizacional e administrativa e os protagonistas da resistência política e do pensamento crítico no campo da gestão da educação.

A ANPAE da *política* e da gestão da educação

Mas não parou aí o papel da ANPAE na construção histórica da gestão da educação como disciplina acadêmica, isto é, como programa de pesquisa e interpretação teórica e como prática de intervenção concreta na direção dos destinos das instituições e sistemas educacionais do país. Ao contrário, ao longo da década de 1980 o quadro se modificaria significativamente e se acentuaria na década de 1990, tanto no aspecto acadêmico quanto no da intervenção na prática educacional. Essa modificação se refletiu na crescente inserção da ANPAE e seus pesquisadores, durante a gestão de Maria Beatriz Luce, nos movimentos sociais e debates nacionais em torno da Constituinte e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), aliada a sua participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e nas lutas pela valorização do magistério e pela profissionalização dos educadores nas décadas de 1980 e 1990.

Simultaneamente, a produção intelectual publicada na Revista da ANPAE nas décadas de 1980 e 1990 revela a existência de um renovado interesse pela redefinição do perfil do dirigente educacional e pela reconstrução teórica no campo da gestão da educação em sintonia com o movimento sociopolítico da época (Pereira & Andrade, 2007, p.137-151). Nos meios acadêmicos se aprofundou a interação entre ciência política e teorias organizacionais e administrativas. No cotidiano do governo da educação, observou-se um renovado movimento para estreitar a relação entre a formulação de políticas educacionais e sua implantação efetiva nas instituições de ensino como um processo unitário de gestão pública da educação.

A pesquisa educacional na década de 1990 e os primeiros esforços de planejamento estratégico no âmbito da ANPAE iniciados na gestão de Lauro Carlos Wittmann entre 1991 e 1995, contando com ampla participação dos associados pelo país afora e com uma equipe de sistematização coordenada por Jorge Ferreira da Silva, se inserem nessa orientação político-pedagógica. Essa mobilização nacional serviu de pano de fundo para as decisões tomadas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de julho de 1996, sob a presidência de Regina Vinhaes Gracindo, que consagrou a quinta denominação da ANPAE, como **Associação Nacional de *Política* e Administração da Educação,** refletindo, mais uma vez, o seu compromisso com a construção do conhecimento e das práticas no campo da gestão democrática da educação brasileira. Esta última denominação, vigente até hoje, implicou a modificação de outras nominações anpaeanas, como a da **Revista Brasileira de *Política* e Administração da Educação,** assim como as do **Simpósio Brasileiro de *Política* e Administração da Educação** e dos **Seminários Regionais e Estaduais de *Política* e Administração da Educação,** que se vem realizando desde então.

A revisão da produção intelectual da primeira década do século XXI revela que o campo educacional brasileiro continua

sendo uma arena de encontros e confrontos em torno de políticas públicas e práticas de intervenção no cotidiano da gestão educacional, refletindo posições diferentes sobre a condição humana, a cultura e a educação. É nesse campo de lutas que a ANPAE encontra atualmente um de seus grandes desafios para manter o ritmo da construção teórica de vanguarda em matéria de política e gestão da educação, enfocando-a na dimensão estruturante dos direitos humanos e da construção de cidadania na educação e na sociedade. Foi com esta preocupação que organizamos o XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, realizado em Vitória no Espírito Santo, de 12 a 14 de agosto de 2009, que teve como tema central *Direitos Humanos e Cidadania: desafios para a política e a gestão democrática da educação.*

Os debates do XXIV Simpósio Brasileiro revelaram que o paradigma da *gestão democrática*, consagrado na Constituição cidadã de 1988 e, subseqüentemente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2001, ocupa crescente espaço na academia e na escola, como estratégia organizacional e administrativa para o exercício da cidadania e a promoção dos direitos humanos na educação e na sociedade. O paradigma também é objeto de estudo e debate nos documentos das Conferências Nacionais de Educação, organizadas com ampla participação nacional sob a coordenação da Secretaria Executiva Adjunta do Ministério da Educação em 2008 e 2010 e em numerosos instrumentos normativos dos sistemas de ensino do país.

Este enquadramento jurídico-normativo guarda relação com o discurso intelectual hoje dominante no âmbito da ANPAE, como o revelam numerosos estudos, pesquisas, ensaios e outros documentos socializados nos últimos Simpósios Brasileiros e recentes edições da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.* Tornamo-nos, assim, autores de uma construção histórica que se consolida como filosofia política e administrativa e como estratégia de ação pedagógica, na convicção de que a adoção de um

paradigma dessa natureza certamente há de contribuir para o fortalecimento da democracia e o exercício da cidadania na escola e na sociedade.

CONCLUSÃO
ANPAE COMO MARCA INDELÉVEL DE UMA MISSÃO

Ao concluir este pequeno ensaio sobre a trajetória da ANPAE como entidade especializada da sociedade civil organizada no campo das políticas públicas e do governo da educação e seus processos de planejamento e avaliação, cumpre anotar que a sigla **ANPAE,** cunhada pelos mestres fundadores em 1961, permanece como marca irredutível da identidade e da missão da Associação, certificando a autoria e confirmando o engajamento histórico de seu corpo associativo na construção do pensamento pedagógico e administrativo adotado na educação brasileira.

O nome **ANPAE,** uma síntese em apenas cinco letras, reflete hoje o enigma de uma dívida com a origem da Associação, que traçou seu destino como entidade educacional dedicada ao estudo e à intervenção concreta na direção das instituições e sistemas educacionais do país, engendrando a força simbólica determinadora da maneira de ser e agir de um grupo de educadores historicamente comprometidos com as causas associadas à política e à gestão democrática da educação nacional.

Ao longo de cinco décadas de história, a **ANPAE** foi batizada e rebatizada cinco vezes, sem nunca abdicar de sua identidade associativa e de sua missão político-pedagógica comprometida com a promoção do direito à educação de qualidade para todos ao longo de toda a vida e com as causas associadas à gestão democrática na educação e na sociedade. Ao contrário, ao longo de seu percurso, a ANPAE investiu criativamente na sua atualização e na relevância de sua missão e seus objetivos.

REFERÊNCIAS

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação.* Porto Alegre, 1983-2009.

BARTHES, R. Proust et les noms. In *Le degré zéro et l'écriture suivi les nouveaux essais critiques.* Paris: Seuil, 1972.

CATANI, A. M. & GILIOLI, R. S. P. *Administração escolar: a trajetória da Anpae na década de 1960.* Rio de Janeiro: DP&A Editora/ Biblioteca Anpae, 2004.

DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises.* Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2006, p. 21-50.

LACAN, J. *Écrits.* Paris: Seuil, 1966.

LEÃO, Antônio Carneiro. *Introdução à administração escolar.* Rio de Janeiro, 1939.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Organização e Administração Escolar – Curso Básico*. Brasília: INEP/MEC, 2007, p. 282-284.

PEREIRA, G. R. M.; ANDRADE, M. C. L. A construção da administração da educação na RBPAE (1983-1996). *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,* Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 137-151, já./abr. 2007.

RIBEIRO. J. Q. *Fayolismo na administração das escolas públicas.* São Paulo, 1938.

_____. *Ensaio de uma teoria de administração escolar.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Boletim n. 158, 1952.

RIBEIRO, J. Q.; MENESES, J. G. C. *Ensaio de uma teoria de administração escolar*. São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

SANDER, B. A administração da educação no contexto das ciências sociais: documento de referência. *IX Simpósio Brasileiro de Administração de Educação*, Curitiba, 1978 (Conferência inaugural).

_____. A genealogia do conhecimento da administração da educação do Brasil e o papel da Anpae como entidade da sociedade civil. SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (23: 2007: Porto Alegre). *Por uma escola de qualidade para todos*: programação e trabalhos completos. Organizador Benno Sander. Niterói, RJ: ANPAE; Porto Alegre, RS: UFRGS/FACED/PPGEDU, Série Cadernos ANPAE, n. 4, 2007. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802.

_____. A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 23, n. 3, p. 421-448, 2007. ISSN 1678-166X.

_____. *Administração da Educação no Brasil*: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. ISBN 978-85-98843-61-2.

* Versão revisada e atualizada do ensaio intitulado A genealogia do conhecimento da administração da educação do Brasil e o papel da Anpae como entidade da sociedade civil. SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (23: 2007: Porto Alegre). *Por uma escola de qualidade para todos:* programação e trabalhos completos. Organizador Benno Sander. Niterói, RJ: ANPAE; Porto Alegre, RS: UFRGS/FACED/PPGEDU, Série Cadernos ANPAE, n. 4, 2007. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802.